



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
Câmpus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e Humanidades
Territórios e Expressões Culturais no Cerrado

JEAN CARLOS RIBEIRO DE LIMA

PROCESSOS DE (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL DO ASSENTAMENTO
SÃO BENTO, EM HEITORAÍ-GO, DURANTE A DÉCADA DE 2000: leituras do
cotidiano e das redes de sociabilidades

ANÁPOLIS

2018

JEAN CARLOS RIBEIRO DE LIMA

**PROCESSOS DE (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL DO ASSENTAMENTO
SÃO BENTO, EM HEITORAÍ-GO, DURANTE A DÉCADA DE 2000: leituras do
cotidiano e das redes de sociabilidades**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação TECCER, da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades Territórios e Expressões Culturais no Cerrado, na área interdisciplinar, linha de pesquisa: Saberes e Expressões Culturais no Cerrado.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Mary Anne Vieira Silva.

ANÁPOLIS

2018

Ficha catalográfica

Lima, Jean Carlos Ribeiro de.

Processos de (Re)produção do espaço social do Assentamento São Bento, em Heitorai-GO, durante a década de 2000 [manuscrito]: leituras do cotidiano e das redes de sociabilidades / Jean Carlos Ribeiro de Lima – 2018.

170f. : il.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mary Anne Vieira Silva .

Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado). Universidade Estadual de Goiás, Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Anápolis, 2018.

Inclui bibliografia.

1. Geografia rural – Goiás(Estado).
2. Assentamentos rurais – Formação territorial - Goiás(Estado). 3. Questão agrária – Cerrado- Goiás(Estado). 4. Dissertações – TECCER – UEG.
I. Silva, Mary Anne Vieira Silva. II. Título.

CDU 911.373(817.3)

Elaborada por Aparecida Marta de Jesus Fernandes
Bibliotecária/UEG/CCSEH
CRB1/2385

JEAN CARLOS RIBEIRO DE LIMA

**PROCESSOS DE (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL DO ASSENTAMENTO
SÃO BENTO, EM HEITORAÍ-GO, DURANTE A DÉCADA DE 2000: leituras do
cotidiano e das redes de sociabilidades**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação TECCER, da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades na área interdisciplinar, linha de pesquisa Saberes e Expressões Culturais no Cerrado.

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Mary Anne Vieira Silva.

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Mary Anne Vieira Silva
Presidente / UEG-TECCER

Prof.^a Dr.^a Divina Aparecida Leonel Lunas
Membro Interno / UEG-TECCER

Prof.^o Dr.^o Valney Dias Rigonato
Membro Externo / UFOB

Anápolis, 8 de abril de 2018

Dedico este trabalho a todos(as) os(as) assentados(as) de São Bento.

AGRADECIMENTOS

A construção do conhecimento se constitui por meio de processos gradativos que exigem disciplina e dedicação. Assim, o trabalho acadêmico é fruto do esforço coletivo que envolve experiências e saberes diversos. Tais saberes e experiências, tão importantes na trajetória acadêmica, são possíveis mediante os sujeitos com quem nos relacionamos, quer seja no âmbito da academia ou no processo de desenvolvimento da pesquisa. A partir dessa constatação, a presente dissertação é resultado do intenso trabalho coletivo em que algumas pessoas e instituições possuem importâncias fundamentais.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a minha família, em especial a minha mãe, Simone; a meu irmão, Fabrício, a minha vó, Margarida, e a meus tios, Cláudio e Solange. Sem o apoio e contribuição, em todos os sentidos, dessas pessoas, talvez eu não estivesse hoje escrevendo estas palavras.

Em segundo lugar, gostaria de agradecer a Professora Mary Anne, orientadora que soube conduzir com maestria a pesquisa nos momentos que requereram ajustes teórico-metodológicos. Sabe-se que os desafios são enormes na construção de uma dissertação. Houve momentos de certo desânimo ou mesmo frustração quanto ao resultado; porém, os caminhos trilhados de leituras, sob sua orientação, promoveram rumos mais adequados para a pesquisa. Além de orientadora, tenho plena convicção de que se tornou uma amiga.

Em terceiro, gostaria de agradecer à Universidade Estadual de Goiás por oportunizar um crescimento acadêmico e intelectual que, admito, nem mesmo eu acreditei que poderia atingir. A admiração e o carinho pela instituição vêm desde a graduação, quando realizada no Câmpus Itapuranga, onde, inclusive, fiz muitos amigos. Terminada a graduação em História, logo consegui ingressar numa pós-graduação em nível de mestrado, uma utopia. Por essa razão, não poderia deixar de agradecer também aos meus professores e amigos que incentivaram a realizar o processo seletivo para o mestrado, em 2015, dentre os quais destaco Valtuir (orientador de monografia), Lucas, Cláudio e Damiana.

Em quarto, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) pelo financiamento da pesquisa por meio da bolsa de estudos que me foi concedida para concretizar o mestrado. O apoio da FAPEG torna-se relevante no sentido de financiar pesquisas que possibilitam desvelar e avaliar as várias realidades dos contextos local e regional de Goiás.

Rapaz...a terra representa pra mim...nem sei o que falar. Representa pra mim como se fosse um ouro. Eu acho que lutar pela terra é importante por conta dos direitos, né?!

(Sr. AX-1, assentado de São Bento, 2017)

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo apresentar, no âmbito interdisciplinar da Geografia, História e Sociologia, um estudo sobre o Assentamento São Bento, em Heitorai-GO, de maneira a destacar os processos de reprodução do espaço social, a partir das redes de sociabilidades criadas no cotidiano dos assentados. O campo teórico-metodológico do estudo se apoia no procedimento regressivo-progressivo desenvolvido pelo filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre. Com base nesse procedimento, foi possível compreender que a gênese dos assentamentos rurais, no Brasil, tem como procedimento histórico-social a formação territorial e a questão agrária justapostas em disputas e conflitos entre diferentes sujeitos e grupos sociais. Além disso, foi possível apreender que o domínio social retém uma leitura da realidade que escapa à categorização filosófica abstrata por abarcar o real em sua amplitude concreta e essencial. Diante disso, destacamos que os seguintes objetivos orientam a dissertação: identificar as trajetórias histórico-políticas e territoriais de Heitorai-GO, compreender sua inserção, a partir dos processos formadores do Cerrado Brasileiro e analisar as formas de sociabilidades constituídas no cotidiano fragmentado do Assentamento São Bento como possibilidades de ruptura do binômio capital-estado. Os procedimentos metodológicos do estudo são revisão bibliográfica sobre os temas da questão agrária, territorial e da literatura especializada sobre a temática dos assentamentos rurais no Brasil. Ademais, foram realizadas consultas e pesquisas nos documentos do Instituto de Colonização e Reforma Agrária e da Comissão Pastoral da Terra. Desenvolveu-se trabalhos de campo no assentamento em foco, no qual foi possível efetivar entrevistas, aplicar questionários e consultar atas de reuniões dos períodos de acampamento. Por meio da observação participante, apreendeu-se que o cotidiano dos assentados é determinado pelas condicionantes da objetivação econômica e burocrática, a saber, da produção, do trabalho, da comercialização e da negociação. Entretanto, relações sociais, baseadas na cooperação espontânea e nos auxílios mútuos, revelam fraturas no cotidiano capturado pelo binômio capital-estado. Significa que, apesar das condições objetivas serem imprescindíveis, a dimensão subjetiva das relações sociais, vinculadas ao conjunto de afinidades entre os assentados, define outras formas de reprodução social além da esfera econômica. Essas dimensões constituem redes de sociabilidades que se constroem, se desmancham em velocidades distintas no cotidiano dos assentados, e que também se operam espontaneamente, ao passo que as necessidades surgem.

Palavras-chave: Questão agrária, Assentamentos, Cotidiano.

ABSTRACT

This dissertation aims to present, in the interdisciplinary field of Geography, History and Sociology, a study about São Bento Settlement in Heitoraí-GO, in order to highlight the processes of reproduction of the social space, from the networks of sociabilities created in the settlers' daily life. The theoretical-methodological field of the study is based on the regressive-progressive procedure developed by the French philosopher and sociologist Henri Lefebvre. Based on this procedure, it was possible to understand that the genesis of rural settlements, in Brazil, has as a historical-social procedure the territorial formation and the agrarian question juxtaposed in disputes and conflicts between different individuals and social groups. Moreover, it was possible to perceive that the social domain retains a reading of the reality that escapes to the abstract philosophical categorization because it encompasses the real in its concrete and essential amplitude. In view of this, we highlight that the following objectives guide the dissertation: to identify the historical-political and territorial trajectories of Heitoraí-GO, to understand its insertion, from the formative processes of the Brazilian Cerrado and to analyze the forms of sociability constituted in the fragmented daily life of São Bento Settlement as possibilities of rupture of the capital-state binomial. The methodological procedures of the study are a bibliographical review on the themes of the agrarian, territorial question and of the specialized literature about the theme of the rural settlements in Brazil. In addition, consultations and research were carried out in the documents of the Institute of Colonization and Agrarian Reform and the Pastoral Land Commission. Fieldwork was developed in the settlement in focus, in which it was possible to conduct interviews, to apply questionnaires and consult meeting minutes of the periods of camps. Through the participant observation, it was learned that the settlers' daily life is determined by the constraints of the economic and bureaucratic objectification, namely of the production, of the labor, of the marketing and of the negotiation. However, social relations, based on spontaneous cooperation and on the mutual aid, reveal fractures in the daily life captured by the capital-state binomial. It means that, although the objective conditions are indispensable, the subjective dimension of the social relations, linked to the set of affinities among the settlers, defines other forms of social reproduction beyond the economic sphere. These dimensions constitute networks of sociabilities that are built, disintegrate at different speeds in the peasants' daily life, and which also operate spontaneously, while the necessities arise.

Keywords: Agrarian question, Settlements, Daily life.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Heitorai e Microrregião de Anápolis	37
Ilustração 2 - Capelinha e construção da Igreja Matriz (década de 1950).....	40
Ilustração 3 - Acampamento Córrego Seco – Heitorai-GO (1997)	90
Ilustração 4 - Planta Geral do Projeto do Assentamento São Bento/Heitorai-GO.	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cronograma histórico de Heitorai.....	41
Quadro 2 - Cronologia histórica de formação do Assentamento São Bento.....	97
Quadro 3 - O conceito de cotidiano em Henri Lefebvre (1991), Agnes Heller (1985), Michel de Certeau (1998) e Pierre Bourdieu (1983)	116

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de famílias assentadas, projetos de assentamentos criados e área incorporada no Brasil (até 1995-2015).....	51
Gráfico 2 - Número de famílias assentadas, projetos de assentamentos criados e área incorporada em Goiás (até 1995-2015)	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População urbana e rural dos municípios e a porcentagem de participação na dinâmica agrícola e rural de Heitorai (2018).....	45
Tabela 2 - Assentamentos rurais de Heitorai com as respectivas datas de criação, área total, quantidade de famílias e as entidades/instituições de apoio.....	47
Tabela 3 - Número de famílias assentadas, projetos de assentamentos criados e área total incorporada no Brasil (até 1995 - 2015).....	49
Tabela 4 - Número de famílias assentadas, projetos de assentamentos criados e área incorporada em Goiás (até 1995-2015)	52
Tabela 5 - Número de famílias assentadas, projetos de assentamentos criados e área incorporada em Heitorai (até 1995-2015)	57
Tabela 6 - Cidade de origem, profissão anterior ao assentamento e escolarização.....	101
Tabela 7 - Religião, filiação e tipo de lavoura mais cultivada (2017).....	107
Tabela 8 - Formas de produção, trabalho, comercialização, renda e cooperação no Assentamento São Bento/Heitorai-GO (2017)	122

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1	19
1. PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL AGRÁRIO DE HEITORAÍ NO CONTEXTO DO TERRITÓRIO GOIANO E BRASILEIRO	19
1.1. O TERRITÓRIO DE HEITORAÍ NA LÓGICA DA REPRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO GOIANO	24
1.1.1 A formação territorial do espaço agrário goiano	24
1.2. FORMAS ORGANIZATIVAS DO ESPAÇO SOCIAL DE HEITORAÍ	31
1.2.1 História e formação de Heitoraí	35
1.3. OS ASSENTAMENTOS RURAIS ENQUANTO ELEMENTO DA (RE)ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DE HEITORAÍ	47
CAPÍTULO 2	59
2. (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL DO ASSENTAMENTO SÃO BENTO: COTIDIANOS FRAGMENTADOS, VIVÊNCIAS PARTILHADAS.	59
2.1. OS PROCESSOS FORMADORES DO CERRADO GOIANO NO CONTEXTO DA MODERNIZAÇÃO TERRITORIAL.....	60
2.1.2 Os movimentos sociais: o papel relevante do MST e da CPT na formação dos assentamentos rurais em Heitoraí-GO	63
2.2. A CONJUNTURA POLÍTICA E ECONÔMICA DE EMERGÊNCIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL (1970-1990)	73
2.3. O ASSENTAMENTO SÃO BENTO: ESPAÇO DE (RE)INVENÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA AO BINÔMIO CAPITAL-ESTADO	80
2.3.1. Do Acampamento Córrego Seco ao Assentamento São Bento	84
CAPÍTULO 3	99
3. ESPAÇOS VIVIDOS: HISTÓRIAS, TRAJETÓRIAS E RESISTÊNCIAS DOS ASSENTADOS EM SÃO BENTO	99
3.1. SOCIABILIDADES CRIADAS NO MUNDO DO TRABALHO	100

3.1.1 Cotidiano e reprodução das relações sociais de produção	108
3.2. PRÁTICAS COTIDIANAS E OS USOS DO ESPAÇO SOCIAL: INTERPRETANDO AS REDES DE SOCIABILIDADES	118
3.2.1 Cooperação e associativismo: uma dimensão das redes de sociabilidades	119
3.2.2 As relações interpessoais e a espontaneidade entre os assentados: espaço de invenção das sociabilidades	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS	146
DOCUMENTOS	153
FONTES ORAIS	154
ANEXOS	155
APÊNDICES	170

INTRODUÇÃO

O processo de (re)produção do espaço social agrário do Assentamento São Bento, em Heitorai-GO, é intento central da presente dissertação em que pretendemos interpretar as possíveis rupturas do binômio capital-estado. O espaço social agrário requer uma abordagem que perpassa as formas de organização e os movimentos histórico-sociais de diversos pontos de vista. Essas vias interpretativas elaboram uma rede de interposições dialéticas que explicam a formatação do território goiano. Compreender essa produção espacial pela abordagem dialética se torna importante por considerar a dinâmica das relações sociais no âmbito do modo de produção capitalista. Então, o espaço social é concebido como um processo resultante das contradições encetadas pelo capital em uma estrutura previamente definida, pelas forças político-ideológicas, econômicas e técnicas.

A apreensão do espaço social, neste estudo, é assente em uma leitura da realidade que abarca o real em sua amplitude concreta e essencial. As proposituras atinentes às formulações teórico-metodológicas acerca da concepção do que se trata aqui como espaço social, situam-se para além das demarcações do pensamento abstrato, aquele divorciado da prática social. A configuração desse espaço se definiu a partir do pressuposto material-concreto. Os elementos da teorização sobre ele se colocam como necessários, porém não de forma absoluta, uma vez que o desenho desse ambiente é socialmente construído. Por isso, o entendimento das relações sociais e de produção, na tessitura do espaço, dimensiona as forças hegemônicas. Nesse contexto, os sujeitos sociais produzem suas formas de existência em um espaço socialmente determinado, justapondo-se aos tempos e aos elementos da produção, da troca, do consumo, da cultura, do imaginário; enfim, da vida cotidiana (LEFEBVRE, 2016; GOTTDIENER, 1993; CARLOS, 1994; OSEKI, 1996, entre outros).

Diante desses pressupostos, admitimos que os assentamentos rurais se constituem como frutos das contradições sociais decorrentes dos conflitos potencializados no meio agrário brasileiro. Entendemos que a intensa investida do capital no campo redimensionou as dinâmicas das relações sociais e de produção, engendrando as desigualdades sociais. Os conflitos são produzidos pelos múltiplos interesses dos agentes (Estado, grupos empresariais, elites agrárias, movimentos sociais, sindicatos, camponeses etc.) formadores do território. É mister apontar que a questão agrária nos remete às discussões políticas e econômicas que culminaram em contradições e arranjos vivenciados no cotidiano dos assentamentos.

Os pontos basilares da dissertação demandam compreensões da historicidade de formação do território, bem como das estratégias político-ideológicas e econômicas que

determinam as contradições que envolvem a problemática agrária no Brasil. O *modus operandi* do modelo agrário influenciou na configuração do espaço social-territorial assente em uma base formativa que prepondera a intensificação das contradições sociais e econômicas. As consequências desse modo, indubitavelmente, são partes da lógica de concentração da riqueza e dos meios de produção que, *pari passu*, implicam na segregação socioeconômica (PRADO JÚNIOR, 1963/1967; FURTADO, 2003; HOLANDA, 1956; ABREU, 2000; SODRÉ, 1979, MOTTA, 2012).

O território goiano resulta da espacialização do capital configurada pelos diversos projetos políticos, econômicos e ideológicos justapostos historicamente. Esse conceito, no estudo, envolve a ideia ampliada e complexa do que se elabora por Cerrado. O último é entendido como local dotado de aspectos naturais, geográficos e biológicos, mas também provido de uma dinâmica estrutural gerada por contradições sociais diversas. Para ajustar as concepções de Cerrado e território, assumimos que ambas se sujeitam às intencionalidades de ações contraditórias do modo de produção capitalista. O Cerrado goiano, nas últimas décadas, passou e passa por intensas transformações socioespaciais, além de ser alvo de ações que se efetivam pela lógica da modernização territorial (CHAUL, 1997; DAVIDOFF, 1993; PESSOA, 2009; SANTOS e SILVEIRA, 2001; CASTILHO, 2007/2012/; PELÁ, 2010).

Essas ações macrossociais, que promoveram as transformações do Cerrado, decorrem dessa modernização territorial e se tornam reflexões pontuais na presente análise sobre o espaço agrário de Heitorai e do Assentamento São Bento, em especial. Para tanto, analisaremos as relações sociais e a realidade agrária por uma visão que descortina as contradições que envolvem a luta pela terra e as facetas de implantação das políticas de assentamentos rurais.

A priori, esses estabelecimentos são vistos como unidades de produção agrícola que empregam mão de obra familiar que pertencem ao âmbito das políticas públicas do Estado. *A posteriori*, entende-se que possuem dimensões organizativas que sugerem diversas subjetividades, como formas de cooperação, associativismo, modos de vida e sociabilidades. Assim, tanto por aspectos objetivos e subjetivos, definem-se por serem socialmente construídos por diversos sujeitos com diferentes interesses (BERGAMASCO, 1996/2003; SCOPINHO, 2012; MARTINS, 2009; LEITE et. al, 2004).

Os debates sobre os assentamentos ora se apresentam complementares, ora divergentes. Para os primeiros, ocorre o consenso de que essas unidades não se definem como dispositivos de direito ao acesso à terra, mas representam formas de constituição de minifúndios. Para os segundos, a experiência de assentamentos rurais no Brasil implica diretamente no direito à terra, geração de renda e emprego, bem como propicia qualidade de vida a inúmeros trabalhadores.

Os processos histórico-sociais conseqüentaram em uma densa combinação de ações provenientes das forças engendradas pelo binômio capital-estado. A par dessas concepções, sublinha-se que o estudo do Assentamento São Bento suscita os seguintes questionamentos: quais mudanças decorrem da relação do direito ao acesso à terra e os efeitos das políticas de institucionalização dos assentamentos em Heitoraí-GO? Quais seriam as possibilidades de ruptura do binômio capital-estado no cotidiano do Assentamento São Bento?

Compreender os sentidos da produção do espaço e, por conseguinte, analisar as lógicas de (re)produção das relações sociais de produção, por meio dos desdobramentos que se dão no cotidiano do Assentamento em questão, são os objetivos centrais da presente dissertação. Para tanto, pretendemos identificar as trajetórias histórico-políticas e territoriais de Heitoraí e desvelar as fissuras do processo de modernização do território, em Goiás, que influenciaram e influenciam na dinâmica socioespacial e agrária do município da análise.

Para concatenar os objetivos apresentados, recorreremos aos postulados do método progressivo-regressivo, de estrutura epistemológica concebida pelo filósofo e sociólogo Henri Lefebvre. Sua concepção se pauta, sobretudo, no materialismo histórico-dialético, mas o autor refuta a ideia unívoca de tratar o cotidiano social pela abordagem do determinismo econômico-político. Para ele, essa perspectiva não desvela as relações sociais em sua totalidade.

As formas de resistências, presentes no cotidiano do Assentamento São Bento, se tornam elementos fundamentais para a interpretação das redes de sociabilidades. Essas são formadas por práticas que se revelam no cotidiano. Logo, a interpretação das vivências dos assentados, por essa via metodológica, dá-se na relação entre a História e a Sociologia, uma vez que o nosso propósito é a compreensão, apreensão e análise das práticas sociais.

Nesse sentido, entende Lefebvre (1975, p. 71) *apud* Xavier (2010, p. 03) que:

- a) Descriptivo. Observación, pero informada por la experiencia y una teoría general. En primer plano: la observación sobre el terreno. Utilización prudente de las técnicas de encuesta (entrevistas, cuestionarios, estadísticas).
- b) Analítico-regressivo. Análisis de la realidad escrita. Intento de fecharla exactamente (para no contentarse con una realación de arcaísmos sin fecha, sin comparación unos com otros).
- c) Histórico-genético. Estudio de las modificaciones aportadas a la estructura en cuestión, una vez fechada, por el desarrollo ulterior (interno o externo) y por su subordinación a estructuras de conjunto. Intento de una clasificación genética de las formaciones u estructuras, en el marco del proceso de conjunto. Intento, por tanto, de regresar a lo actual precedentemente descrito, para reencontrar lo presente, pero elucidado y comprendido: explicado.

Observamos que, para Lefebvre, o método regressivo-progressivo desencadeia em uma abordagem que escapa aos princípios das estruturas enrijecidas e imutáveis. Ao considerar o

“Descritivo”, Lefebvre percebe a pesquisa no campo das técnicas e de seus recursos investigativos, como entrevistas, questionários, estatísticas, entre outros. Acrescenta, ainda, que o “Analítico-regressivo” é tratado pelo protagonismo da História, já que, de modo geral, somente ela possibilita estabelecer comparações. Por fim, recorre ao “Histórico-genético”, primazia direcionada à sociologia como caminho de apreensão do social. Ao considerar essas contribuições, do método regressivo-progressivo de Lefebvre, imprescindíveis à análise das questões sociais, Martins (2008, p. 105) assevera que

cabe ao pesquisador reconstituir, a partir de um olhar teoricamente informado, a diversidade das relações sociais, identificando e descrevendo o que vê. Esse é o momento descritivo do método. Nele, o tempo de cada relação social ainda não está identificado. O pesquisador procede mais como narrador que expõe e ordena os dados de sua pesquisa. O segundo momento é analítico-regressivo. Por meio dele mergulhamos na complexidade vertical da vida social, a da coexistência de relações sociais que tem datas desiguais. Nele, a realidade é analisada, decomposta. É quando o pesquisador deve fazer um esforço para datá-la exatamente. O terceiro momento do método da dialética de Lefebvre é histórico-genético. Nele, deve o pesquisador procurar o reencontro do presente, “mas elucidado, compreendido, explicado”. A volta à superfície fenomênica da realidade social elucidada o percebido pelo concebido teoricamente e define as condições e possibilidades do vivido.

Divididos em três momentos essenciais (descritivo, analítico-regressivo, histórico-genético), o método regressivo-progressivo possibilita desvendar as contradições sociais que “não se reduzem a confrontos de interesses entre diferentes categorias sociais”, pois são históricas e revelam descompassos e desencontros de tempos e de possibilidades (MARTINS, 2008, p.106). Assim, “[...] a riqueza deste método está ancorada na ruptura com o conhecimento parcelado, o dos especialistas” (XAVIER, 2010, p. 3), pois para o pesquisador “fica evidente a importância do domínio das disciplinas especiais – a sociologia, a antropologia, a história, a economia, a geografia, a estatística, etc.” (MARTINS, op. cit).

Nesse campo metodológico, implica considerar os aspectos do cotidiano, da tradição, dos costumes, dos valores, do território, da vida, enquanto regime histórico-social de “codificação-decodificação”. Sartre (1967, p.47) aduz sobre o método de Lefebvre asseverando que “[...] nada temos a acrescentar senão que este método, com sua fase de descrição fenomenológica e seu duplo movimento de regressão depois de progressão, nós o cremos válido [...] Só ele pode ser heurístico. Resta lamentar que Lefebvre não tenha encontrado imitadores entre os outros intelectuais marxistas”.

A compreensão da produção do espaço social agrário e das relações sociais estabelecidas no/do Assentamento São Bento perpassam ao procedimento descritivo, na observância dos elementos que compõem determinada realidade social. Obviamente que a

descrição cruza o campo da sensibilidade do pesquisador para objetar e recolher o que lhe é peculiar, mas também o da objetividade que requer interpretações para além de suas pretensões investigativas. Por conseguinte, aplicando-se o procedimento analítico-regressivo, a realidade social é sopesada por meio de suas tensões e conflitos, nos múltiplos espaços e tempos desiguais.

Na árdua tarefa de investigação, percebemos que as relações sociais se efetivam no cotidiano dos assentados como corolários das raízes históricas da formação territorial brasileira. Tais relações sociais subsistem, momentaneamente, nos assentamentos por meio dos modos de vida, comportamentos, hábitos e costumes elaborados à época das várias etapas do acampamento ou mesmo antes desse período. Por fim, a fase da aplicação do histórico-genético, como procedimento, possibilita aglutinar a observância descritiva da realidade social alinhada à percepção da desigualdade de tempos históricos. Os quais estão presentes em uma mesma área e, por consequência, a compreensão do vivido, como campo do possível, torna-se real. Cabe indagar se o vivido, como possível caminho de desvendamento da realidade social, não transcende a materialidade do cotidiano e alcança, por meio das sociabilidades criadas, o sentido da obra, como propõe Lefebvre?

Por essa razão, acreditamos que o método regressivo-progressivo é importante para se compreender a realidade social do Assentamento São Bento, não como espaço social que emerge tão somente das contradições socioeconômicas, mas como lugar da possibilidade da obra, do valor de uso, da crença, da festa, do jogo, do onírico. Entre outras questões metodológicas, não cabe ao método regressivo-progressivo enviesar-se pelo aporte fechado do materialismo histórico, cuja pretensão é aguçar as lutas de classes sem compreender e interpretar os agentes e os sujeitos sociais desse movimento.

Dentre os procedimentos metodológicos empregados, podemos assim apresentá-los, respectivamente: a) levantamentos e discussão bibliográfica acerca da literatura especializada sobre o tema; b) pesquisa nos arquivos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT)¹; c) trabalho de campo *in loco*, no qual realizamos entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários². Durante as visitas obtivemos acesso aos documentos como atas de reuniões do acampamento, estatuto do

¹ A busca nos arquivos do INCRA realizou-se mediante pesquisa no site do órgão e visita a sua sede em Goiânia, onde consegui os projetos de criação de todos os cinco assentamentos de Heitorai. Em relação à CPT, a pesquisa foi empreendida somente no site da entidade, mais especificamente no Centro de Pesquisa e Documentação Dom Tomás Balduino que, aliás, apresenta uma farta documentação sobre o histórico e a atuação da CPT e que pode ser facilmente acessada.

² Os recursos utilizados para efetuar as entrevistas foram: gravador de voz e câmera digital fotográfica.

assentamento e imagens dos assentados, as quais possibilitaram apreender detalhes da dinâmica e da realidade do local. As narrativas colhidas subsidiaram os entendimentos das trajetórias de vida, das condições objetivas e subjetivas de reprodução social e das relações interpessoais.

Diante da incipiente produção bibliográfica sobre Heitorai/GO, destacamos a relevância dessa dissertação pelo fato de se tratar de um estudo sistematizado que até então não havia sido realizado sobre o município, a cidade e, em especial, sobre o Assentamento São Bento. Ademais, ressaltamos a pertinência do estudo porque a região do município de Heitorai-GO é fortemente influenciada por cinco assentamentos rurais, dentre os quais São Bento, em particular, destaca-se por ser um dos mais ativos na produção agrícola e na construção de redes de sociabilidades. Percebemos que as vivências se desvelam ali, contraditoriamente, para além do valor de troca (mercadoria), ou seja, fazem aflorar, às vezes, o valor de uso (modos de vida), na acepção do pensamento lefbreviano. O método empregado considera as cotidianidades como fissuras de uma realidade que vai além da materialidade, dos conflitos, da institucionalidade, das burocracias e de outros aspectos.

A estrutura do texto dissertativo divide-se em três capítulos. No primeiro, realizamos uma sucinta discussão bibliográfica da questão agrária e territorial em nível nacional, regional e local, de maneira a retratar a formação histórica, da sociedade brasileira, cujas raízes rurais e fundiárias referem-se à adoção de políticas econômicas exportadoras de produtos agrícolas, de repercussão econômica no mercado externo que delinea a estrutura agrária interna do país, conforme salienta Furtado (2003), Prado Júnior (1977), entre outros. A concentração de terras advém da exploração dos *plantations* e da reprodução social da elite agrária perpetuada ao longo do formação histórica-brasileira. Com isso, a constituição do território nacional projetou-se a partir da exploração dos recursos naturais e da produção agrícola, conforme os interesses econômicos a ele destinados. A questão agrária e territorial em Goiás é resultante das políticas de interiorização/colonização (Bandeirantismo, Marcha Para o Oeste, Colônias Agrícolas Nacionais, construção de ferrovias, rodovias etc.) aliadas à modernização agrícola e implantação de grandes projetos de investimentos. Em Heitorai, a lógica da produção territorial, associada à questão agrária, decorre da apropriação de terras devolutas e da fragmentação de médias e pequenas propriedades.

No segundo, buscamos realçar os assentamentos rurais como realidades construídas a partir dos movimentos sociais camponeses e de trabalhadores rurais sem-terra. Nesse ínterim, os assentamentos rurais são provenientes das pressões exercidas pelos trabalhadores rurais frente ao Estado para promover o acesso à terra. São, ainda, unidades fomentadas por políticas públicas que visam oportunizar trabalho, renda e qualidade de vida aos assentados, e também

espaços de sociabilidades baseados no cooperativismo, na reciprocidade, no associativismo e nas sociabilidades. Nesse, analisamos o processo de formação do Assentamento São Bento na órbita da questão agrária em Heitoráí, abordando como se processou a luta pela terra no município, a partir da ocupação e efetivação de acampamentos.

No último capítulo, a análise se desdobra para compreender as formas de resistências constituídas nos cotidianos fragmentados do Assentamento São Bento, lidas como possibilidades de ruptura do binômio capital-estado. A partir dessa premissa, buscamos alcançar o entendimento do cotidiano para além do valor de troca, procurando identificar momentos em que se revela o valor de uso (LEFEBVRE, 2016). A discussão centra-se no contexto da cotidianidade dos assentados e nas relações de sociabilidades que ocorrem, espontaneamente, *pari passu* aos efeitos da dinâmica da reprodução social. De uma forma, as relações de produção, a lógica de mercado e a burocracia econômica são elementos que circunscrevem o cotidiano dos assentados como condição de sua reprodução e permanência na terra. De outra forma, as sociabilidades criadas no interior das relações econômicas ocorrem nos interstícios do mundo do trabalho, da comercialização e da burocracia. Assim, as sociabilidades como valor de uso, na acepção de Lefebvre (2016), emergem de forma espontânea, diante do imprevisto, do acaso, do possível-impossível.

CAPÍTULO 1

1. PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL AGRÁRIO DE HEITORAÍ NO CONTEXTO DO TERRITÓRIO GOIANO E BRASILEIRO

O Assentamento São Bento, em Heitorai-GO, será analisado por intermédio de pressupostos da (re)produção do espaço como resultante dos dispositivos do sistema capitalista. Para tanto, o estudo requer certa revisão teórica dos temas que circundam a questão fundiária, bem como da estrutura agrária e de sua reforma. Esses temas são determinantes para se compreender os espaços rurais e urbanos ao longo do processo histórico brasileiro. Seja como for, a ampla discussão sobre o tema agrário brasileiro revela os (des)caminhos em que se constituiu o espaço territorial, além de desvelar o modelo de exploração das riquezas naturais ligada à produção de gêneros tropicais para exportação. A formatação do território brasileiro ocorre sob o pretexto de compulsória exploração que obedece aos fatores político, econômico e ideológico dominantes.

Não é intenção periodizar o longo e contraditório percurso histórico de formação do território brasileiro, mas, de modo geral, se entende necessário inferir breves comentários sobre o território, primando pelas perspectivas de alguns autores clássicos e contemporâneos, com o objetivo de promover uma análise das convergências/divergências de teses sobre o referido tema.

Nesse propósito, Furtado (2003) analisa a formação territorial brasileira do ponto de vista de um projeto econômico associado à política mercantil exploratória. Em outras palavras, essa ocupação/formação revela os interesses contidos nos projetos político-econômicos nacionais. O primado dessa exploração é resultante da pressão política exercida por nações europeias, a fim de garantir direitos de propriedade territoriais e manutenção da hegemonia, do poderio e dos ímpetus da colonização.

Depreende-se desse contexto que os intentos coloniais europeus forjaram o jogo político-ideológico e de poder, delineando, assim, as contradições da ocupação territorial, não somente no Brasil, mas em toda a América do Sul.

Na esteira do pensamento de Furtado (2003), Prado Júnior (1963) indica que o sentido do processo de colonização, efetuado a partir do século XVI, atende aos interesses mercantilistas dos Estados Nacionais Modernos. Como resultado, efetiva-se a política de exploração dos recursos naturais, bem como de abastecimento do mercado europeu com produtos tropicais e metais preciosos. Desse modo, para o autor, ocorreu uma espécie de

estrutura que definiu, por sua vez, um *sistema*, uma *unidade*, que confere aos meios de exploração do território, sentidos unilaterais acerca da formação do espaço territorial. A estrutura produzida centra-se na tríade: latifúndio-monocultura-trabalho escravo, constituindo, assim, os fatores estruturantes do processo de concentração fundiária que passou a definir a questão agrária no Brasil. Sobre esse aspecto,

completam-se assim os três elementos constitutivos da organização agrária do Brasil colonial: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. Estes três elementos se conjugam num sistema político, a grande exploração rural, isto é, a reunião numa mesma unidade produtora, de grande número de indivíduos; isto é que constitui a célula fundamental da economia agrária brasileira (PRADO JUNIOR, 1963, p. 117).

A par dessa tríade, a estrutura agrária brasileira se concentra e os dispositivos inerentes a essa organização se reificam, delimitando a base espacial e territorial. Destaca-se ainda que esse

É o caráter que tomará a exploração agrária nos trópicos. Esta se realizara em larga escala, isto é, em grandes unidades produtoras – fazendas, engenhos, plantações (as plantations das colônias inglesas) – que reúnem, cada qual, um número relativamente avultado de trabalhadores. Em outras palavras, para cada proprietário (fazendeiro, senhor ou plantador), haveria muitos trabalhadores subordinados e sem propriedade (PRADO JUNIOR, 1977, p. 20-21).

Com efeito, a perspectiva elencada por Prado Júnior (1977) implica em uma visão estruturalista, ancorada, sobretudo, nos princípios teóricos do materialismo histórico. Tal concepção possibilita entender que o projeto de exploração, que definiu os espaços agrários e urbanos, atrela-se aos dispositivos de dominação, diretamente associados às explorações da força de trabalho e ao estabelecimento da propriedade privada da terra.

Portanto, recorre-se à historiografia brasileira, sobretudo aos aportes teórico-metodológicos de Holanda (1956), Abreu (2000), Sodré (1979), Motta (2012), Silva (1983), entre outros, para compreender tais contextos de formação que subjugaram o território nacional à grande propriedade rural e ao capital. Assim, os postulados de Holanda (1956) versam sobre a *herança rural* da grande monocultura mantida por uma política de exploração predatória e exportadora. Destaca, ainda, o latifúndio como instância de desenvolvimento dessa política exploratória que, entre outras questões, dilui-se nos *Tipos Ideais* do aventureiro e do trabalhador. Desse modo, “toda estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos [...] não foi a rigor uma civilização agrícola o que os portugueses instauraram no Brasil, foi, sem dúvida, uma civilização de raízes rurais” (HOLANDA, 1956, p. 87).

Destarte, a referência do autor suscita pensar que a relação posta pelos aventureiros, sem dúvida, primou por uma prática predatória e de não-ocupação efetiva do território que, por sua vez, imprimiu consequências devastas dos recursos naturais, vistas pela degradação do solo. Os trabalhadores, *pari passu*, vislumbravam imprimir uma dinâmica de ocupação em que a lógica de propriedade se concretizava no uso efetivo das terras. No tocante aos sujeitos colonizadores, o território brasileiro era tratado por uma dialética de apropriação desigual que resultou na herança rural concentrada.

Abreu (2000) ressalta que a política de colonização decorreu de uma conjunção entre as terras doadas pela Coroa Portuguesa, aos donatários, e a sua respectiva apropriação, por herança. Para o autor, essa junção configurou a estrutura fundiária do Brasil, bem como determinou a conformação do território nacional.

Os pensamentos de Abreu (2000) e Sodré (1979) coadunam que o modo de produção mercantil e a acumulação primitiva de capital se acentuaram a partir do século XVIII, influenciando na estruturação territorial do país. Para Sodré, entender a formação do território nacional é compreender a história da configuração agrária do país do ponto de vista histórico, político e econômico.

Neste estudo, recorre-se às perspectivas contemporâneas, às visões que possibilitam ir além da influência colonial, capazes de empreender pontos complementares às contribuições clássicas já mencionadas. Motta (2012) recupera a discussão ao considerar que a distribuição de terras no país deve ir além da explicação de uma herança rural colonial, uma vez que a estrutura fundiária, fruto de um processo lento e complexo, constitui-se de especificidades que não estão apenas alocadas no período citado. As particularidades, produzidas nesse contexto denso e complexo, desencadearam conflitos internos entre os sujeitos sociais; primeiramente entre os sesmeiros; em segundo, entre os sesmeiros e Portugal.

Todavia, o principal argumento da autora está assente na ausência de órgãos fiscalizadores, implicando em um processo de concentração de terras por parte dos designatários do Império, ao longo da história política, econômica e social do Brasil. A autora remonta à Lei de Sesmarias, criada em Portugal como mecanismo para diminuir a grave crise agrícola decorrente da concentração fundiária e da escassez do cultivo agrícola, cultivo esse referente à política de concessão de terras; portanto, logo transplantado para a colônia. Assim,

as concessões de sesmarias colocavam a justiça em intrincadas situações, reconhecendo os direitos dos sesmeiros, mas também reafirmando a primazia da posse. Os conflitos gestados mostravam ainda que a obrigatoriedade do cultivo era o constrangimento maior para aqueles que – ao arrepio da lei – buscavam um título legítimo. [...] A sesmaria fundara a propriedade territorial no Brasil e estabelecia um constrangimento

estranho aos interesses do liberalismo, sempre pronto a fazer cumprir a lei na casa do vizinho (MOTTA, 2012, p. 259).

Nota-se que os problemas oriundos da implementação das sesmarias no território brasileiro, durante o período colonial, determinaram uma série de conflitos que iam desde a demanda por terras, do litígio pela posse ao título das terras. Considera-se que foi obscura, imprecisa e dúbia a demarcação das terras requeridas e concedidas pela Coroa Portuguesa. Essa demarcação demonstra que o acesso à propriedade privada da terra era uma intermitente disputa por espaço e território por parte dos demandantes, além de não efetivar a obrigatoriedade do cultivo agrícola.

As sesmarias constituíam um aparato jurídico e político determinante para a tessitura do espaço agrário, uma vez que definiam os modos de colonização e produção agrícola como condição para se requerer uma data de terras³. Silva (1983) afirma que a consolidação da concentração fundiária no Brasil se efetivou com as sesmarias, cedendo terras a particulares, em grande parte, àqueles que apresentavam condições financeiras e estruturais (certo número de escravos e meios de produção) favoráveis ao empreendimento rural. Conforme Silva (1983, p. 23):

O início da colonização do território brasileiro se fez com a doação de grandes extensões de terra a particulares, denominadas sesmarias. Daí surgiram os latifúndios escravistas: a necessidade de exportar em grande escala e a escassez de mão-de-obra na colônia uniram-se à exigência de um rentável mercado de tráfico de escravos. [...] o latifúndio escravista produzia para exportar, essa era a sua finalidade básica. O produto mudava de acordo com os interesses da metrópole: primeiro açúcar e, no fim da escravidão, o café. A exportação da produção, aliada à importação de escravos, é que garantia a lucratividade dos capitais comerciais metropolitanos.

Do ponto de vista jurídico, no que tange ao processo de constituição do território brasileiro, as peculiaridades da noção de propriedade privada, concebida pelos particulares nas primeiras décadas da colônia, cingia-se nos interstícios dos requerimentos de sesmarias. Nesse sentido, o conceito de propriedade, em termos jurídicos, “[...] é toda relação jurídica de apropriação de uma coisa, e, em nosso território, essa apropriação deu-se basicamente a pretexto de ‘controlar’ os recursos naturais” (BENATTI, 2009, p. 212). Ademais, é possível inferir que a noção de controle de propriedade, associada à exploração dos recursos naturais descritos, decorre de três tipos de propriedade: sesmarial, senhorial e moderna.

A propriedade sesmarial configura-se como aquela

³ A expressão “data de terras” era muito utilizada no século XVIII e XIX e servia para designar uma certa medida de terra que se pretendia requerer ou titular.

[...] confirmada pelo rei, o sesmeiro requeria uma data de terra, cumpria as duas principais obrigações: o cultivo e a demarcação, para receber a confirmação. Reconhecia como direito individual de propriedade da terra os que possuíam como título originário atos de concessão e confirmação da Coroa portuguesa (BENATTI, p. 213).

Em segundo, tem-se a propriedade senhorial, a qual “[...] originou-se pelo apossamento primário da terra, ou seja, pela posse e não pela transferência oficial do bem público para o patrimônio particular, como ocorreu no sistema sesmarial”. Por último, a propriedade privada moderna “[...] é aquela que é demarcada e registrada em cartório, mecanismo utilizado pelo Poder Público para transferir seu patrimônio para o domínio privado” (BENATTI, p. 213).

Logo, percebe-se que a constituição do território brasileiro se deu por meio de complexas concepções de propriedade, bem como em função de noções diversas de Direito sobre a terra e a exploração dos recursos naturais. Em outras palavras, a diversidade de interpretações sobre o direito de posse, propriedade, exploração e produção provenientes, sobretudo, da terra, delineou a estrutura agrária brasileira.

Prado Júnior (1977) afirma que o território nacional é fruto de uma escolha que envolve uma interposição de interesses no âmbito da política, da economia e da ideologia. Os movimentos que promoveram a transformação do espaço territorial do Brasil enxertaram modificações estruturais significativas, mas a base central da formação histórica ainda permanece na sustentação de um sistema baseado na exploração econômica e na concentração exacerbada de terras.

Indubitavelmente, o objeto de estudo desta dissertação são os assentamentos rurais que emergem no âmbito da questão agrária brasileira; logo, são resultantes do alijamento dos sujeitos do campo, da intensa exploração da força de trabalho, da concentração de terra e do poder dos grupos dominantes que detinham e ainda detêm o capital agrário. Acrescenta-se, ainda, que são produtos da herança colonial rural assente na forma concentracionista, predatória e espoliativa.

Importa afirmar que ao analisar a raiz histórica dessa formação, mesmo que de forma breve, foi possível apreender elementos substanciais sobre a lógica da produção do espaço social, além de ter possibilitado o entendimento sobre os desdobramentos que determinaram a atual estrutura agrária brasileira. Isto posto, considera-se que a política de assentamentos rurais se torna fator estrutural para se questionar as formas históricas concentracionistas de apropriações fundiárias e, a contrapelo, pensar os assentamentos como mecanismos de propriedade, acesso à terra e de possibilidades de geração de renda. Para tanto, os processos de

produção do espaço social agrário goiano serão enfatizados, em particular o município de Heitorai, no contexto regional-local da questão agrária.

1.1. O TERRITÓRIO DE HEITORAÍ NA LÓGICA DA REPRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO GOIANO

A lógica da produção do espaço e a reprodução das relações sociais do trabalho são demonstrativos das forças do binômio capital-estado que imprimem contradições no âmbito da questão agrária. A formação do estado de Goiás, em uma perspectiva histórico-social, contribuiu para a estruturação do ambiente territorial e agrário de Heitorai. Na dissertação, o Assentamento São Bento será o objeto do estudo, cujo argumento principal da investigação é desvelar as construções que definem os elementos basilares do reordenamento espacial agrário goiano e do território heitoraiense⁴.

Por isso, pretende-se, inicialmente, pensar a formação do espaço goiano do ponto de vista das transformações históricas e sociais, ao que se intenta refletir sobre as principais inferências políticas, econômicas e ideológicas que determinaram a morfologia fundiária de Goiás. A discussão histórica e social sobre as contradições da formação desse território contribuirá para compreender como o município de Heitorai está inserido em movimentos de rupturas e continuidades, o qual imbrica tendências tradicionais e inovadoras para o debate sobre a questão da terra.

1.1.1 A formação territorial do espaço agrário goiano

As interpretações acerca da formação do território goiano proveem, em linhas gerais, de uma historiografia que se divide em duas vertentes: a da decadência da mineração e a da modernização da agricultura. A primeira abarca a retórica de interiorização que consubstanciou os movimentos de expansão das fronteiras agrícolas a partir do momento de intensa expectativa sobre os potenciais dos recursos naturais e minerais que, porventura, se encontraram em abundância na região central do país. Nesse propósito de expansão, rumo ao interior do

⁴ Importa acrescentar que Heitorai conta com cinco assentamentos rurais (São Bento, Lagoa Grande, Margarida Alves, Bom Jesus e Brumado), o que demonstra a pertinência dos mesmos na configuração territorial e agrária do município, além, é claro, da dinâmica econômica e social do município. Dedicaremos uma análise sobre a importância dos cinco assentamentos rurais existentes em Heitorai à frente.

território nacional, ressalta Chaul (1997) que Goiás se definiu como território de grande potencial abastecedor de recursos naturais, em especial, o ouro. Para o autor,

no século XVIII, teve início o povoamento da região, sendo que as minas começaram a ser exploradas a partir de 1726, ano que marca também a fundação do Arraial de Sant'Anna, o povoamento chega ao auge na década de 1750 para daí em diante, enfrentar um longo declínio, a exemplo de Minas Gerais e Mato Grosso (CHAUL, 1997, p. 27).

Goiás, nessa perspectiva, recebeu a devida atenção dos colonos, especialmente dos paulistas que, majoritariamente, empreenderam a incursão ao interior, cujo objetivo central se resumia à cata ao ouro e ao aprisionamento dos indígenas. As Entradas e Bandeiras contribuíram para definir os movimentos de expansão da exploração do território goiano. Davidoff (1993) ressalta que houve a construção da imagem exagerada em torno do bandeirante que, tido como o herói que desbravava o interior, contribuiu para difundir os valores da noção de desenvolvimento e integração das regiões ainda não ocupadas e/ou consideradas “vazias”. Para tanto, afirma o autor, a historiografia tradicional, no que toca às Entradas e Bandeiras, tomou duas posições distintas, sendo,

uma que engloba na designação bandeiras todas as expedições que incursionavam pelo sertão, partindo de qualquer ponto do Brasil e formadas a partir de iniciativa oficial ou particular. A outra corrente limita a aplicação do termo entradas às expedições inspiradas pelos representantes da Coroa reserva apenas aos grupos paulistas, de formação espontânea, o nome bandeiras (DAVIDOFF, 1993, p. 27).

O bandeirantismo explorava as minas de ouro e escravizava os indígenas, além de demarcar limites e fronteiras, motivo pelo qual afastava, em tese, a ameaça espanhola. Assim, a colonização do interior pretendia ser um mecanismo de defesa contra as investidas de empreendimentos de outros países europeus, rumo aos espaços e territórios ainda não efetivamente ocupados. Com o declínio da mineração, entram em cena a pecuária e a agricultura que demarcaram, assim, a segunda vertente da formação do território goiano, situado, historicamente, a partir de 1780.

É importante ressaltar que essas atividades econômicas já eram praticadas nas regiões mineradoras, quando, inclusive, surgiu um mercado interno de abastecimento de gêneros básicos. Segundo Chaul (1997), a agricultura e pecuária são duas atividades complementares na economia de Goiás à época da mineração. Desse modo, elas “[...] aparecem sempre juntas nas interpretações sobre a economia goiana, seja sob o manto do atraso, em que nada era como antes, mas persistia a ideia de que pouco havia mudado” (CHAUL, 1997, p. 95). Ainda segundo o autor,

a mineração teve vida breve em Goiás. Tem início em 1726, declinando após 1750, que marca o apogeu da mineração em Goiás. O declínio da mineração pode ser observado por meio da arrecadação do quinto do ouro, que passa de 40 arrobas em 1753 para 22 arrobas em 1768 e desaba para 8 arrobas em 1788, para 4 arrobas em 1808 e chega à mísera 0,5 arroba em 1823 (CHAUL, op. cit. p. 28).

As razões que explicam a rápida ascensão e queda na arrecadação do quinto, derivada do rápido esgotamento das minas, são, via de regra, as técnicas rudimentares de exploração do ouro, a falta de mão de obra, os poucos recursos financeiros empregados na extração do minério e, por último, uma administração que voltava seus esforços contínuos apenas para a arrecadação do quinto, negando a se empenhar no aprimoramento técnico da exploração das minas (CHAUL, op. cit. p. 28-29).

O declínio da mineração, resultado de fatores diversos, não pode ser associado à ideia de decadência em virtude de análises que levam em consideração o isolamento geográfico e, especificamente, o descaso do governo central para com Goiás. De acordo com Chaul (1997), não se pode nem falar em desenvolvimento econômico, muito menos em modernização no curto período da mineração em Goiás, isso porque, apesar de se criar núcleos urbanos e um mercado interno de gêneros de primeira necessidade (arroz, farinha, carne-seca, etc.), não houve crescimento e/ou desenvolvimento de expressão nessa região.

Guimarães (2014) assinala que a colonização e a ocupação do Estado se intensificaram a partir das décadas de 1920 e 1930, período que marca a construção de rodovias e linhas férreas, cujo objetivo primava por suprir a integração econômica de Goiás, principalmente às regiões Sul e Sudeste. Segundo a autora, a pecuária e a agricultura foram os vetores do processo de modernização, quando houve

a abertura de estradas rodoviárias e o avanço das linhas de ferro em 1913 acenavam para a diversificação da economia goiana de acordo com as novas exigências. Até então, o vínculo econômico com a região sul do país referia-se tão somente aos excedentes do gado comercializado e transportado pelas estradas boiadeiras e pelo rio Paranaíba aos mercados de São Paulo, mais precisamente ao oeste paulista. Nessa fase, o desenvolvimento de uma agricultura mais comercial começou a constituir-se paralelamente à pecuária (GUIMARÃES, 2014, p. 18).

Em contraposição aos argumentos de Guimarães, referentes ao período temporal assinalado, Castilho (2016) defende que a modernização territorial em Goiás, respeitando as especificidades locais, se deu a partir das primeiras décadas do século XX, com a construção de um aparato de redes técnicas que envolveu a malha ferroviária, rodoviária e de energia elétrica. Nesses termos, a modernização territorial, em Goiás, está centrada nas espacialidades

organizativas dessas redes e nos efeitos promovidos no território. Castilho (2016, p. 16-17), salienta que

[...] a proposta de análise da modernização como processo territorial [...] é o caminho interpretativo por meio das redes técnicas pelo fato destas serem importantes instrumentos de expansão da modernização e de conexão dos lugares, especialmente no contexto atual. Dentre essas redes, utilizamos como exemplo para entender a espacialização desse processo em Goiás os transportes (ferrovia e rodovia) e a energia elétrica.

Para o autor, a modernização é, então, assegurada pela implementação das redes técnicas que promovem dinâmicas específicas via elementos estratégicos e ideológicos asseguradores da defesa de interesses de determinados grupos políticos e econômicos, cuja hegemonia preponderou de forma significativa no território goiano.

Nesse sentido, a partir da década de 1940, o Estado brasileiro intensificou o projeto desenvolvimentista por meio do governo autoritário e centralizador, tendo como segmentos, no poder, as elites econômicas emergentes e, sobretudo, representantes do setor industrial, grupos políticos tradicionais e grupos urbanos da classe média. O século XX, em especial a década de 1940, assinalou o desenvolvimento de um “meio técnico-científico” no Brasil, de maneira a intensificar a difusão e a densificação do espaço construído, potencializando, também, os “processos produtivos e a mobilidade de pessoas, mercadorias e ideias” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 38).

Ainda nessa fase do Estado, cria-se as regulamentações necessárias para o controle do território e das forças de trabalho, essas normatizações foram resultantes de organizações econômicas e empresariais que modificaram as estruturas territoriais no meio agrário para atender aos ímpetus da industrialização que percorria diversas conjunturas e governos, alcançando, no período de 1964 a 1985, seu auge.

Em Goiás, é a partir da década de 1930 que o Estado interviu, de forma incisiva, na modernização territorial. Pessoa (2009) assinala que, no período do Estado Novo (1937-1945), a Marcha Para o Oeste (interiorização e integração do território) e a política de expansão agrícola (implantação do projeto das CAN - Colônias Agrícolas Nacionais) promoveram o crescimento econômico do interior; porém, ancorava-se no discurso de aniquilamento dos regionalismos.

A *priori*, para a referida dissertação, ressalta-se que o projeto de implementação das CAN promoveu, na região de Heitorai, o surgimento de núcleos organizados de produção agrícola influenciados diretamente pelo conjunto de medidas implementadas pelo governo varguista no estado de Goiás. Sabe-se que a primeira CAN a ser criada foi no Estado de Goiás

e se localizava no município da Cidade de Goiás (Goiás Velho), no qual, posteriormente, por meio da emancipação da colônia agrícola, surgiu o município de Ceres, na microrregião do Mato Grosso de Goiás. Esse projeto favoreceu, nas décadas de 1920 e 1930, um intenso fluxo migratório incentivado pela facilidade de acesso e fertilidade das terras, bem como pela riqueza florestal da parte centro-sul do estado (PESSOA, 2009).

Conforme salienta Castilho (2012, p. 117):

A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) foi criada na década de 1940 durante a política de expansão econômica que ficou conhecida como “Marcha para o Oeste” do então presidente Getúlio Vargas. Somados à criação de Goiânia e da Fundação Brasil Central, os projetos de Vargas muito influenciaram a configuração territorial da região central de Goiás denominada, naquele período, de Mato Grosso Goiano.

Em que pese, Goiás recebeu, nesse período, grande contingente de pessoas, em geral trabalhadores rurais em busca de uma gleba de terras para trabalhar. O governo investiu pesadamente em propaganda, buscando empreender o processo de colonização dos espaços vazios e potencializar a produção agrícola nos rincões do país. Com efeito, para subsidiar

as propagandas oficiais do governo, juntava-se o sonho dos trabalhadores rurais de conseguir um pedaço de terra, sonho esse que não se tornou realidade, pois o latifúndio era um pesadelo real nas terras goianas. A solução encontrada para o trabalhador foi tornar-se mão-de-obra para os fazendeiros ou a partir de uma ação mais concreta, ocupando terras devolutas e improdutivas (SILVA, 2003, p. 21).

A realidade do trabalhador que chegou às regiões destinadas pelo Estado à colonização agrícola foi diferente daquela propagandeada pelo governo. Em suma, existiam o latifúndio e toda a teia de relações de poder constituído que impediam a realização plena dos anseios dos trabalhadores; logo, as propagandas emergiram de dentro do sistema alienador de favorecimentos irrealis⁵. Não obstante, o trabalhador teve que se submeter ao jugo dos grandes proprietários, ora como meeiros, parceiros, arrendatários, ora como assalariados rurais. Conforme pontua Borges (2000) citado por Castilho (2012, p. 128):

A princípio, a CANG permitiu o assentamento de pequenos agricultores familiares. Mas tais assentamentos não foram politicamente pensados para destruir o latifúndio.

⁵ O Decreto-Lei nº 3.059 de 14 de fevereiro de 1941, que estabelece a criação das CAN, discrimina em seus 32 artigos as disposições necessárias para a efetivação do projeto do governo federal. Algumas das disposições versam, além da doação de terras (entre 20 a 50 ha) para trabalhadores dispostos a cultivá-las, receber também, subsídios financeiros (apenas no primeiro ano) para dar início ao empreendimento agrícola, sementes, material agrário, máquinas e instrumentos agrícolas, etc. O decreto ainda enfatiza a criação de casas e benfeitorias aos colonos, de um núcleo urbano, de uma cooperativa, de instrução e aprendizado rural aos filhos dos colonos, escolas primárias para alfabetização, assistência médica e farmacêutica, entre outros. No caso da CANG de Ceres (Decreto nº 6882), ressalta Pessoa (2009, p. 178) que muito do que fora prometido pelo governo e que constava no Decreto-Lei nº 3.059 não foi cumprido de fato, tais como a construção de casas nos lotes, assistência médica, disponibilidade de medicamento, escolas para a alfabetização da cooperativa, etc.

A estrutura da propriedade da terra no Brasil, em sua grande maioria, sempre foi baseada no grande latifúndio. Foi por isso que a pequena propriedade nas áreas de fronteiras agrícolas, como na CANG, tinha vida curta, pois logo era incorporada à grande fazenda pela lógica de expansão da agropecuária.

Isso posto, salienta-se que a única disposição, verdadeiramente cumprida pelo governo em relação à CANG de Ceres, foi a gratuidade da terra, isto é, a facilidade de acesso à terra – ao menos no início da implantação da CANG – contribuiu para um certo aumento da produção agrícola, assim como para a criação de inúmeros outros municípios goianos, como Carmo do Rio Verde, Rialma, Goianésia, Bom Jesus, Nova Glória, Ipiranga de Goiás, entre outros, principalmente na região do Mato Grosso Goiano.

Com a criação das Colônias Agrícolas Nacionais, o Estado brasileiro assumiu, até mesmo antes da década de 1940, um projeto desenvolvimentista atinente aos interesses de grupos específicos, ou seja, de grandes empresas rurais e multinacionais, especialmente voltadas para o processo de modernização da agricultura. Essa é uma assertiva que não deve ser ignorada em qualquer análise, defende-se que a ação estatal, nos projetos de grande repercussão econômica, se configura como basilar para promover a integração nacional e territorial do país.

Gonçalves Neto (1997) destaca que o Estado é protagonista no projeto desenvolvimentista do setor agrário, tido como estrutura de sustentação da economia de exportação. Ainda segundo o autor, vários programas e planos foram redigidos pelo Estado para atender ao projeto de desenvolvimento no espaço agrário, a mencionar: o Plano Trienal (1963-1965); o Plano de Ação Econômica do Governo (1964-1966); as Diretrizes do Governo do Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970); o Plano de Metas e Bases para a Ação do Governo (1970-1973); o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND, 1972-1974) e o II PND (1975-1979), entre outros.

Vainer e Araújo (1992) assinalam que o Estado assumiu, junto aos Grandes Projetos de Investimentos (GPI), a política de ocupação dos espaços e dos territórios ainda “vazios” sob uma lógica presente no desenvolvimento do capital. Para esse propósito, o Estado não mediu esforços em investimentos, acessibilidade de créditos a vultosos projetos empreendedores-financeiros, como construção de barragens para hidrelétricas, transposição de grandes rios, construção de rodovias, ferrovias e outros. Conforme os autores,

os GPIs buscam atender simultaneamente a duas exigências: a da produção e reprodução das condições gerais da acumulação e a do ordenamento territorial. São empreendimentos que consolidam o processo de apropriação de recursos naturais e humanos em determinados pontos do território, sob a lógica estritamente econômica,

respondendo a decisões e definições configuradas em espaços relacionais exógenos aos das populações/regiões das proximidades dos empreendimentos (VAINER; ARAÚJO, 1992, p. 34).

Como se observa, os Grandes Projetos de Investimentos implicam na realocação ou mesmo na expulsão de comunidades tradicionais, especialmente das populações ribeirinhas de determinadas regiões para lugares distantes e diferentes dos quais estavam habituados. É esse processo que caracteriza o outro lado da modernização da agricultura e do espaço rural brasileiro, cuja participação do Estado é mais do que fundamental. É esse processo que configura a questão social de segregação e espoliação de trabalhadores rurais, pequenos proprietários, indígenas e outros.

Ao ser expulso de suas terras, o camponês torna-se refém do grande capital agrário e passa por intenso processo de proletarização. Dessa condição, esse camponês expulso passa a atuar em outros segmentos de trabalhadores do campo: boias-frias, volantes⁶, trabalhadores temporários, diaristas, assalariados, dentre outros. Ademais, a expulsão ocasiona a expropriação do sujeito do campo que deixa de ser dono dos meios de produção (da terra, das ferramentas de trabalho, etc.) e na exploração do trabalhador rural que se submete a salários baixos ou a uma mísera quantia designada por produtividade individual. Ianni (2004, p. 120) pontua que,

no âmbito das condições econômicas, a gênese do proletariado rural depende da transformação do lavrador em trabalhador livre assalariado; isto é, em vendedor de força de trabalho. Em outros termos, no âmbito das condições econômicas, a gênese do proletariado rural depende da separação entre produtor (o lavrador) e a propriedade dos meios de produção. Talvez se possa dizer que a ocasião em que o operário aparece como categoria econômica, social e política é aquela em que já não possui, nem de fato nem imaginariamente, os meios de produção.

Considera-se as atribuições da modernização territorial que abrangem o meio agrícola, a pecuária e o processo de urbanização assumido pelo Estado que encetou movimentos de proletarização no campo brasileiro ao adotar medidas conservadoras, conforme as diretrizes do capital urbano-industrial. Em contraposição, a questão social rural, numa análise ampliada, se enrijeceu por intermédio dos movimentos sociais, da sindicalização, da questão partidária e das organizações sociais de defesa dos trabalhadores do campo.

Emergem, então, os movimentos de contradiscursos em meio à política de modernização do território, sabendo-se bem que o capitalismo é um sistema político-econômico que gera

⁶ Martins (1983) aduz que o trabalhador volante é aquele que trabalha em períodos distintos, basicamente em derrubadas de matas, aberturas de caminhos e estradas, manutenção e limpeza de lavouras. Indica ainda que o preço da mão de obra desse tipo de trabalhador é muito baixo, compensando ao proprietário de alguma lavoura o pagamento por seus serviços.

contradições determinantes. Tais contradições se revelam de formas diversas, sendo, portanto, questionada a estrutura política e econômica vigente. Mormente ao processo geral de modernização no campo, ressalta Medeiros, que na

[...] subordinação do trabalho ao capital e destruição da autonomia camponesa, é que a luta pela terra ganha forças, enquanto luta pela preservação dos meios de produção e do controle sobre o processo de trabalho. Nesse sentido, a luta pela terra recobre quer posseiros, quer parceiros, arrendatários assalariados ou pequenos proprietários (1981, p. 31).

Em última instância, compõe-se a luta camponesa, em suas diversas expressões (MST, MLST, Via Campesina, Partidos, CPT e outros), de um questionamento crítico da estrutura capitalista no que concerne ao campo e à agricultura brasileira. Importa salientar que esse é o elemento de questão social para além das premissas do capital. Como bem destaca Medeiros (1981), a luta camponesa é luta política e econômica, uma vez que indaga sobre as desigualdades potencializadas pelo sistema capitalista no âmbito da questão agrária.

Desse modo, a formação territorial de Goiás se insere no processo histórico-social que, mutuamente, incorpora os elementos tradicionais, conservadores e os conceitos inovadores que consubstanciam a modernização agrícola, o que implementa o sistema técnico-científico-informacional (SANTOS e SILVEIRA, 2001). É nesse contexto que as formas organizativas do espaço social impactam o município de Heitoraiá, por meio de mecanismos desiguais de produção do território. Daí emerge o espaço de sínteses contraditórias que convivem com os resquícios anacrônicos e sincrônicos do processo de configuração territorial agrária.

Compreender a formação do território goiano e as dinâmicas de sua determinação são ferramentas importantes para a construção de análise mais contextualizada e coerente da realidade histórico-social de Heitoraiá. Assim, o espaço social agrário, desse município, será analisado pelos distintos mecanismos que forjaram e consolidaram o Assentamento São Bento.

1.2. FORMAS ORGANIZATIVAS DO ESPAÇO SOCIAL DE HEITORAIÁ.

O espaço social se apresenta como um dispositivo de apropriação do território. É nele que as intencionalidades do binômio capital-estado se materializam e se efetivam por teia dialética de uso e dominação. Logo, torna-se a base reificada dos processos de formação e constituição da sociedade. Sendo assim, as formas de organização do meio social, em Heitoraiá, se configuram a partir da realidade histórica e social determinada que, sob abordagem, tende ao exame de sua própria formação municipal e do Assentamento São Bento, em si.

Ao analisar a produção social do contexto urbano, Gottdiener (1993) salienta que o espaço é resultado de processos políticos, econômicos e sociais. O autor leva em consideração elementos da organização social historicamente constituída como processo, ao se esquivar do perigoso campo de abordagem das teorias deterministas⁷ de exame de produção e (re)produção espacial. A partir de determinados fatores e variáveis, o ambiente social se constitui pelas diferentes formas com que a sociedade se organiza. Assim, temos que

[...] o espaço é uma construção social em todas as suas dimensões [...]; a transformação da sociedade deve ser feita através de uma criação consciente de novas relações socioespaciais que vinculem a transformação da obra à transformação da vida da comunidade (GOTTDIENER, 1993, p. 28).

Atinente a essa concepção de espaço, que é histórica e socialmente construída, deve-se considerar as formas de reprodução das relações sociais de produção, ao procurar evitar as análises convencionais e ortodoxas que privilegiam esse termo apenas como um campo de atuação do homem nos lugares (perspectiva ligada mais precisamente à Geografia e as suas concepções clássicas de espaço).

Em outros termos, o âmbito social constitui-se de características especificamente determinadas por contextos históricos e sociais que não escapam à propositura das transformações sociais, políticas, econômicas, culturais e territoriais. Desse modo, “[...] o espaço é também a história de como os homens, ao produzirem sua existência, fazem-no como espaço de produção, da troca, do consumo, enfim, da vida” (CARLOS, 1994, p. 36). O meio está para além de um simples lugar no qual a história ocorre, ele é, acima de tudo, a própria história dos homens e de sua produção. É também produto do trabalho humano, portanto produzido pelo sujeito histórico.

Os assentamentos rurais são representações diretas dessa produção socioespacial. Neles, as tessituras das relações de trabalho se conjugam com as dominações dos agentes do capital agrário, do Estado e dos movimentos sociais. As conflitualidades aparecem no cotidiano imediato e distante daqueles que partilham da luta pela terra e criam as formas de permanência e resistência aos dispositivos que controlam a vida do trabalhador no campo.

⁷ Tais abordagens levam a exames unilaterais e de dúbia confiança teórica e metodológica sobre a concepção de espaço como produto de uma realidade histórico-social. Faz referência basicamente ao estruturalismo que determina o espaço como fruto da contradição de classes no conjunto da sociedade, em que “[...] uma preocupação com o espaço e com uma postura política marxista no tocante aos processos capitalistas tardios de desenvolvimento foi sacrificada em favor da análise de certas questões teóricas divorciadas da práxis” (GOTTDIENER, 1993, p. 31).

Lefebvre (2016) assevera que o domínio social compreende o conteúdo imergido na (re)produção das relações de produção. Primeiro porque o espaço não é apenas um conceito abstrato e geograficamente determinado, ele é o campo da ação, da estratégia, da ideologia, da burocracia, do capital. Na acepção de Lefebvre, o espaço é político e ideológico, uma vez que comporta determinada estratégia definida por grupos e/ou classes específicas, mas é também como produto social e histórico. Conforme pontua,

o espaço foi formado, modelado a partir de elementos históricos ou naturais, mas politicamente. O espaço é político e ideológico. É uma representação literalmente povoada da ideologia. Existe uma ideologia do espaço. Por quê? Porque esse espaço, que parece homogêneo, que parece dado de uma vez na sua objetividade, na sua forma pura, tal como o constatamos, é um produto social. [...] o espaço é um produto da história, com algo outro e algo mais que a história no sentido clássico do termo (LEFEBVRE, 2016, p. 60).

Se o espaço é determinado por interesses político-ideológicos,⁸ ele deve ser analisado nas contradições gestadas, sejam elas evidenciadas e/ou dissimuladas. Lefebvre insiste na proposição de que o termo, em debate, é produto resultante das relações de produção a cargo do grupo atuante. Significa dizer que “a produção do espaço, em si, não é nova. Os grupos dominantes sempre produziram este ou aquele espaço particular, o das cidades antigas, o dos campos (aí incluídas as paisagens que em seguida parecem “naturais”). O novo é a produção global e total do espaço social” (LEFEBVRE, 1999, p. 142-143). Convém salientar que o espaço, na perspectiva de Lefebvre, envolve tão somente as relações sociais imediatamente dadas no âmago do processo produtivo em que há produção e, por conseguinte, mercantilização do meio.

Mormente ao aspecto da produção do espaço, Lefebvre reitera que não se trata tão somente de análises quantitativas dos lugares, mas sim, e tão somente, de fatores que envolvem intencionalidades, objetivos e estratégias de grupos, classes ou frações de classe. Desse modo, “o espaço se torna produto do trabalho social, isto é, objeto muito geral da produção. [...] Não

⁸ Lefebvre afirma que o urbanismo é uma ideologia que se propõe como ciência do espaço e que dissimula uma estratégia. O autor estabelece uma crítica tenaz ao urbanismo, sustentando que suas premissas visam ao emprego de uma ordem que pretende dominar a prática urbana e os processos formadores da urbanização. Além disso, o urbanismo, assevera Lefebvre, não passa de uma “ilusão urbanística” que tende para a busca incessante da planificação e da racionalização econômica, política e espacial. Eis a razão para a elaboração de um edifício teórico-empírico criticamente definido por Lefebvre ante ao urbanismo, uma vez que se trata de uma “máscara” e um “instrumento”, primeiramente do Estado, logo, de grupos, classes e/ou frações de classe. Isso se justifica, pois “o urbanismo não procura modelar o espaço como uma obra de arte. Nem segundo razões técnicas, como pretende. O que o urbanismo elabora é um espaço político” (LEFEBVRE, 1999, p. 164). Para Lefebvre, “a crítica do urbanismo contempla dois aspectos: a) crítica das ideologias urbanísticas e b) crítica das práticas urbanísticas (estratégias de classe) (LEFEBVRE, op. cit., p. 129).

se trata mais da terra, do solo, mas do espaço social como tal, produzido como tal, ou seja, com esse objetivo, com essa finalidade” (LEFEBVRE, op. cit. p. 142). A esse domínio, socialmente produzido, associam-se elementos que Lefebvre denomina de “antigas raridades” (pão – símbolo da alimentação) e “novas raridades” (ar, água, solo, etc.). Isso significa que as antigas raridades, com a consolidação do modo de produção capitalista, passaram a não ser periodicamente escassas (aumento da produção de alimentos),⁹ enquanto que as novas raridades, abundantes outrora (particularmente aos períodos históricos que antecedem o capitalismo), se tornam exíguas¹⁰. Diante desses fatores, o espaço social produzido é vendido e comprado, medido e quantificado, e os elementos que nele se encontravam em abundância (solo, água, ar), em épocas mais antigas, agora são comercializáveis.

Se até aqui verificou-se que o espaço se produz por si mesmo pelo caminho das relações sociais de produção, importa acrescentar outro importante condutor de sua produção, conforme aduz Lefebvre, trata-se das representações¹¹ que podem ser de duas maneiras. A primeira é a representação do espaço em que os indivíduos e grupos, cada qual assente numa ideologia (saber, conhecimento, técnica), produz meios. A segunda é o espaço das representações, trata-se de uma instância em que fluem os símbolos, os gestos, os signos, os sonhos, o imaginário. Vê-se a praça, o templo, a rua e a casa como esses espaços de representação; por fim, ambas representações coexistem (LEFEBVRE, 2000).

Convém admitir que para analisar o espaço social, o processo dialético, tomado como método apropriado de apreensão das contradições de sua produção, torna-se válido o que menciona Lefebvre: “o método para abordar os problemas do espaço não pode consistir unicamente num método formal, lógica ou logística; analisando as contradições do espaço na sociedade e na prática social, ele deve e pode ser, também, um método dialético” (LEFEBVRE, 2016. p. 62).

O que temos é que o espaço, em sua totalidade, só pode ser compreendido se apreendermos as contradições que emergem dos projetos políticos, ideológicos, econômicos,

⁹ Lefebvre adverte quanto a esse fator, pois deve-se levar em consideração as diferenças econômicas e técnicas entre os países.

¹⁰ A título de exemplo, Lefebvre cita o aparelho de ar condicionado, a água comercializada em recipientes específicos e o mercado imobiliário.

¹¹ Salienta-se que Lefebvre tece uma discussão profunda sobre esse conceito, considerando haver uma “teoria das representações”. Ao considerar as representações como uma teoria (não apenas no campo da abstração), Lefebvre afirma que as representações se constituem a partir de uma tríade: vivido (Marx), percebido (Hegel) e o concebido (Nietzsche). Ao campo do vivido, Lefebvre situa o real, o concreto, o sensível. No que se refere ao percebido, confere o ideal, o pensamento. Ao concebido, aduz ao sentido da obra, do costume, da linguagem. Conforme o autor, “a representação é uma etapa, um nível, um momento do conhecimento. É preciso passar por ela para sair dela, superando-a. A reflexão sempre pode voltar a cair nesse nível médio (mediador) entre o sensível e a abstração verdadeira, conceito e ideia” (LEFEBVRE, 2006, p. 23).

sociais, culturais e etc., na sua própria configuração. Esse quesito social integra elementos da abstração, do pensamento, da ciência, da técnica, da arquitetura, do urbanismo e da racionalidade, mas comporta também elementos do social, do político, do econômico, do cultural, do simbólico e das representações. Desse modo,

O espaço social também transcende (e supera) a classificação do que se entende por base estrutura-superestrutura. Sendo parte integrante das forças produtivas, ele não pode ser considerado uma *superestrutura* apesar de sua relação íntima com as instituições, com a cultura e o saber” (OSEKI, 1996, p. 112).

Lefebvre considera que o lugar esteja capturado pelo capital, determinado conforme a (re)produção das relações de produção, mas sua constituição se dá por meio das forças sociais e políticas que se impõem dialeticamente no “espaço inteiro”. Conforme o exposto, é no espaço social que as contradições e os conflitos emergem de uma dialética gestada pelo real, sendo considerado uma dimensão geral de interações globais das relações sociais. Não se trata apenas do espaço mental, ou físico, conforme alerta o autor, mas é produto e produtor de relações sociais, quer sejam elas circunscritas pelo capital ou determinadas pelas sociabilidades (valor de uso).

Essa compreensão do espaço social é importante para analisar como as relações sociais de dada realidade se concretizam. Isso porque a sociedade só pode se desenvolver em um dado espaço dominado pelos homens, produzido e reproduzido por eles. De acordo com os interesses, estratégias e ideologias, o espaço social se define como produto e obra, material e imaterial.

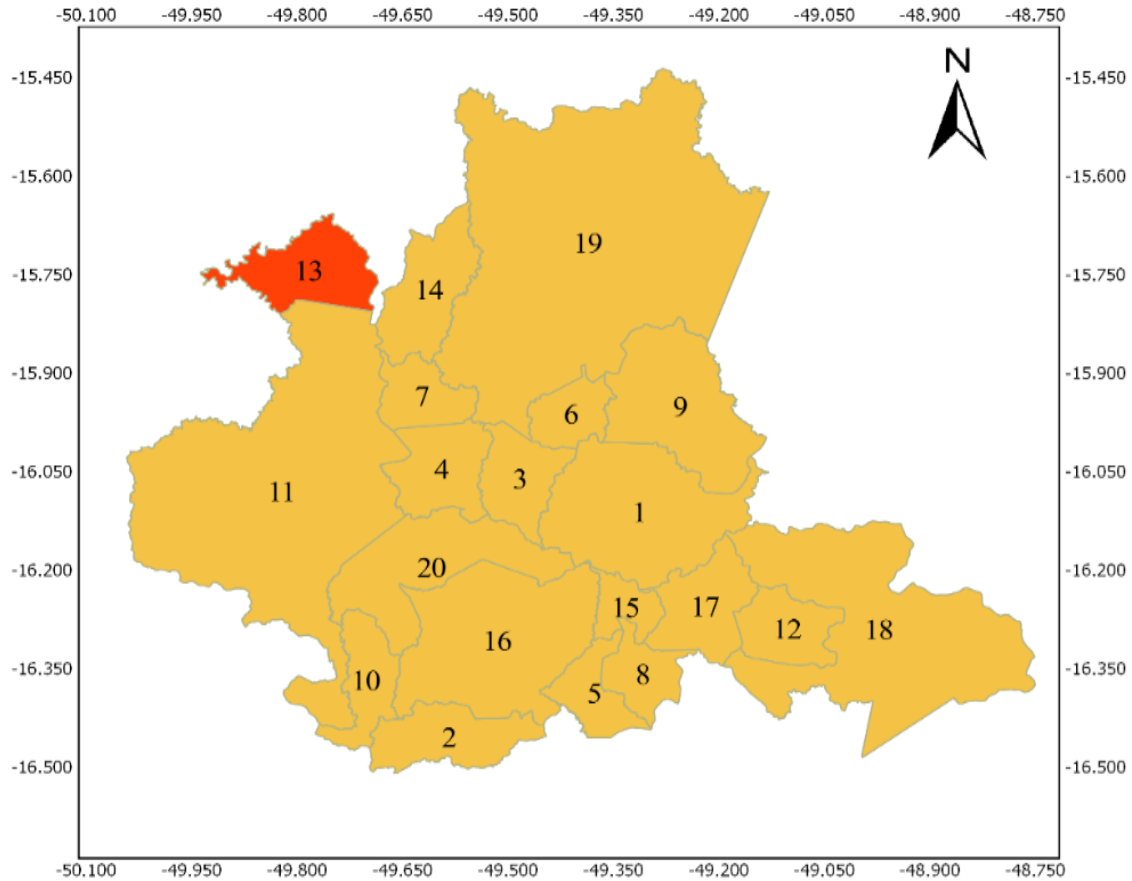
Com o intuito de pensar como se constituiu o espaço social de Heitorai e, por conseguinte, o espaço do Assentamento São Bento, será proposta, em seguida, uma descrição da formação histórico-social e política por intermédio das relações, estratégias políticas, sociais e da compreensão das redes de sociabilidades existentes no interior do Assentamento São Bento.

1.2.1 História e formação de Heitorai

Heitorai localiza-se na região centro-goiano e pertence à microrregião de Anápolis. O município conta com uma população de 3.571 habitantes e uma área total de 229,638 Km². A produção agrícola é o principal mote da economia do município, com destaque para a produção de banana, melancia, milho, mandioca, arroz, feijão, maracujá, cana-de-açúcar. Também se destaca a produção de leite e derivados (queijos, doces), ovos, mel, entre outros. No local, há uma expressiva quantidade de pequenos e médios estabelecimentos agrícolas, reforçando a

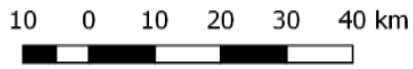
estrutura de boa parte dos municípios goianos (IBGE, 2010-2015; SEGPLAN, 2010). Na Ilustração 1 podemos observar a localização de Heitorai no conjunto dos municípios que pertencem à microrregião de Anápolis.

Ilustração 1 – Heitorai e a Microrregião de Anápolis (2017)



LEGENDA

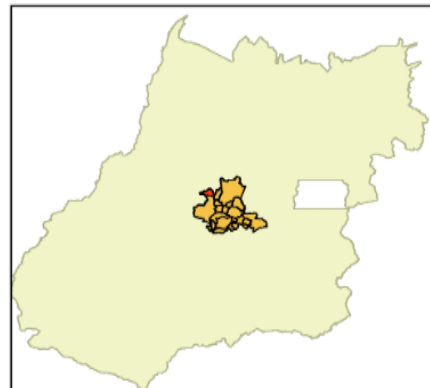
Microrregião de Anápolis	6 - Jesúpolis	12 - Campo Limpo de Goiás	18 - Anápolis
1 - Petrolina de Goiás	7 - Itaguari	13 - Heitorai	19 - Jaraguá
2 - Caturai	8 - Nova Veneza	14 - Itaguaru	20 - Itauçu
3 - Santa Rosa de Goiás	9 - São Francisco de Goiás	15 - Damolândia	Goiás
4 - Taquaral de Goiás	10 - Araçu	16 - Inhumas	
5 - Brazabrantes	11 - Itaberaí	17 - Ouro Verde de Goiás	



2017

Mapa produzido pelo software QGIS
 <http://www.qgis.org/pt_BR/site/> utilizando os shapes do SIEG <<http://www2.sieg.go.gov.br/>> como base cartográfica.

Organizador Geral: LIMA, J. C. R. de
 Cartografia Digital: FREITAS, D. R. de



O processo histórico de formação de Heitoraí segue a lógica da realidade baseada na exploração agrícola e de obtenção de terras devolutas. Via de regra, essa dinâmica da exploração de terras como reserva de valor e de trabalho, delinearam a configuração territorial, bem como determinaram aspectos sociais, políticos e econômicos de grande parte dos municípios goianos.

A emancipação de Heitoraí ocorre no ano de 1963, porém, o processo histórico de formação antecede esse período. Por volta do ano de 1910, uma família portuguesa, os Guedes (Joaquim Guedes, Adolfo Guedes e Luiz Guedes), requisitaram uma porção de terras devolutas para exploração agrícola junto ao Estado, a qual lhes foi concedida. Tal requerimento se deu, de fato, pela vantajosa exploração das terras que se apresentavam férteis e aptas para o cultivo agrícola.

Os Guedes construíram uma usina para a fabricação de açúcar e logo começaram a comercializar com outras regiões do Estado. Assim, no decorrer dos anos 1930-1940, os Guedes tiveram que vender parte de suas terras em virtude da dificuldade financeira pela qual passavam no momento. Por essa razão, Heitoraí, tendo um contexto histórico de formação mais estendido, surgiu, de fato, com os Guedes e, portanto, da venda e fragmentação de suas terras. Da fragmentação das terras da família Guedes, outras famílias foram se apropriando do espaço territorial e agrário da região, sobretudo para exploração da agricultura. Uma porção considerável das terras vendidas foi adquirida por uma família paulista, os Crisóstomos de Paula (Francisco Crisóstomos e Joaquim Crisóstomos) que também venderam parte de suas terras. Em seguida, a família Olavo Costa Campos, já na década de 1940, também adquiriu porções de terra onde hoje se encontra Heitoraí (NASCIMENTO DOS SANTOS, 2006).

De acordo com Castilho (2007), a fragmentação das terras, antes pertencentes aos Guedes, foi decisivamente o momento de maior destaque para a formação de Heitoraí, pois as grandes extensões de terras dos Guedes, por negociação e comercialização, foram divididas, “e mais famílias puderam ocupá-las [...]. E, assim, a terra foi se fragmentando em outras propriedades” (CASTILHO, 2007, p. 39). O autor considera, ainda, que a formação de colônias agrícolas e o conjunto das lavouras de café, arroz e milho, tornaram-se elementos consideráveis para a colonização da região atual de Heitoraí.

Com uma linguagem poética, Moura (1999) rememora os dias históricos que presenciou como morador de Heitoraí à época de sua formação. O poeta de raízes heitoraienses¹² assim relata sua experiência histórica:

E neste vislumbre vi chegar na região, margem direita do Rio Uru, os Heitores, os Crisóstomos, os Limas, estes procedentes de Franca e Buritizal, São Paulo. A odisseia foi titânica e perigosa, atravessando rios e ribeirões, matas virgens; as picadas eram feitas a machado, ao som dos carros de bois e da coragem, daqueles pioneiros de alma de bronze! Os meses rolaram no calendário do tempo, até que chegaram na antiga fazenda Capim-Puba. O mais religioso do grupo, o Senhor Joaquim Heitor, mandou logo, assim que se apossou de suas terras, que se edificasse na planície, no alto, uma capelinha em homenagem a Nossa Senhora Aparecida. Com o passar do tempo, as pessoas foram-se agregando em torno da capelinha, e formando-se uma pequena vila. Os moradores circunvizinhos deslocavam-se para assistirem as missas e festas religiosas. Ao saírem das fazendas, diziam: “Vou para a capelinha!”. E o povoado que se erguia, em volta da igreja, ficou conhecido como Capelinha (MOURA, 1999, p. 137).

Outro momento importante na formação histórica de Heitoraí é a construção de uma pequena Igreja, em torno da qual se desenvolveu um pequeno povoado que logo recebeu o nome de “capelinha”¹³. Como à época o catolicismo predominava na região, um dos proprietários de terra, o Sr. Joaquim José de Paula, muito devoto à fé católica, doou parte de suas terras (dois alqueires, mais precisamente) para que se construísse ali uma Igreja em que se pudesse celebrar missas, batizados, rezas, festas e etc. A construção da Igreja começou por volta da década 1950, recebeu o apoio e o incentivo de boa parte dos colonos, lavradores e proprietários da região. Devido ao aumento considerável da população, a pequena Igreja (capelinha) não comportava mais a quantidade de fiéis, o que promoveu a construção da Igreja Matriz (até hoje essa Igreja se encontra na praça central da cidade, Praça da Matriz) (NASCIMENTO dos SANTOS, 2006).

Na Ilustração 2, a “capelinha” (pequena igreja) à esquerda e, à direita, a igreja matriz, em construção.

¹² “Jorge Lima de Moura (literalmente **Moura Lima**) nasceu em 2 de dezembro de 1950, na fazenda Capim-Puba, localizada nas proximidades de um vilarejo denominado Capelinha (hoje Heitoraí), distrito de Itaberaí, situado às margens do rio Uru, extremado com Goiás Velho e os Sertões do Vale do São Patrício, no Estado de Goiás” (MOURA, 1999, p. 151).

¹³ Mesmo nos dias atuais, especialmente, os moradores mais antigos ainda têm por consideração memorável chamar carinhosamente a cidade de “capelinha”. Isso porque uma das primeiras construções da cidade foi uma pequena Igreja.

Ilustração 2 - Capelinha e construção da Igreja Matriz (década de 1950)



Fonte: Prefeitura Municipal de Heitoraf.

Para a construção da igreja matriz, além da devoção e fé dos fiéis, o cooperativismo no trabalho e o esforço mútuo foram importantes condutores de sua edificação. Relata Moura (op. cit. p. 137) que

[...] mais tarde, ao lado da outrora igreja, foi erguida a atual matriz. Lembro-me do animado mutirão que foi feito para edificar a matriz. Ainda menino, recordo-me dos vários carros de bois subindo a ladeira que margeava a nossa fazenda, carregados de tijolos e pedras.

Conforme se observa, o mutirão foi um elemento substancial da cooperação, não desconsiderando o aspecto da devoção e fé para que a igreja da matriz fosse, de fato, construída. A construção da igreja foi ressaltada para evidenciar as práticas de cooperação coletivas que ainda hoje são praticadas no município. De acordo com Christoffoli,

ainda no meio rural, é tradicional o desenvolvimento de formas mais embrionárias de cooperação, tais como os mutirões, as trocas de dias de serviço e as roças comunitárias. Essas formas de cooperação remontam aos tempos da colonização e se perpetuam até os dias atuais (2012, p. 160).

Isso demonstra que a devoção e o trabalho cooperativo são características das comunidades rurais e que, apesar de tempos de modernização da agricultura, formas de cooperação do trabalho ainda são praticadas e valorizadas no mundo camponês.

Em última instância, a emancipação de Heitoraf, ocorrida em 1963, foi um dos principais marcos históricos do município. Isso porque traz em si a autonomia não apenas administrativa, política e econômica, mas conserva a ideologia presente nos interesses de

determinados grupos locais hegemônicos, a citar as famílias tradicionais do município, que reproduziam suas bases de poder. Por meio da Lei de Criação nº 6.653, de 8 de outubro de 1963, Heitoraí deixa de ser distrito de Itaberaí e passa a ser município. As disposições, apresentadas pela lei de criação, afirmavam que o recente município deveria ter sede administrativa própria, de que a câmara municipal se compusesse de sete vereadores e que os poderes executivo e legislativo tomassem as providências necessárias para a sua emancipação.

O nome do município, Heitoraí, foi uma homenagem prestada ao Sr. Joaquim José de Paula por ter doado parte de suas terras para a construção da capela, tornando-se o primeiro prefeito do município. Em função do sobrenome de seu pai, Heitor, o nome foi composto por (Heitor + aí), o sufixo “aí” por conta do município de Itaberaí (NASCIMENTO dos SANTOS, 2006).

Castilho (2007, p. 42) salienta que o nome do município é demonstrativo da forte “[...] estrutura social assentada no papel masculino”. Tal assertiva revela a presença marcante de valores culturais tradicionais alicerçados no patriarcalismo característico de sociedades rurais de costumes mais conservadores. O Quadro 1 apresenta o cronograma histórico de formação do município em foco.

Quadro 1 - Cronograma histórico de Heitoraí

ANO	FATO HISTÓRICO
1899 / 1910	Os Guedes chegam à região da Cidade de Goiás. Requerem para exploração agrícola terras devolutas (região que compreende o município de Heitoraí, cujo nome dado foi de Fazenda Capim-Puba) e instalam uma fábrica (engenho) de açúcar.
1930 / 1946	Os Guedes vendem parte de suas terras por motivos de dificuldades financeiras. Os primeiros a adquirirem as terras dos Guedes foram os Crisóstomos. Logo, o Sr. Joaquim José de Paula adquire parte das terras dos Crisóstomos. Por meio da compra de 544 alqueires de terra, o Sr. Maximandro também consegue uma gleba de terra. Por conseguinte, a família Olavo Costa Campos adquire terras na região por meio da compra junto ao Sr. Maximandro. Formação de colônias agrícolas decorrente da forte imigração de trabalhadores rurais vindos de várias regiões (destaca-se a considerável migração de mineiros).
1948	O Sr. Joaquim José de Paula doa dois alqueires de suas terras para a construção de uma pequena igreja em decorrência de uma promessa feita a Nossa Senhora Aparecida. Formação do povoado em torno da pequena igreja construída. O povoado recebe o nome de “Capelinha”.
1950 (década)	Construção da Igreja Matriz em virtude do aumento de fiéis, consequência do significativo aumento da população.
1963	Emancipação do município por decorrência da Lei de Criação nº 6.653 de 8 de outubro de 1963. Heitoraí se torna, conforme a lei, município e deixa a condição de povoado/distrito submetido à Itaberaí.

Elaboração: Jean Carlos Ribeiro de Lima, 2017

Nota: Elaborado a partir dos dados de Nascimento dos Santos (2006) e Castilho (2007).

Nota-se que o contexto histórico-social de Heitoraí se constitui mesmo antes do processo de emancipação em 1963. Isso é significativo por demonstrar que a história se opera a partir de um processo e não por meio do factível. Qualquer análise da realidade social requer uma leitura atenta do processo histórico e de suas complexidades, bem como de seus conceitos básicos, a saber, do tempo e do espaço.

A história desse lugar se apresenta como processo em que não se pode desconsiderar determinados fatores que estão além de sua emancipação e que, de modo geral, contribuíram para o desenvolvimento e crescimento do município. Castilho (2007) identifica que os fatores de maior relevância para o desenvolvimento de Heitoraí estão associados ao processo de modernização do território goiano. Além do crescente contingente populacional urbano, o avanço da modernização, via construção e pavimentação de rodovias, foi o elemento chave para o crescimento de vários municípios em Goiás.

No caso de Heitoraí, a pavimentação da GO 156, que liga o município a Itaberaí a Itapuranga, durante a década de 1980, resultou em uma integração do município na órbita e na dinâmica do território goiano. *Pari passu*, parte dos fluxos migratórios se dirigiram para Heitoraí devido à ligação rodoviária com os municípios de Inhumas e Cidade de Goiás (Castilho, 2017, informação verbal)¹⁴.

A constituição histórica de Heitoraí e o processo de desenvolvimento representam formas particulares de modernização territorial diferenciada, isto é, apesar de vivenciarmos tempos de intensa modernidade técnica e digital, a cidade ainda apresenta modos e costumes tradicionais. Para essa questão, entendemos que a justaposição de tempos históricos, em determinado espaço marcado por ações modernizantes, pode se relacionar ao conceito apresentado por Martins (2008, p. 44), conhecido por modernidade inconclusa. Ao debruçar sobre a realidade latino-americana, o autor percebeu a ocorrência de uma modernidade transitória, efêmera e inautêntica. Isso significa que “não é o moderno que incorpora o tradicional e popular simplesmente. Antes, é a tradição que agrega fragmentos do moderno sem agregar um modo moderno de ser consciência [...]”. O autor denomina essa experiência quase que exclusiva dos países latinos americanos de *modernidade anômala*. Significa que

a anomalia está no fato de que se trata de uma modernidade sem crítica – sem consciência da sua *transitoriedade*, de que tudo é moda e passageiro. É modernidade, mas sua constituição e difusão se enreda em referenciais do tradicionalismo sem se tornar conservadorismo. Porque também desse lado estamos em face do inconcluso, do insuficiente, do postizo” (Martins, op. cit).

¹⁴ Reservo agradecimentos ao professor Dênis Castilho por fornecer informações contundentes à pesquisa.

A proposição de Martins (2008), acerca dessa modernidade, engloba um cotidiano, os signos ditos modernos que atuam como representações do modo hegemônico, porém sem a imposição autoritária, ou seja, a modernidade dilui-se na tradição e nos costumes populares, pois ela “[...] se apresenta como a máscara para ser vista. Está mais no âmbito do ser visto do que do viver” (p. 33). A modernidade restitui a aparência do moderno, da transitoriedade, do descartável, da deterioração do objeto, uma vez que se trata de um “[...] fenômeno recente, marcado sobretudo pela diluição das identidades, como as identidades nacionais, pela composição heterogênea do cultural e do social” (p. 29).

Assim feito, verifica-se que Heitorai conjuga os signos da modernidade, conservando suas tradições. Ao analisar o Cerrado, essa transitoriedade de tempos e produtos é visivelmente marcante na perspectiva de ocupação territorial. Pelá e Mendonça (2010) percebem a modernização nesse espaço como carregada de valores contemporâneos e tradicionais que alcança todos os lugares. Apesar de se apresentar hegemônica, no Cerrado goiano, dissolve-se em um mosaico de elementos da tradição, dos costumes rurais, dos valores populares e provincianos. É por essa razão que “[...] ora o Cerrado goiano é objeto de exploração, ora é objeto de preservação; ora é tradicional ora é contemporâneo, demonstrando as contradições entre normas e vidas” (p. 66).

Os autores enfatizam que o sentido da inovação, no território-Cerrado goiano, constitui-se em uma “aparência que pode ser moderna e cosmopolita”, porém “[...] sua essência ainda é tradicional. Nesse sentido, “há, aqui, a fusão de tempos desiguais num mesmo território, uma encruzilhada de tempos lentos e rápidos¹⁵” (PELÁ; MENDONÇA, 2010, p. 65). Em Heitorai, percebe-se essa “encruzilhada de tempos”, ora lentos, ora rápidos, pode-se observar, ainda e ao mesmo tempo, na sua paisagem, “[...] carros e carroças; quintais grandes com galinhas e muros altos, etc”. Assim, Heitorai possui “[...] fortes traços tradicionais, mas que são inseridos numa nova lógica e imbricados noutros, provenientes da modernização do território goiano” (CASTILHO, 2007, p. 33).

Como se pôde verificar até aqui, esse o município tem, em sua formação histórico-social, certo conjunto de características contraditórias que representam os conflitos da questão agrária. Por essa razão, faz-se necessário, mesmo que de maneira descritiva, relatar os meandros do processo de configuração socioespacial de Heitorai com o intuito de compreender esses

¹⁵ “[...] Tempo rápido é o tempo das firmas, dos indivíduos e das instituições hegemônicas e tempo lento é o tempo das instituições, das firmas e dos homens hegemonzados. A economia pode trabalhar nas áreas onde as velocidades são lentas. Quem necessita de velocidades rápidas é a economia hegemônica, são as firmas hegemônicas (PELÁ; MENDONÇA, 2010, p. 53) citado por (SANTOS, 2001).

conflitos. A questão agrária, nesse local, requer uma revisão do contexto histórico de sua formação, uma vez que a dinâmica do meio rural foi determinante para o atual desenho do espaço social e agrário do município.

Não obstante, sua questão agrária está associada à ação de desfragmentação de médias e grandes propriedades, como se pôde notar na chegada de seus primeiros fundadores. A partir dos Guedes, Crisóstomos e Heitores, a estrutura agrária foi sendo lenta e gradualmente modificada e o crescimento de pequenas propriedades foi considerável. Um exemplo que se pode tomar é o da própria constituição dos assentamentos rurais que, segundo Santana e Resende (2012), foram essenciais para a desfragmentação de médias e grandes propriedades em Heitoraí. Nesse sentido, em comparação ao período anterior aos assentamentos, Heitoraí caracterizava-se, em se tratando do espaço agrário, em um município constituído por médias e grandes áreas rurais. Após a efetivação dos assentamentos, cinco no total, ocorreu uma reconfiguração desse espaço agrário, compondo-se, em sua maioria, de médias e pequenas propriedades.

Além das transformações agrárias, os assentamentos criados, em meados da década de 1990, alteraram o fator demográfico do município. Em 1991, a população do município era de 3.021 habitantes. Já no ano 2000, a população era de 3.445 habitantes, ou seja, houve um aumento de cerca de 14%. Em 2010, a população alcança 3.571 habitantes¹⁶ (SEGPLAN; IBGE, 1991, 2000, 2010). Como se nota, o aumento da população, entre 1991 e 2000, pode ser computado em maior número justamente no período em que se iniciaram as ocupações das áreas rurais nas quais, hoje, se encontram os assentamentos.

O aspecto da transformação da esfera rural e da dinâmica demográfica de Heitoraí evidencia uma relação estritamente vinculada à questão do campo. Certamente, as famílias ali assentadas contribuíram (e contribuem) para a sinergia da produção agrícola, trabalho e geração de renda da região. De acordo com a classificação de Abramovay (2000), existem regiões consideradas “essencialmente rurais” (das quais mais de 50% da população regional habitam no meio rural), regiões “relativamente rurais” (aquelas em que entre 15% e 50% da população regional habitam no meio rural) e regiões “essencialmente urbanizadas” (menos de 15% da população regional habitam no meio rural) (ABRAMOVAY, 2000, p. 24-25 citado por ANJOS; CALDAS, 2014, p. 61). Se aplicarmos a classificação de Abramovay (2000), concluímos que Heitoraí é um município/região “relativamente rural”, pois apresenta uma população rural na casa dos 26% (ver Tabela 1). Por isso, Heitoraí não está isolado no que tange à dinâmica

¹⁶ Os dados são do Censo Demográfico (IBGE) de 1991, 2000 e 2010.

agrícola e rural, já que outros municípios interagem nessa dinâmica e colaboram para a constituição de uma região, conforme classificação de Abramovay (2000), “relativamente rural”, a partir da quantificação populacional neles presente.

Tabela 1 - População urbana e rural dos municípios e a porcentagem de participação na dinâmica agrícola e rural de Heitorai (2018)¹⁷

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO URBANA	%	POPULAÇÃO RURAL	%	POPULAÇÃO TOTAL
HEITORAÍ	2.645	74%	926	26%	3.571
ITABERAÍ	29.784	84%	5.587	16%	35.371
ITAPURANGA	21.235	82%	4.890	18%	26.125
GUARAÍTA	1.942	61%	934	39%	2.376
FAINA	3.849	55%	3.134	45%	6.983
MORRO AGUDO DE GOIÁS	1.649	70%	707	30%	2.356
CARMO DO RIO VERDE	7.054	79%	1.874	21%	8.928
SÃO PATRÍCIO	1.171	59%	820	41%	1.991
URUANA	11.232	81%	2.594	19%	13.826
ITAGUARU	4.521	83%	916	17%	5.437
ITAGUARI	3.968	88%	545	12%	4.513
TOTAL	89.050	80%	20%	20%	111.477

Fonte: Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (SEGPLAN-GO). Dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE).

Elaboração: Jean Carlos Ribeiro de Lima, 2018.

Nota: Os dados em porcentagem devem considerar as variações decimais provenientes de algumas aproximações possíveis.

A partir dos dados demográficos apresentados, percebemos que os municípios que integram a região de Heitorai são, conforme já indicado por Abramovay (2000), relativamente rurais, isso porque a população rural dessa região é de 20%, ou seja, com características e modos de vida, trabalho, produção e geração de renda fortemente influenciados pelo campo. Chamamos a atenção para o elevado índice de população rural de determinados municípios. Respectivamente, o município de Faina é o que apresenta maior índice de população rural (45%); em seguida, São Patrício (41%); Guaraíta (39%); Morro Agudo de Goiás (30%); Heitorai (26%); Carmo do Rio Verde (21%); Uruana (19%); Itapuranga (18%); Itaguaru (17%); Itaberaí (16%) e Itaguari (12%). Se aplicada a classificação de Abramovay (2000) a cada um desses municípios, apenas Itaguari seria considerado um município/região “essencialmente

¹⁷ Ressalta-se que os municípios expostos na Tabela 1 foram selecionados pelo autor de acordo com a importância na dinâmica demográfica, da produção e comercialização agrícola com o município de Heitorai. A elaboração dessa tabela se deu em razão de compreendermos que o conceito de região, abordado por Abramovay (2000), extrapola os limites fronteiriços de um município, abarcando outros municípios para se constituir. O autor agradece a pontual contribuição do professor Dênis Castilho acerca da indicação dos municípios citados na Tabela 1.

urbanizado”, pois estaria abaixo dos 15%, os demais estão classificados como regiões que apresentam relativa dinâmica rural, com forte influência da produção agrícola (principalmente da agricultura familiar) e da pecuária (especialmente a produção de leite e derivados).

De um lado, além de contribuir para o reordenamento do espaço agrário e da perspectiva demográfica, os assentamentos implantados em Heitoraí, por meio da reforma agrária, assinalaram para um novo panorama econômico do município, uma vez que “os assentados trouxeram uma nova dinâmica à agricultura e comércio deste município, ajudando em seu desenvolvimento que estava estagnado, dando novos rumos à produção local” (SANTANA; RESENDE, 2012, p. 63). De outro lado, a questão agrária, nessa instância, a partir dos assentamentos rurais, constitui-se a partir da luta pela terra que resultou na concretização da reforma agrária municipal.

A contar dos movimentos organizados, os camponeses, com o apoio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e da Comissão Pastoral da Terra, a partir da década de 1990, iniciaram a luta pela terra e pela reforma, em Heitoraí, acamparam e ali permaneceram por quase dois anos. O principal objetivo dos camponeses acampados era o de questionar a estrutura agrária local centrada em grandes extensões de propriedades, juntamente com o não cumprimento dessas para com a função social da terra, ou seja, o da produção agrícola, de renda e emprego.

Durante a reivindicação pela terra ali, os donos das propriedades rurais, aqueles que possuíam problemas com relação à função social dos terrenos, apresentavam, de acordo com os Laudos de Vistoria Técnica realizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), à época (1996-97), razões comuns para desapropriação dessas áreas e, por conseguinte, elaboração e criação de Projetos de Assentamentos Rurais no município.

Observa-se que todas as propriedades (quatro no total)¹⁸, vistoriadas pelos técnicos e agrônomos do INCRA, apresentavam, em particular, problemas quanto ao: a) descumprimento da legislação ambiental; b) descumprimento da legislação trabalhista e c) baixa ou nula produtividade agropecuária. Tais constatações expostas nos Laudos de Vistoria Técnica não deixavam dúvidas quanto ao descumprimento da função social da terra, das propriedades avaliadas em Heitoraí. Além dessa evidência, verificou-se que todas as áreas avaliadas

¹⁸ As propriedades que respectivamente foram avaliadas pelo INCRA, a propósito de averiguação de sua função social da terra, foram: a) Fazenda São Bento do Taquaral (Assentamento São Bento), b) Fazenda Capim Puba (Assentamento Lagoa Grande), c) Fazenda Brumado (Assentamento Margarida Alves e Assentamento Brumado) e d) Fazenda Mata do Pará (Assentamento Bom Jesus). A apuração desses dados foi possível graças ao trabalho de campo realizado na Superintendência Regional do INCRA em Goiânia, em dezembro de 2016, em que obtivemos cópias dos projetos de criação dos cinco assentamentos rurais em Heitoraí.

apresentavam solos férteis, robusta rede de córregos, rios e represas, além de uma vegetação rica em árvores de madeira de qualidade, como o angico, por exemplo.

Diante do exposto, observa-se que a questão agrária, no local em debate, é composta por elementos que envolvem a desfragmentação do espaço fundiário, resultante do processo de luta pela terra, a partir da formação dos assentamentos rurais. Evidentemente, a estrutura agrária de Heitorai ainda concentra áreas rurais de média e grande extensão, porém, em comparação com o período que antecede a efetivação dos assentamentos, a elevação de pequenas propriedades é significativa. Isso representa, *a priori*, que a reforma agrária, no município de Heitorai, a partir da reprodução social dos assentados, foi um dispositivo de acesso à terra, trabalho e renda, aos diversos trabalhadores rurais e urbanos.

1.3. OS ASSENTAMENTOS RURAIS ENQUANTO ELEMENTO DA (RE)ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DE HEITORAI.

A discussão anterior procurou abordar o espaço social de Heitorai do ponto de vista histórico, o que demonstra que a fragmentação do domínio agrário e territorial culminou na criação do núcleo urbano em torno da igreja. Nesse sentido, importa compreender que, além do São Bento, outros assentamentos rurais foram criados a partir de meados da década de 1990, contribuindo para uma proposta de (re)estruturação agrária, sobretudo no aspecto socioeconômico do município. Na Tabela 2, é possível observar os assentamentos criados e suas respectivas datas de criação, assinalando as seguintes variáveis: área total, quantidade de famílias e as entidades/instituições que apoiaram os assentados no processo de luta pela terra e na efetivação desses locais nessa instância municipal.

Tabela 2 - Assentamentos rurais de Heitorai com as respectivas datas de criação, área total, quantidade de famílias e as entidades/instituições de apoio.

ASSENTAMENTOS RURAIS DE HEITORAI	DATA DE CRIAÇÃO*	ÁREA TOTAL DO ASSENTAMENTO (ha)	QUANTIDADE DE FAMÍLIAS ASSENTADAS	ENTIDADE / INSTITUIÇÃO DE APOIO
P.A SÃO BENTO	22/12/1997	1.134.98	30**	CPT
P.A LAGOA GRANDE	23/12/1997	549.23	17	MST
P.A BRUMADO	05/03/1998	422.263	13	MST
P.A BOM JESUS	28/04/1998	420.60	12	MST
P.A MARGARIDA ALVES	04/05/1998	451.63	12	MST

Elaboração: Jean Carlos Ribeiro de Lima, 2017.

Nota: Elaborado a partir de trabalho de campo no INCRA, em que foi possível realizar cópia dos Projetos de Criação de cada um dos assentamentos discriminados no quadro acima.

*As datas de criação dos respectivos assentamentos foram apresentadas conforme datação da proposta de criação dos projetos de assentamento elaborados pelo INCRA, contidos nos Projetos de Criação de cada assentamento.

** A quantidade de famílias assentadas do São Bento aumentou para trinta e sete, posteriormente à instalação das primeiras trinta famílias, com o acréscimo de mais sete famílias.

A partir do quadro exposto e de alguns depoimentos colhidos, pudemos observar que o São Bento foi o primeiro assentamento a ser, de fato, criado. Não obstante, em um curto espaço de tempo (questão de dias e meses), os demais assentamentos foram sendo criados. Importa acrescentar que o processo de luta pela terra de todos os cinco assentamentos ocorreu quase que de forma simultânea. A título de exemplo, podemos mencionar o São Bento e o Lagoa Grande que, à época da luta pela terra, montaram seus respectivos acampamentos numa distância que, segundo os depoentes, não ultrapassava três quilômetros um do outro.

Os respectivos acampamentos se edificaram às margens da GO-427, em pontos diferentes. Outros acampamentos resultaram de Projetos de Assentamentos, entre eles: Brumado, Bom Jesus e Margarida Alves. Nesses casos, as ocupações ocorreram no interior das áreas que foram avaliadas pelo INCRA para futuras ações de desapropriações. Em termos gerais, os motivos levantados, tanto pelos acampados que lutavam pelo acesso à terra, quanto pelos laudos do INCRA, via pareceres de Vistoria Técnica, destacavam as seguintes questões, respectivamente: a) terra que não cumpre sua função social; b) desrespeito à legislação ambiental quanto à destinação específica de reserva legal e c) exploração do trabalho assalariado mediante o não cumprimento dos direitos trabalhistas¹⁹ (INCRA, 1998).

A partir das décadas de 1980-1990, ocorreu uma intensificação dos processos de criação de assentamentos rurais no Brasil e, especialmente em Goiás, segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Na Tabela 3, podemos conferir os números relativos à quantidade de famílias assentadas, projetos de assentamentos criados e a área incorporada, tendo como recorte inicial o período que compreende os anos de 1980 até 1995 e, posteriormente, acrescentamos o período a partir do ano de 1996 até 2015.

¹⁹ De acordo com o Laudo de Vistoria Técnica realizada pelo INCRA à época do processo de luta pela terra em Heitorai, das áreas em objeto de análise para futura desapropriação – e que culminou nos cinco assentamentos do município – havia trabalhadores em regime de trabalho há mais de dez anos sem carteira assinada e sem receber direitos trabalhistas.

Tabela 3 - Número de famílias assentadas, projetos de assentamentos criados e área total incorporada no Brasil (até 1995 - 2015)

ANO	FAMÍLIAS ASSENTADAS	PROJETOS DE ASSENTAMENTOS CRIADOS	ÁREA INCORPORADA PELA CRIAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS (HA)
Até 1995	111.756	1.325	19.044.285
1996	45.471	456	2.494.589
1997	66.869	715	4.167.114
1998	94.353	760	3.032.148
1999	90.019	669	2.316.660
2000	61.411	423	2.134.683
2001	72.301	476	1.857.455
2002	43.710	379	2.385.153
2003	37.674	321	4.527.055
2004	80.443	457	4.707.161
2005	122.794	860	12.934.868
2006	127.731	668	9.227.222
2007	63.142	386	5.785.521
2008	66.262	327	4.135.490
2009	54.255	298	1.889.404
2010	38.013	211	1.907.648
2011	22.243	112	327.999
2012	22.789	119	319.376
2013	30.277	136	415.447
2014	32.277	144	109.407
2015	23.040	70	88.350.705
TOTAL	1.306.912	9.321	1.068.935

Fonte: INCRA. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/acompanhe-a-C3%A7C3%B5es-do-mda-e-incra>>. Acesso em 24/08/2017.

Elaboração: Jean Carlos Ribeiro de Lima.

Nota: Elaborado a partir dos dados contidos em planilhas disponibilizados pelo INCRA e MDA.

A partir dos dados da tabela, pode-se depreender que até a década de 1980 (no que está representado por “até 1995”) há um marco no processo de implantação de assentamentos rurais como dispositivos de política de reforma agrária. Alguns fatores foram determinantes para isso, dentre eles se destacam: a) o processo de redemocratização e b) aumento das mobilizações sindicais, de movimentos e organizações sociais ligados ao campo, bem como de trabalhadores rurais organizados.

Conforme salienta Madeiros e Esterici (1994), a contar de 1982, os governos de oposição ao regime militar adotaram campanhas que buscavam alicerçar compromissos de mudança do quadro político, econômico e social em grande parte dos estados brasileiros. Com isso, a questão agrária é posta em debate, ressaltando a importância de se promover uma política de reforma agrária intensa, por meio da desapropriação de grandes latifúndios improdutivos, do acesso e utilização da terra por diversos trabalhadores. A partir desse momento, o Estado teve

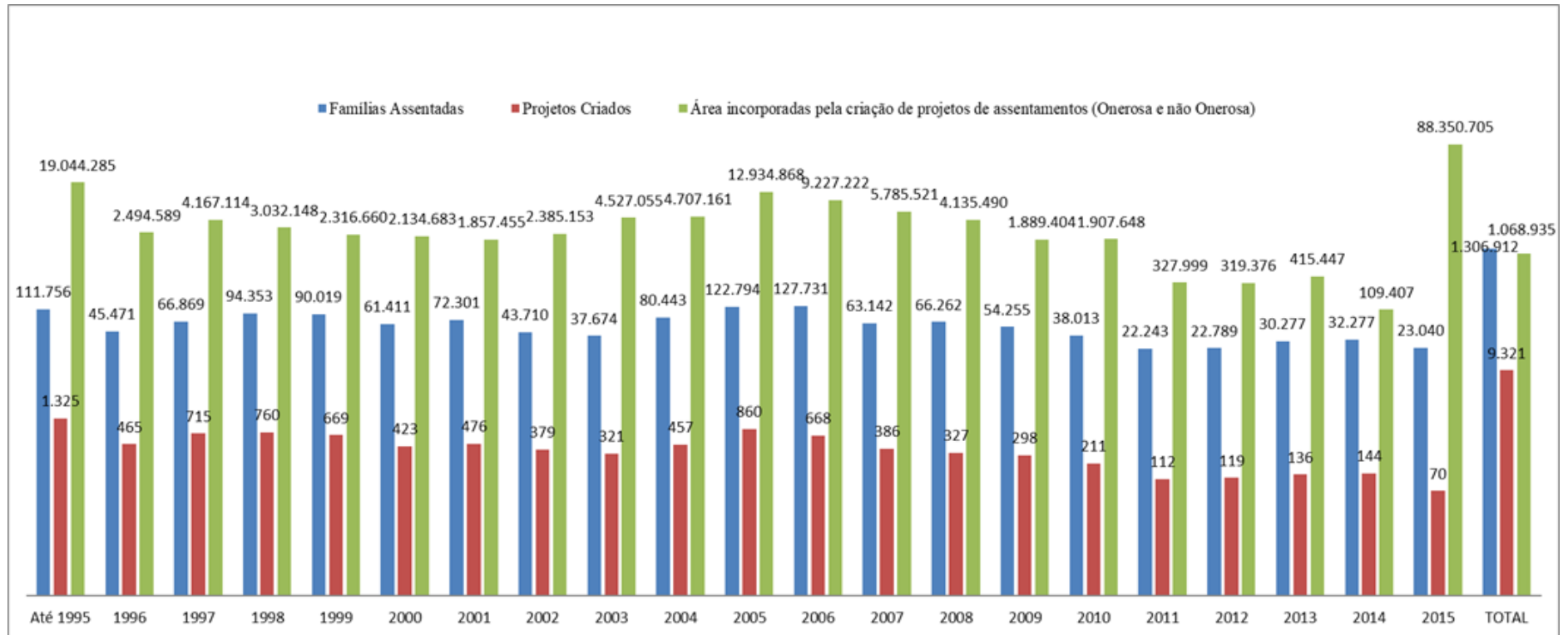
que adotar posições concretas em relação à questão agrária, uma vez que os movimentos sociais camponeses, a sindicalização e as organizações de pequenos e médios trabalhadores rurais sinalizavam para um questionamento mais incisivo da estrutura fundiária do país.

Assim, os assentamentos rurais se consolidavam como política pública do Estado, resultantes de pressões dos trabalhadores, mas também como frutos de mediações, envolvendo organismos como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), CPT (Comissão Pastoral da Terra), CEB (Comunidades Eclesiais de Base), os Sindicatos, entre outros, em decorrência da necessidade do diálogo e negociação mútua entre os agentes do Estado e os trabalhadores.

Percebe-se que os organismos e as entidades dos trabalhadores, na luta pela terra, representaram (e representam) importantes mecanismos de intermediação entre o Estado e suas reivindicações. Evidentemente, não se desconsidera os movimentos de luta pela terra de outros segmentos, os quais, em sua grande maioria, ocorrem por meio de associações e organizações de trabalhadores independentes, sem qualquer relação com sindicatos ou entidades. Salienta-se que “as mediações se fazem e se refazem no próprio acontecer dos movimentos, estão presentes em alguns momentos e não em outros, indicando que a compreensão de seu perfil só pode se dar no espectro das relações em que surgem e atuam” (MEDEIROS; ESTERCI, 1994, p. 19).

Ao passo que o movimento de luta pela terra se caracteriza como luta política, a necessidade concreta e institucional das organizações, entidades e sindicatos de atuarem como órgãos representativos dos interesses dos trabalhadores é sintomática, pois o Estado, configurado por relações de poder, requer a institucionalização e a burocratização dos conflitos, das reivindicações e dos movimentos sociais. O Gráfico 1 demonstra a evolução da proposta de reforma agrária mediante a política de assentamentos rurais empreendida a partir da década de 1980 e que se estende até a década de 2000, em nível nacional.

Gráfico 1 - Número de famílias assentadas, projetos de assentamentos criados e área incorporada no Brasil (até 1995-2015)



Fonte: INCRA. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/acompanhe-a-C3%A7-C3%B5es-do-mda-e-incra>>. Acesso em 24/08/2017.

Elaboração: Daiane Rubia de Freitas, 2017.

Nota: Elaborado a partir dos dados contidos em planilhas disponibilizados pelo INCRA e MDA.

Certamente, o que explica a intensa proposta de criação de assentamentos, no período que compreende as décadas de 1980 e 1990, é a perspectiva de debate sobre a reforma agrária no âmbito da política estatal. Posto isso, a politização da questão agrária, a partir do processo de redemocratização, foi elemento condutor de novos questionamentos acerca da conjuntura política, econômica e social que estava em plena discussão no país. A construção da relação entre o Estado e a questão agrária ocorreu, de acordo com Novicki (1994), de forma paulatina e conflituosa. Logo, a incorporação do debate da reforma agrária, pelo Estado, consistiu em densa mobilização popular por reajustamento da ordem política-institucional no trato dos problemas sociais que emergiam.

Em Goiás, o período que compreende as décadas de 1980 e 1990 também se mostrou intenso em propostas de questionamento acerca da estrutura fundiária por intermédio da política de assentamentos rurais. Na Tabela 4, é possível observar o número de famílias assentadas, os projetos de assentamentos criados e a área total incorporada.

Tabela 4 - Número de famílias assentadas, projetos de assentamentos criados e área incorporada em Goiás (até 1995-2015)

ANO	FAMÍLIAS ASSENTADAS	PROJETOS DE ASSENTAMENTOS CRIADOS	ÁREA INCORPORADA PELA CRIAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS (HA)
Até 1995	752	42	167.136
1996	175	25	76.541
1997	187	30	75.175
1998	1.006	42	100.768
1999	3.356	36	68.011
2000	3.737	17	62.911
2001	3.493	17	32.604
2002	920	10	13.746
2003	587	2	10.406
2004	961	14	66.285
2005	3.289	36	76.320
2006	1.650	26	45.551
2007	2.888	26	75.486
2008	1.222	9	17.581
2009	2.873	37	85.677
2010	1.242	23	35.837
2011	615	3	4.633
2012	840	8	20.492
2013	1.219	5	10.913
2014	1.300	6	19.576
2015	839	4	3.884
TOTAL	33.151	418	1.068.935

Fonte: INCRA. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/acompanhe-a-C3%A7C3%B5es-do-mda-e-incra>>. Acesso em 24/08/2017.

Elaboração: Jean Carlos Ribeiro de Lima, 2017.

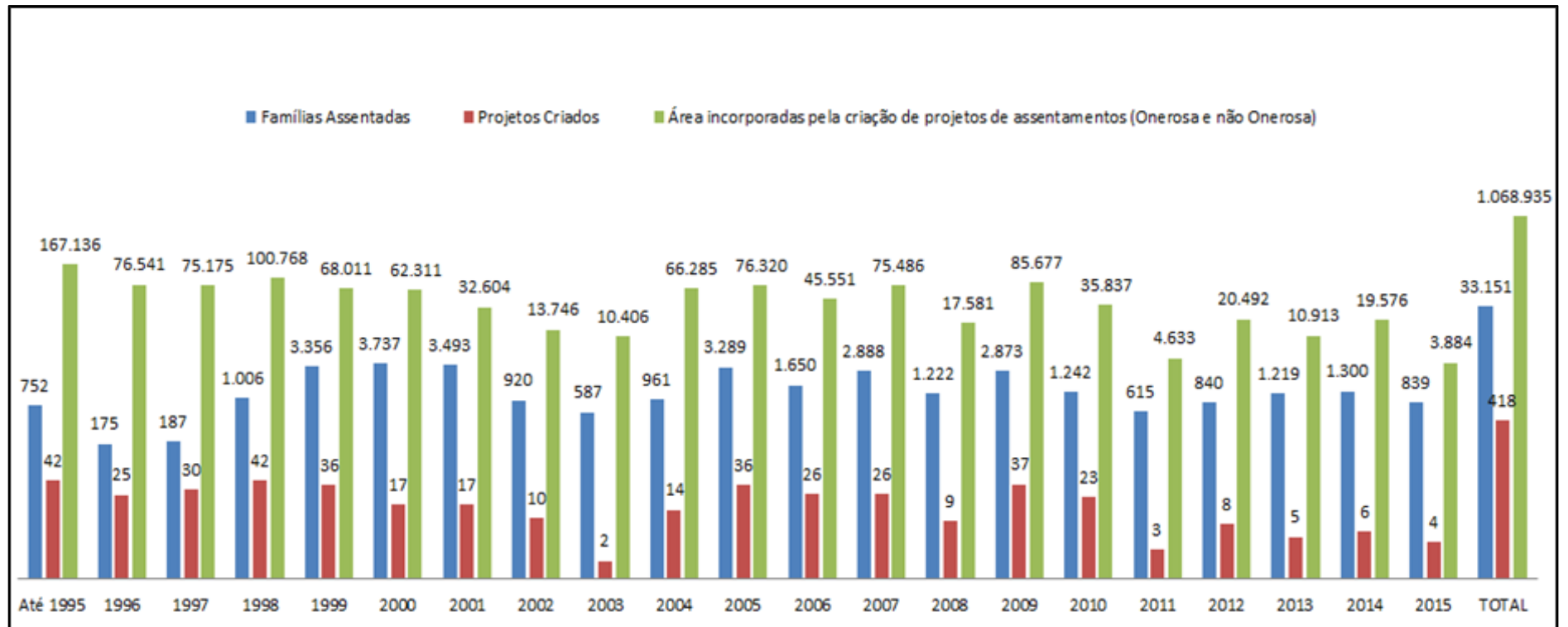
Nota: Elaborado a partir dos dados contidos em planilhas disponibilizados pelo INCRA e o MDA no seu endereço eletrônico detalhado na fonte.

Os dados apresentados mostram que o período de maior intensidade na criação de assentamentos, em Goiás, é o que corresponde à década de 1980 (levando em consideração os assentamentos criados até 1995) e à de 1990. Em grande parte, o que serve de justificativa para esse crescimento, além da questão dos movimentos sociais camponeses, foi a crise que afetou o agronegócio no mencionado período em que grandes proprietários se endividaram e tiveram que vender suas terras ao Estado para implementação de assentamentos rurais ou foram desapropriados, uma vez que a condição financeira não os possibilitava de manterem produtivas suas propriedades. Até 1995 foram criados 42 assentamentos com 752 famílias assentadas, resultando em uma área total incorporada de 167.136 (ha). As implicações desse aumento não servem de base para afirmarmos que houve, de fato, a concretização da permanência e reprodução social de assentados. Ao contrário, eles tiveram que aguardar por anos para conseguirem, via negociação com o Estado, as condições necessárias para sua permanência e reprodução.

Em 1996, houve uma queda brusca, com 25 assentamentos criados e 175 famílias assentadas, culminando em uma área incorporada de 76.541 (ha). No ano de 1997, o número de assentamentos criados, 30 no total, com uma quantidade de 187 famílias assentadas, no total, a uma área total incorporada de 75.175 (ha), número ainda modesto. Somente no ano de 1998²⁰ houve um crescimento significativo em comparação com os anos anteriores, foram 42 assentamentos criados, 1.006 famílias assentadas e uma área incorporada de 100.768 (ha). Em 1999, o número de assentamentos criados caiu para 36; em compensação, houve um aumento considerável na quantidade de famílias assentadas, 3.356 no total. Nesse mesmo ano, a área incorporada compreendeu 68.011 (há), um decréscimo em relação ao ano anterior. O Gráfico 2 revela a trajetória da política de reforma agrária em Goiás a partir da criação de projetos de assentamentos rurais, a datar da década de 1980-2000.

²⁰ Percebe-se que no ano de 1998 foi criada a mesma quantidade de assentamentos em comparação com o período que compreende a década de 1980 e que vai até 1995. A quantidade de famílias assentadas também mostrou crescimento. Somente a área incorporada permaneceu abaixo da área correspondente ao período anterior a 1995.

Gráfico 2 - Número de famílias assentadas, projetos de assentamentos criados e área incorporada em Goiás (até 1995-2015)



Fonte: INCRA. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/acompanhe-a-C3%A7-C3%B5es-do-mda-e-incra>>. Acesso em 24/08/2017.

Elaboração: Daiane Rúbia de Freitas, 2017.

Nota: Elaborado a partir dos dados contidos em planilhas disponibilizados pelo INCRA e MDA.

O número considerável de assentamentos criados, entre as décadas de 1980 e 1990, em Goiás, é sem dúvida resultante do processo de intensificação da luta pela terra de trabalhadores sem-terra, arrendatários, meeiros, agregados, entre outros, sejam eles filiados ou não a alguma instituição ou entidade representativa. Grande parte das ações de luta pela terra, o que representou a conquista e a efetivação dos assentamentos em Goiás, é decorrente das ocupações de propriedades, em sua maioria, fazendas e terras devolutas (especialmente terras localizadas às margens de rodovias).

Uma das primeiras ocupações, no estado goiano, ocorreu na região do município de Goiás, mais precisamente na Fazenda Mamoneira, localizada no município de Fazenda Nova. Segundo Pessoa (1997), cerca de 40 posseiros conquistaram a terra na região como resultado de ocupações que se iniciaram a partir da década de 1940. Apesar da constante grilagem de terras, os posseiros conseguiram, via decreto de desapropriação, obter o acesso legal e jurídico das terras reivindicadas. Logo depois foi ocupada a Fazenda Maria Alves por 40 famílias de posseiros, na região conhecida por Córrego da Onça, localizada no município de Itapuranga.

Silva (2008, p. 76-77) demonstra as condições dessa ocupação ao relatar que,

com o contexto migratório observado na região de Itapuranga, por volta da segunda metade de 1940, algumas famílias chegaram à Fazenda Córrego da Onça (como era conhecida pelos posseiros que ali viviam), dedicando-se ao trabalho como arrendatários, meeiros e agregados, formando o que se denominou, mais tarde, posseiros da Fazenda Córrego da Onça. Essas famílias foram estabelecendo vínculos socioculturais com os inúmeros vizinhos e parceiros, formando um processo identitário com a terra e com as outras famílias que foram ocupando aquelas terras. [...] As dissensões começaram na década de 1960, momento em que a fazenda se tornou objeto de disputa entre o fazendeiro Aureliano José Caiado – conhecido como Fiote Caiado – e as 40 famílias que viviam nos 167 alqueires da Fazenda Córrego da Onça. Algumas das famílias estavam ali há mais de 30 anos e contestavam o pleito do fazendeiro, afirmando que eram eles os proprietários. A partir desse momento, teve início todo um processo para retirar as famílias da região. Por outro lado, surge a resistência, culminando numa batalha judicial que se estende de 1973 a 1980, sem contar outras movimentações que marcaram a trajetória de vida das 40 famílias”.

Pessoa (1997) ainda ressalta a Fazenda Maria Alves, em Itapuranga, como alvo do movimento de ocupação que teve grande repercussão no Estado, culminando nas tomadas das fazendas Serra Branca e Boa Vista, no município de Itapirapuã, e das fazendas Estiva/São João do Bugre e Mosquito, no município de Goiás. O primeiro assentamento a ser criado em Goiás é resultante desse processo de ocupações de terra que se intensifica a partir da década de 1980, mais especificamente da ocupação da fazenda Mosquito. Para Pessoa (1997, p. 79), apenas uma razão explica a primazia histórica do Assentamento Mosquito no Estado de Goiás:

É que, não bastasse o fato de ser o grupo que provocou maior repercussão, foi o primeiro a ter uma efetiva consolidação, leia-se aí, um comprometimento do Estado em termos de recursos para uma real implantação de um assentamento. Foi o primeiro a obter crédito habitação, recursos do FCO (Fundo Constitucional do Centro-Oeste) para formação de lavoura e pastagens, recursos do PROCERA (Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária).

Para o autor, o Assentamento Mosquito resultou do contexto de intensificação da luta pela terra por meio da ocupação de fazendas, de terras devolutas, mas também pela crescente politização dos movimentos sociais camponeses, especialmente na região do município de Goiás, a partir da década de 1980. Desde então, se observou um crescente número de projetos de assentamentos sendo efetivados em todo o Estado de Goiás a contar de 1980, levando em consideração os dados do INCRA, apresentados na Tabela 2, e o processo histórico de luta camponesa delineado por Pessoa (1997). Conseqüentemente, a década de 1990 significou a continuação da intensificação da resistência camponesa frente ao processo de latifundiarização em Goiás.

Desse modo, pode-se afirmar que a ocupação da GO-427, que representa o marco histórico-social de luta pela terra em Heitorai, é fruto de um contexto que está relacionado às ocupações de fazendas durante a década de 1980 que resultaram na efetivação dos primeiros assentamentos goianos, dentre eles, o Mosquito. Observa-se, além disso, que o período que compreende a criação dos assentamentos rurais, no município em estudo, representou um aumento na politização da luta pela terra que, segundo os dados da Tabela 02, obteve a mesma quantidade de assentamentos criados em comparação ao período da década de 1980 até 1995. Vale ressaltar que a Comissão Pastoral da Terra teve papel fundamental para a concretização da luta fundiária pelos assentamentos rurais efetivados na região do município de Goiás e Heitorai (particularmente no Assentamento São Bento). Por meio da Teologia da Libertação²¹, a CPT contribuiu no sentido de conscientizar e politizar os trabalhadores, realizando um importante trabalho de representação e defesa da luta pela terra.

Se até o momento de criação dos assentamentos, Heitorai possuía uma estrutura agrária baseada em médias e grandes propriedades, certamente a proposta de efetivação dos assentamentos trouxe nova organização do espaço social, territorial e agrário, resultando no aumento substancial de pequenas propriedades rurais no município. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Heitorai conta com 326 estabelecimentos

²¹ A Teologia da Libertação é uma prática eclesial adotada pela Igreja Católica, mais precisamente por parte da Comissão Pastoral da Terra, onde suas bases se constituem de um tripé: Reino de Deus-Mundo-Igreja. Trata-se de uma perspectiva de reflexão de fé junta à militância e ao apoio incondicional aos pobres marginalizados e oprimidos em uma ação determinante dos agentes que compõem o corpo da Igreja (DALLAGNOL, 1990).

agropecuários, entre eles prevalecem lavouras de milho (3.850 toneladas), feijão (259 toneladas), arroz (840 toneladas), banana (7.500 toneladas), mandioca (320 toneladas) e melancia (300 toneladas).

Segundo o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Heitorai conta com 250 agricultores familiares, 83 famílias assentadas e 5 assentamentos que correspondem a um total de 2.943 (ha) de área reformada. Além disso, foram 22 contratos estabelecidos com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) até o momento, culminando num total de R\$ 902.907 mil reais de investimentos do programa. Em outro programa, o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), foram 39,09 % de alimentos adquiridos diretamente da agricultura familiar no município. Na Tabela 5, temos os dados concernentes aos projetos de assentamentos criados, famílias assentadas e à área incorporada.

Tabela 5 - Número de famílias assentadas, projetos de assentamentos criados e área incorporada em Heitorai (até 1995-2015)

ANO	FAMÍLIAS ASSENTADAS	PROJETOS CRIADOS	ÁREAS INCORPORADAS PELA CRIAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS (ONEROSA E NÃO ONEROSA)
Até 1995	0	0	0
1996	0	0	0
1997	0	2	1.649
1998	2	3	1.295
1999	56	0	0
2000	26	0	0
2001	6	0	0
2002	0	0	0
2003	1	0	0
2004	7	0	0
2005	1	0	0
2006	1	0	0
2007	1	0	0
2008	0	0	0
2009	1	0	0
2010	0	0	0
2011	1	0	0
2012	3	0	0
2013	6	0	0
2014	8	0	0
2015	3	0	0
TOTAL	123	5	2.943

Fonte: INCRA. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/acompanhe-a-C3%A7-C3%B5es-do-mda-e-incra>>. Acesso em 24/08/2017.

Elaboração: Jean Carlos Ribeiro de Lima, 2017.

Nota: Elaborado a partir dos dados contidos em planilhas disponibilizados pelo INCRA e MDA.

Percebe-se que os assentamentos rurais, de Heitorai, determinaram uma outra dinâmica do espaço agrário do município, possibilitando o acesso à terra a trabalhadores rurais sem terra. Do ponto de vista econômico, os assentamentos contribuíram e contribuem para o crescimento do município por meio da comercialização de produtos agrícolas nos estabelecimentos comerciais ali existentes, tais como supermercados, frutarias e açougues. Entretanto, a comercialização desses produtos não acontece apenas em Heitorai, mas também em outros municípios circunvizinhos, a exemplo de Itapuranga, Itaberaí, Itaguaru, Itaguari, Guaraíta e Cidade de Goiás. Em Goiânia, os produtos são, em grande parte, comercializados nas Centrais de Abastecimento de Goiás (CEASA-GO).

Por isso, a inserção de uma dinamização socioeconômica promovida pela criação dos assentamentos rurais em Heitorai modificou o espaço agrário não só do município, mas também da região. A partir do momento de consolidação do acesso à terra, por meio da luta camponesa, a questão agrária desse município foi alterada, de modo há existir uma reconfiguração da estrutura fundiária, assente, até então, em propriedades de média e grande extensão que não estavam cumprindo com a função social. É nesse momento de questionamento da estrutura fundiária e da possibilidade de reestruturação do espaço agrário que os assentamentos emergem como importantes condutores da política de reforma agrária em Heitorai. O Assentamento São Bento se estrutura no seio das reivindicações por direitos de acesso à terra na mencionada instância municipal.

A (re)configuração do campo, por meio da implantação da política de assentamentos rurais, determinou uma dinâmica produtiva agrícola que, anteriormente, não predominava nos assentamentos do município. Isso posto, concordamos que os assentamentos presentes em Heitorai promoveram, além do acesso à terra, novas perspectivas de trabalho e, majoritariamente, um aumento da produção de mão de obra familiar e na comercialização dos excedentes. Ao longo da consolidação dos assentamentos no município, foram geradas formas de acesso às políticas agrícolas de fomento, tanto para estruturação do trabalho cooperativo e associativo, quanto para incrementar a produção individual que fortalece a produção agrícola dos grupos.

Nesse sentido, no próximo capítulo, os processos de (re)produção social do Assentamento São Bento serão tratados à luz das contradições do cotidiano, envolvendo as lógicas de produção, trabalho, relações sociais, conflitos. Salientamos que ocorrerá a análise dos elementos das políticas de assentamentos rurais em sentido amplo e como elas influenciaram na dinâmica socioespacial do município estudado.

CAPÍTULO 2

2. (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL DO ASSENTAMENTO SÃO BENTO: COTIDIANOS FRAGMENTADOS, VIVÊNCIAS PARTILHADAS.

A construção do espaço dos assentamentos rurais no Brasil apresenta-se como um processo de luta política historicamente protagonizada por grupos sociais com interesses divergentes. As oligarquias rurais demonstraram sua força e hegemonia no contexto da configuração da política de Estado em que seus interesses se entrecruzavam com os projetos estatais. Diante disso, uma significativa parcela de indígenas, negros, meeiros, arrendatários, posseiros, entre outros, foram expulsos de suas terras. Como se não bastasse sua expulsão, a marginalização desses sujeitos os colocou em uma posição de indivíduos que representavam o atraso e o retrocesso perante o avanço do capital liberal. Nesse sentido, a organização desses sujeitos e grupos em movimentos sociais, partidos, sindicatos e entidades foi, e continua sendo, importante para promover o enfrentamento político-ideológico ante os imperativos das oligarquias rurais e seus interesses.

Ao notar que o próprio Estado se atrela aos interesses oligárquicos-rurais, esses sujeitos propuseram-se a inquirir respostas mais efetivas e concretas quanto às ações de política da reforma agrária e ao questionamento do próprio aparelho estatal. As pressões exercidas por esses grupos sem-terra fizeram com que o Estado se posicionasse e desse respostas.

Nesse capítulo, pretendemos, em um primeiro momento, abordar os processos formadores do cerrado no contexto da modernização territorial em Goiás. Em segundo, objetivamos refletir sobre os *movimentos sociais* que contribuem para a consolidação dos assentamentos rurais. Em especial, intenta-se refletir sobre o processo histórico de formação e estratégias político-organizativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) por serem dois movimentos/entidades que atuaram na formação dos assentamentos rurais do município aqui analisado. Em terceiro, procura-se discutir a política de assentamentos rurais no contexto das pressões exercidas por trabalhadores sem-terra frente ao Estado e a posição estatal responsável pela implantação de assentamentos, quer seja para resolver e sanar conflitos fundiários, quer seja para resolução de intensas reivindicações. Por fim, destacaremos a reprodução do espaço social do Assentamento São Bento a partir de uma contextualização que corresponde ao entendimento da formação do Acampamento Córrego Seco e o processo de luta pela terra para a consolidação do assentamento.

2.1. OS PROCESSOS FORMADORES DO CERRADO GOIANO NO CONTEXTO DA MODERNIZAÇÃO TERRITORIAL

Os processos formadores do Cerrado goiano se apresentam por diferentes concepções que envolvem conceitos como de Território e Modernização Territorial, conforme já mencionados no capítulo anterior. Indubitavelmente, partimos de questionamentos sobre quais concepções iremos assumir para uma possível definição de Cerrado e quais interpretações faremos sobre as modificações espaciais nele ocorridas. Convém perguntar de que forma os componentes da modernização no/do Cerrado alteraram a configuração do território em questão?

As principais concepções de Cerrado se apresentam corolários do processo histórico-social de transformações políticas, econômicas, culturais e ideológicas. A intensificação da ação das forças produtivas ligadas ao agronegócio, elites agrárias e dispositivos normativos engendraram múltiplas espacialidades que ora se apresentam como atrasadas, lentas e viscosas, ora como modernas, dinâmicas e fluídas, ou mesmo como espaços de amplas possibilidades econômico-produtivas. As distintas concepções do Cerrado devem ser pensadas mediante a atenta leitura do tempo histórico e das experiências dos sujeitos sociais. Assim, temos a ideia de que o Cerrado é comumente designado como

região do pau torto”, “lugar de vegetação feia, solo pobre, povo rude”, “região letárgica”, “sertão inóspito”, “espaço opaco e vazio”, “floresta de cabeça para baixo”. Ou: “celeiro do Brasil”, “caixa d’água do planeta”, “corredor produtivo”: eis duas modalidades de representação do Cerrado goiano, uma negativa e outra positiva, enunciadas por diferentes atores em momentos históricos distintos” (CHAVEIRO; BARREIRA, 2010, p. 15).

Conforme vimos, o Cerrado está assente na díade atraso-moderno. Para os autores, ainda persiste a concepção de Cerrado tão somente como um ambiente natural, biológico, morfo-climático, geográfico ou apenas como ecossistema, região, território. De certo modo, recentemente esse conceito é tematizado por uma diversificada produção acadêmica, o que permitiu ampliar as visões sobre si. Podemos admitir que elas oportunizam novas aberturas que apresentamos, nesse contexto, a partir da contribuição de Castilho e Chaveiro (2010, p. 35) ao afirmarem que: “embora muitas abordagens se coloquem como defensoras da biodiversidade, das culturas tradicionais ou da economia sustentável, os conflitos, as imposições de poder e a dimensão política do processo de apropriação do Cerrado são, na maioria das vezes, negligenciados”.

Concordamos com Chaveiro e Barreira (2010, p. 16) quando entendem que o Cerrado é um “Bioma-território”²², pois se trata de um espaço no qual persiste o “[...] domínio de disputas – e conflitos – próprias da estrutura econômica que preside os usos e os interesses dos atores que hegemonizam o seu controle econômico e territorial”. Deve-se considerar ainda que “[...] reside em qualquer leitura do Cerrado e na produção do conhecimento que o toma como objeto uma ação política com desvelo ideológico”. Não se trata somente de considerar elementos da natureza na urdidura do Cerrado goiano, podemos associá-lo a outros elementos, tais como estrutura política e econômica, traços culturais e simbólicos, tensões, disputas, estratégias e ideologias.

De um lado, os processos de modernização no Cerrado se operaram mediante um pacto político e econômico entre as forças hegemônicas, a saber: o capital internacional, o Estado brasileiro e as oligarquias locais, no intuito de apropriarem-se de seus recursos disponíveis²³ para suas plataformas e interesses. Por outro lado, o movimento contrário, de resistência empreendida pelos Povos do Cerrado no campo da política e da cultura, se efetiva no contexto de luta pela terra, de reconhecimentos de identidades e enfrentamentos com os agentes diretos, já que “a modernização, mesmo hegemônica, não se impôs por inteiro e, apesar de não se impor integralmente, não deixou de, indiretamente alcançar todos os lugares” (CHAVEIRO; BARREIRA, 2010, p. 21).

O Cerrado, portanto, é um todo complexo, pois é esse ambiente geomorfológico e fitofisionômico, mas também espaço das relações sociais e de poder, dos ordenamentos político-econômicos, dos conflitos, dos interesses.

Castilho e Chaveiro (2010) defendem que o Cerrado “[...] é um território integrado ao mundo, mas desigual e cindido em sua particularidade. Esse processo integra, numa mesma lógica, diferentes campos da vida, desde os naturais, genéticos e simbólicos, passando pelo econômico e social, até o cultural e político” (p 36).

²² Em extensão, o Cerrado é o segundo maior Bioma do Brasil, atrás apenas do Bioma Amazônia. O Cerrado ocupa a totalidade do Distrito Federal, mais da metade dos estados de Goiás (97%), Maranhão (65%), Mato Grosso do Sul (61%), Minas Gerais (57%) e Tocantins (91%), além de porções de outros seis estados (IBGE, 2004). De acordo com Castilho e Chaveiro (2010, p. 38-39), o clima predominante é o “[...] subtropical, semiúmido com duas estações definidas: uma úmida (verão chuvoso) e outra seca (inverno seco). O solo, em grande parte, é deficiente em nutrientes, porém rico em ferro e alumínio”. Conforme Ribeiro e Walter (1998) citado por Castilho e Chaveiro (2010, p. 39, grifo dos autores), o Cerrado apresenta onze tipos de vegetação enquadradas em *formações campestres* (Campo Limpo, Campo Sujo e Campo Rupestre), *savânicas* (Cerrado sentido restrito, Parque de Cerrado, Palmeiral e Vereda) e *florestais* (Cerradão, Mata Seca, Mata Ciliar e Mata de Galeria). Esses onze tipos de vegetação para o Cerrado apresentam diferenças quanto a fatores relacionados à localização, clima, umidade, temperatura, relevo, elementos físicos e químicos do solo.

²³ Não se trata apenas de recursos naturais, mas também de formas de relações sociais e de poder específicas.

Nessa perspectiva, “[...] o Cerrado, pela posição estratégica que ocupa no país e na região Centro-Oeste e por ser apropriado por sujeitos sociais e/ou atores hegemônicos, é um território com várias territorialidades” (p. 37). Ele é pensado e analisado a partir da lógica territorial como produto de uma contradição exercida por diferentes agentes e grupos, tais como o Estado e determinadas empresas que dele se utilizam “para reproduzir suas escalas de poder” (p. 43). Dessa forma, concebemos o Cerrado como uma complexidade fitofisionômica, porém sobressai a ideia de que é um território em disputa, integrado pelos componentes da modernização desigual e contraditória.

Eis, portanto, a defesa de que o Cerrado é, “decisivamente, o espaço do encontro da política com o bioma” no qual ele “[...] é o elemento central que o transforma em território”. O Cerrado goiano conjuga a política territorial e as formas de expansão do capital, isso se comprova ao citarmos os projetos governamentais de investimentos em infraestrutura, a construção de Goiânia, Brasília, Palmas, bem como da BR-153 e da ferrovia Norte-Sul²⁴. Desse modo, “todas essas obras juntam-se aos inúmeros projetos para integrar o país de norte a sul e de leste a oeste, colocando o Cerrado como célula estratégica da expansão do capitalismo e de sua consolidação” (CHAVEIRO; BARREIRA, 2010, p. 25).

No tocante à intervenção do Estado no Cerrado, Shiki (1997) observa que, com o primeiro governo de Getúlio Vargas (1937-1945), empreenderam-se projetos de colonização por meio de programas como o CONDEPE (Conselho de Desenvolvimento da Pecuária) e do POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), esse último vinculado ao II PND (Programa Nacional de Desenvolvimento). Houve também o Fiset (Fundo de Investimentos Setoriais), além de outros programas, tais como o PADAP (Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba), o PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados) e o PROALCOOL (Programa Nacional do Alcool). Tais programas visavam dar continuidade ao processo de exploração dos recursos naturais do Cerrado por intermédio de construções de armazéns, incentivo à pesquisa e assistência técnica, sistemas de energia e transporte, além de exploração do calcário e do estabelecimento da monocultura (*commodities*) representada pela soja e milho.

A apropriação e ocupação do Cerrado goiano acarretaram profundas transformações não só na paisagem, mas também nas relações sociais, na dinâmica do trabalho e da produção. As

²⁴ Além desses, os autores incluem a Marcha para o Oeste, a Colônia Agrícola Nacional, o I e II PND (Plano Nacional para o Desenvolvimento), a SUDECO (Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste), a ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural), IPEA (Instituto de Pesquisas Agrícolas), o PIN (Programa de Integração Nacional), o PRODOESTE (Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste) e da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).

mudanças que se realizaram por influência da modernização territorial no Cerrado tiveram como principal objetivo “[...] tornar o Cerrado produtivo e lucrativo” e “[...] alteraram de forma significativa a configuração socioespacial dos territórios” (p. 62). Como síntese desse processo de modernização territorial do Cerrado goiano, tem-se as contradições evidenciadas por disputas protagonizadas pelos grupos hegemônicos, comunidades tradicionais e pelo Estado.

A compreensão das contradições inseridas na urdidura do Cerrado, apontadas por Pelá e Mendonça (2010), integram a construção teórico-metodológica por um “olhar espacial mais abrangente, de natureza interdisciplinar e capaz de enxergar além das fronteiras impostas pela fragmentação entre o físico e o humano e a natureza e a sociedade” (p. 54). Analisar o Cerrado e pensá-lo na sua amplitude e complexidade requer, de quem o faça, uma sensibilidade única para os elementos da dinâmica indutora das tessituras formativas desse espaço, considerando aspectos da modernidade e das tradições. Não se deve negligenciar os processos formadores do Cerrado que ultrapassam os ímpetus da modernização territorial em que se desvelam as contradições e, conforme os autores, nem omitir as “(Re)Existências²⁵”.

2.1.2 Os movimentos sociais: o papel relevante do MST e da CPT na formação dos assentamentos rurais em Heitorai-GO

Diante dos enunciados, atinamos que o processo de formação dos assentamentos rurais, indiscutivelmente, associa-se às reivindicações advindas dos movimentos sociais ligados à questão da terra e seus conflitos. A definição teórico-conceitual dos movimentos sociais implica em análises que perpassam diferentes campos do conhecimento (História, Sociologia, Geografia, Antropologia, entre outros), uma vez que a interpretação das experiências de luta e organização dos sujeitos e grupos compõem os movimentos em distintos contextos históricos. Nesse sentido, Gohn (1997) entende que os movimentos sociais são orientados conforme as mudanças conjunturais que envolvem transformações histórico-sociais e estruturais da sociedade. Ao passo que a sociedade se transforma, alteram-se os paradigmas²⁶ e com eles a

²⁵ As (Re)Existências “[...] são ações construídas no processo de luta pelos territórios de vida, expressas na luta pela permanência na terra, na luta pela Reforma Agrária, na luta contra a construção desenfreada e injustificada dos empreendimentos hidrelétricos que expulsam milhares de famílias de seus lugares de existências, na luta pela água, entre outras ações de natureza política que possuem como fundante as relações de pertencimento” (PELÁ; MENDONÇA, 2010, p. 54).

²⁶ Gohn (1997, p. 13) salienta que “[...] um paradigma é um conjunto explicativo em que encontramos teorias, conceitos e categorias, de forma que podemos dizer que o paradigma X constrói o paradigma Y sobre determinado fenômeno ou processo da realidade social”. A autora pontua ainda que o responsável pela difusão mundial do termo *movimentos sociais* é o físico estadunidense Thomas Kuhn (1922-1996), ele concebe os movimentos sociais como ações coletivas que questionam o paradigma dominante de determinado contexto histórico.

forma com que as concepções de mundo vão se efetuando no tecido social. A autora chama a atenção para o fato de haver coexistência de paradigmas clássicos e contemporâneos na definição das estratégias dos diferentes movimentos sociais existentes. Ora a estratégia de luta se baseia no marxismo (luta de classes), ora na concepção interacionista (subjetivismo) ou até mesmo nas formas mais atuais de reivindicação e ação coletiva (uso atomizado das redes e da tecnologia).

Conforme definição de Gohn (1997, p. 19-20), os movimentos sociais

são fenômenos históricos decorrentes de lutas sociais. Colocam atores específicos sob as luzes da ribalta em períodos determinados. Com as mudanças estruturais e conjunturais da sociedade civil e política, eles se transformam. Como numa galáxia espacial, são estrelas que se ascendem enquanto outras estão se apagando, depois de brilhar por muito tempo. São objetos de estudo permanente. Enquanto a humanidade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos. E deverá haver teorias para explicá-los: esta é a nossa principal tarefa e responsabilidade, como intelectuais e cidadãos engajados na luta por transformações sociais em direção a uma sociedade mais justa e livre.

De acordo com o exposto, os movimentos sociais possuem a função de questionar, mediante estratégias específicas, o paradigma social. Significa dizer que a proposta dos movimentos sociais, quer seja no plano teórico ou na prática social, visa ao aprofundamento da reflexão dos problemas sociais provenientes de cada contexto histórico. De modo geral, a análise da plataforma de ação dos movimentos sociais requer a compreensão da sociedade e de seus paradigmas como ponto de intersecção entre o que se reivindica e o que se questiona como problemática da ação social.

Ao avançar no exame sobre as plataformas dos movimentos sociais contemporâneos, Gohn (2005) considera que o elemento da educação é imprescindível como forma de estratégias e aprendizados, não se trata apenas de uma educação formal, no sentido de uma proposta de reconfiguração das estruturas pedagógicas. A autora assinala que o sentido da educação dos movimentos sociais implica na noção e compreensão de cidadania, no que toca à luta por direitos sociais, civis e políticos, isto é, “historicamente, a relação movimentos sociais- educação tem um elemento de união, que é a questão da cidadania”, na qual “a educação ocupa lugar central na acepção coletiva da cidadania. Isto porque ela se constrói no processo de luta que é, em si próprio, um movimento educativo” (p. 11-16).

Além da dimensão educativa, com a qual concordamos, os movimentos sociais comportam três dimensões essenciais da a) organização política, b) cultura política e c) espacial-temporal. A primeira é uma estratégia de coadunar os interesses opostos ao movimento como forma de identificação comum dos objetivos e reivindicações. A segunda está nas

experiências vivenciadas de negação de direitos, opressão, violência e etc., que são postas no imaginário coletivo do grupo, cujo objetivo visa à leitura e interpretação da realidade social. A terceira envolve as categorias de espaço e tempo, uma vez que as experiências do grupo conduzem a plataformas rigidamente estruturadas de manifestação, lutas e reivindicações dos movimentos sociais.

Alvarez et al (2000) ressalta que a perspectiva dos movimentos sociais contemporâneos envolve não apenas a dependência exclusiva de redes consolidadas no plano da vida cotidiana, mas também sugere a construção e configuração de vínculos interpessoais, ao mesmo tempo inter-organizacionais e político-culturais com outras experiências de lutas e movimentos. Na contemporaneidade, os movimentos sociais se estruturam em “redes” e em “teias” (significa que os movimentos sociais vão além de suas organizações e de seus membros partícipes). Eles incluem outros sujeitos, simpatizantes, colaboradores, Organizações não Governamentais, partidos políticos, universidades, outras instituições pertencentes ao âmbito da cultura e da política, como a Igreja e até mesmo o Estado.

Conforme Alvarez et al (2000, p. 26),

os movimentos sociais pretendem modificar o poder social e se a cultura política também abrange campos institucionalizados para a negociação do poder, então os movimentos sociais necessariamente enfrentam a questão da cultura política. Em muitos casos os movimentos sociais exigem inclusão, mas antes buscam reconfigurar a cultura política dominante.

Em última instância,

os movimentos sociais não somente conseguiram traduzir suas agendas em políticas públicas e expandir as fronteiras da política institucional, como também lutaram de maneira significativa para redefinir o próprio sentido de noções convencionais de cidadania, representação política e participação e, em consequência, da própria democracia (ALVAREZ et al, 2000, p. 16).

Rodrigues (2011) também entende os movimentos sociais a partir da noção de cultura política. Segundo a autora, não podemos compreender esses movimentos fora da esfera das disputas de projetos políticos em que a tentativa de imposição de certa lógica ou ideologia sedimenta os processos discursivos, proporcionando abertura às contestações, às rupturas e fraturas, haja vista que as contradições do discurso hegemônico possuem antagonismos, os quais, por sua vez, possibilitam os protestos e embates que culminam na expectativa de mudança.

Outra vertente que vem sendo explorada a fundo pelas ciências sociais e afins é a de interpretação dos movimentos sociais a partir do conceito de “acontecimento”, o que não inclui aqui a noção de factual. Mendonça (2007, p. 118) assevera que,

interpretar um movimento social a partir do conceito de acontecimento é percebê-lo como descontinuidade que irrompe no tecido social, permitindo a reinterpretação de elementos que o precederam e dos campos de possibilidade que o sucederão. Ao reconfigurar, interpretativamente, fragmentos da realidade social, tais agências coletivas afetam o contexto em que se situam e os próprios sujeitos que as constituem, ao mesmo tempo em que são por eles edificadas.

Segundo o autor, entender os fenômenos dos protestos sociais, na ótica do conceito de “acontecimento”, significa estabelecer uma ruptura com o contínuo do tecido social, no qual, por sua vez, um horizonte de possíveis transformações e alterações seja acordado. Assim, essa noção de “acontecimento” extrapola a noção de passado, já que não se trata apenas do ocorrido, mas sim de uma nova organização dos sujeitos sociais do presente, tentando ligar as experiências de antes com perspectivas de mudanças futuras.

Nesse ponto, fica clara a nova leitura que se faz dos movimentos sociais que, até então, eram percebidos como crise conjectural, dado o estado instável do corpo social. No entanto, passam agora a significar sinais de profundas transformações da própria estrutura da sociedade. Com o propósito de buscar revelar uma outra realidade, esses acontecimentos intentam romper com a ordem política/econômica vigente e não podem ser pensados sem a percepção do agir enquanto projeto pragmático de impulsão aos movimentos de mudança, esse puro exercício da ação pode ser entendido como proposta de refundação temporal. Consoante a Mendonça (op. cit. p. 128),

a ação de movimentos sociais pode ser analisada como uma proposta de refundação. Trata-se de uma interrupção do curso automático da vida, por meio do surgimento de interpretações inesperadas que propõem novos modos de convivência [...]. É só em interlocuções com a sociedade que os movimentos podem esperar ver realizado o nascimento de uma nova ordem, ou a refundação da sociedade.

Essa proposta de refundação, sobre a qual Mendonça nos alerta, constitui-se, segundo o autor, pelo encontro imprescindível entre o conjunto de sujeitos, dotados de emoções, razões, de uma conjuntura sociopolítica, econômica e cultural. Esse encontro de contradições promove e move as práticas de enfrentamentos e conflitos no campo social, transferindo, assim, à esfera pública, as reações, as fraturas e os problemas sociais mais urgentes.

A partir da discussão sobre o conceito e a problemática dos movimentos sociais, convém analisar a definição e a proposta política e estratégica de duas formas organizativas que participaram da luta pela terra e, conseqüentemente, na formação dos assentamentos rurais em

Heitoráí-GO, são elas: a Comissão Pastoral da Terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Iniciaremos a abordagem pelo MST por considerar que, em Heitoráí, o movimento possui expressiva influência, justamente por participar da formação de quatro dos cinco assentamentos existentes no município²⁷. Em seguida, analisaremos a formação histórica e os objetivos da CPT junto à luta pela terra, muito particularmente por entender sua participação e influência no Assentamento São Bento, objeto de análise da presente dissertação.

No que concerne ao MST,

no final da década de 1970, quando as contradições do modelo agrícola se tornam mais intensas e sofrem com a violência de Estado, ressurgem as ocupações de terra. Em setembro de 1979, centenas de agricultores ocupam as granjas Macali e Brilhante, no Rio Grande do Sul. Em 1981, um novo acampamento surge no mesmo estado e próximo dessas áreas: a Encruzilhada Natalino, que se tornou símbolo da luta de resistência à ditadura militar, agregando em torno de si a sociedade civil que exigia um regime democrático. Uma das primeiras demonstrações de força, por parte dos Sem Terra, ocorreu em 25 de julho de 1981, em um ato público com mais de quinze mil pessoas, noticiado pela imprensa de Porto Alegre como “a maior manifestação realizada por trabalhadores rurais na história do Rio Grande do Sul”. Em todo o país, novos focos de resistência à ditadura das armas e das terras surgiram: posseiros, arrendatários, assalariados, meeiros, atingidos por barragens. As ocupações de terra se tornaram ferramenta de expressão camponesa e de contestação do autoritarismo. Em 1984, os trabalhadores rurais que protagonizavam essas lutas pela democracia da terra e da sociedade se convergem no 1º Encontro Nacional, em Cascavel, no Paraná. Ali, decidem fundar um movimento camponês nacional, o MST, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país” (MST, 2017)²⁸.

Fernandes (2000) afirma que a formação do MST deve ser entendida a partir de uma *gênese*, considerando processos históricos de luta pela terra de trabalhadores rurais ao longo da década de 1970, período em que o Estado brasileiro assume um modelo econômico pautado sobretudo na modernização conservadora. O autor entende que, a partir de 1970, período que compreende a vigência dos governos militares, houve a implantação de um “[...] modelo econômico de desenvolvimento agropecuário que visava acelerar a modernização da agricultura com base na grande propriedade, principalmente pela criação de um sistema de créditos e subsídios”.

De acordo com a assertiva, esse sistema de créditos e subsídios foi responsável pelo financiamento dos aparatos tecnológicos que incidiram sobre a agricultura, no que induziu ao processo de industrialização do/no campo. Significa dizer que, conforme salienta o autor, setores da agricultura passaram a “[...] depender menos dos recursos naturais e cada vez mais da indústria produtora de insumos”. Nesse sentido, as alterações na realidade e dinâmica do

²⁷ Ver Tabela 1.

²⁸ Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/inicio>>. Acesso em 20/12/2017.

campo brasileiro se efetivaram a partir do processo de modernização que envolveu a mecanização dos processos produtivos do/no campo e a monocultura (soja, cana-de-açúcar, entre outras) como baluartes da política agropecuária do país. O autor acrescenta que houve intensa desvalorização da agricultura familiar, uma vez que pequenos produtores, meeiros, rendeiros, parceiros, etc., foram segregados da política agrícola, muitos até foram expulsos de suas terras (FERNANDES, 2000, p. 49).

Tais fatos fortaleceram ideologicamente as organizações de trabalhadores rurais e os sem-terra. Nesse sentido, a construção do MST se deu no desenvolver do processo de experiências de luta e resistência de trabalhadores rurais que perderam gradualmente suas terras perante os mecanismos da modernização conservadora. Além da expropriação e expulsão, o MST surgiu como proposta de resistência face ao trabalho assalariado, ou seja, a submissão do trabalhador ao capital agrário²⁹. Diante desse processo de resistência ao tripé expropriação-exclusão-trabalho assalariado, levantado pelo autor, o MST é um

“[...] movimento que começou a ser formado no Centro-Sul, desde 7 de setembro de 1979, quando aconteceu a ocupação da gleba Macali, em Ronda Alta no Rio Grande do Sul. Essa foi uma das ações que resultaram na gestação do MST. Muitas outras dos trabalhadores sem-terra, que aconteceram nos Estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, fazem parte da gênese e contribuíram para a formação do Movimento. Assim, a sua gênese não pode ser compreendida por um momento ou uma ação, mas por um conjunto de momentos e um conjunto de ações que duraram um período de pelo menos quatro anos (FERNANDES, 2000, p. 50).

O período mais ou menos de quatro anos, mencionado pelo pesquisador como fundamental para a *gênese* do MST, compreende os anos de 1979 a 1984. É nesse período temporal que as experiências de luta dos trabalhadores rurais sem-terra aglutinaram-se e se tornaram importantes condutoras da construção do Movimento.

De 1979 a 1984 aconteceu o processo de gestão do MST. Chamamos de gestação o movimento iniciado desde a gênese, que reuniu e articulou as primeiras ocupações de terra, bem como as reuniões e os encontros que proporcionaram, em 1984, o nascimento do MST ao ser fundado oficialmente pelos trabalhadores em seu Primeiro Encontro Nacional, realizado nos dias 21 a 24 de janeiro, em Cascavel, no Estado do Paraná. Em 1985, de 29 a 31 de janeiro, os sem-terra realizaram o primeiro congresso, principiando o processo de territorialização do MST pelo Brasil (FERNANDES, 2000, p. 50).

Como se observa, as ocupações de terra, os encontros, as reuniões, os acampamentos e, posteriormente, os assentamentos rurais, são estratégias políticas do MST para conseguir desenvolver o projeto de atomização das experiências de luta e propagação dos ideais do

²⁹ Um exemplo que pode ser dado é a convergência de um pequeno produtor que antes possuía uma pequena propriedade e que, ao ser expropriado, torna-se boia-fria, trabalhador volante, diarista, entre outras possibilidades.

Movimento. Conforme salienta Torrens (1994), todas essas estratégias políticas, adotadas pelo MST desde sua origem, têm por objetivo central delinear formas de protesto coletivo que visem estabelecer importantes espaços de socialização política, bem como uma relevante função pedagógica para toda comunidade em luta pela terra. Esse autor afirma que

[...] o MST constitui-se na organização que efetivamente se consolidou com uma estrutura capaz de expressar os interesses coletivos de uma considerável parcela dos trabalhadores do campo que se encontram excluídos e marginalizados, enfim, relegados pelo capital a uma categoria social destituída de seus direitos e de sua cidadania (TORRENS, 1994, p. 145).

Conforme o exposto, o MST foi se constituindo como organização nacionalmente reconhecida no cenário das lutas agrárias do país. A importância do Movimento no cenário nacional pode ser explicada por quatro razões principais: a) pela experiência acumulada por diferentes segmentos de trabalhadores rurais que resistiram às violentas tentativas de expropriação de inúmeras maneiras levadas ao termo pelo capital no campo (latifundiários, empresários rurais, grileiros etc.); b) pelo processo de acumulação e integração de capitais na agricultura e pecuária por meio da expansão da área destinada à monocultura de exportação, assim como a mecanização agrícola e a intensa especulação do mercado de terras que geraram uma série de expulsões de trabalhadores rurais do campo; c) pela política do Estado de incentivo à construção de usinas hidrelétricas que culminou numa enorme expropriação de agricultores de suas terras e d) pela participação significativa de segmentos representativos na formação do Movimento, como a Igreja Católica, Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil³⁰, Comissão Pastoral da Terra, Pastoral da Juventude, Pastoral Popular Luterana, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, além de autoridades políticas, entidades civis e do próprio Estado (TORRENS, 1994, p. 148).

Dessa forma, a ascendência do MST ocorre não por suas próprias estratégias ou força política, mas sim por uma simbiose produzida pela ação de diversos outros mediadores, conforme já assinalado. Não se pode compreender o MST e sua formação isoladamente, apartados de um conjunto de relações sociais diversas que o constituem historicamente. Torrens (1994) tece uma crítica e enfatiza o MST, a princípio, contou com o apoio de diversos

³⁰ “A Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) iniciou seus trabalhos no Brasil no ano de 1900, com a vinda ao Brasil do pastor Christian J. Broders, um missionário da Igreja Luterana – Sínodo de Missouri, enviado dos Estados Unidos para atender um pedido de luteranos vindos da Alemanha e estavam sem atendimento espiritual. No dia 1º de julho de 1900 foi fundada a primeira congregação da IELB, a Comunidade Evangélica Luterana São João, no atual município de Morro Redondo, RS. A partir do sul do Brasil e reunindo inicialmente os alemães luteranos que aqui viviam, a IELB espalhou-se por todo o Brasil, chegando a todos os estados brasileiros”. Disponível em: <<http://www.ielb.org.br/a-ielb/>>. Acesso em 20/12/2017.

segmentos e de outras entidades e grupos, aqui mencionados. Todavia, após sua consolidação como movimento social de repercussão significativa, o MST foi aos poucos se afastando daqueles segmentos que o apoiaram no processo de sua edificação, em busca de uma autonomia política e administrativa, mas também financeira, ou no que se poderia denominar de “vanguardismo”, “autossuficiência” ou mesmo “desconfiança”. O MST foi gradualmente se colocando como o pilar da luta pela terra no Brasil em que as outras entidades e movimentos só poderiam associar-se como apoio, “assim, ao controlar as rédeas da luta pela terra, o MST relega a um plano secundário a participação dos outros movimentos e organizações, reduzindo-a a um apoio eventual, temporário e emergencial” (TORRENS, 1994, p. 152).

Ademais, o MST não pode ser estudado sem se compreender a complexa rede de relações sociais e de poder que se processou em sua gênese. O Movimento foi e continua sendo importante no sentido de problematizar a questão agrária desse país, sobretudo pelo aspecto da proposta de luta contra o latifúndio e a concentração de terra e renda, muito particularmente por estabelecer estratégias de ocupações, encontros, congressos, reuniões, acampamentos, assentamentos, criação de escolas etc. Entretanto, o MST não é único e soberano, existem outros(as) grupos, entidades, movimentos, instituições de relevância no contexto da luta pela terra. Outra questão fundamental é que nem todos os trabalhadores rurais sem-terra se identificam com o MST, o que demonstra que o Movimento não consegue aglutinar e/ou mesmo expressar a complexidade e a totalidade dos conflitos agrários existentes. Ainda assim, o MST participou diretamente da consolidação e organização das lutas políticas no âmbito da questão agrária brasileira e em Goiás; logo, sua importância é marcadamente notória em Heitorai.

Conforme já foi assinalado, o Assentamento São Bento obteve da Comissão Pastoral da Terra importante apoio de direcionamento, organização estratégica e apoio no processo de construção do acampamento. A CPT permanece atuando no assentamento por meio da oferta de cursos profissionalizantes direcionados para a agroecologia, assistência técnica e jurídica, quando há necessidade. Nas palavras do assentado AX-3 fica evidente a atuação da CPT junto ao acampamento Córrego Seco:

na época a CPT era muito atuante, eles ajudavam muito. [...] Eles doavam cestas de alimentos...aí assim que a gente conseguiu as parcelas, aí eles (a CPT) já vieram com a parte dos cursos. Eu lembro que eu era muito menino e não podia fazer os cursos, mas eu lembro e via, né? Aí eles trouxeram vários cursos, né? De como produzir leite, tudo para o pessoal.

No mesmo sentido conferido pelo assentado AX-3 ao apoio da CPT, o assentado AX-6 relata que a entidade fornecia “[...] apoio jurídico, tinha advogado, dava curso pra nós aqui,

trazia alimentos pra nós”. No exato momento em que o trabalho de campo estava sendo desenvolvido, quando aplicávamos os questionários e realizávamos as entrevistas, a CPT desenvolvia junto ao assentamento um curso de agroecologia³¹ que contava com a participação de alguns agricultores. Nas palavras do assentado AX-3, participante do curso: “[...] a gente está num curso de agroecologia em Goiás (Cidade de Goiás) organizado pela CPT, a primeira etapa foi agora em maio; tinha tantos jovens lá de um pré-assentamento³² que está formando lá em Goiás na região do rio bacuri, e você vê o pessoal com tanto de interesse, sabe? E tinha muitos jovens; achei muito bom”.

Percebe-se que a presença da CPT continua sendo preponderante, mesmo após a efetivação do assentamento. Evidentemente, não se pode negligenciar que no processo de luta pela terra e na realidade do acampamento, a CPT desenvolvia um trabalho mais enfático e influente. Todavia, a entidade continua, como se percebe pelos relatos de alguns assentados, atuando no interior do assentamento de formas diversas.

Presumimos que a forte atuação da CPT, nos assentamentos goianos, pode ser associada ao seu surgimento. De acordo com os documentos oficiais, isso decorreu dos acordos estabelecidos no encontro realizado em 1975, em Goiânia/GO, em que estavam presentes Bispos e Prelados da Amazônia. Os organizadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) concretizaram, na cidade, esse histórico acontecimento da CPT.

Foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam. Nasceu ligada à Igreja Católica. O vínculo com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ajudou a CPT a realizar o seu trabalho e a se manter no período em que a repressão atingia agentes de pastoral e lideranças populares. Logo, porém, adquiriu caráter ecumênico, tanto no sentido dos trabalhadores que eram apoiados, quanto na incorporação de agentes de outras igrejas cristãs, destacadamente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB” (CPT, 2010)³³.

O nascimento da CPT associa-se a uma vertente da Igreja Católica que visava articular um movimento interno que pudesse contribuir com a luta de trabalhadores rurais que estavam

³¹ É por meio da Escola Diocesana de Agroecologia que a CPT realiza o curso de agroecologia na Cidade de Goiás. O objetivo maior da Escola é ser “[...] uma ferramenta de discussão e aplicação das linhas de ação da Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Goiás, que torna mais equilibrada a convivência com a natureza e a justiça nas relações humanas. Essa ação acontece no sentido de fortalecer a Agroecologia, um modelo de produção camponês que valoriza o conhecimento dos agricultores/as, respeita o meio ambiente e produz alimentos de qualidade” (CPT, 2016, p. 3).

³² O assentamento a que o entrevistado se refere é o Assentamento São Domingos, recentemente criado no município da Cidade de Goiás.

³³ Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>>. Acesso em 20/12/2017.

sendo expropriados de suas terras. No documento intitulado *Relatório sobre a estrutura, organização e ação da CPT* (1985),³⁴ pode-se notar que o objetivo central da CPT é estar atenta às violências distintas que sofrem os trabalhadores rurais, posseiros, pequenos proprietários, sem-terra, assalariados, boias-frias e arrendatários. No mencionado documento, observa-se que a finalidade da CPT é “[...] fazer com [que] os trabalhadores rurais [tenham] um caminho de libertação para que, em nome da fé, levem dentro da sua classe a consciência e a organização necessárias para construir uma sociedade mais justa”.

Em outro documento intitulado *A CPT: trajetórias, desafios e perspectivas* (1992),³⁵ conclui-se que “[...] a CPT se consolida como organismo eclesial presente junto aos pobres do campo e suas lutas [...]”. Significa que a entidade abarca elementos da cristandade e da fé, juntamente com o contexto de lutas empreendidas pelos sujeitos sociais marginalizados do campo. Ainda nesse registro, adverte-se para o fato de que a CPT é “[...] um organismo em movimento, cujas especificidades, contradições e dinâmica se fazem e refazem, especialmente, nas relações sociais no campo. Aí incluindo os diferentes momentos históricos vividos pela Igreja Católica e pelas outras igrejas cristãs”.

Como bem observa Torrens (1994, p. 154),

o processo de cooptação dos agentes pastorais se realiza por meio de uma forma particular de associar as dimensões da fé e da política numa perspectiva de ação coletiva caracterizada pelas denúncias da violência no campo e pelo incentivo às outras formas de resistência camponesa.

A dimensão da fé, aliada ao aspecto da luta política, desenvolvida pelos agentes pastorais da CPT, por meio de perspectivas de esperança, crença, anseio e desejo de que pelo caminho cristão, o acesso à terra pelos trabalhadores do campo seja não apenas uma utopia, mas sim uma possibilidade concreta. É de importância ressaltar o papel da CPT como mediadora dos conflitos por terra em todo o país, procura desenvolver um projeto de sustentação, direcionamento, estratégia e organização de trabalhadores do campo em movimento de luta por posses.

Os movimentos sociais promoveram as formulações ou forçaram a criação de agendas de reivindicações. A cada período de governo, no país, as políticas se desdobraram, ora para promover o reconhecimento da luta e atender à solicitação da criação de assentamentos, ora para possibilitar as condições, ainda que incipientes, de manutenção e permanência dos

³⁴ Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/0Byo7P47EvrO9X11QdVhPNW5Fakk>>. Acesso em: 21/12/2017.

³⁵ Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/0Byo7P47EvrO9SDUwVVVvM2xxbjg>>. Acesso em: 21/12/2017.

trabalhadores na terra. Para tanto, faremos uma breve análise conjuntural dos processos de surgimento e consolidação dos assentamentos rurais.

2.2. A CONJUNTURA POLÍTICA E ECONÔMICA DE EMERGÊNCIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL (1970-1990)

A discussão que envolve o território e a questão agrária inclui as ações de modernização/industrialização da agricultura que afetaram as relações de trabalho e produção no campo brasileiro. Vimos, a partir da década de 1950, culminar a concentração de terra e renda que resultou na expropriação de milhares de trabalhadores rurais de suas propriedades. Desde então, não somente os grupos empresariais imbuíram-se de levar a termo essas concentrações, mas também o Estado se aliou a esses grupos, implementando políticas de disponibilidades de recursos financeiros em proporções elevadas, se comparadas a outros períodos. Conforme observa Guimarães (1982, p. 340),

Tudo leva à convicção de que, para fortalecer ainda mais o seu já tradicionalmente poderoso monopólio da propriedade territorial, o sistema latifundiário se tenha utilizado das maiores parcelas dos empréstimos, financiamentos e demais subsídios concedidos pelos governos, não para a melhoria de sua estrutura produtiva, mas prioritariamente para adquirir e incorporar novas extensões de terras.

Torna-se evidente que a década de 1970 é um período crucial para determinados grupos empresariais ligados ao agronegócio e para a elite agrária, visto que o Estado brasileiro adotou uma política de vendas de terras públicas, além da já mencionada oferta de créditos e financiamentos. O chamado “negócio da terra” passou a interessar a banqueiros, empresários do setor urbano e a grupos de classe média em ascensão. Moacir Palmeira (1994, p. 50-51) ressalta que

[...] todo esse processo se fez a partir e através do Estado. Esse é um fenômeno singular ocorrido nos anos 70, e que trouxe várias implicações: de alguma maneira, o mercado de terras passou a atravessar a máquina do Estado. Mais do que um Estado mediador de interesses, o Estado tornou-se também parte nessa questão. Os grandes negócios de terra passaram a ser feitos por dentro do Incra, da Sudam, da Sudene etc., isto é, por dentro de uma série de órgãos que tratavam da questão agrária.

O autor pontua que as chamadas “licitações de terras públicas”, do período mencionado, promoveram, fundamentalmente, a transferência de terras a particulares, cujo objetivo expresso visava ao favorecimento dos grandes proprietários e grupos empresariais atrelados ao agronegócio. A participação desses conjuntos econômicos, oriundos do capital agrário-exportador, nas licitações de terras públicas, demonstra não somente uma política de

favorecimento a eles, ante ao Estado, mas também, e principalmente, o poder e a influência que possuíam.

De acordo com Martins (1985, p. 38), o número médio dos grandes estabelecimentos agropecuários do país, durante a década de 1970, aumentou exponencialmente, cerca de 28%. Significa que, “em média, cada grande estabelecimento agrícola do país tinha, em 1975, uma área adicional correspondente a 87 pequenos estabelecimentos agrícolas”. Isso denota uma expressiva política de concentração de terra oriunda de privilégios concedidos a certos grupos de interesses prioritariamente ligados ao agronegócio. Em conformidade com o autor, o que existiu nesse contexto de concentração de terras foi uma política de expropriação e de expulsão dos trabalhadores rurais, cujo objetivo visava ao “açambarcamento do maior contingente de terras possíveis”.

A concentração de terras, de 1970 adiante, representou um modelo de política caracterizado pela modernização da agricultura, cuja perspectiva de inserção do capital no campo se concretizou via exploração de terras públicas de fronteira, ou seja, aquelas ainda não exploradas e/ou ocupadas. Paulilo (1994, p. 198) ressalta que, em 1987, o Brasil alcançou uma área de 612 milhões de hectares, dos quais 420 milhões estariam sob a tutela dos grandes proprietários. Desde 1972, o total da área ocupada pela grande propriedade representava 4%, as médias 9% e as pequenas 87%. Por mais expressivo que seja, o número de pequenas propriedades ocupava apenas 20% da área total, sendo que as médias ocupavam 18% e as grandes propriedades 62%, ou seja, concluímos que havia muita terra nas mãos de poucos proprietários, processo característico da concentração fundiária.

Indiscutivelmente, essa realidade promoveu uma exponencial expulsão de trabalhadores do campo que se submeteram ao trabalho assalariado, distante do principal meio de produção ao qual detinham acesso, a terra. Aos trabalhadores do campo expulsos de suas terras, restou lutar contra o processo de expropriação e violência empregados por parte das elites agrárias e grupos empresariais ligados ao setor, além de pressionar o Estado a tomar iniciativas que pudessem atender as reivindicações para acesso aos terrenos. Ao longo desse ciclo, a intensificação da politização da questão agrária, especialmente a partir das ações do Partido Comunista Brasileiro, dos Sindicatos, das Ligas Camponesas, da Comissão Pastoral da Terra, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, entre outros, foi importante mediadora das pressões exercidas por parte dos trabalhadores reivindicadores de acesso à terra, perante o Estado.

Como resultado desse contexto, os assentamentos rurais emergem como políticas públicas do Estado frente às pressões exercidas pela classe trabalhadora rural para maior

empenho das autoridades públicas no que tange à reforma agrária. A conjuntura de crise econômica que afetou o agronegócio brasileiro, especialmente a partir das décadas de 1980 e 1990, de acordo com Ferreira (1994), foi um marco na política de criação de assentamentos rurais no Brasil. O autor pontua, dentro os motivos principais: a) desenvolvimento de um projeto de reforma agrária que ocupou o cenário político durante o processo de redemocratização e muitos trabalhadores rurais e urbanos se mobilizaram, ante ao Estado, para iniciar a política de redistribuição de terras; b) o contexto de crise econômica, a partir de 1990, em que a recessão atingiu patamares altíssimos e o desemprego aumentou exponencialmente, contribuindo, dessa forma, para o endividamento de proprietários rurais.

A contração de dívidas pelos proprietários rurais fez com que houvesse um crescente número de “desapropriações consentidas”, em que

[...] o proprietário procura o INCRA e se oferece para ser desapropriado. Claro que para este proprietário o negócio proposto deve ser vantajoso, sobretudo por conta de riscos que não lhe interessam mais enfrentar, desde a presença de “invasores” até a falta de condições para tornar sua terra produtiva (estaria se antecipando a uma determinação legal que acredita estar próxima) (FERREIRA, op. cit.).

Conforme Oliveira (2007), o que justifica, em grande parte, a criação de projetos de assentamentos no Brasil, de 1980-1990 à frente, são: a) pressão dos movimentos sociais (especialmente o MST) sob o governo para dar agilidade à política de reforma agrária; b) contexto de crise econômica (índices altos de inflação) que afetou, especialmente, o agronegócio e c) securitização³⁶ das dívidas dos ruralistas e a criação do ITR progressista³⁷.

Os precedentes abertos para a reforma agrária, com foco na política de implantação de assentamentos rurais no período citado, determinaram-se por meio da disponibilização de terras oriundas de vendas para pagamento de dívidas contraídas pela classe dos proprietários rurais endividados com os bancos. Desse modo, o proprietário percebia ser vantajoso vender sua terra ao Estado para promover a política de assentamentos a perdê-la para o banco.

Com a crise no setor do agronegócio, em meados dos anos 1990, “[...] o mercado de terras atesta um refluxo nos preços dos imóveis rurais, o que instigou o ministro da área agrária, naquele período, a afirmar que a “estrutura do latifúndio no Brasil está finalmente quebrada” (LEITE; SAUER, 2014, p. 48). Obviamente que a queda nos preços dos imóveis rurais, assinalada por Leite e Sauer (2014), é resultado de um “arrefecimento do mercado após o

³⁶ Segundo o autor, trata-se da prática financeira que transforma dívidas e títulos de crédito em títulos que podem ser vendidos a investidores. Significa que proprietários de terra poderiam vender suas terras a um preço abaixo do mercado para quitar dívidas contraídas.

³⁷ Trata-se do Imposto Territorial Rural. Carlos Longo (1982, p. 6) afirma que “o ITR progressivo é um imposto seletivo sobre a propriedade, na medida em que incide somente sobre terras não exploradas”.

processo de estabilização macroeconômica no Brasil, com a adoção do Plano Real em 1994, após décadas de combate inflacionário” (LEITE; SAUER, 2014, p. 223). Além do fator inflacionário, do arrefecimento do mercado de terras e do setor do agronegócio, os autores pontuam que o Estado brasileiro, no período supracitado, empenhou-se em adotar políticas protecionistas em relação às terras públicas, face ao avanço do processo de estrangeirização da propriedade rural que tem como marco histórico as décadas de 1970 e 1980.

As medidas adotadas para evitar a continuação exponencial da estrangeirização das terras no Brasil circunscreviam-se à fiscalização, regulamentação e limitação de compra de terras de empresas brasileiras controladas por estrangeiros ou diretamente pelas empresas estrangeiras. Tais medidas foram levantadas após a Advocacia Geral da União (AGU) elaborar um parecer (Parecer GQ nº181) a pedido do Executivo Federal brasileiro em que se pudesse depurar a situação, não obstante decorrente de uma preocupação com uma possível perda da soberania nacional territorial, do processo de apropriação de terras brasileiras por estrangeiros, sejam por parte de pessoa física ou jurídica. O parecer da AGU apontou que “o Estado brasileiro perdera as condições objetivas de proceder a controle efetivo sobre a aquisição e o arrendamento de terras realizadas por empresas brasileiras cujo controle acionário e controle de gestão estivessem nas mãos de estrangeiros não residentes no território nacional”. Além disso, o parecer também conclui que o INCRA, principal órgão do Governo para a política de reforma agrária, não possuía dispositivos práticos para efetivamente regular a compra de terras por estrangeiros. Por fim, o parecer da AGU indica como solução que o Estado brasileiro crie mecanismos mais eficientes no sentido da fiscalização e regulamentação da venda de terras a empresas estrangeiras (ADAMS, 2010, p. 2, item 6 citado por LEITE, SAUER, 2014, p. 226).

De certa forma, mesmo que a adoção de uma política em defesa da nacionalização das terras públicas do território brasileiro pelo Estado tenha sido importante para o processo de criação de assentamentos rurais, em meados da década de 1990, a partir do ano 2000 assiste-se à retomada da valorização financeira dos imóveis rurais e a reabertura para empresas estrangeiras interessadas em adquirir terras no território nacional.

Irineu de França e Sousa e Silva (2012) afirmam que o período em que a política de criação de assentamentos rurais se desenvolveu em números consideráveis, ao menos na quantidade de assentamentos criados, foi na década de 1990, mais especificamente no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Algumas razões indicam o significativo crescimento de assentamentos rurais no período do governo FHC, dentre as quais estão a crise econômica que afetou o agronegócio (o que possibilitou maior disponibilidade de terras, uma vez que grandes proprietários não conseguiam quitar suas dívidas e, logo, preferiam concedê-las ao Estado, mediante Títulos da Dívida Agrária³⁸) e o aumento das ocupações de terra,

³⁸ Títulos da Dívida Agrária (TDA) são papéis com os quais o governo indeniza os proprietários das terras desapropriadas. O mesmo valor que o governo paga ao proprietário pela desapropriação depois é cobrado das famílias que adquiriram a terra.

principalmente pela atuação do MST. Todavia, os autores chamam a atenção para o fato de que a reforma agrária, do governo FHC, estava centrada numa política de mercado, assente, sobretudo, na lógica capitalista de implementação de um *Novo Rural*, caracterizado pelo avanço da modernização tecnológica no campo. Conforme o exposto,

embora FHC tenha propagandeado que realizou a maior reforma agrária da história do Brasil, na realidade sua política de reforma agrária produziu pelo menos dois resultados lamentáveis: o represamento com o crescimento do número de famílias acampadas que, em 2003, chegou a cento e vinte mil famílias, e a precarização dos assentamentos implantados, que foram implantados como projetos incompletos, que além de não terem infraestrutura básica, a maior parte também não recebeu crédito agrícola e de investimento (IRINEU DE FRANÇA; SOUSA & SILVA, 2012, p. 7-8).

O expressivo número de assentamentos criados nesse governo não representou, como ele o afirmou contundentemente, uma política de reforma agrária plena, visto que os assentamentos criados não apresentavam, na grande maioria dos casos, qualidade no aspecto da estrutura, condições de acesso a crédito e financiamentos para a produção agrícola. Em grande medida, assistiu-se a uma precarização dos assentamentos criados no comando de FHC, o que contribuiu para diluir a política agrícola para assentados da reforma agrária no projeto neoliberal do Estado. Não se trata apenas de criar assentamentos, mas de também possibilitar que eles possam se manter, tanto do ponto de vista da produção quanto da reprodução social de seus sujeitos. Um assentamento rural deve ser pensado em seu processo organizativo em que as subjetividades estão presentes, ou seja, “para que um assentamento se constitua, deve ser estruturado a partir de um processo organizativo que leve em conta tanto a dimensão econômica e as estratégias de sobrevivência das famílias quanto a dimensão econômica e a participação política e comunitária” (SCOPINHO, 2012, p. 97-98).

Segundo Medeiros e Leite (2009, p. 11), os assentamentos criados exponencialmente, na administração FHC, são, via de regra, “[...] marcados pela ausência de um planejamento prévio de localização e de mecanismos de apoio, dispersos espacialmente, em que muitos dos assentamentos enfrentaram e enfrentam situações bastante adversas no que se refere às condições de sua instalação, com evidentes reflexos sobre as condições de produção, formas de sociabilidade e estabilidade [...]”. Apesar de todos os percalços e problemas no que se refere às condições estruturais, os autores reiteram que a política de assentamentos rurais ao longo do mandato de FHC foi muito importante para o movimento de luta pela terra a partir de trabalhadores sem-terra, arrendatários, assalariados rurais e urbanos como marco na configuração do acesso à propriedade rural.

Em 1991, realizou-se um estudo sobre a viabilidade socioeconômica dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. O estudo, intitulado *Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária*, foi articulado por intermédio de um convênio assinado entre o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária (MARA), a FAO (órgão da Organização das Nações Unidas para a alimentação) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O referido estudo pretendia realizar um levantamento da situação socioeconômica dos beneficiários da reforma agrária como premissa de continuação da política de implantação de assentamentos no país. O objetivo também era o de obter conhecimentos mais sistematizados da evolução do processo de assentamento de trabalhadores e como a realidade do trabalho e da produção no interior desses assentamentos estava se processando (ROMEIRO, 1994).

Após ser finalizado, o estudo culminou em um relatório em que a FAO concluiu que os assentamentos de reforma agrária possibilitavam um aumento da renda por parte de seus integrantes (assentados) e, conseqüentemente, uma diminuição significativa de suas evasões. A renda obtida nos locais de reforma agrária seria em média de 3,7 salários mínimos mensais por família³⁹. Esse dado indica que a arrecadação era “[...] superior à média de renda passível de ser obtida por qualquer categoria de trabalhadores rurais do campo”. (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 44). Evidencia-se que os assentamentos rurais “geraram rendas maiores para seus beneficiários do que aquelas geradas em atividades equivalentes em outras formas de exploração na mesma área. Ao contrário do que se propala, as desistências são proporcionalmente pouco numerosas e a concentração de renda que tende a haver está muito longe de ameaçar o perfil igualitário dos assentamentos” (PALMEIRA, 1994, p. 8).

O relatório da FAO trouxe importantes constatações sobre os assentamentos rurais como no aspecto da renda. Apresentou resultados concretos sobre a realidade da reprodução social dos seus beneficiários e evidenciou que os assentamentos enfrentam as vicissitudes impostas pela situação econômica do país, perpassam momentos de fortes crises políticas e institucionais, além dos percalços da burocracia estatal. Além disso, o estudo revelou um dado positivo até então usado contra a política de implantação de assentamentos rurais, a viabilidade socioeconômica. Significa que ficou comprovado que essas propriedades rurais contribuíram e contribuem para a redução no combate à miséria no campo e possibilita a geração de emprego

³⁹ O relatório enfatiza que a renda obtida varia conforme as regiões do país. “Enquanto na região Sul a renda mensal era de 5,62 salários mínimos por família, no Nordeste esse valor caía para 2,33 salários mínimos. Na região Sudeste era de 4,13; no Centro-Oeste, 4,18; e na região norte, 3,85. Esses dados evidenciam que a geração de renda nos assentamentos estaria acompanhando os desequilíbrios regionais que caracterizam a economia brasileira” (BERGAMASCO, 1996, p. 45).

e renda. Em suma, ao contrário daqueles que afirmam que “os assentamentos não deram certo, são ineficazes e se transformam em verdadeiras favelas rurais” (STÉDILE, 1997, p. 38), o relatório da FAO colocou uma pá de cal em seus argumentos.

O acesso à terra via assentamentos rurais constitui-se, portanto, em uma complexa relação de interesses divergentes que engendrou processos diversificados. Ora temos os grupos empresariais do agronegócio, a elite agrária e o Estado, ora os trabalhadores rurais sem-terra, posseiros, arrendatários, meeiros, além dos movimentos sociais, dos partidos políticos, dos sindicatos, das entidades e instituições de apoio à luta pela terra no conjunto dessas relações complexas e contraditórias no contexto de implantação dos assentamentos. Martins (2009, p. 9) assinala que o mais importante na política de reforma fundiária contida no projeto de assentamentos é a perspectiva de construção social da dignidade humana, na qual

a fala subjetiva e a consciência social dos assentados só muito lentamente elaboram os êxitos da própria luta nos beneficiários do assentamento. Mesmo assim, marcados por outras tensões e por irracionalidades que vão sendo superadas em novos e amenos episódios de luta, os da defesa rotineira dos próprios interesses. Não mais o sobressaltos e temores da falta de horizontes e de certezas no processo de excludência. A reforma agrária transforma o excluído em cidadão, aquele que frui de direitos e se integra na construção social de uma nova realidade social para os que estavam condenados ao limbo da excludência e da falta de perspectivas.

A questão fundamental que deve ser levada em conta é que esses meios rurais não são políticas públicas provenientes simplesmente da condescendência do aparelho estatal para com o trabalhador sem-terra. Conforme já ilustrado, as pressões oriundas dos movimentos sociais do campo, a politização da questão agrária – especialmente a partir da década de 1980, com o processo de redemocratização – e a organização política e intermediação de sindicatos, partidos, entidades, associações etc., exigiram do Estado pragmatismo quanto a uma ação mais contundente acerca da reestruturação agrária.

Nesse ínterim, as posses rurais impactaram, conforme pontua Leite et al (2004), no contexto da ruralidade brasileira. O autor assinala que a política dos assentamentos rurais no Brasil representa um avanço considerável do processo de luta pela terra, cujas novas condições de vida dos beneficiados precisam ser construídas. Mesmo como política pública do Estado que visa, ainda que muito lentamente, promover o acesso à terra a trabalhadores sem terra, as unidades agrícolas representam uma conquista histórica diante do modelo econômico excludente e concentracionista.

Por mais que as discussões sejam controversas, não há que se negar a importância para a qualidade de vida, trabalho e renda de milhares de trabalhadores do campo beneficiados pela

política de assentamentos rurais no Brasil. Adentraremos para ampliar essa discussão, focalizando o caso do Assentamento São Bento/GO.

2.3. O ASSENTAMENTO SÃO BENTO: ESPAÇO DE (RE)INVENÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA AO BINÔMIO CAPITAL-ESTADO

Como política pública do Estado que tenta mediar as ações e os movimentos camponeses ou mesmo como projeto de luta camponesa para se obter o acesso à terra, os assentamentos rurais subsidiam uma problemática: a da estrutura fundiária brasileira.

Conforme procurou-se demonstrar no primeiro capítulo, a questão agrária brasileira conserva resquícios de um período histórico caracterizado pela concentração de terra. Diante disso, nos indagamos: como compreender os assentamentos rurais sem, contudo, analisar, mesmo que brevemente, o escopo da estrutura agrária brasileira? Ora, é imprescindível a apreensão dos fenômenos históricos-sociais se se pretende identificar a conjuntura dos acontecimentos atuais. No que se refere à política desses domínios rurais, o entendimento da configuração da estrutura agrária se faz necessária para desenvolver uma leitura coerente e contextualizada dos movimentos sociais camponeses, bem como da dinâmica da luta pela terra e da reforma agrária.

Salienta Bergamasco e Norder (1996) que o termo *assentamento* surgiu pela primeira vez na Venezuela, na década de 1960, em virtude da intensa proposição de um debate sobre a reforma agrária no país. Sendo assim, “[...] de uma forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais ao visar o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra” (p. 7). Notadamente, a definição somente considera o assentamento como política pública do Estado, pois não leva em consideração o conteúdo político-social da luta pelo campo e de seus movimentos sociais. Em uma perspectiva crítica, os autores advertem para o fato de que o assentamento não pode escapar ao entendimento das reivindicações e ações contestatórias da estrutura agrária do país pelos trabalhadores rurais sem-terra. Diante do exposto,

apesar de sua múltipla origem, os assentamentos rurais no Brasil representam uma resistência ao processo de separação entre o trabalhador rural e a propriedade ou uso da terra. Outros pontos em comum entre os diferentes tipos de assentamentos são a intensa mobilização política dos trabalhadores e a preexistência de conflitos sociais, que pressionaram o Estado a formular respostas a um fato político. (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 42).

A mobilização política dos trabalhadores rurais sem-terra, em suas formas diversas, sindicato, partidos, associações e comunidades, atua como condutora das pressões frente ao Estado para o pragmatismo da reforma agrária via assentamentos. É importante destacar que a efetivação de uma unidade rural contribui para a democratização do acesso à propriedade e, por conseguinte, à qualidade de vida dos trabalhadores. Entretanto, apesar de serem uma alternativa viável, os assentamentos rurais são uma conquista parcial em comparação com o lento processo de reestruturação fundiária no Brasil. Além disso, a proposta de assentar trabalhadores sem terra, em alguns casos, se torna um mecanismo utilizado pelo poder público na diluição dos conflitos por terreno.

Apesar dessa complexa discussão no Brasil – tema que dividi opiniões e proporciona debates contraditórios – a proposta de oportunizar, a diversos trabalhadores sem-terra ou que dela foram expulsos, o acesso à propriedade ou mesmo a posse de uma gleba ou parcela de terra, demonstra ser um avanço significativo. Isso porque, apesar de as condições dos assentamentos no Brasil ainda não serem as adequadas, há, por parte dos trabalhadores beneficiados e/ou agricultores familiares, uma nítida comprovação da melhoria na qualidade de vida e renda.

Conforme observa Medeiros e Leite (2009, p. 11), esses locais criados para responder a pressões oriundas de conflitos agrários são, via de regra, “[...] marcados pela ausência de uma planejamento prévio de localização e de mecanismos de apoio, dispersos espacialmente, em que muitos dos assentamentos enfrentaram e enfrentam situações bastante adversas no que se refere às condições de sua instalação, com evidentes reflexos sobre as condições de produção, formas de sociabilidade e estabilidade [...]”. Todavia, advertem os autores que a perspectiva da luta pela terra e consolidação dessas unidades, por diversos segmentos sociais (sem-terra, posseiros, arrendatários, meeiros, assalariados rurais e urbanos), representam um marco na configuração do acesso prático à terra, bem como a créditos de instalação e produção que contribuem para a reprodução dos usufruidores.

Do ponto de vista do trabalho, os estabelecimentos rurais são importantes para a reprodução social dos favorecidos, revelando um crescimento na qualidade de vida e renda desses sujeitos. Nitidamente, as especificidades regionais e locais revelam disparidades no que toca à qualidade da produção, trabalho, acesso, financiamentos. Scopinho (2006) ressalta que os processos de organização no interior das posses envolvem questões ligadas ao trabalho, às subjetividades, às condições reais e materiais de vida e aos comportamentos dos trabalhadores no cotidiano. A posse e a organização dos espaços, em determinados locais, promovem o acesso à cidadania, sendo, às vezes, a concretização de direitos como emprego, renda, saúde, educação

e trabalho. Assim, um assentamento não deve ser analisado somente na esfera de uma unidade de produção resultante de uma política pública do Estado, é também o espaço da convivência social, da cooperação, das sociabilidades, do lazer, enfim, da cultura.

Em outras palavras, é preciso compreender as formas de organização das famílias beneficiadas para sua reprodução, aspecto que vai além dos mecanismos político e econômico. Para pensar tais formas, seria necessário empenhar-se na busca do entendimento das trajetórias de vida, das sociabilidades, da crença, dos costumes, dos hábitos, do associativismo e da cooperação.

Conforme salienta Scopinho (2012, p. 97-98), um assentamento rural deve ser pensado em seu processo organizativo em que as subjetividades estão presentes, “para que um assentamento se constitua, deve ser estruturado a partir de um processo organizativo que tanto leve em conta a dimensão econômica e as estratégias de sobrevivência das famílias quanto a dimensão do convívio social e da participação política e comunitária”.

Sobre o fato de contribuição dos assentamentos para a promoção da cidadania, Martins (2009) assinala que a subjetividade expressa nos processos organizativos desses sujeitos é reveladora da própria experiência de luta camponesa, isto é, a conquista da terra, via reforma agrária e assentamentos, constitui uma maneira às vezes controversa, mas importante de construção social de uma nova perspectiva de vida e dignidade humana. Nesse sentido, Martins (2009, p. 9) assevera que

a fala subjetiva e a consciência social dos assentados só muito lentamente elabora os êxitos da própria luta nos beneficiários do assentamento. Mesmo assim, marcados por outras tensões e por irracionalidades que vão sendo superadas em novos e amenos episódios de luta, os da defesa rotineira dos próprios interesses. Não mais os sobressaltos e temores da falta de horizontes e de certezas no processo de excludência. A reforma agrária transforma o excluído em cidadão, aquele que frui direitos e se integra na construção social de uma nova realidade social para os que estavam condenados ao limbo da excludência e da falta de perspectivas.

Nesse ínterim, os assentamentos rurais impactaram, conforme pontua Leite et al (2004), no contexto da ruralidade brasileira. O pesquisador assinala que a política dos assentamentos rurais no Brasil representa um avanço considerável do processo de luta pela terra, cujas novas condições de vida dos camponeses/assentados precisam ser construídas. Em outras palavras, as porções de terras emergem como resultado de um contexto de politização da questão agrária, tendo, de um lado, os movimentos camponeses reivindicando atenção as suas demandas e, de outro, o Estado como instrumento de absorção da política de nova estrutura agrária.

Entrementes, a questão dos assentamentos rurais no Brasil induz a uma reflexão diretamente envolvida com a estrutura fundiária que nos é peculiar. Mesmo como política pública do Estado que objetiva, mesmo que lentamente, promover o acesso à terra a trabalhadores rurais sem-terra, os assentamentos representam uma conquista histórica frente ao modelo econômico segregador e a uma conjuntura territorial concentrada. Por mais que as discussões e debates sobre a política desses assentamentos sejam contraditórios, não há que se negar sua importância para o avanço da qualidade de vida, trabalho e renda de milhares de camponeses e/ou trabalhadores rurais.

A questão fundamental, que deve ser posta em evidência, é que esses domínios rurais não são políticas públicas provenientes simplesmente da condescendência do aparelho estatal para com o camponês e trabalhador rural. As pressões, oriundas dos movimentos sociais do campo, a politização da questão agrária – especialmente a partir da década de 1980, com o processo de redemocratização –, a organização política e intermediação de sindicatos, partidos, entidades, associações etc., exigiram, do Estado, pragmatismo quanto a uma ação mais contundente no que se refere à reforma agrária. Em suma, as reivindicações por terra, oriundas dos trabalhadores organizados, foram orientadoras da luta pela terra e reforma agrária, principalmente, culminando na consolidação da política de assentamentos rurais no Brasil.

Por essa razão, compreender a formação do espaço social de Heitorá e a importância dos assentamentos rurais para o processo de (re)estruturação do espaço agrário do município são pertinentes para revelar em que momento histórico o Assentamento São Bento se constitui. Sendo assim, o Assentamento São Bento resulta de uma ação, a partir de 1996-1997, de questionamento da função social da terra de algumas propriedades rurais do município, culminando na desapropriação e efetivação do assentamento.

Para a compreensão dos eventos históricos que antecedem a criação do Assentamento São Bento, utilizamos das seguintes ferramentas metodológicas: a) trajetórias de vida diante da experiência narrativa decorrente da oralidade dos assentados (entrevistas) e b) do Projeto de Criação dessa unidade que se encontra nos arquivos do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em Goiânia. Por meio desses instrumentos metodológicos, foi possível apreender a formação histórico-social do assentamento, bem como perscrutar as dinâmicas socioespaciais que permanecem no cotidiano dos sujeitos nele presentes.

2.3.1. Do Acampamento Córrego Seco ao Assentamento São Bento

O processo de construção histórica do Assentamento São Bento⁴⁰ se deu a partir da veiculação da notícia por interlocutores ligados à Comissão Pastoral da Terra da Cidade de Goiás que realizavam um trabalho de “vigilância” sobre terras ou áreas que apresentavam indícios de desapropriação em todo o estado de Goiás. A entidade, segundo informações dos próprios assentados de São Bento, realizava periodicamente reuniões sobre a questão agrária e trabalhava, basicamente, a Teologia da Libertação. Dentre os temas das reuniões, eram abordados assuntos de propriedades rurais que estavam sendo alvo de processos judiciais por não cumprir a função social da terra. Assim, a CPT elaborava um plano de ação para as ocupações das áreas em litígio judicial.

A isso, assim relata o assentado AX-4:

[...] Aí fez os convites, reuniu o pessoal; passaram a fazer reunião, só reunião nós fizemos mais de mês, lá em Goiás (Cidade de Goiás), numa sala da Igreja Católica. Aí nós fazíamos essa reunião, encaixando quem que iria, quem não iria...aí como eu estava na fazenda lá (Mossâmedes), arrumei um probleminha de saúde, porque grande parte das vezes o patrão só quer o peão quando ele está bem; mas graças a Deus eu não tive nada sério. Aí eu já estava pensando de vir embora mesmo, porque era muito serviço só para mim e a esposa...e a fazenda lá era muito grande. Aí um amigo meu me chama para vir, né, para ocupar a terra e participar da reforma agrária. Eu resolvi tentar.

Percebe-se, no caso explicitado, que a notícia sobre a possibilidade de conseguir o acesso à terra, mediante a ocupação, se concretizou por um convite de um amigo que, segundo o assentado AX-4, também participava das reuniões organizadas pela CPT. Isso já revela um laço de sociabilidade criado mesmo antes da formação da propriedade. Após saber da notícia, vários grupos de trabalhadores, vindos da Cidade de Goiás e de Itapuranga, montaram acampamentos na GO-427, a qual liga Heitorai ao município de Itaguaru. A respeito do dia em que ocorreu a ocupação e o início do acampamento, o participante da pesquisa, AX-4, continua seu relato:

Eu já vim direto para Heitorai. Nós chegamos de caminhão, o famoso “pau de arara”. Capaz que nesse dia nós éramos umas setenta pessoas. Porque na verdade deve ter vindo uns cinco ou seis caminhões...porque nós éramos 337 famílias. Aí veio gente de Goiás (Cidade de Goiás), de Itapuranga, do Mato Grosso...tinha gente de vários lugares. Daí logo nós já aprontamos e montamos o acampamento em prol de fazer uma coisa boa, né? Aí começamos a furar foça, cisterna...esses tipos de coisas.

⁴⁰ De acordo com os depoimentos dos assentados, o assentamento recebeu esse nome em razão de a Fazenda, cuja área estava sendo desapropriada, já possuir essa denominação. Além disso, como essa unidade recebeu o apoio da CPT, decidiu-se por manter o mesmo nome, uma vez que São Bento é um santo considerado o “pai dos monges”.

Houve uma massiva participação de pessoas no momento de ocupação da área (onde hoje é o referido território) passível de desapropriação para fins de reforma agrária. Em outras palavras, existia, por parte daqueles envolvidos na ocupação da respectiva área, uma disposição em obter, mesmo que temporariamente, acesso à terra. Tal motivação serviu para concretizar o acampamento e estabelecer, a partir da ocupação, as diretrizes para a busca e realização do assentamento.

De outro lado, a propriedade, denominada de São Bento do Taquaral, que passa a ser requerida pelos acampados, se encontrava em desacordo com a função social da terra, uma vez que não estava em pleno vigor de sua produção agrícola. A partir da constatação desse fato, as ações dos acampados se intensificaram junto ao INCRA para que o órgão competente desse início ao processo legal para a vistoria do imóvel, desapropriação, divisão das parcelas, estabelecimento e efetivação da posse.

No Laudo de Vistoria técnico, realizado pelo INCRA, na propriedade requerida pelos acampados, podemos perceber que as condições para a implantação e viabilidade do assentamento foram constatadas. Em primeiro lugar, verifica-se o não cumprimento da função social da propriedade. Em segundo, a confirmação da viabilidade para a concretização do assentamento.

Considerando-se as informações obtidas, temos a dizer que o imóvel em pauta não cumpre a sua função social, quanto: a) aproveitamento racional; b) utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; c) observância das disposições que regulam as relações de trabalho; d) exploração que favorece o bem-estar do proprietário e dos trabalhadores (DIVISÃO DE ASSENTAMENTOS, SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA – LAUDO DE VISTORIA Nº 104/97, p. 11 – GOIÂNIA, SALA T-2, ARMÁRIO Nº 5).

A respeito da viabilidade para implementação da unidade agrícola, tem-se que

Tendo em vista oportunizar o acesso à terra, a uma população de agricultores em condições favoráveis para a aquisição de uma propriedade rural dentro dos moldes convencionais, vistoriou-se o imóvel rural constante do presente Laudo e, em função das informações relativas a: altitude, infraestrutura de serviços na região, relevo, clima, vegetação, solos, hidrografia, capacidade de uso das terras, uso da terra, produção etc, conclui-se que a área é propícia ao assentamento de famílias de trabalhadores rurais contanto que haja a correção da acidez do solo, agilização de fertilizantes, uso de tecnologia adequada, preservação dos recursos naturais e medidas de combate à erosão entre outros. Seriam criadas então, novas unidades agrícolas, dentro dos padrões racionais de exploração da terra, que proporcionaram a esses trabalhadores, uma propriedade rural que possibilitaria a sua evolução econômica e social, tendo em vista o processo produtivo. As terras do imóvel são propícias à produção de colheitas regulares às boas culturas temporárias, como: arroz, milho mandioca, feijão, etc, banana, e uma pecuária altamente competitiva (DIVISÃO DE

ASSENTAMENTOS, SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA – LAUDO DE VISTORIA Nº 104/97, p. 11 – GOIÂNIA, SALA T-2, ARMÁRIO Nº 5).

A constatação de que o imóvel se apresenta viável para impor-se em assentamento é evidenciada pela fertilidade e produtividade do solo, as condições de hidrografia, relevo, clima, vegetação, etc., bem como para a constituição em unidades para a exploração agrícola. Em desacordo com a função social da terra, imposta no Estatuto da Terra (1964) e ratificada na Constituição de 1988, a área requerida é, então, viabilizada para a instalação do conjunto de posse.

Em consonância com as conclusões dispostas no Laudo de Vistoria da área requerida para fins de reforma agrária, os acampados organizados se imputaram em estar diariamente acompanhando o andamento do processo no INCRA, em Goiânia. A proposta de acompanhamento do processo, no INCRA, fez parte de uma metodologia adotada pelos contemplados para acelerar a ação que, para alguns, estava lenta e procrastinando. Desse modo, comenta o assentado AX-2 que

Foi muito lento...lento...lento. Tentou empurrar com a barriga muito tempo. Os papéis estavam todos arrumados. Enquanto nós...aí já vem a história que eu estou contando pra você; se nós nos unirmos e correr atrás, né...consegue. Aí foi indo, marcava as reuniões, mas não resolvia. Aí um dia o nosso presidente (do acampamento) marcou uma reunião com o superintendente lá...e aí o que que nós fizemos, nós fomos quarenta e tantas pessoas...lotamos um ônibus e amanhecemos lá dentro do INCRA. Nós entramos pra sala dele e ficamos quietinho lá dentro; quando ele (o superintendente) entrou, ele deu de testa com o povão lá dentro. O que que ele fez...tanto que ele é sem vergonha, só riu. Ele (o superintendente) sabia, né, que tinha alguma coisa. E aí ele abriu a discussão...aí no final ele foi sincero...aí falou: na semana que vem eu vou arrumar lá porque eu já empurrei vocês demais com a barriga aí. Já na outra semana estava tudo arrumado. Tem jeito tem, mas tem que unir e correr atrás. Aí na outra semana já saiu para medir e tudo.

Ao acompanhar o processo no INCRA, os acampados se informavam sobre todos os acontecimentos referentes ao assentamento. Após a conclusão do Laudo de Vistoria, editado por esse órgão, o próximo passo era a confirmação, via decreto presidencial, da desapropriação do imóvel para fins de reforma agrária e criação das propriedades. No mesmo ano de conclusão do Laudo de Vistoria, ou seja, 1997, o decreto nº 195, de 8 de outubro de 1997, asseverava a fim da instalação do assentamento e a desapropriação da área requerida.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições que lhe confere os arts. 04, inciso IV, o 184 da Constituição, e nos termos dos arts. 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, 2ª da Lei nº 8.620, de 25 de fevereiro de 1993, e 2º da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de interesse social, para fins de reforma agrária, nos termos dos arts. 18; letras “a”, “b”, “c” e “d”; a 20, Inciso VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 2ª da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, o imóvel rural denominado “Fazenda São Bento do Taquaral”, com área de 1.134,9000 há (um mil, cento e trinta e quatro hectares e noventa e oito ares), situado no Município de Heitorai, objeto dos Registros nºs R-2-700, fls. 225 e R-2-700, fls. 226, ambos do Livro 2-B, do Cartório de Registro de Imóveis, Títulos, Documentos, Protesto, Pessoa Jurídica e Tabelionato de Notas da Comarca de Itaberaí, Termo de Heitorai, Estado de Goiás (DIVISÃO DE ASSENTAMENTOS, SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA – DECRETO DE 8 DE OUTUBRO DE 1997, p. 2 – GOIÂNIA, SALA T-2, ARMÁRIO Nº 5).

Nos termos do decreto, fica evidente a desapropriação do imóvel supracitado para fins de “interesse social”. A nomenclatura designada de “interesse social”, prevista na Constituição (1988), interpõe-se à de interesse privado no contexto do não cumprimento da função social, no caso em particular de não cumprimento com a produção agrícola. Nesse sentido, o decreto autoriza o INCRA, em seu atr. 3º, a promover a desapropriação do imóvel rural, manter Reserva Legal e implantar o assentamento de acordo com suas metodologias, destinando uma área à preservação ambiental.

Após a desapropriação, os procedimentos seguintes se definiram a partir da imissão de posse pelo INCRA do imóvel objeto da ação, da criação da proposta de assentamento rural e, por fim, da seleção dos contemplados e divisão das parcelas concretizada via sorteio. Desde então, o Assentamento São Bento começou a receber subsídios do INCRA para sua efetiva concretização, isso foi possível graças ao acesso ao crédito e financiamento de programas específicos, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), dentre outros.

Inicialmente, quando se formou o acampamento, eram mais de trezentas famílias que participaram da ocupação, na GO-427, próxima à área em que hoje se encontra o assentamento. Contudo, aos poucos e no decorrer dos meses, alguns foram sendo realocados para outras áreas que estavam também em processo de reforma agrária, outros foram desistindo ou até mesmo expulsos do acampamento por não seguirem as normas contidas no Estatuto do Acampamento. Assim relata o assentado AX-1 sobre o momento da chegada dos trabalhadores na GO-427, local em que montaram o acampamento:

E era caminhão cheio daquela bagulheira, lona, plástico, pedaço de pau. E era muito caminhão, carro pequeno...nós éramos 337 famílias. Nós acampamos no corredor⁴¹. Ali nós ficamos uns dois anos. De um lado e do outro era só barraca, rapaz. E a gente era...muito humilhado. Então a luta pra nós foi dura, humilhante; mas graças a Deus nós vencemos. Aí nós descobrimos essa terra aqui que estava improdutiva; tinha só

⁴¹ O “Corredor”, como é popularmente conhecido pelos assentados do São Bento, é o local onde foi montado o acampamento na GO-427, a qual liga Heitorai ao município de Itaguaru.

boi, era boi demais aqui. Aí um pouco veio (no sentido de que alguns se arriscaram a entrar na propriedade do fazendeiro – onde hoje se localiza o assentamento – e outros decidiram permanecer na GO-247), e um pouco ficou no corredor, porque eles não tinham coragem de entrar aqui, porque diziam que o homem era muito mau. Aí ele (o proprietário da terra onde hoje é o assentamento) assinou a desistência (grifo nosso).

Durante seu depoimento, sobre a ocupação da Fazenda São Bento do Taquaral, por meio do acampamento montado às margens da GO-427, AX-1 se emocionou, cabendo a nós pausar a entrevista e voltar aos trabalhos alguns minutos depois. A percepção acerca da emoção demonstrada pelo contribuinte da pesquisa, AX-1, é reveladora do processo árduo da luta pela terra para o camponês. Particularmente, o assentado AX-1 se emocionou ao lembrar o quanto foi “humilhado e desprezado” pelos moradores de Heitorai quando houve a ocupação às margens da GO-427. Isso porque para alguns moradores dali, os acampados eram, nas palavras do assentado AX-1, “ladrões de terra”, “invasores”, “baderneiros”. Em contraposição a essa proposição, o senhor AX-1 afirmava, enfaticamente, àqueles que tinham uma imagem deturpada dos acampados, que o objetivo deles era a luta pela terra e por seus direitos.

Ao longo da experiência construída pelos contemplados, após a ocupação às margens da GO-427, com os habitantes de Heitorai, a visão deturpada sobre o movimento de luta pela terra foi se modificando na região. Conforme depoimento de AX-5, houve uma certa dificuldade, no início, de alguns moradores de Heitorai em reconhecer a importância da luta dos camponeses acampados. Com o passar do tempo, as relações sociais entre acampados e habitantes da cidade foram se consolidando, contribuindo para o estabelecimento de laços de sociabilidades:

Eles não enxergavam nós com bons olhos não. Não sei se é porque não conhecia, porque a fama do povo era ruim demais da conta. Mas aí, com o passar do tempo, eles foram vendo diferente. Mas assim que nós chegamos eles olhavam assim meio, né, invasor e tal, com aquele receio, sabe? Esse pessoal aí só quer tomar trem dos outros, invadir terra, essas coisas. Mas aí com o passar do tempo nós fomos pegando amizade e o povo foi vendo que não é aquilo que o povo falava. Porque uma pessoa fala sem-terra, aí é no geral, aí não sabe distinguir o CPT do MST, eles não têm, aí falou sem-terra, aí já é o nome extenso, né. Aí não sabe distinguir o bem do mal, né. Com o passar do tempo o povo foi aceitando a gente lá, né.

O acampamento é uma fase anterior ao assentamento, comporta elementos da organização, das estratégias políticas e reivindicatórias no caminhar da luta pela terra. Via de regra, o acampamento reúne múltiplas experiências de vida e trajetórias pessoais de trabalhadores com obstinação diante da miséria social e o pleno desejo e ânsia por um pedaço de terra. Dessa forma,

O acampamento não é apenas o produto da revolta e do desespero. Ao contrário, a decisão de acampar supõe grande maturidade política, organização, coesão, disciplina e sobretudo, fé e esperança. O acampamento não é um aglomerado disforme de gente que não tem mais nada a perder. Ele é, isto sim, a expressão organizada da miséria, mas também da convicção de que a vitória sobre a fome e a pobreza é possível. ... São formas inéditas de manifestação dos movimentos sociais de luta pela terra (ABRAMOVAY, 1985, p. 7).

O símbolo do acampamento, ou seja, um aglomerado de barracos de lona preta, é a representação de que a luta pela terra se dispõe a partir da organização efetiva, da disciplina e coerência das intenções e objetivos dos sujeitos que compõem esse espaço de luta. Além de um símbolo, o acampamento também é uma linguagem compreendida e compartilhada pelos trabalhadores e lideranças de movimentos sociais e instituições/entidades de apoio, bem como pelos representantes do estado imbuídos das desapropriações de terras, “o barraco de lona preta se torna, então, uma espécie de inscrição, sinaliza a participação em um acampamento e é uma forma de marcar a entrada no mundo das ocupações de terra” (LOERA, 2014, p. 47-48).

Uma maneira de representar essa organização se dá pelas reuniões no ambiente do acampamento e/ou do assentamento, elas se tornam um “[...] instrumento fundamental para a formação do grupo. [...] É um momento privilegiado em que o processo de negociação, independentemente do resultado consensual ou não, torna-se público, explícito, transparente e é registrado para efeitos de cumprir as exigências formais”. Em certa medida,

[...] as reuniões são oportunidades para o encontro e para o restabelecimento de relações rompidas, contribuem para a criação de uma linguagem comum, conferem valor e dão visibilidade ao grupo pela regularidade e frequência com que são realizadas, construindo uma imagem de unidade social, tornam-se arenas de disputa e de criação de regras para a ocorrência delas, são espaços públicos de explicitação das diferenças e divergências e de construção da força relativa de cada um diante do coletivo, destacando alguns e deixando outros como mero expectadores” (SCOPINHO, 2014, p. 180-181).

Por uma razão objetiva, a frequência de reuniões no acampamento é inúmeras vezes maior que no assentamento. Isso se explica pelo fato de que no acampamento se projeta com maior eloquência as estratégias de luta e negociação, uma vez que o objeto de desejo, a terra, ainda não foi devidamente apropriada. No Acampamento Córrego Seco, as reuniões chegavam e ser realizadas até três vezes por semana, dependendo das circunstâncias. Suas moradas, sempre produzidas por lonas, papelão e tábuas traduziam a força de que a resistência ao modelo de expropriação promovia um ambiente de uma vontade coletiva.

De acordo com Sigaud (2005), o acampado acredita que estar debaixo de uma lona preta e fazer parte da dinâmica daquele espaço possibilita-o compartilhar de uma crença: de que um futuro melhor o aguarda. Ainda, segundo essa autora, a lona preta começa a fazer parte de um

repertório das possibilidades para melhorar de vida, figurando como mais uma alternativa dentro de um horizonte de expectativas.

A consolidação das relações entre os acampados do Córrego Seco⁴² com os moradores de Heitorai foi elemento crucial para que a visão de criminalização sobre o movimento de ocupação fosse modificada, ainda mais quando percebida a organização que os acampados demonstraram ao longo da vivência no acampamento. Isso pode ser evidenciado por meio da criação de um Estatuto que regimentava as ações e a forma de convivência dos acampados no interior de seus estabelecimentos. O Estatuto primava por consolidar o associativismo no cotidiano do acampamento como dispositivo de uma luta organizada pela terra e de princípios bem definidos. Esse fato foi importante para diminuir as opiniões de pessoas externas à luta fundiária na região em que marginalizavam os camponeses presentes na GO 427. Na Ilustração 04, podemos observar as barracas montadas às margens da GO-427 que liga Heitorai ao município de Itaguaru, no trecho em que a propriedade rural, denominada Fazenda São Bento do Taquaral, se localizava.

Ilustração 04 – Acampamento Córrego Seco – Heitorai-GO, 1997.



Fonte: COELHO, Ricardo Damasceno (2007).
Nota: adaptado pelo autor.

⁴² A opção por nomear o acampamento de “Córrego Seco” é em virtude de que a região onde os camponeses edificaram suas barracas já ser conhecida e denominada por esse nome.

De acordo com o Estatuto do Acampamento Córrego Seco⁴³, a estrutura administrativa dividia-se em: a) Assembleia Geral; b) Diretoria Executiva e c) Conselho Fiscal. A Assembleia Geral é a instância máxima da associação dos acampados. Divididas entre ordinárias e extraordinárias, as Assembleias Gerais deliberavam, entre outros assuntos, sobre o balanço anual da Diretoria Executiva, sobre a aprovação do Plano Anual de Ação e a Eleição e Posse da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. A Diretoria Executiva é o órgão de execução das deliberações das Assembleias Gerais. Entre as competências delegadas à Diretoria Executiva, destaca-se a de programar operações e serviços; aprovar e/ou reprovam a admissão de associados; fixar as despesas em orçamento anual; apresentar, em Assembleia Geral, o balancete anual de atividades, orçamento e imbuir-se da boa relação com instituições públicas ou privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum. O Conselho Fiscal responsabilizava-se pela inspeção das atividades financeiras realizadas no acampamento, via balanços mensais e anuais. Além disso, o Conselho Fiscal zelava pelo cumprimento das disposições alocadas no Estatuto, devendo ser o órgão do acampamento responsável por deliberar sobre as ações disciplinares⁴⁴.

Outro elemento destaque do Estatuto do Acampamento Córrego Seco é o que trata das penalidades. No Capítulo VI (Das Penalidades), é possível perceber os mecanismos utilizados como forma disciplinar em eventual descumprimento dos dispositivos estatutários. As ações que, segundo o Estatuto, poderiam ser consideradas infrações e, portanto, passíveis de penalidades eram, respectivamente: a) prática de atividade considerada prejudicial e/ou conflitantes com os objetivos da associação dos acampados; b) atitude que atente contra a idoneidade moral do acampamento; c) Não cumprimento das mensalidades ou outras obrigações estipuladas pelo Estatuto; d) faltar em mais de três de reuniões das Assembleias Gerais de forma consecutiva, sem prévia justificativa, ou a 50% das Assembleias Gerais realizadas durante o ano. De acordo com o Estatuto, as penalidades aplicadas, em casos de descumprimento ao disposto nos artigos e incisos, eram, respectivamente: a) advertência verbal; b) advertência escrita; c) suspensão e d) eliminação. A advertência verbal se concretizava por falta simples, ou seja, quando o acampado faltava às reuniões das Assembleias Gerais em até três vezes no mês. A advertência escrita era efetivada quando havia reincidência de falta simples, constituindo, assim, em uma falta grave. A suspensão e/ou eliminação eram

⁴³ O Estatuto criado à época do Acampamento Córrego Seco é o mesmo que hoje determina as diretrizes do Estatuto da associação do Assentamento São Bento, sem que houvesse qualquer modificação em seu conteúdo.

⁴⁴ Ver anexo.

deliberadas quando ocorria a reincidência de falta grave ou descumprimento do Estatuto como um todo. Todas as decisões, a respeito de advertências, suspensão e/ou eliminação, eram decididas em Assembleias Gerais⁴⁵.

Em Ata das reuniões das Assembleias Gerais, realizadas durante todo o ano de 1997 até o mês de março de 1998, do Acampamento Córrego Seco, é possível observar certas transgressões disciplinares que foram levadas para conhecimento e discussão da comunidade acampada. Dentre as indisciplinas mais comuns, destaca-se a embriaguez, ausência no acampamento, adultério, brigas e falta de assiduidade com o “caixinha”⁴⁶. Vejamos um momento de debate sobre a indisciplina de um acampado, em reunião realizada pela Assembleia Geral do acampamento, e registrada em Ata lavrada na data de 23 de fevereiro de 1997:

O comp. Mosquito⁴⁷ diz que o comp. [REDACTED] será apresentado a assembleia. O comp. [REDACTED] diz que este comp. era representante de outro comp. e havia cometido uma infração, **foi pego em flagrante bebendo dentro do acampamento**, ao chamar o titular por ele representado o dispensou trazendo seu filho e o comp. [REDACTED], foi dispensado, e o mesmo queria que tivesse seu cadastro junto conosco. Porém ontem ele foi pego bebendo novamente, e confessou sua infração, e pediu desculpas ao conselho, pedindo chance na assembleia, o conselho não podendo negar-lhe este direito, trouxe-o diante da assembleia. É perguntado por um comp. se não seria bom, mandar o comp. embora sem direito a nada. O comp. [REDACTED] diz que os comp. que bebem são seres humanos, e precisam de ser feito o trabalho de conscientização, como vem sendo feito (ATA DE REUNIÕES DA ASSEMBLEIA GERAL DO ACAMPAMENTO CÓRREGO SECO, Livro I, p. 3-4. Grifo nosso)⁴⁸.

De acordo com o que se verifica, o acampado que cometeu a infração (mais de uma vez) estava como representante de um outro acampado que, segundo o documento, era seu padrasto. Essa atitude era muito comum no acampamento. Em certos casos, o sujeito titular, ou seja, aquele que ocupou, de fato, a terra, pedia a parentes ou conhecidos para estar em seu lugar numa possível ausência, seja para trabalhar fora ou em decorrência de certos imprevistos. Nesse caso, o infrator representante do acampado titular já era conhecido de muito tempo dos demais, sendo

⁴⁵ Ver anexo.

⁴⁶ O Caixinha era uma mensalidade paga pelos acampados – que na época girava em torno de 3 a 5 reais – e servia como um fundo para o acampamento arcar com despesas de viagens dos coordenadores a Goiânia para reuniões e requerimentos ao INCRA e outras instituições pertinentes. Servia também para comprar lonas para a manutenção das barracas, pagamento de assessoria jurídica e casos de extrema emergência.

⁴⁷ Uma das estratégias de luta dos acampados era o uso de pseudônimos para que não fossem reveladas suas identidades. Geralmente, o acampado é que decidia pelo uso de um pseudônimo. A estratégia era mais usada por lideranças e acampados que possuíam cargos de grande responsabilidade no interior do acampamento. É muito recorrente o uso de pseudônimos encontrados nas Atas de reuniões do Acampamento Córrego Seco, como por exemplo, curió, mosquito, rapadura, barba, cantina, entre outros.

⁴⁸ As tarjas são um mecanismo de preservação da identidade e, logo, da integridade ética e moral das pessoas mencionadas. Esse dispositivo foi aplicado por razões atinentes à resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Todas as pessoas que não pertencem ao grupo de indivíduos que estão no cômputo da pesquisa devem ter suas identidades preservadas, conforme adverte a resolução supracitada. Os indivíduos que compõem o grupo da pesquisa (entrevistados) foram alocados no corpo do texto, como se verifica, com pseudônimos, segundo estabelece as normativas da resolução 466/2012.

que ele já estava em processo, no interior da unidade, para ser integrado ao grupo. Retornando à deliberação da assembleia sobre a infração cometida pelo acampado, decidiu-se pela permanência do infrator no acampamento. A decisão foi tomada após votação de 45 acampados que votaram contra a permanência do infrator e 70 a favor; por conseguinte, houve a efetivação de seu cadastro no acampamento.

Outra infração muito frequente é a não permanência de acampados no interior do acampamento. Em muitos casos, percebe-se que o alojado ficava muito mais tempo fora do acampamento do que dentro dele. Havia por parte de outros residentes a preocupação nítida frente a essa infração, tida pelo Estatuto e pelos acampados como grave. A preocupação maior se dava em não deixar a impressão de esvaziamento do acampamento nem de enfraquecimento da luta pela terra na região. Em Assembleia Geral, realizada no dia 23 de fevereiro de 1997, o assunto da falta de compromisso de determinados acampados é tratado de forma enfática, no que “o comp. Rapadura faz também uso da palavra, dizendo sobre o assunto das barracas vazias, diz que não acredita que cruzando os braços alcançaremos a vitória. Pede a consciência com os comp. que tem deixado suas barracas vazias, para que não cause a impressão de abandono aos possíveis visitantes”⁴⁹. Em outro momento da Assembleia Geral, é colocada a situação de três acampados também pelo motivo de ausência excessiva no acampamento, os quais receberam a punição mais drástica, ou seja, a da expulsão.

É passado para a próxima pauta, os três companheiros que haviam pedido reintegração no grupo, primeiro o companheiro [REDACTED] que pediu à assembleia, e pediu que fosse aceito novamente no grupo, a assembleia aprovou, porém como nunca mais retornou ao acampamento, o conselho se reuniu e considerou por bem desligá-lo do grupo, que também foi a questão do comp. [REDACTED] e [REDACTED] que também foram eliminados do grupo”⁵⁰.

O assentado AX-5 relata sua experiência de ter sido alvo de deliberações quanto a sua infração às normas do Estatuto do acampamento. Segundo ele, à época era muito “novo” e não possuía a maturidade suficiente para saber da importância da união e da organização dos camponeses em prol da luta pela terra. Assim, relata que:

Nós tínhamos também o caixinha, que era para manter as coisas. Se você demorasse muito com a sua contribuição do caixinha, você poderia ser expulso. Então, na verdade, o acampamento tinha um estatuto; então não pode usar droga, não podia consumir álcool, prostituição, isso era tudo crime grave. Tinha um tanto de advertência que o sujeito era expulso. Muitos foram expulsos por conta de álcool, por conta de prostituição, então muitos foram. Eu mesmo fui um, que até que eles fizeram uma ata e tive que ficar uns tempos fora daqui por conta do álcool e da briga grave.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Ibidem.

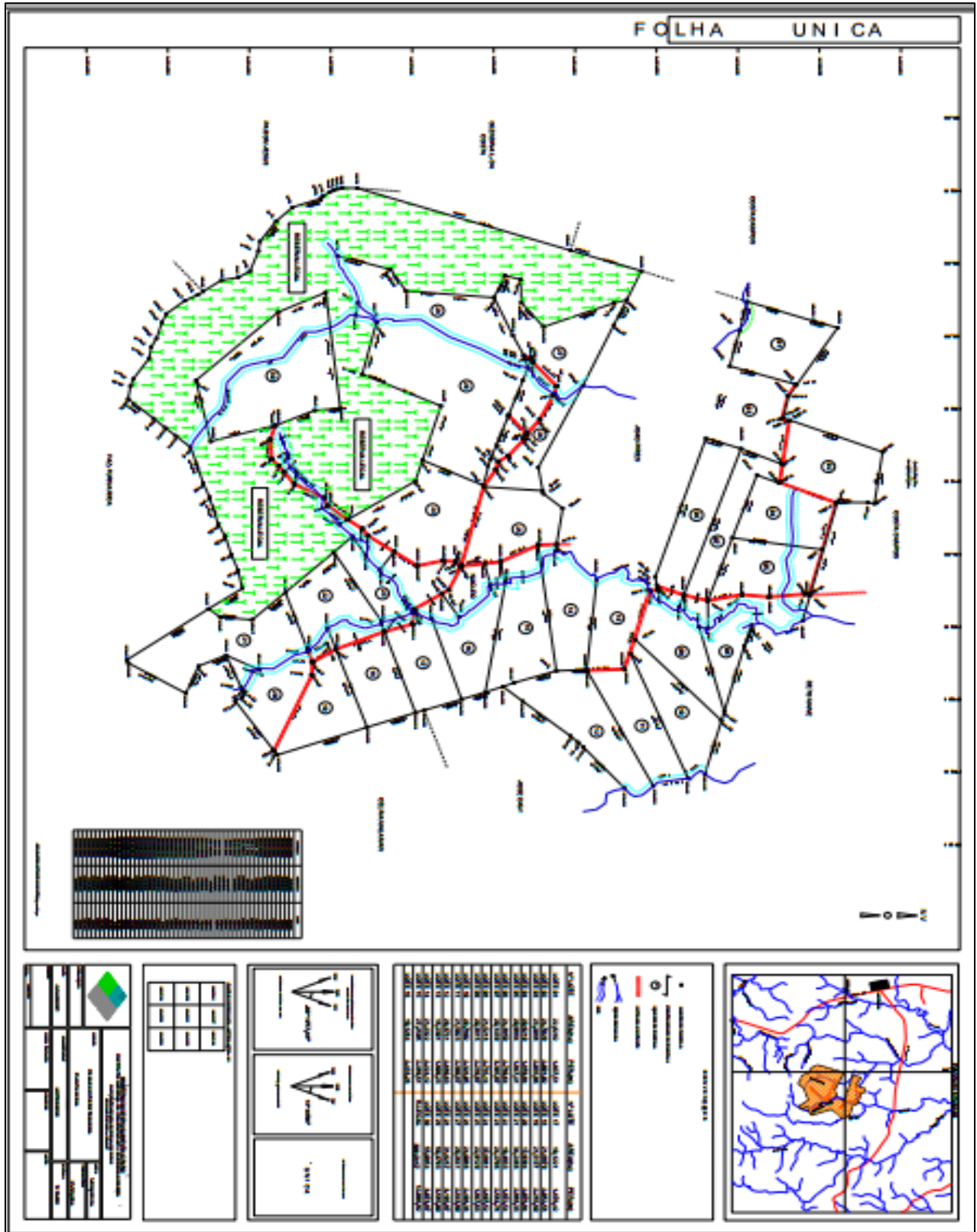
Tinha um campinho de bola ali embaixo, aí nós “agarrou” de brincar, e aí eu perdi um pouco o controle da situação, nem álcool não foi, e aí o caboco me deu uma canelada meio “vurtada” e eu fui em cima dele e dei uma voadeira e o trem ficou grave; e aí nós “trouvou” lá, e aí eles fizeram uma ata e eu tive que ficar uns tempos fora.

É perceptível que o acampamento demonstrava organização interna, baseada sobretudo no Estatuto e na quantidade de assembleias registradas em atas ao longo da luta pela terra. Tal organização foi imprescindível para, segundo os assentados de São Bento, conseguir o acesso à terra e para desconstruir a imagem de desordem e balbúrdia que muitos possuíam sobre o movimento acampado na GO-427.

Ao longo de quase um ano e meio de acampamento, na GO-427 (denominada de “corredor”), os camponeses conseguiram adentrar à propriedade alvo da desapropriação quando houve sua efetiva desapropriação. No interior da propriedade, os acampados montaram um novo acampamento e começaram a trabalhar na limpeza de pastos e na produção agrícola em forma de lavoura comunitária. Entretanto, não abandonaram o local anteriormente construído na GO-427 (“o corredor”). Se dividiram, estrategicamente, em dois grupos, um grupo se dirigiu para o interior da propriedade, o outro permaneceu no “corredor”. Isso se explica pelo fato de o INCRA não ter dividido as parcelas entre as famílias acampadas, o que só ocorreu posteriormente, via sorteio.

A divisão sorteada das parcelas obedeceu a critérios estabelecidos pelo INCRA, conforme relatam os residentes de São Bento. A primazia para participar do sorteio se deteve àqueles acampados que permaneceram desde o início no acampamento. Além da questão da permanência, houve outro elemento catalisador para participar do sorteio: a questão do comprometimento com o trabalho ali realizado. No período de acampamento, a dinâmica do trabalho, além de ser coletiva, era de intensa disciplina. Havia, segundo relatos dos assentados, uma espécie de “caderno de ponto” que servia para organizar e regular quem, de fato, estava trabalhando no conjunto habitado. Nesse sentido, quem cumpria com o trabalho angariava pontos que iam se acumulando como uma espécie de “reserva de pontos”. Esses pontos foram, segundo relatam esses sujeitos, cruciais para definir quem tinha ou não o direito de participar do sorteio das parcelas.

Ilustração 1 - Planta Geral do Projeto de Assentamento São Bento do Taquaral/Heitorai-GO (2001).



Fonte: INCRA. Projeto de Criação do Assentamento São Bento – Divisão de Assentamentos/Superintendência Regional do INCRA/Goiânia, sala T2, armário nº 5.

Muitos acampados não puderam participar do sorteio das parcelas porque não possuíam pontos. Assim, muitos dos que já haviam adentrado ao interior da propriedade, à espera de poder conseguir sua gleba de terra, desistiram ou foram avisados que possivelmente não conseguiriam almejar êxito nas suas pretensões. Mesmo com a desistência natural ou “forçada” de parte dos acampados, o número de pretendentes a uma parcela era superior à demarcação do perímetro da área realizada pelo INCRA. Inicialmente, foram assentadas 30 famílias. Logo, por requerimento dos próprios recém-assentados, pediu-se ao INCRA para que realizasse uma nova medida na área, o que foi concretizado. Com isso, mediante intensa movimentação por parte dos assentados e também daqueles que não foram contemplados no sorteio com uma parcela, o INCRA assentou mais sete famílias, constituindo um total de 37 famílias contempladas. Em memorando direcionado à Superintendência Regional do INCRA, em Goiás, os beneficiados, além de mencionar o projeto para assentar 30 famílias e da capacidade da área (1.134,9800 ha) de receber um número ainda superior, é destacado que:

[...] Lembramos que na época da vistoria e avaliação, faziam parte da luta pela terra 37 (trinta e sete) famílias, mas que por questão da capacidade da área, 07 (sete) famílias ficaram como excedentes. Na ocasião, as famílias excedentes foram para o corredor próximo ao município de Heitoráí, e lá estão até hoje no aguardo de uma nova oportunidade. Esclarecemos que na época por estarem juntos na luta pela desapropriação da área do PA, essas 7 (sete) famílias foram contempladas com o crédito instalação (alimentação), tendo em vista que o Laudo de Vistoria e Avaliação nº 104/97, realizado pelo Engº Agrônomo Bento José Labre de Lemos, mencionava a possibilidade da capacidade de assentamento ser de 37 (trinta e sete) unidades agrícolas, e por terem sido contemplados com o crédito, foram inseridas no sistema SIPRA⁵¹ como beneficiários [...] (MEMO/INCRA/SR-04/Nº 043 – GOIÂNIA, 18 DE FEVEREIRO DE 2003. DIVISÃO DE ASSENTAMENTOS, SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA – p. 29 – GOIÂNIA, SALA T-2, ARMÁRIO Nº 5).

Após encaminhado o memorando de revisão do perímetro da área do assentamento e a inclusão de mais sete beneficiários excluídos do processo de divisão das parcelas, é comunicado que seja revisto o Plano de Viabilidade Técnica que dantes havia estabelecido o assentamento de 25 famílias, acrescido de mais 5, totalizando um número de 30, para a possibilidade de assentar mais sete.

⁵¹ O SIPRA é o “O Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária que se destina ao tratamento, sistematização e recuperação de dados sobre os Projetos de Reforma Agrária (desde a criação até a sua emancipação), bem como dos beneficiários (da fase de cadastro, seleção, desenvolvimento socioeconômico à titulação), propiciando, dessa forma, o conhecimento da realidade nas áreas dos assentamentos. Atualmente, o SIPRA tem informações de aspecto econômico-social, com registro dos programas ali desenvolvidos e, ainda, o cadastro atualizado de todos os assentados” (INCRA. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/livros_revistas_e_cartilhas/O%20INCRA%20e%20o%20Assentamento.pdf>. Acesso em: 23/08/2017.

Encaminhamos o presente processo para que anteriormente à atualização no Sistema SIPRA, sejam providenciadas cópias da elaboração do Plano de Viabilidade Técnica que definiu pela capacidade de 25 (vinte e cinco) unidades agrícolas familiares, posteriormente acrescidas mais 5 (cinco), totalizando 30 (trinta) unidades agrícolas familiares, providenciar junto ao servidor responsável pela criação dos Projetos de Assentamento, Robson, a Portaria de Criação do Projeto, bem como a respectiva retificação da portaria (RETIFICAÇÃO DO PROCESSO Nº 54150.002290/97-74, GOIÂNIA, 10 DE MARÇO DE 2003. DIVISÃO DE ASSENTAMENTOS, SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA – p. 30 – GOIÂNIA, SALA T-2, ARMÁRIO Nº 5).

Por meio do exposto, constata-se que, mesmo com a falta de critérios considerados importantes para os assentados, como a coletividade no processo da luta pelo terreno no que se refere ao Assentamento São Bento, o INCRA teve que reconsiderar o erro cometido na primeira análise técnica decorrida do Laudo de Vistoria que avaliou a capacidade de assentamento de 30 famílias, agora para 37. Isso demonstra, segundo Palmeira (1994), a excessiva burocratização que instituições estatais, ligadas à questão agrária, como o INCRA, possuem frente aos problemas gestados pela concentração de terras no Brasil. A lentidão dos processos e os equívocos técnicos são, em grande parte, acrescidos por uma falta de sensibilidade com o trabalhador rural sem-terra, especialmente no que toca à dinâmica da luta fundiária.

Em determinados casos, a luta agrária esbarra nos dispositivos burocráticos dos órgãos responsáveis por executar a política de sua reforma. Esse imperativo da burocracia de Estado é, em grande parte, estratégia para as desmobilizações face aos movimentos sociais camponeses encarnados nas ocupações rurais. No Quadro 02, nota-se que a burocracia, no caso do Assentamento São Bento, perpetuou a luta pela terra por quase cinco anos, no município de Heitorai.

Quadro 2 - Cronologia histórica de formação do Assentamento São Bento

ANO	ACONTECIMENTO
1996	A primeira tentativa de ocupação ocorreu, de fato, às margens da GO-427, próxima à área (propriedade rural) que pertencia, e ainda pertence, à família Olavo Costa Campos. Após doze dias acampados, próximo à propriedade dos Costa Campos, foi emitida ordem de despejo dos acampados por força judicial empreendida pelos proprietários da área até então requerida. Logo, os acampados montaram acampamento próximo à Fazenda São Bento do Taquaral (onde hoje se encontra o assentamento), que, diferentemente da propriedade dos Costa Campos, não estava cumprindo com a função social da terra. Esses dois momentos ocorreram na GO-427.
1997	Organização e estruturação do Acampamento Córrego Seco. Início das reivindicações para a efetivação da desapropriação da área requerida (Fazenda São Bento do Taquaral) via Decreto presidencial, com o importante apoio da CPT. O Laudo de Vistoria e Avaliação (nº 104/97) conclui que a área é improdutiva, sendo, portanto, destinada para fins de reforma agrária. O Decreto presidencial de 8 de outubro de 1997 decreta que, por interesse social, desapropria, para fins de reforma agrária, a Fazenda São Bento do Taquaral. Tem-se o início das reivindicações e negociações para criação do Projeto de

	Assentamento São Bento do Taquaral. O INCRA se omite da posse da Fazenda São Bento do Taquaral. É elaborado o Plano Preliminar que consta a proposta de Criação do Projeto de Assentamento São Bento.
1998	Continuação das reivindicações e negociações para acelerar o processo de efetivação do assentamento. Relato dos assentados que o INCRA apresenta demora para resolver o problema de medição do perímetro e da consequente divisão das parcelas. É realizada a medição do perímetro pelo INCRA.
1999	Por sorteio, as parcelas são divididas entre os acampados do Córrego Seco. Primeiramente são sorteadas 30 parcelas. Os recém-assentados recebem subsídios do governo (o chamado Crédito Implantação, que é dividido em três segmentos: 1. Alimentação, 2. Fomento e 3. Habitação) para se estabelecerem, verdadeiramente, nas suas respectivas parcelas.
2003	Após requerimento dos assentados, é realizado um novo Laudo Técnico pelo INCRA que atesta a capacidade do assentamento de receber mais sete famílias, compondo um total de 37.

Elaboração: Jean Carlos Ribeiro de Lima, 2017.

Nota: Elaborado a partir dos dados contidos no Projeto de Criação do Assentamento São Bento (INCRA, 1997) e dos depoimentos colhidos nas entrevistas com os assentados.

A evolução da luta agrária dos acampados do Córrego Seco e, depois, dos assentados de São Bento mostra que a persistência e a organização foram imprescindíveis para o êxito do acesso à terra. Conforme observado no Quadro 02, desde a primeira tentativa de ocupação, em 1996, até o sorteio das parcelas, em 1999, o INCRA mostrou-se ora atinente aos interesses urgentes dos acampados, ora inerentes a eles. Nota-se que após o decreto de desapropriação, a evolução das prerrogativas para a consolidação do assentamento foi se procrastinando. Até durante a divisão das parcelas foi preciso pressionar o INCRA para refazer a medição do perímetro da área e assentar mais sete famílias que participaram da luta rural.

As novas formas de assegurar a sobrevivência e a própria reprodução da vida, na condição de trabalhador da terra, criam, nessas formações grupais, redes de sociabilidades partilhadas em cotidianos fragmentados pelo binômio capital-estado. As fragmentações geram contradições infinitas, mas possibilitam maneiras de rupturas ou instantes de usos que contemplam o cotidiano com suas possibilidades de insurreições de uso dentro do modelo vigente.

CAPÍTULO 3

3. ESPAÇOS VIVIDOS: HISTÓRIAS, TRAJETÓRIAS E RESISTÊNCIAS DOS ASSENTADOS EM SÃO BENTO

Neste trabalho, considera-se que para compreender as relações estabelecidas entre os assentados, como ambiente possível de construção das sociabilidades, seja necessário lançar mão sobre suas trajetórias de vida. Os sujeitos sociais, ao construírem suas trajetórias pessoais, as fazem mediante decisões particulares e coletivas, considerando que a sociedade e suas forças constitutivas influenciam nesse processo decisório. Cirqueira (2010) assinala que as trajetórias de vida são representações sucessivas de uma mesma pessoa ou grupo ao ocupar diferentes posições passíveis de transformações incessantes. As trajetórias construídas e percorridas por sujeitos e grupos remetem as suas histórias de vida, não raro dotadas “[...] de sentido que comporta etapas tendo um começo, um meio e um fim, numa sucessão de acontecimentos que não possuem significados unilineares ou unidirecionais (CIRQUEIRA, 2010, p. 42).

O procedimento de análise, com base na incursão proposta pelas trajetórias de vida, tem como ponto de partida o trabalho epistemológico desempenhado pela Escola de Chicago,⁵² desde a década de 1920. Contudo, é somente a partir da década de 1970 que os estudos, com base nas trajetórias e histórias de vida, ganham notoriedade no cenário acadêmico e científico. Em relação ao efeito prático e metodológico para a pesquisa científica, Paulo Guérios (2011, p. 24) salienta que

o estudo de uma trajetória individual nestes termos parece assim ser um *locus* rico para complexificar nossa compreensão acerca da dinâmica de funcionamento de diferentes configurações sociais em diferentes níveis de análise. Entretanto, isto apenas pode ocorrer sob a condição de que a pesquisa se apoie em uma cuidadosa análise das redes de interdependência nas quais esta trajetória está ancorada, ao mesmo tempo em que se considera a inserção destas redes em um quadro mais geral.

No âmbito dos estudos sociológicos, as trajetórias de vida são recursos amplamente difundidos e utilizados como fonte de apreensão não apenas de histórias e experiências individuais ou coletivas, mas, também, como panótipo da realidade histórico-social. Gonçalves

⁵² “O fundamento epistemológico principal dessa escola reside no chamado “pragmatismo norte-americano”. [...] O pragmatismo da Escola de Chicago tinha como premissa uma teoria do significado, segundo a qual uma “concepção” – o significado racional de uma expressão – consiste em seus efeitos sensíveis sobre a conduta da vida. Essa premissa, aparentemente simples, que relaciona o saber à experiência concreta, implica uma profunda orientação relativista e empiricista, que daria em boa medida o caráter distintivo da perspectiva dessa escola” (BRAGA; GASTALDO, 2009, p. 79).

e Lisboa (1996) entendem que a perspectiva das trajetórias de vida envolve as mudanças sociais, passagens de *status*, de situação econômica, de atividades profissionais, para tanto, utiliza datas significativas, períodos, números, enfim, aspectos quantitativos e qualitativos relacionados dentro da mesma abordagem. Destarte, a trajetória de vida é considerada uma “instituição social”, um sistema de regras que rege/conduz as relações do indivíduo ou do grupo. Com efeito, a dimensão ampliada do termo incorpora a diversidade de funções que o sujeito ou o grupo social ocupam sucessivamente no tempo histórico.

3.1. SOCIABILIDADES CRIADAS NO MUNDO DO TRABALHO.

De modo igual, a construção de redes de sociabilidades depende da forma com que as trajetórias de indivíduos e de grupos se consolidam em um determinado momento histórico. No Assentamento São Bento, a construção dos laços de sociabilidades foi moldada a partir das trajetórias de vida dos sujeitos ali residentes. Esse movimento ocorreu de duas maneiras: a) a experiência de vida de cada trabalhador assentado no período precedente ao acampamento e assentamento; b) vivência a partir da luta pela terra que envolveu o trabalho de mediação da CPT e a construção do acampamento. Notoriamente, como esclarece Cirqueira (2010), a trajetória de vida de um sujeito ou grupo ocorre paulatinamente e nunca cessa. Nesse sentido, as trajetórias de vida dos assentados de São Bento seguem sendo tecidas e justapostas cotidianamente.

Para fins de apreensão das experiências e trajetórias de vida dos assentados, optamos por elencar questões que foram alocadas em questionário e complementadas por meio das entrevistas. Os dados apresentados e considerados na dissertação serviram de base para compor a discussão sobre as experiências dos assentados com o trabalho agrícola e as trajetórias de vida firmadas no tempo histórico que demarca o período anterior ao assentamento. Portanto, a Tabela 6 sintetiza informações importantes a respeito do percurso de vida dos assentados entrevistados, desde a cidade de origem, profissão anterior ao assentamento e escolarização.

Tabela 6 - Cidade de origem, profissão anterior ao assentamento e escolarização⁵³.

CIDADE DE ORIGEM		PROFISSÃO ANTERIOR AO ASSENTAMENTO		ESCOLARIZAÇÃO	
CIDADE DE GOIÁS	07	AGRICULTOR ⁵⁴	13	1º GRAU INCOMPLETO	02
ITAPURANGA	04	PEDREIRO	01	2º GRAU INCOMPLETO	12
INHUMAS / URUANA	01 / 01	FUCIONÁRIO PÚBLICO	01	SUPERIOR INCOMPLETO	01

Fonte: Entrevistas e aplicação de questionários individuais realizados.

Elaboração: Jean Carlos Ribeiro de Lima, 2017.

Destacamos algumas considerações obtidas durante os momentos de entrevistas com os assentados. A título de exemplo, na condição de pesquisador, procurava entrevistar a mulher, na maioria dos casos na condição de “esposas”; o homem, na condição de “marido”, interferia afirmando que ele seria a melhor pessoa para a entrevista, impondo sua narrativa. Em casos específicos, me deparei com a própria mulher delegando ao homem o protagonismo da fala por entender que ele (o marido) seria o mais apropriado para descrever o que estava sendo pesquisado.

Por essa razão, explica-se a quantidade superior de homens entrevistados (13 no total) em contraposição ao de mulheres (02 no total). Ressalta-se, ainda, a predominância de casados (14 no total) em comparação aos solteiros (1 no total), do total de 15 assentados entrevistados. Isso se explica pelo fato de os assentados de São Bento serem ainda os pioneiros da luta pela terra, ou seja, os mesmos sujeitos que participaram da organização do acampamento às margens da GO-427, a partir de 1996, os quais se encontravam, à época, já na condição de casados.

No quesito escolarização, mais da metade dos assentados não completou o segundo grau (ensino médio), sendo que dois não concluíram o primeiro grau (ensino fundamental) e um não finalizou o ensino superior. O argumento mais utilizado pelos entrevistados é de que a não conclusão dos estudos está diretamente associada ao trabalho agrícola. Em determinado momento, era preciso decidir entre a continuação dos estudos ou ajudar no trabalho agrícola: “[...] ou eu ajudava meu pai na roça ou ia pra escola, né. Então você vê, o que era mais importante pra mim era ajudar meu pai na lavoura, né, o estudo só vinha depois” (Assentado AX-15). Bergamasco (1996) observa que a opção pelo trabalho agrícola em detrimento dos

⁵³ No trabalho de campo, observamos uma imposição narrativo-discursiva dos homens sobre as mulheres, os homens assumem para si o protagonismo da fala e do discurso sobre os elementos históricos e atuais de suas trajetórias de vida no contexto anterior e posterior ao assentamento.

⁵⁴ A nomenclatura de “agricultor”, exposta na Tabela 6, foi aplicada por motivos de definição dos próprios assentados ao serem indagados sobre sua atual condição em que a maioria se auto intitulou como agricultores ou agricultor familiar.

estudos é uma característica essencialmente presente no mundo rural brasileiro. Em grande medida, os trabalhadores rurais, donos de pequeno pedaço de terra, muitas das vezes sem condições estruturais necessárias suficientes, abrem mão da escolarização por entender ser mais importante a manutenção da lavoura e da produção, sem as quais não obteriam a renda para o sustento de si e da família.

O único assentado que concluiu o primeiro e o segundo grau⁵⁵, respectivamente, afirma que conciliar estudos e as atividades agrícolas é uma tarefa quase que impossível. Ele afirma que, “na verdade, é quase impossível; eu ainda consegui terminar o colégio, sabe, mas não é fácil não, viu. Você tem que ter tempo pra trabalhar na roça e ainda estudar...é difícil, né” (Assentado AX-3). O assentado complementa que no ano de 2015 passou no vestibular para o curso de Geografia, na Universidade Estadual de Goiás (Câmpus Itapuranga), mas teve que desistir do curso por não conseguir conciliar os estudos com o trabalho no assentamento. Em sua narrativa, assim descreve as dificuldades enfrentadas:

Bem, eu acho que a maior dificuldade mesmo em estudar na faculdade era porque o curso era de noite. Então imagina só, você trabalha o dia inteiro, num serviço pesado desse, debaixo de sol, chuva, com bicho peçonhento, e chega de noite que você já está todo moído de cansado, ainda ter que tomar banho correndo, montar numa moto e ir para a cidade pra pegar ônibus pra ir pra Itapuranga e depois voltar meia noite pra voltar pro assentamento e acordar no outro dia às cinco e meia da manhã pra trabalhar; é muito pesado pra mim, então foi por isso que eu desisti.

As adversidades narradas pelo assentado AX-3 demonstram que a realidade do campo brasileiro ainda está distante da concretização, na prática, da garantia dos direitos sociais, políticos e civis dos sujeitos que o compõem. Quando o acesso à educação é interrompido, como no caso descrito, trata-se de um direito que está sendo negado ao sujeito carente de condições básicas para prosseguir com os estudos. Sérgio Leite (2004) enfatiza a necessidade constante de os assentamentos rurais serem mais valorizados do ponto de vista não apenas econômico e produtivo, mas também no sentido da afirmação e exercício de direitos e deveres que estejam diretamente envolvidos com a realidade social desses espaços.

Apesar de não conseguir conciliar o ensino superior com o trabalho no assentamento, o assentado AX-3 havia finalizado, em dezembro de 2017, o curso de agroecologia oferecido pela CPT no município da Cidade de Goiás. Em seu depoimento, é possível notar a satisfação em estar no meio de muitos jovens com o mesmo interesse de aprendizado:

⁵⁵ A nomenclatura utilizada para designar o grau e o nível de escolaridade dos entrevistados já não faz parte das designações das normativas educacionais. Todavia, tal nomenclatura era utilizada à época do exercício escolar dos entrevistados e, portanto, optamos por manter o termo.

A gente está num curso de agroecologia em Goiás organizado pela CPT onde na primeira etapa em que fomos agora em maio; tinha tantos jovens lá de um pré-assentamento⁵⁶ que está formando lá em Goiás, na região do rio bacuri lá; e você vê o pessoal com tanto de interesse, sabe? E tinha muitos jovens...achei muito bom. E também é muito bom porque nós aprendemos coisa do campo mesmo, sabe? Você mesmo vê aí que eu tenho uma estufa com produção de hortaliça aí que é tudo orgânico, né? Então eu acho que deveria ter mais esses cursos (ASSENTADO AX-3).

O participante ressalta a importância do curso e da experiência adquirida para determinadas atividades executadas em sua parcela, especialmente na produção de hortaliças orgânicas comercializadas dentro do próprio assentamento e na cidade de Heitoraí. A produção orgânica é motivo de satisfação e orgulho para o entrevistado, pois “[...] a gente vê que uma produção dessa aqui orgânica, né, que não tem veneno, né, é saudável e eu me sinto feliz e honrado de poder produzir uma alimentação orgânica”. Em relação à estufa, o assentado relata que a CPT realizou a montagem desse artefato, arcando o assentado com os materiais necessários para sua construção.

Em relação à origem, a Tabela 6 indica que a maioria dos assentados é oriunda dos municípios da Cidade de Goiás e de Itapuranga. Os municípios de Inhumas e Uruana vêm logo em seguida com apenas um assentado cada. Esses dados se justificam pelo intenso trabalho realizado pela CPT e pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Itapuranga que atuavam nessas duas cidades em benefício dos trabalhadores rurais, promovendo, constantemente, reuniões e encontros com o intuito de organizar os trabalhadores para futuras ocupações de terra. No aspecto da atividade profissional exercida antes do assentamento, é expressivo o número de assentados que já possuía experiência com o trabalho no campo. Dos assentados entrevistados, treze já possuíam diretamente experiência com o trabalho agrícola, sendo que apenas um exercia a função de pedreiro e outro a de funcionário público.

Vejamos certas narrativas de assentados que descrevem suas trajetórias:

Bem, eu toda vida fui da roça. Antes de eu vir para cá eu morava em Itapuranga, lá eu tinha arrendo de terra e fabricava doce; 17 anos fabricando doce, vendia na feira, vendia nas cidades vizinhas, como Diolândia⁵⁷, numa bicicleta cargueiro, o maior sofrimento. Aí nessas terras alugadas, nós plantávamos pimenta, fazíamos feira; eu era feirante (ASSENTADO AX-9).

Na verdade, quando a gente começou, eu morava na fazenda. Na época meu pai veio de Minas Gerais...aí nós ficamos um pouco em Goiás (Cidade de Goiás), nós fomos criados lá, na fazenda do Zé Machado, que até hoje é conhecido. Aí criou os filhos tudo, né; foram dez irmãos...aí ficamos um tempo lá; aí nós começamos a estudar.

⁵⁶ O assentamento à que o entrevistado se refere é o Assentamento São Domingos, recentemente criado no município da Cidade de Goiás.

⁵⁷ Município que se localiza a 20 km de Itapuranga e 47 km de Heitoraí.

Três de nós têm formação, né. Um é professor, dois são enfermeiros...e os mais novos...um dos meus irmãos não quis estudar; e eu até que eu queria estudar muito, mas na época o meu pai era muito custoso da vida, inclusive aprontou bastante. E então eu tive que parar os estudos para ajudar minha mãe, né. Na época ele (o pai) foi embora, deixou nós todos pequenos, aí eu tive que parar; até então eu tinha vontade demais de fazer veterinária, entendeu? Até então eu tenho muito entendimento da veterinária. Na verdade, eu sempre gostei de mexer com a roça, de mexer no campo, do verde, da natureza. E aí eu trabalhei em Goiás um tempo, e eu estudava, vendia mexerica, laranja, nos intervalos...nessa época nós tínhamos um bar-restaurant também, isso na cidade. Aí com o tempo eu fui para uma fazenda, trabalhar de ajudante; daí fui pegando mais gosto; trabalhava por mês. Nessa ocasião, eu trabalhei em três fazendas; eu fiquei seis anos e pouco em uma, quatro anos e pouco noutra, e me parece que quase quatro anos na outra. Aí eu fui para Mossâmedes⁵⁸, tomar conta de uma fazenda lá; fiquei lá seis anos e quatro meses, nessa derradeira. Aí de lá para cá surgiu, né, essa história do assentamento, né (ASSENTADO AX-4, grifo nosso).

A história antes do assentamento, bem antes mesmo, a gente morava era nas terras duma tia da minha esposa, né. Nós tocávamos lavoura; trabalhávamos de arrendatário. Era arrendatário; como se dizem os outros, mudava mais que tudo; mudava de fazenda porque não estava bom. Aí nós mudamos pra uma fazenda. Dessa fazenda eu saí, ficava entre Carmo do Rio Verde, Uruana e Itapuranga. Aí quando foi pra gente sair dessa fazenda, fui pra perto de Goiás (Cidade de Goiás) e arrumei um lugar lá pra trabalhar, pra mexer com curral. Aí o caboco, era quinze dias; porque o cara ia sair (aqui seu Sebastião se refere ao funcionário da fazenda na Cidade de Goiás que estava prestes a se retirar e assumiria seu lugar) e deu certo no outro dia que eu também iria sair, né. Aí ia chegar uma mudança onde eu estava; só que aí chega a notícia que o cara (proprietário da referida fazenda) já tinha arrumado outro. Aí fiquei apavorado, como é que faz? Como é que faz? Aí a esposa falou assim: “Nós temos que arrumar uma casa na rua”. Aí nós alugamos uma casa na rua, em Itapuranga. Aí um dia, eu trabalhava nessa época, eu trabalhava na Cerâmica Mota (fábrica de telhas e tijolos localizada no município de Itapuranga); aí eu não gostei e estava em casa e falei pra minha esposa: “vou lá buscar um remédio”. Aí na volta, na volta...perto do banco ali onde eu comprei o remédio...aí quando ia voltando, antes de atravessar eu encontro um caboco amigo meu, um tal de Nilson. Aí ele falou assim: “Ô, Sebastião, nós estamos indo pro acampamento amanhã, você não quer ir não?” Eu sempre tinha vontade de ir, mas a mulher era contra e a família deles era tudo contra acampamento, esses tipos de coisa, né...porque era perigoso e o povo ficava com medo. Aí eu falei: “Eu vou”. Aí cheguei lá em casa e falei pra minha esposa e ela sabia e eu não e não quis me contar. “Mas como é que é, Nilson?”. “Não, vai lá no Sindicato e fala com a Augusta (Maria Pereira dos Santos – Dona Augusta foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga à época) que é ela que está arrumando. Só cheguei lá em casa, larguei o remédio e falei pra minha esposa: “Olha, vou lá no Sindicato, isso e isso e isso...aí parece que ela não gostou e eu sai vazado. Tinha uma reunião na boca da noite. Aí já fui, participei dessa reunião e já comprei um plástico pra fazer a barraca, né. Rapaz, aí no outro dia sai sem saber pra onde ia, ninguém sabia. E água...caiu água e aquele povão mesmo. Aí quando é fé estiou, já era uma meia noite e nós estávamos perto da Santa Casa (Itapuranga) e aí foi encostando caminhão e aquele tanto de gente. Aí veio eu, um cunhado meu, esse tal de Nilson, um outro lá, um tal de Joel, um tal de Geraldinho, tudo vizinho, uma turminha lá. Rapaz, aí nós pulamos pra cima desse trem e a chuva deu uma estiadinha; na hora que nós chegamos ali e falou: “não, é aqui”, ninguém conhecia nada. E já tinha uma turma lá de Goiás (Cidade de Goiás). Rapaz, e água caiu. Aí os caminhões encostaram e nós só jogamos os plásticos lá no chão e abrimos esse plástico e pegamos a bagageira de dormi e esses trens e jogamos, nós pulamos debaixo e arrastamos o plástico por cima...e logo o dia amanheceu e todo mundo meio perdido aí. E aí ficou. Era umas trezentas e tantas famílias...na realidade eram trezentas e trinta e sete famílias...e aí...de lá pra cá, veio só graduando...aí deus abençoou que não teve confronto com ninguém né”. (ASSENTADO AX-2, grifo nosso).

⁵⁸ Município que dista a 79 km da Cidade de Goiás e 87 km de Heitoráí.

Antes de eu vir para cá, eu estava morando numa fazenda do deputado José Essado. Minha esposa muito doente...aí nós saímos para cidade, né. Aí nós viemos para Inhumas. E lá fui trabalhar de pedreiro, mas sempre eu gostei muito é da roça, né; o cheiro do campo, do gado; desde menino eu trabalhava na roça; gosto muito, mas sempre morando na cidade lá em Inhumas e trabalhando em Goiânia. Na roça eu fazia de tudo. Aí trabalhando lá para um sobrinho meu, ele estava num acampamento na “barra”, lá perto de Goiás Velho (Cidade de Goiás), perto do Rio Vermelho. Chegou lá: oh, tio? O senhor não quer entrar nessa luta de sem-terra? O que é que é sem-terra? Não, é uns barracos lá; mas eu falei: E o serviço aqui? Não, o senhor larga, uai. No fim da semana eu vou embora e vou conversar com a mulher, se ela interessar, nós vamos. E vim embora. Aí eu conversei com ela, e ela disse: Não, nós vamos. Aí eu fui, dispensei o serviço para ele, ele falou: Olha, tem duas vagas, uma é do senhor. Eu tinha pouco conhecimento do que era os sem-terra. A gente chegou lá até meio tímido, né, meio acanhado. Aí nós enchemos um opala velho que eu tinha de bagulho e larguei o resto pra trás na casa; aí eu aluguei a casa e baixei pra Goiás (Cidade de Goiás). Quando é fé, nós estávamos lá, debaixo de um barraquinho lá. De vez em quando eu ia em Inhumas e voltava. Aí não deu nada. A terra lá não deu (no sentido de que a ocupação na região da Cidade de Goiás não obteve o resultado esperado). Aí nós unimos o pessoal de Goiás que estava lá, o povo; um pouco de Itapuranga, e várias regiões. E viemos parar aqui (Heitorai – região do assentamento). Eu não conhecia essa estrada (o assentado se refere às GO que ligam a Cidade de Goiás a Itapuranga (GO-164 e GO-230) e a GO-156 que liga Itapuranga a Heitorai). Eu vim de madrugada, numa chuva. Chegamos em Heitorai ali (perímetro urbano), fomos embasbacados com policiamento, mas nós entramos assim mesmo, aqui na terra dos Costa Campos” (família de proprietários rurais de tradição do município) (ASSENTADO AX-1, grifo nosso).

Bem, eu morava em Itapuranga, mas antes de ir para Itapuranga eu morava na zona rural do município de Goiás como agregado. Aí quando a gente veio para o acampamento tinha quatro anos que eu morava em Itapuranga. Aí nós ficamos sabendo através do Sindicato de Trabalhadores de Itapuranga e porque também meu esposo é filiado lá. E também através da igreja católica, porque toda vida a gente foi católico e então sempre tinha movimento, essa coisa toda e aí a gente participava. Na verdade, assim, quem ficou sabendo mesmo porque tudo era um boato e tal, mas quem ficou sabendo mesmo foi meu esposo, porque ele trabalhava cortando cana em Inhumas. Aí, na época, o prefeito de Itapuranga incentivou o pessoal a ir para a Terra. Aí, então, Itapuranga inteira estava aquele alvoroço, a Igreja Católica, muita gente e o povo de Goiás, um pouco já tinha vindo e entrado na terra, ia tomar o nosso lugar, e aí nós tínhamos que vir de qualquer custo, porque era o último prazo era de sexta para sábado, era o último prazo nosso do pessoal de Itapuranga porque sábado à noite já não deixava nós entrarmos no acampamento. Aí nós chegamos na quarta de noite quando foi na quinta de madrugada de noite eu falei para minha sogra, eu vou buscar meu sogro que eu tenho certeza que ele vai junto comigo para Terra. Aí nessa época eu tinha um corcel, aí quando foram quatro horas eu cheguei lá antes de eles irem para roça. Aí eu cheguei lá e falei que meia-noite nós íamos para a Terra. Aí chegamos em Itapuranga, compramos uma cavadeira, porque nós já tínhamos um pouco dos trens e aí nós fomos juntando, amarramos e colocamos os nomes e levamos lá para a igreja para por dentro do caminhão. Aí então nós fomos na frente da turma que ia, aí quando nós chegamos ali perto do lixão, você olhava para frente assim só via fila de carro. Aí nós entramos ali e estava aquele tanto de barraca. Aí nós fomos chegando e a amizade só foi aumentando. E chuva daquele tanto e barro também. Quando nós chegamos de noite, nós acabamos de amanhecer dentro do carro sentado. Aí nem amanheceu direito não e você via o povo que nem formiga, com panela, cavadeira, foice e enxadão comendo no meio da braquiária. E cada um ia se virando, entendeu? Aí logo vieram as polícias e ficou lá no mata-burro, inclusive nós achamos que eles iam tirar nós, mas não, ficaram vigiando nós. Mas eles nunca agiram com violência, nunca aconteceu isso (ASSENTADA AX-7).

Os depoimentos dos assentados reiteram o fato de que, anteriormente, boa parte deles já exercia atividades no campo. Os assentados AX-9 e AX-2 trabalhavam com arrendo de terras, já os assentados AX-4 e AX-1 se dedicavam ao trabalho assalariado no campo e a assentada AX-7 se encontrava na condição de agregada. As trajetórias dos assentados AX-4 e AX-1 chamam a atenção pelas circunstâncias sociais e familiares que os levaram à condição de assalariados rurais. O assentado AX-4 teve que trabalhar em algumas fazendas pelo fato de o pai ter abandonado sua mãe e seus irmãos. Em relação ao assentado AX-1, por motivos de saúde da esposa, teve que deixar o trabalho que exercia na fazenda de um deputado, como assalariado, e ir para a cidade (Inhumas) trabalhar de pedreiro.

Chama a atenção o aspecto da circulação da notícia sobre a área que estaria para ser desapropriada e destinada à reforma agrária, em Heitoráí. Pelos relatos dos assentados AX-1 e AX-2, nota-se o que Martins (2003, p. 29) denomina de rede de boatos, notícias e informações que são trocadas mediante o estabelecimento de vínculos familísticos, de parentesco e vizinhança entre sujeitos sociais do mundo rural. Trata-se de uma “[...] rede de relacionamentos prévios, base de circulação de informações sobre possíveis ocupações de terra, mobilizações e acampamentos”.

Diante disso, percebe-se que a notícia da ocupação da área, em abordagem, chegou para os assentados mediante a informação concedida por um parente ou um conhecido: “rapaz, eu vou dizer pra você que eu vim pra cá porque um cunhado meu disse que era pra eu ficar velhaco que ia sair umas terras pra essas banda aqui, né...porque eu já mexia com roça a vida toda, né” (assentado AX-9). “Foi assim...eu fiquei sabendo disso aqui através de um companheiro meu de muito tempo que eu não via, porque ele tinha mudado pra Cidade de Goiás e eu aqui em Itapuranga; então ele me ligou um dia e avisou dessa área aqui...aí nós começamos o trabalho de reunião na CPT e no Sindicato” (assentado AX-12). “Bem, eu fiquei sabendo por causa de um parente da minha mulher que ficou sabendo que ia ocupar uma área em Heitoráí e que tinha poucas vagas; então que era pra nós decidirmos logo se íamos ou não arriscar tentar e pra nós procurarmos a CPT ou o Sindicato de Itapuranga” (assentado AX-11).

Os assentados AX-1 e AX-6 assinalaram, em questionário, que suas profissões anteriores ao assentamento eram, respectivamente, de pedreiro e funcionário público. Entretanto, ambos afirmaram, na entrevista, que já possuíam experiência com o trabalho no campo, embora ambos tenham trajetórias distintas quanto à experiência com atividades não agrícolas. O assentado AX-1, segundo já informado, aprendeu o ofício de pedreiro assim que se mudou para a cidade em decorrência do quadro de saúde instável da esposa. Em contrapartida, o assentado AX-6 se tornou funcionário público em virtude de um curso de

operador de máquinas; após sua conclusão, foi convidado pelo prefeito de Itapuranga para trabalhar para a prefeitura do município. Nesses casos, especificamente, a trajetória dos assentados é interrompida por circunstâncias diversas e de difícil adaptação. Martins (2003, p. 17) ressalta que “[...] os candidatos a assentamento e a clientela da reforma agrária constituem uma massa de alternativas de vida não realizadas, de destinos não cumpridos, histórias pessoais truncadas por bloqueios de diferentes tipos, oriundos de diferentes causas”.

A Tabela 7 traz outros dados importantes para compreender a construção dos laços de sociabilidades no interior do assentamento, tais como religião, filiação e tipo de lavoura mais cultivada.

Tabela 7 - Religião, filiação e tipo de lavoura mais cultivada (2017)

RELIGIÃO		FILIAÇÃO ⁵⁹		TIPO DE LAVOURA	
CATÓLICO	4	ASSOCIAÇÃO	4	BANANA	10
PROTESTANTE	10	COOPERATIVA	10	MANDIOCA	2
NENHUMA	1	SINDICATO	5	MILHO	3

Fonte: Entrevistas e aplicação de questionários individuais.
Elaboração: Jean Carlos Ribeiro de Lima, 2017.

Apesar de o assentamento pesquisado ter sido obtido com o apoio da CPT, a predominância religiosa é de protestantes, especialmente de evangélicos. Isso ocorre por razões de influência exercida pela igreja Assembleia de Deus na região, inclusive, dentro do próprio assentamento, existe um templo dessa igreja. Diante das variáveis da Tabela 7, é notória a contradição que se presencia no contexto de politização dos sujeitos ali residentes. A adesão aos segmentos protestantes requer uma análise esmiuçada dentro dos movimentos sociais e instituições que promovam as ferramentas críticas frente ao modelo dominador, ou seja, do binômio capital-estado. Todavia, esse não é o tema da dissertação.

Em relação à filiação, a maioria dos assentados está filiada à cooperativa de produção do assentamento pesquisado. Isso se dá em virtude de a produção de leite ser um expoente da renda dos assentados, já que a cooperativa atua especialmente nesse segmento produtivo mediante compra e venda do produto. Os produtos de maior destaque são, portanto, o leite e também a banana comercializada junto ao CEASA⁶⁰ ou por via direta com o consumidor em Heitorai e nos municípios vizinhos (Itapuranga, Itaguaru, Cidade de Goiás), ou então inserida

⁵⁹ A respeito da filiação, os dados apresentados mostram que um mesmo assentado pode estar filiado à associação, ao sindicato ou à cooperativa. Por essa razão, os números apontados ultrapassam o quantitativo de assentados que responderam ao questionário, ou seja, 15 assentados.

⁶⁰ Centro de Abastecimento de Goiás S.A.

no conjunto das políticas públicas do governo que compra e distribui nos órgãos administrativos e nas escolas públicas para a merenda escolar por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Por um lado, percebe-se a singularidade de cada história e experiência de vida no curso das trajetórias individuais dos assentados no período que antecede o acampamento e o assentamento, pois “[...] as trajetórias de vida dos agricultores assentados guardam semelhanças em determinados aspectos, as diferenças entre eles são maiores ainda e são essas diferenças que tornam cada história, uma história singular” (BRENNEISEN, 1994, p. 3). De outro, como grupo social, esses sujeitos vivenciam, historicamente, um contexto de exclusão de direitos sociais e políticos. Conforme observa Martins (1983, p. 25):

Definiam-no como aquele que está em outro lugar, no que se refere ao espaço, e como aquele que não está senão ocasionalmente, e nas margens, nesta sociedade. Ele não é de fora, mas também não é de dentro. Ele é, num certo sentido, um excluído. A exclusão do camponês do pacto político é o fato que cercará o entendimento da sua ação política. [...] essa exclusão define justamente o lugar do camponês no processo histórico. [...] sua participação nesse processo – alguém que participa como se não fosse essencial, como se não estivesse participando. Nesse processo histórico, o camponês tem assumido [...] como um excluído, um inferior, um ausente que ele realmente é: ausente na apropriação dos resultados objetivos do seu trabalho, que aparece como se fosse desnecessário, de um lado, e alheio, de outro lado.

A luta pela terra, desde o acampamento, estabeleceu determinado espaço no qual as vivências dos assentados aglutinaram-se em torno de objetivos comuns. No acampamento, as experiências puderam ser compartilhadas no sentido de construir vínculos e relações sociais com base na reciprocidade, mutualidade e cooperação no trabalho e na convivência cotidiana. Na unidade rural, as trajetórias de vida daqueles sujeitos revelam os dramas, as tragédias e os momentos de dificuldades enfrentados até o momento de conseguirem a terra e a partir dela dignidade para trabalhar e viver. Mediante a importância de revelar as trajetórias de vida dos assentados de São Bento, considera-se pertinente apontar as concepções das práticas sociais baseadas na cooperação e no associativismo daqueles grupos. Portanto, para entender as redes de sociabilidades criadas na vida cotidiana do assentamento, em estudo, necessitamos retomar o conceito ampliado sobre cotidiano.

3.1.1 Cotidiano e reprodução das relações sociais de produção

O cotidiano é entendido como movimento no qual se desenvolvem os acontecimentos imediatos da vida social e rotineira que confere às ações do homem certa determinação, em grande parte, concebida como linear. Essa definição é aparente explicação circunscrita no

conjunto da sociedade, sem reflexão teórica e fundada na experiência sensível. Significa que, *a priori*, o cotidiano aparece como rotina, o dia a dia das realizações e feitos ordinários da existência humana. Em grande parte, a monotonia, a repetitividade das ações e atos diários determinam a vida social, o que geralmente limita a reflexão do cotidiano para além da realização mecânica da vida social e da imediaticidade das realizações das necessidades aparentes.

De tal modo, o cotidiano, na aceção da evolução e repetição de gestos, hábitos, costumes, feitos, invoca uma conformação com os processos e acontecimentos que limitam, de modo mais ou menos intenso, a perspectiva e a percepção dos elementos constitutivos de si, ou seja, aquilo que o eleva acima da repetitividade da vida cotidiana. É por essas e outras razões que a análise do cotidiano, na sua dimensão conceitual e prática, requer, para as pretensões deste estudo, fundamental importância, isto é, pensa-lo como crítica de si, primeiro como conceito-categoria e, em segundo, como substância da realidade e das realizações da existência humana ao longo do percurso histórico-social.

Se pretendemos conhecer a realidade histórica, social, política, econômica, cultural, torna-se de bom alvitre considerar o cotidiano como premissa básica. Certamente, quando munidos dos elementos do cotidiano, os instrumentos de compreensão do movimento da história, do social, das estratégias e pensamentos se tornam vantajosos para apreenderem o modo de vida, a organização, as formas de ver e conceber o mundo.

Ao objetarmos compreender a realidade histórico-social do Assentamento São Bento, em Heitorá-GO, considerar o cotidiano, não apenas como conceito-categoria, mas também como resultante de um processo, um devir, se torna essencial porque é no cotidiano da produção, do trabalho, da comercialização, da troca, que procuramos absolver os substratos da essencialidade das formas de vida, das resistências diárias, das sociabilidades, mutualidades e reciprocidades que emergem nos interstícios da vida habitual dos assentados de São Bento.

Na aceção de Henri Lefebvre (1991), o cotidiano está imergido em uma “sociedade burocrática de consumo dirigido”, isto é, definido e determinado por relações de produção e de consumo na qual predominam a materialidade, a mercadoria e o valor de troca. Assim, esse fator se encontra entrincheirado, acuado, num campo de possibilidades de libertação quase extintas. É uma rotina da obsolescência, do momentâneo, do descartável. Lefebvre (1991) faz uma análise, desse termo, sobreposta à lógica de uma sociedade burocrática de consumo dirigido que procura, sobretudo, a satisfação. Desse modo, nossa sociedade comporta necessidades conhecidas que logo serão satisfeitas, satisfação essa que consiste na rápida realização de uma “nova” necessidade (consumo), o que Lefebvre denomina de “saturação”. O

cotidiano também retém a cotidianidade, ou seja, o trivial, a banalidade do dia a dia, as repetições. Todavia, está acima da cotidianidade, uma vez que é um conjunto de realizações humanas que compreende a produção de coisas (mercadorias, produtos) e obras (sentido, símbolos, arte).

A cotidianidade, para Lefebvre, escamoteia e camufla o cotidiano na sua inteireza. Os atos rotineiros, diários e as repetições (orgânicas e/ou mecânicas) deixam transparecer uma sensação de evolução, normalidade e enrijecimento da vida rotineira. O cotidiano, por sua vez, está cercado pela constituição e reconstituição das relações sociais de produção, pelo valor de troca que sobrepujou o valor de uso. Nas palavras de Lefebvre, o cotidiano é local em que

[...] tudo conta, porque tudo é contado: desde o dinheiro até os minutos. Aí tudo se enumera em metros, quilos, calorias. E não apenas os objetos, mas também os viventes e os pensantes. Há uma demografia das coisas, que mede o seu número e a duração da sua existência, assim como uma demografia dos animais e das pessoas. No entanto, essas pessoas nascem, vivem e morrem. Vivem bem ou mal. É no cotidiano que eles ganham ou deixam de ganhar sua vida, num duplo sentido: não sobreviver ou sobreviver, apenas sobreviver ou viver plenamente. É no cotidiano que se tem prazer ou se sofre. Aqui e agora” (LEFEBVRE, 1991, p. 27).

Para Lefebvre, é no usual que a vida pulsa, insiste em dizer que o capitalismo sobrepujou, tornou quase imperceptível e insensível o valor de uso que, outrora, nas sociedades antigas (entende-se assim por sociedades anteriormente organizadas ao modo de produção capitalista) era predominante. Pensando em níveis ou estágios, a sociedade, afirma Lefebvre, passou por três momentos. O primeiro compreende a sociedade agrícola, baseada na troca natural, no uso e valor de uso, no vínculo natural e espiritual com a terra. O segundo corresponde à sociedade industrial, gênese do capitalismo, emergência do valor de troca (objetivação) em consonância com a monetarização das relações sociais. O terceiro e último é uma síntese da sociedade urbana, aglutinação da sociedade agrícola e industrial, cuja cidade é o *locus* da atividade e existência humana, do encontro, da coação, da ideologia, da centralização e explosão da vida cotidiana. Convém salientar que o entendimento disso é importante, pois desvela sensivelmente o “drama” comum que se realiza no pensamento e na prática social.

A sociedade urbana é a que integra e desintegra, ao mesmo tempo, os elementos da vida cotidiana: o trabalho, o consumo, o tempo (cronológico e biológico), a mercadoria, as relações sociais, a política, a ideologia, etc. Trata-se de um emaranhado de partes que se juntam e formam-se um todo uniforme, pois “o cotidiano é o humilde e o sólido, aquilo que vai por si mesmo, aquilo, cujas partes e fragmentos, se encadeiam num emprego do tempo. [...] o cotidiano também é a modernidade” (LEFEBVRE, op. cit. p. 31).

Em uma outra perspectiva, Agnes Heller (1985) considera e aborda com eloquência o termo “vida cotidiana”. Entende-o como o espontâneo, a fruição das atividades e atos humanos. Ao evidenciar a vida cotidiana, como movimento histórico, genérico-humano, significa dizer que todos os homens a possuem e vivem.

A vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos as vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico. [...] A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias (HELLER, 1985, p. 17).

Se todos os homens vivem a vida cotidiana, ela atinge a sociedade inteira. Para Heller, ela é heterogênea e hierárquica, pois depende das atividades variadas que executamos no desenvolver do usual, isso em diferentes épocas e tempos históricos. Heller diz que a vida cotidiana é heterogênea porque ela é composta de partes igual e/ou diferentemente orgânicas, isto é, determinadas pela forma com que nos organizamos do ponto de vista do trabalho e da vida privada, do descanso, do lazer, das relações sociais e interpessoais, etc. Nesse caso, a hierarquia se apresenta na vida comum como algo historicamente constituído, mas que se institui mediante uma opção ou escolha, variando conforme a conjuntura político-econômica de determinada época e sociedade (Heller utiliza o exemplo do trabalho que, em certas sociedades antigas, constituía o topo da hierarquia de importância e predominância, aspecto que já não ocorre nas sociedades contemporâneas).

O essencial da vida cotidiana, para Heller, é a compreensão de que a espontaneidade sugere uma vivência no cotidiano que pressupõe o acaso, a surpresa. Uma vez que o espontâneo carrega a tendência de toda e qualquer forma de atividade cotidiana, “[...] a espontaneidade caracteriza tanto as motivações particulares (e as formas particulares de atividade) quanto as atividades humano-genéricas que nela têm lugar”. Isso significa que a espontaneidade da vida cotidiana comporta “o ritmo fixo, a repetição e a rigorosa regularidade da vida cotidiana (que se rompe quando se produz a elevação acima da cotidianidade) que não estão absolutamente em contradição com essa espontaneidade; ao contrário, implicam-se mutuamente” (HELLER, op. cit. p. 30). Além disso, a vida cotidiana é pragmática, pois é pensamento e ação, ela é imitação (mimese): “não há vida cotidiana sem imitação. Na assimilação do sistema consuetudinário, jamais procedemos meramente “segundo preceitos”, mas imitamos os outros; sem mimese, nem o trabalho nem o intercâmbio seriam possíveis”. A vida cotidiana é alienação,

visto que na cotidianidade há a naturalização da separação e/ou segregação de ser e essência (p. 32-37).

A cotidianidade também é repleta de preconceitos. Nesse quesito, Heller afirma que não se trata de preconceitos individuais ou individualizados, trata-se, portanto, de preconceitos há muito já erigidos como elementos da estrutura social. A pesquisadora aponta que o preconceito, como categoria, é parte constitutiva do pensamento e do comportamento cotidianos. Para além disso, o preconceito é, na verdade, produto da vida e do pensamento cotidianos e as evidências mais notáveis disso, segundo ela, são a ultrageneralização e os estereótipos. A ultrageneralização é parte integrante de nosso comportamento rotineiro e também do pensamento, assim como os estereótipos. Ou assumimos tais estereótipos ou eles nos são, segundo Agnes Heller, “impingidos” pelo meio em que crescemos. Diz ainda que podemos ficar muito tempo sem perceber tamanha influência dos estereótipos e da ultrageneralização como esquemas recebidos e assimilados, mas que podemos, por meio de uma “atitude crítica”, termos a devida consciência dessa alienação (p. 44).

Heller mostra que os preconceitos podem ser individuais ou sociais. Entretanto, o preconceito de caráter social é o que se apresenta constantemente e com maior frequência na vida cotidiana. “Mas a maioria de nossos preconceitos tem um caráter mediata ou imediatamente social. Em outras palavras: costumamos, pura e simplesmente, assimilá-los de nosso ambiente, para depois aplicá-los espontaneamente a casos concretos através de mediações” (p. 49). São exemplos de preconceitos: preconceitos morais, científicos, políticos, preconceitos de grupos, nacionais, religiosos, raciais, etc. (p. 56).

Em última instância, Agnes Heller traz, à luz, o conceito de “Papéis Sociais”. São papéis sociais as funções que assumimos somente na vida cotidiana, tais papéis sociais já existiam mesmo antes de nascermos e, por conseguinte, assumimos e os assimilamos de forma condicionada. Isso significa, de acordo com Heller, que o homem já nasce num “mundo já feito”, ou seja, em um mundo dotado de costumes, tradições, valores e códigos morais (sistema consuetudinário). As funções sociais só existem na vida cotidiana porque são mimeses, ou seja, cópias de algo já preexistente, como representação de sistemas (tradição, conservadorismo, moral, política, costumes, etc.). Afirma Heller que a função “papéis sociais” é rompida, pelo menos parcialmente, quando há conflito, ou seja, quando há questionamento da função impingida pelo papel social existente (ex: operário questiona sua condição de submissão ao patrão).

Michel de Certeau (1998) aborda o conceito de cotidiano como sendo o da “arte de fazer”, ou seja, das realizações e atividades ordinárias que realizamos no dia a dia. Trata-se,

portanto, de um cotidiano ordinário: levantar, trabalhar, comer, ler, escrever, morar, cozinhar, etc., ele procura, via digressões sobre o cotidiano, fazer uma crítica ao marxismo que, em suas abordagens, não inclui, ou quase não se nota a inclusão do cotidiano, das trivialidades, da linguagem comum, da cultura popular. Por essa razão, Certeau afirma que o termo não é somente visto como apreendido pelo movimento e dinâmica das forças econômicas, políticas e ideológicas. O cotidiano se faz, para esse investigador, a partir do momentâneo, do acaso, do imprevisto, da mediação dos saberes, das técnicas, das experiências, etc.

Certeau fala de tática e estratégias como constituintes do cotidiano. Significa que a trivialidade, a banalidade dos atos ordinários do cotidiano não são meras repetições mecânicas dos afazeres diários. São sim, e em grande medida, formas de o indivíduo se apresentar face à estrutura, ao sistema vigente, até mesmo como forma de resistência, o que em muitos casos não é percebido como tal. Conforme salienta o autor,

muitas práticas cotidianas (falar, ler, circular, fazer compras ou preparar refeições, etc.) são do tipo tática. E também, de modo mais geral, uma grande parte das ‘maneiras de fazer’: vitórias do ‘fraco’ sobre o mais ‘forte’ (os poderosos, a doença, a violência das coisas ou de uma ordem, etc.), pequenos sucessos, artes de dar golpes, astúcias de ‘caçadores’, mobilidades de mão-de-obra, simulações polimorfas, achados que provocam euforia, tanto poéticos quanto bélicos. Essas performances operacionais dependem de saberes muitos antigos. Os gregos as designavam pelas *métis*. Mas elas remontam a tempos muito mais recuados, a imemoriais inteligências com as astúcias e simulações de plantas e de peixes. Do fundo do oceano até as ruas das megalópoles, as táticas apresentam continuidades e permanências” (CERTEAU, 1998, p. 47).

Para Certeau, o cotidiano se faz a partir da criação de atos, gestos, falas, códigos. Quando elucida que o cotidiano está repleto e carregado de inventividades não percebidas, Certeau quer dizer que no desenvolvimento das atividades rotineiras, criamos, inventamos estratégias e táticas na formulação de signos, representações, expressões, ações, etc. O referido autor afirma que nos interstícios da rigidez da vida cotidiana da produção e do trabalho, o indivíduo, por meio e somente a partir das relações sociais, se dinamiza e flexibiliza-se em formas diversas de se fazer o cotidiano. É nesse sentido que “o cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada” (CERTEAU, 1998, p. 38).

De modo geral, o cotidiano está inundado de modos de fazer que se realizam nos interstícios da estrutura da vida social, isto é, no conjunto das atividades relacionadas ao trabalho, à produção, ao conhecimento, à técnica e à burocracia, criamos e inventamos circunstâncias, mesmo que momentâneas, assevera Certeau, que escapam à rigidez das condições estruturantes da vida corriqueira.

Numa análise oposta à de Certeau e de Heller, talvez um pouco próxima à de Lefebvre, Pierre Bourdieu (1983) aborda o conceito de *habitus*. A noção de *habitus* deve, em primeiro lugar, segundo Bourdieu, considerar que todo problema, desequilíbrio ou desarranjo social consisti na procura da mediação entre agente social e sociedade. Aqui, Bourdieu caminha entre dois polos distintos: a fenomenologia e a objetividade. Importante considerar que o conceito de *habitus* não é uma criação teórica de Bourdieu, mas sim proveniente da escolástica que o determina como um *modus operandi*, ou seja, como forma de operar numa determinada direção mediante o processo de repetição que orienta a ação social do agente. Bourdieu, sim, foi um dos primeiros a se debruçar sobre o conceito e aplicá-lo com determinação no processo de compreensão/interpretação sociológica das relações sociais.

Nas palavras do pesquisador, *habitus* são

sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expreso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente” (BOURDIEU, 1983, p. 60-61).

A partir do pressuposto, o *habitus* implica num conjunto de práticas e representações já estruturadas que regulam e orientam a ação dos agentes sociais. Significa que o *habitus* é produto das relações sociais objetivas, determinando e condicionando o agir no espaço social dos sujeitos. Bourdieu pontua, ainda, que o *habitus* assegura a interiorização da exteriorização e a exteriorização da interiorização do agente social. Isso significa que o agente social interioriza valores morais, normas, princípios éticos e sociais a ele impostos pelo âmbito social, ao passo que exterioriza tais elementos no conjunto da sociedade.

Em Bourdieu, o *habitus* está dado como individual e social, trata-se de um grupo ou da classe, mas também do conteúdo individual. Ocorre que o processo de internalização da objetividade se dá no indivíduo, mas é impositivo de uma estrutura já determinada, ou da classe ou do grupo, dependendo da posição que o agente social desfruta no tecido social.

Para Renato Ortiz, o *habitus* “pressupõe um conjunto de ‘esquemas generativos’ que presidem a escolha; eles se reportam a um sistema de classificação que é, logicamente, anterior à ação” (p. 16). Significa dizer que o agente social na prática é condicionado a agir conforme a posição que ocupa na estrutura social em que tais “esquemas generativos” (instituições, moral, religião, tradição, etc.) formulam *habitus*.

Se o *habitus* é um “sistema de disposições duráveis”, ele influencia direta e indiretamente na prática social. Isso pode ser apreendido, segundo Bourdieu, pois a percepção, o pensamento e a ação se realizam em condições sociais determinadas pela situação e posição em que o agente social se encontra. Assim, Ortiz afirma que para Bourdieu “[...] todo ator age no interior do campo socialmente predeterminado. A prática, conjunção do *habitus* e da situação, ocorre dessa forma no seio de um espaço que transcende as relações entre os atores. Toda eficácia da ação se encontra assim prefigurada, o que implica dizer que o ator só realiza aquelas ações que ele pode realmente efetivar” (BOURDIEU, 1983, p. 19).

Nesse escopo, o agente toma decisões a partir da posição que ele detém e ocupa no interior da sociedade. Não existe, segundo Bourdieu, a contar da ação predeterminada pelo *habitus*, uma neutralidade nos eventos que concorrem no desenvolvimento das estratégias políticas e sociais, pois toda ação, dada e realizada na prática, pressupõe interesses de grupos, classes ou frações de classe. Para Bourdieu, o *habitus* também incorpora o conflito e a convivência entre grupos ou classes. Se há conflito, há relações de poder; se há convivência, há reprodução de interesses e gostos hegemônicos no interior da sociedade.

Conforme se observa, o conceito de cotidiano possui diferentes enfoques a depender do autor que se procura analisar. Para Henri Lefebvre, o cotidiano é determinado pelas relações sociais de produção, pelo trabalho, consumo e valor de troca. Em Agnes Heller, o cotidiano é entendido como o do homem-genérico, o de todo homem, no qual tudo acontece. Trata-se da espontaneidade, da heterogeneidade, dos preconceitos, dos “papéis sociais” que somos impingidos a executar. Michel de Certeau compreende o cotidiano como o lugar do ordinário, daquilo que não se eleva ao plano superior dos elementos estruturais. Sugere que o cotidiano, nesse sentido, abarca os modos de fazer, o cozinhar, o levantar, ler, escrever, conversar, etc. Para Pierre Bourdieu, o *habitus* compreende um sistema de disposições duráveis que define as ações e estratégias do sujeito no conjunto da sociedade. Logo, existem representações e práticas que delineiam as ações dos agentes sociais, uma estrutura pré-determinada que configura os modos de agir e pensar.

De modo a facilitar o entendimento das diferenças em relação ao conceito de cotidiano, na perspectiva dos autores selecionados, preparamos um quadro comparativo que ilustra os contrastes a respeito do conceito.

Quadro 3 - O conceito de cotidiano em Henri Lefebvre (1991), Agnes Heller (1985), Michel de Certeau (1998) e Pierre Bourdieu (1983)

HENRI LEFEBVRE	AGNES HELLER	MICHEL DE CERTEAU	PIERRE BOURDIEU
Cotidiano da produção e da (re)produção das relações sociais de produção. Binômio capital-estado. Modo de produção capitalista. Sociedade Burocrática de Consumo Dirigido: Obsolescência (o efêmero) e a lógica da modernidade (objetos/mercadoria/valor de troca). Trata-se da sociedade da técnica, da abundância, do lazer e do consumo.	Vida cotidiana marcadamente influenciada pela heterogeneidade, hierarquização; preconceitos, espontaneidade; pensamento e ação; imitação e “papéis sociais”.	Cotidiano como sendo o da “arte de fazer”, ou seja, das realizações e atividades ordinárias que realizamos no dia a dia. Trata-se, portanto, de um cotidiano ordinário: levantar, trabalhar, comer, ler, escrever, morar, cozinhar, etc.	Sistema de disposições duráveis (<i>habitus</i>). Influência direta e indiretamente na prática social. Isso pode ser apreendido, segundo Bourdieu, pois a percepção, o pensamento e a ação se realizam em condições sociais determinadas pela situação e posição em que o agente social se encontra.

Fonte: Jean Carlos Ribeiro de Lima, 2017.

Nota: Elaborado a partir dos dados de Lefebvre (1991), Heller (1985), Certeau (1998) e Bourdieu (1983).

Tem-se, a partir do quadro, uma clarividência sobre o conceito de cotidiano à guisa dos autores aqui selecionados. Importante ressaltar que a comparação realizada visa a elucidar diferentes abordagens sobre um mesmo conceito, processo teórico que se torna relevante no sentido de escapar aos determinismos recorrentes em certas análises. Porquanto, deixamos claro que adotamos o conceito de cotidiano à luz do pensamento lefebvriano, uma vez que o método de abordagem do presente trabalho se insere nas premissas básicas do processo regressivo-progressivo.

Assim, entendemos que o cotidiano é capturado pelo binômio capital-estado, no qual as relações sociais se tornam objetivas e o valor de troca (mercadoria) se sobrepuja ao uso e ao seu valor. Identificar os aportes desse cotidiano apreendido pelas forças do binômio capital-estado se torna imprescindível se se pretende analisar a dinâmica da realidade histórico-social a partir dos instrumentos e mecanismos políticos, econômicos, estratégicos, ideológicos e técnicos. O método de abordagem do cotidiano, em Lefebvre, requer uma análise crítica que suscite o debate ente o filosófico e o não-filosófico. O cotidiano é o lugar da filosofia e, ao mesmo tempo, de reflexão filosófica, desde que sediada em uma prática social.

Silva (2007) salienta que Lefebvre entende a plenitude da vida cotidiana a partir das realizações humanas, nas quais desenvolvem as verdadeiras criações, as ideias, valores, sentimentos e costumes. É por meio de uma análise do cotidiano que se consegue almejar a apreensão da totalidade, sentido de mediação da esfera política e econômica em que as relações sociais determinam o todo. A grande contribuição de Lefebvre, a respeito do cotidiano, foi o

de expô-lo e pensá-lo como conceito filosófico (perspectiva que não se abria com tais pretensões em outras abordagens filosóficas), porém sem dissociá-lo da prática social da sociedade moderna.

O cotidiano lefebvriano está debruçado sobre a relação das estruturas e a possibilidade de ressurreição do sentido da obra (valor de uso) na vida cotidiana. Ao se pensá-la como espaço das realizações humanas, em suas potencialidades criativas, mesmo que veladas pelo cotidiano capturado pelo valor de troca (consumo, mercadoria, mais-valia), é que se desvela a verdadeira história no seu amplo processo. Não se trata de formas abstratas e vazias de conteúdo. Cotidiano e história são elementos processuais nos quais permeia a contradição latente da sociedade moderna, torna-se história, a qual torna-se cotidiano. É, então, a partir do cotidiano que se encobre o tecido social (a linguagem, os signos, os símbolos, a arte, a criatividade, o efêmero, o presente e o ausente) em que se recorre a novas formas de apreensão da realidade histórico-social. (XAVIER, 2010. p. 5). Nesse aspecto, a reflexão filosófica pode tomar o cotidiano como conceito preenchido de sentido e prática social, distante da reflexão abstrata e espectral, vazio de sentido e significações.

Trata-se de um posicionamento teórico-metodológico, acerca do referido termo, que perpassa por sua análise crítica enquanto campo de possibilidades e impossibilidades dentro das estruturas condicionadas pelo binômio capital-estado. Significa trazer à luz “[...] a cotidianidade difícil – o trânsito contínuo entre mundos estanques: da vida cotidiana, do sonho, do jogo, da fantasia, do carnaval, da religião” (MARTINS, 2008, p. 41). Nesse ponto, o cotidiano é atravessado por tempos históricos distintos, por mesclas de objetivações e confusões do dia a dia na plenitude do transitório, do efêmero.

O conjunto das condições estruturais da sociedade (o econômico, o político, o ideológico, a técnica e outros) prescrevem homogeneidades limitativas e carentes de sentidos numa repetição de gestos mecanicamente determinados no cotidiano. Todavia, “a vida cotidiana abrange várias temporalidades simultaneamente presentes, o que permite considerar, paralela e solidariamente, a existência de cada um e de todos, como, ao mesmo tempo, sua origem e finalidade” (SANTOS, 2008, p. 127). Isso demonstra que, apesar de o cotidiano se preencher das estruturas, é na vida banal, ou seja, no plano do vivido, que se obtém a criação (obra) e a heterogeneidade (relações sociais).

O habitual contempla as descontinuidades do tempo: produção, trabalho, consumo e lazer, materializadas no espaço concreto da reprodução social. Assim, as práticas realizadas no Assentamento São Bento possibilitam potencializar o entendimento de que as redes de sociabilidades surgem como rupturas ou instantes de sentidos de valor funcional.

3.2. PRÁTICAS COTIDIANAS E OS USOS DO ESPAÇO SOCIAL: INTERPRETANDO AS REDES DE SOCIABILIDADES

A compreensão do cotidiano dos assentamentos rurais requer um exame minucioso sobre os processos organizativos reveladores das condições de vida, trabalho e produção. A observância desses modelos dos assentamentos rurais orienta-se por formas de cooperação e associativismo no âmbito da reprodução social, considerando que as trajetórias de vida e as experiências adquiridas são determinantes para a formação de um espaço social complexo, consoante ao que se observa em um assentamento rural. Conforme bem ressaltou Scopinho (2012), os valores contidos na cooperação e no associativismo são fundamentais para transformar as concepções e práticas sociais não só em relação ao modo de planejar o trabalho e a produção, mas também na maneira de refletir sobre outras dimensões da vida cotidiana, tais como a formação técnica, política, cultural, simbólica e subjetiva. Diante disso,

[...] os assentamentos não são apenas uma unidade de produção. Mas, acima de tudo, são um núcleo social onde as pessoas convivem e desenvolvem um conjunto de atividades comunitárias na esfera da cultura, lazer, educação, religião, etc., [...] para que um assentamento assim se constitua, deve ser estruturado a partir de um processo organizativo que tanto leve em conta a dimensão econômica e as estratégias de sobrevivência das famílias quanto a dimensão do convívio social e da participação política e comunitária (SCOPINHO, 2012, p. 97-98).

A diversidade de formação e organização, de um assentamento rural, torna-se de fundamental importância para compreender o sentido teórico e prático das formas de cooperação e associativismo no Assentamento São Bento. Christoffoli (2012) observa que a cooperação e o associativismo tanto abarcam a dimensão objetiva (mercado, meios de produção, capacitação e qualificação da força de trabalho) quanto a dimensão subjetiva (vontade das pessoas, seus sonhos e projetos). O grau de desenvolvimento e sucesso de determinadas formas de cooperação/associativismo dependerá, segundo o autor, do equilíbrio e da gestão dessas duas dimensões (objetiva e subjetiva). Diante disso, a cooperação e o associativismo representam uma forma de organização do trabalho e da produção que diminui os custos e maximiza os resultados, também significa instrumento de transformação social.

No entendimento de Brandão (2005, p. 91), a cooperação é uma condição humana subjetiva que nos torna seres sociais. Assim,

somos humanos porque aprendemos uns com os outros em situações em que a cooperação cria a vida, a sociedade e o próprio conhecimento. Não somos somente seres sociais. Somos seres sociais porque aprendemos a nos tornar cooperativos.

Somos seres originais e essencialmente interativos. Somos seres em que a relação *eu-outro* – criadora de diferentes experiências de sermos um *nós* – nos faz seres de uma mesma espécie conectiva (grifos do autor).

No âmbito dos assentamentos rurais e dos processos organizativos que os definem, a cooperativa e a associação são instrumentos essenciais para a manutenção e reprodução desses espaços sociais.

3.2.1 Cooperação e associativismo: uma dimensão das redes de sociabilidades

A cooperativa define-se por ser basicamente um meio pelo qual se estabelece a comercialização (compra e venda de insumos e equipamentos, venda da produção dos seus associados), a prestação de assistência técnica, de serviços e ainda a organização da produção (marketing, transporte etc.), entre outras. Em outros termos, a cooperativa “[...] é um modelo de estrutura organizacional de sociedades democráticas, regidas pelo princípio de igualdade no que se refere à propriedade, gestão e repartição dos recursos, constituídas para atingir objetivos econômicos” (SCOPINHO, 2014, p. 177).

Assim como a cooperativa, a associação é uma forma organizativa abundantemente presente no meio rural brasileiro. Do ponto de vista jurídico, e diferentemente das cooperativas, as associações não podem desenvolver atividades que visem o lucro.

Nestes casos, as associações acabam sendo registradas em cartório como sociedade civil sem fins lucrativos, com estatuto, diretoria eleita e outras prescrições. As associações facilitam o contato entre os assentados e as instituições públicas e privadas relacionadas à produção agropecuária, como bancos, agroindústrias, agências governamentais, centros consumidores, fornecedores de equipamentos e insumos, etc (BERGAMASCO, 1996, p. 59-60).

Resumidamente, a associação é um instrumento de compartilhamento de máquinas (tratores, caminhões etc.), venda, comercialização e industrialização de produtos, além de ser um dispositivo de acesso a créditos e financiamentos coletivos. As principais vantagens da associação são a “[...] pouca exigência burocrática para fundação e funcionamento; o fato de os sócios não responderem com seu patrimônio caso a associação enfrente dificuldades financeiras”. Além dessas prerrogativas, a associação apresenta grande flexibilidade, arranjos sociais e organizativos, diversidade de atividades econômicas, políticas, culturais e recreativas (CHRISTOFFOLI, 2012, p. 162). Dessa maneira, “criar uma associação é uma forma de institucionalizar as relações sociais. Participar de uma associação implica também assumir

responsabilidades e deveres econômicos, jurídicos, legais, entre outros” (SCOPINHO, 2014, p. 181).

É importante ressaltar que por mais que sejam processos que se integrem em dinâmicas próprias, a cooperativa e cooperação, a associação e o associativismo possuem essencialidades distintas. A cooperativa é um modelo de organização coletiva baseada na lógica de mercado que, no caso dos assentamentos, visa apenas a possibilidade da compra e venda de insumos, defensivos, beneficiamento da produção, armazenamento e comercialização. Já a cooperação é a ação social que se desenvolve de modo formal e informal de maneira a envolver articulações entre sujeitos e grupos sociais que possuem objetivos e ideais comuns. O sentido da cooperação no campo, em muitos casos, extrapola a mera relação objetiva e econômica, desenvolvendo-se pela via da ação espontânea. Scopinho (2012) realizou estudo num assentamento rural, localizado na região de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, para compreender a organização do trabalho, as condições de vida e as subjetividades. Concluiu que por mais que a cooperativa e a associação, no local investigado, sejam determinantes para a reprodução social dos assentados, as formas espontâneas e informais de auxílio mútuo são fundamentais para a permanência e convivência social no espaço interno e externo do lugar. Ao descrever como essa experiência coletiva se desenvolvia no assentamento pesquisado, a autora chama de “cooperação espontânea” os meios pelos quais os sujeitos dali estabeleciam relações de apoio mútuo e recíproco em praticamente todos os âmbitos da vida cotidiana:

[...] a cooperação espontânea era uma ação social muito presente no cotidiano das famílias e nos pequenos grupos de trabalho que se formavam e se desmanchavam, na medida da necessidade. Ao longo do trabalho de campo, observei muitas iniciativas. Por exemplo, eram organizados mutirões para realizar algumas colheitas, para construir novas moradias para os ingressantes ou mudá-las de lugar, para limpar o terreno e demarcar os lotes etc. **Além disso, a própria comunidade criou certo padrão de assistência social próprio a produzir e trocar remédios caseiros, ao criar mecanismos para cuidar das crianças e dos idosos cujos familiares necessitavam sair do assentamento para trabalhar ou por outros motivos** (SCOPINHO, 2012, p. 147, grifo nosso).

Ao adotarem a cooperação espontânea como prática social, na comunidade pesquisada pela autora, os assentados indiretamente recusaram a cooperativa como modelo organizativo, assim como a institucionalização imposta pelo Estado, demonstrando capacidade de reação e clarividência na preservação daquilo que é o princípio básico da cooperação: autonomia e adesão voluntária. Desse modo, a cooperativa mantinha sua função primária de gestão e distribuição de recursos para o grupo, enquanto a cooperação se fazia presente cotidianamente, mesmo que de modo subtendido, a partir das necessidades e de problemas presentes.

A respeito da associação e do associativismo, reitera-se que a primeira é um mecanismo de acesso a financiamentos e créditos específicos para obtenção de máquinas e projetos de beneficiamento coletivo, consiste na institucionalização e burocratização das relações sociais. No caso dos assentamentos rurais é de praxe que seja criada a associação, assim que o assentamento se consolida, para que os recursos financeiros sejam disponibilizados e acessados pelos beneficiários da reforma agrária. Já o associativismo se define pela prática de associar-se a alguém ou a determinado grupo, sem, necessariamente, estabelecer relações meramente oportunistas e de interesses próprios, ainda envolve a construção de vínculos e laços que podem ser temporários ou permanentes, a obedecer às necessidades cotidianas de cada indivíduo ou grupo. O associativismo, assim como a cooperação, escapa à mera formalidade e objetivação econômica, ao traduzir relações que se operam mediante circunstâncias históricas e sociais específicas (BERGAMASCO; NORDER, 1996).

No assentamento São Bento, o cotidiano é envolvido por uma multiplicidade de ações e estratégias objetivas e subjetivas. A associação foi criada em 1999, após a oficialização do terreno pelo INCRA. A cooperativa, por sua vez, foi criada no ano de 2002 com vistas a contribuir para a comercialização da produção dos contemplados. Logo, a cooperativa e a associação, para a coletividade investigada, são mecanismos importantes pelo fato de propiciarem as condições (crédito, financiamento, produtos, programas) de permanência, trabalho e renda no espaço que lhes pertencem:

A associação é de grande valor porque é através dela que nós conseguimos todos os créditos. Por exemplo, foi através da associação que conseguimos os implementos para casa e energia, enfim. A cooperativa veio agora depois de seis anos e ela veio agregar valor em cima do nosso trabalho e produção. [...] Eu penso que a cooperativa poderia estar melhor hoje, mas esse governo só deu rasteira. Todos os lugares que você vai só porta fechada, não acha uma brecha pra entrar de jeito nenhum. Mas hoje a cooperativa é toda documentada, toda legalizada, não tem dívida. A gente entrega pouca coisa, só no PAA (Projeto de Aquisição de Alimentos), mas está dando para manter a despesa dela (ASSENTADA AX-7, grifo nosso).

A cooperativa é importante, ainda mais quando ela está funcionando. Porque através dela tem muitos meios de recurso. Mas é igual eu falei, porque tem muito individualismo aqui, e aí o trem não gira, não roda. Porque para manter uma cooperativa o custo é caro; e outra, tem que estar girando muito para dar um retorno para ela. Porque se o pequeno investir dinheiro nela e ela não retornar, aí para. A mesma coisa é associação. Associação, só existe ela só no papel, lá que tem associação; mas que gira alguma coisa não gira não. Tem dois tratores velhos, um novo que ganhou, mas também já está quase velho (ASSENTADO AX-5).

Eu acho que é muito importante. É muito importante porque, hoje...a gente...porque no começo quando a gente estava no acampado e depois que entrou para terra; a gente não tem uma estrutura financeira para correr atrás de recurso, de pagar um agrônomo, esse tipo de coisa. Então, através da associação e da cooperativa, vem muita coisa para o assentamento. Então tem como você correr atrás de muita coisa, né; de um curso,

para ajudar a gente a crescer mais, né. Então, eu acredito que vale muito e valeu demais. Apesar...como se diz...a questão da união hoje, está devassa. Até porque se nós trabalhássemos mais unido, eu acredito que estava bem melhor, todos os assentamentos (ASSENTADO AX-4).

Então, é difícil de você analisar...ela é importante? É, mas na situação que está não está podendo nem ter, porque uma cooperativa, você sabe que é caro pra manter ela. [...] Eu creio que não só assentamento, né. Eu acho que cada região deveria ter uma associação e bem organizada, né. [...] Muito, muito. Tem sim. A associação hoje, na realidade é...quase em todo sentido uma associação, né, tanto pra você correr atrás de recurso pra você obter esses produtos para o plantio; ela não visa ao lucro, ela não pode visar o lucro. Mas aqui dentro...até hoje, todos projetos que já foram adquiridos aqui dentro foram através de associação. Casa, estrada, o próprio assentamento, energia, tudo (ASSENATADO AX-2).

Embora os assentados ratifiquem a pertinência de ambas (associação e cooperativa) como conquistas para o assentamento, apontam para certas dificuldades de ordem técnico-burocráticas e escassez de recursos em função da individualização de seus associados e cooperados. O número de assentados associados é de 21 e de cooperados, 27. Significa que a maioria dos assentados de São Bento estão vinculados ou à associação ou à cooperativa, ou às duas. A associação possui dois tratores e um tanque de leite, a cooperativa um micro trator para preparação de hortas. Além disso, a cooperativa possui uma sede (uma cassa) dentro do próprio assentamento (espaço coletivo) para a realização de reuniões, encontros e cursos. A associação realiza suas atividades (encontros e reuniões) no mesmo local-sede da cooperativa.

Na Tabela 8 podem ser verificados alguns dados relevantes sobre as formas de produção, trabalho, renda e cooperação no assentamento São Bento.

Tabela 8 - Formas de produção, trabalho, comercialização, renda e cooperação no Assentamento São Bento/Heitorai-GO (2017)

QUESTÕES	SIM	NÃO
COMERCIALIZA COM AGROINDÚSTRIA	8	7
COMERCIALIZA COM ALGUM MUNICÍPIO	10	5
POSSUEM GADO DE LEITE/CORTE	15	0
UTILIZA ADUBO QUÍMICO	10	5

UTILIZA ADUBO ORGÂNICO	15	0
UTILIZA AGROTÓXICO	7	8
UTILIZA TRAÇÃO ANIMAL	14	1
UTILIZA TRAÇÃO MOTORIZADA	15	0
UTILIZA SERVIÇOS DE VETERINÁRIO	13	2
UTILIZA SERVIÇOS DE UM TÉCNICO OU AGRÔNOMO	15	0
UTILIZA MÃO DE OBRA FAMILIAR	15	0
UTILIZA MÃO DE OBRA ASSALARIADA EXTERNA	11	4
TRABALHA DE ASSALARIADO EM ALGUM LUGAR	3	12
PARTICIPA DOS MUTIRÕES E TROCA	15	0
PARTICIPA DAS REUNIÕES DA ASSOCIAÇÃO	14	1
PARTICIPA DAS REUNIÕES DA COOPERATIVA	15	0
SATISFAÇÃO COM A RENDA OBTIDA NO ASSENTAMENTO	15	0

Fonte: Aplicação de questionários individuais.
Elaboração: Jean Carlos Ribeiro de Lima, 2017.

Os dados da Tabela 8 mostram, quanto à comercialização da produção, que parte dos assentados vende seus produtos para a agroindústria e outra comercializa em municípios vizinhos, especialmente Itapuranga, Cidade de Goiás e Itaguaru⁶¹. No caso da agroindústria, a predominância do produto comercializado é o leite, entregue à Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento São Bento (CPAASB) que, posteriormente, repassa à agroindústria⁶². Assim, o pagamento do leite é repassado à cooperativa que se torna responsável por redistribuí-lo aos assentados.

Grande parte dos trabalhadores utiliza ou adubo químico ou adubo orgânico. Há um certo equilíbrio em relação à utilização de agrotóxicos, o que pode ser indício de uma correção do solo mais intensiva, quando necessário. Sobre a tração animal e motorizada, a maioria dos assentados indicou que utilizam as duas formas de tração, esse dado demonstra que, embora haja intensa mecanização no campo, ainda prevalecem meios e usos de ferramentas de trabalho como o arado puxado por boi ou cavalo, carpideira, foice, enxada, cavadeira, etc. A respeito de serviços prestados por um veterinário e/ou técnico ou agrônomo, a maioria dos assentados

⁶¹ Esse tipo de comercialização ocorre por negociação direta entre o assentado e o comprador, sem a intervenção de atravessadores – ao menos essa é a informação transmitida pelos assentados via entrevista e questionários.

⁶² A agroindústria que compra o leite da cooperativa do assentamento é a Piracanjuba.

respondeu que fazem uso desses profissionais. Isso supostamente é um indicador da necessidade constante de aumentar a produtividade do solo e de aplicação de recursos veterinários quando não encontram soluções próprias. Vale ressaltar que a utilização dos conhecimentos desses profissionais não é uma constante no assentamento, realizando-se em momentos específicos e de real necessidade.

Em relação à utilização da mão de obra familiar, grande parte dos assentados afirma que utilizam a força de trabalho da família nas suas respectivas parcelas. Entretanto, encontramos contradições quando perguntamos se há a utilização de mão de obra assalariada externa, uma vez que a resposta da maioria dos assentados foi positiva. Tal incoerência pode ser explicada, ainda, pelo fato de os assentados, participantes do processo de luta pela terra em 1996, terem condições físicas de executar o trabalho do/no campo. Por isso, a aplicação de força assalariada externa explica a evasão dos filhos desses assentados pioneiros para outras localidades, especialmente para os grandes centros urbanos. Sem a ajuda do filho no trabalho cotidiano na sua parcela, o assentado é obrigado a contratar, temporariamente, os serviços de outro trabalhador rural.

Quando perguntados se já trabalharam ou trabalham de assalariados rurais em outra localidade que não seja sua parcela de terra, a maioria dos entrevistados afirma negativamente o exercício ou atividade em outro local. Isso se explica pela idade, ocupação e afazeres atinentes à parcela de cada um dos assentados. Em depoimento, o assentado AX-6 revela que trabalha de operador de máquinas na prefeitura de Heitorai, ele afirma que foi convidado pelo prefeito para operar uma das máquinas da prefeitura porque, no município, somente ele se capacitava para o exercício. Conforme consta em seu relato, a qualificação para operar a máquina relaciona-se à sua experiência e trajetória de vida precedentes ao assentamento, quando realizou curso específico de operador de maquinário agrícola. Em suas palavras:

Olha, na verdade...vou dizer pra você. Eu, quando morava em Itapuranga, tinha feito um curso de operador dessas máquinas agrícolas que existem aí...então eu opero trator, retroescavadeira, caminhão e por aí vai. Aí um dia o prefeito de Itapuranga me chamou pra trabalhar com ele lá pra operar uma retro (alusão à retroescavadeira), aí eu aceitei e fui. Mas eu nunca deixei de trabalhar na roça, eu trabalhava na roça e trabalhava na prefeitura ao mesmo tempo. Do mesmo jeito eu faço aqui em Heitorai. Na verdade, eu não preciso de trabalhar para os outros não, porque eu tiro minhas necessidades tudo aqui do assentamento e até sobra, viu. Mas, na verdade, eu estou é ajudando o prefeito que pediu pra eu ajudar ele com essa máquina lá. Mas eu não preciso, se for colocar no papel, desse serviço de prefeitura não dá pra viver não, sabe? (grifo nosso).

Certos assentados afirmaram que o trabalho assalariado externo, realizado fora do assentamento, não se realiza de forma contínua e nem faz parte do cotidiano. Trata-se de uma

eventualidade que surge como possibilidade de renda extra, mas não uma condição *sine qua non* estreitamente vinculada à manutenção e reprodução social desses sujeitos.

No que toca à faixa etária dos entrevistados, nota-se elevado índice de assentados com idade igual ou superior a cinquenta anos, o que endossa o argumento de evasão dos filhos do assentamento. De acordo com um dos contribuintes do estudo, a razão de um dos filhos se mudar está relacionada às oportunidades de emprego e estudos. Com efeito, o assentado relata que o filho nem sempre se interessou pelo trabalho e atividades agrícolas, restando a ele “[...] tempo pra estudar e procurar algo melhor do que esse serviço pesado de roça, não é?” (assentado AX-12). Atualmente, segundo depoimento do assentado AX-12, o filho reside em Goiânia, na casa de parentes, pois cursa Agronomia em uma faculdade particular: “olha, vou ser sincero com você, viu? Eu espero que depois de formado meu filho se torne um bom agrônomo e que possa ter um bom emprego, sabe, ganhar um bom salário”. O assentado enfatiza que arca com os custos dos estudos do filho e quando perguntado sobre o retorno de seu investimento, a partir de trabalhos futuros que o filho, enquanto futuro agrônomo, poderá reverter em benefício da família e do próprio assentamento, o participante assim observa: “na verdade seria muito bom ter os conhecimentos dele aplicados aqui pra nós, né, mas não sei, viu, depende da boa vontade dele, viu”.

O relato acima caracteriza o que Martins (2008) define como o estigma de um mundo rural contraposto ao imperativo da modernização associado aos grandes centros urbanos, ao modelo de vida citadino e à apologia da meritocracia oriunda da especialização do capital e acirramento do mercado. O desinteresse do filho pelo trabalho agrícola, ao longo da convivência com a família no assentamento, demonstra a atomização dos valores da modernidade associados ao âmbito urbano, enquanto que ao espaço rural se promove intensa associação ao que é arcaico e obsoleto.

A respeito dos mutirões e troca de dias, a maioria dos assentados disse que participam das duas categorias de cooperação no trabalho rural, quando ocorridas. Sobre as atividades da associação e da cooperativa, a maioria afirma que participam das reuniões e encontros promovidos por ambas. O esclarecimento a essa constatação se dá pelo fato de as duas formas de organização da produção agrícola dos trabalhadores (cooperativa e associação) serem mecanismos e dispositivos importantes para a comercialização de seus produtos e para obtenção de crédito e financiamentos à produção, etc.

Sobre a renda obtida nas propriedades adquiridas, fica evidente a constatação de seu aumento após estarem em posse de suas parcelas de terra. Isso demonstra, em comparação com a realidade precária de outros assentamentos goianos e brasileiros (certos assentamentos

possuem uma realidade tão precária que são denominados de “favelas rurais”), que o assentamento pesquisado ainda possui uma produção satisfatória que, por conseguinte, possibilita ao menos uma renda suficiente para a manutenção desses assentados em suas parcelas recebidas.

Com referência à qualidade de vida no assentamento, os depoimentos dos assentados são elucidativos:

Eu não falei pra você. Nós vivíamos assim; tocávamos roça no arrendo, e tudo. Rapaz, eu custava dar conta de ter uma bicicleta pra poder andar. Hoje, nem eu e nem ela (esposa do entrevistado) temos saúde mais, né. Não tem nada, mas graças a deus tem...tem o carrinho pra andar. Deve? Deve. Deve, mas não considera que é dívida, porque só deve porque não deu conta de pagar, aí você está devendo. Hoje, se eu for pagar o que eu devo hoje, o meu gadinho dá pra eu pagar. Hoje nós já temos as coisas de casa tudo, tem sofá, as máquinas de lavar, tem tanquinho, tem uma geladeira boa, tem um freezer, tem...o que depende numa casa, tem. E antigamente? Só tinha um tanquinho velho desse aí. Antigamente, as coisas eram mais difíceis, né; porque hoje, nós temos ali, dois, três canteiros de cebola, de lá nós tiramos o sustento, dessa hortinha pequeninha ali, oh! Pra você ver, nós entregamos...só a cebolinha que nós entregamos (entrega ao PNAE) está dando o arroz da nossa despesa. Porque tem a terra (ASSENTADO AX-2, grifo nosso).

Veja, antes eu não tinha onde cair morto. Agora pelo menos eu tenho minha terra, onde eu trabalho e tiro o meu sustento e o sustento de minha família, sabe. Na minha opinião, deveria ter mais assentamento pra gente que não tem terra poder trabalhar e sair da pobreza, né. Então melhor demais na minha vida o assentamento, com certeza, viu (ASSENTADO AX-15).

Sem dúvida. Melhorou cem por cento. Olha só para você ver, eu morava num barracão de dois cômodos, uma área pequena e um banheiro. Quando nós veio pra cá pro corredor, a minha menina era bebê; o meu esposo cortava cana em Inhumas e ficava pra lá a semana toda e vinha só no sábado. E eu ficava em casa cuidando dos meninos. Hoje, olha só a minha casa quantos barracões não dá, né. Meu esposo está aí trabalhando pra ele, trabalha a hora que quer, não é aquele trem de ser obrigado e comer comida fria (ASSENTADA AX-7).

Melhorou demais. Hoje nós temos pelo menos conforto. Só que eu acho que o governo deveria dar mais prioridade para a reforma agrária. E o assentamento é importante para a reforma agrária porque muitas das vezes você dividi uma terra que está improdutivo, e aí a pessoa vai ter lá uma divisão, né, pra plantar, criar um gado, umas galinhas, várias famílias produzindo. Mas aí a gente também não reivindica quase nada, aí não vem quase nada também. Estou aqui com uma represa pra fazer, mas não tenho condições pra fazer, porque vai ficar de uns 10 a 15 mil, aí o crédito lá é de 20 mil, está difícil, mas estamos prosperando muito bem (ASSENTADO AX-8).

Hoje, eu e minha família temos mais um pouco de conforto, estabilidade financeira e tal. Antes, a gente vivia embaixo de uma lona preta, né, muitas vezes passava meses fora de casa. Agora hoje não, eu tenho minha casinha, minha terrinha, meu gado. Então é isso (ASSENTADO AX-10).

Evidentemente, constata-se, por meio da literatura especializada, o aumento da qualidade de vida no assentamento em comparação ao acampamento e às experiências e

trajetórias de vida anteriormente vivenciadas pelos contemplados. Não obstante, a produção do conhecimento sobre o tema adota, frequentemente, a *empíria* para comprovar a viabilidade socioeconômica dos assentamentos rurais (GUANZIROLI, 1994). Em grande parte das pesquisas e estudos desenvolvidos, a qualidade de vida nos assentamentos está intrinsecamente relacionada à posse da terra, do trabalho e da moradia. O fato de possuir um pedaço de terra representa o sonho sendo realizado e a esperança de dias melhores a partir do trabalho nela desenvolvido. Nesse sentido, a terra é a condição essencial para a reprodução social e mediação da vida, é a partir dela, e do direito de possuí-la, que o trabalhador do campo executa as atividades laboriosas que o vão possibilitar a conquista de outras condições básicas de vida (moradia, emprego, renda, lazer, educação, saúde, etc.) (MARTINS, 2009).

Além da condição essencial de possuir a terra e dela extrair, por meio do trabalho, o necessário para sobreviver, a moradia é um elemento visto e entendido como fundamental. Como define Martins (2009, p. 21), a moradia

[...] está no centro das motivações e aspirações de acampados e assentados e constitui o referencial de seu imaginário e de suas formulações utópicas. Ela é de certo modo um identificador de sacralidade na cultura rural brasileira, e nessa condição reavivada na mentalidade do sujeito da reforma agrária. É nela que se encontram os mecanismos de reprodução da família e da sociabilidade familiar, que renova a sacralidade dos laços de família e a mística da relação com a terra.

Com os depoimentos, pode-se observar que a qualidade de vida está vinculada às condições materiais provenientes da posse da terra, do trabalho, moradia e conforto. Outro fator interessante, a ser observado, é a flexibilidade do trabalho que não necessita ser ininterrupto, visto que o próprio trabalhador assentado organiza seus horários e pausas, inexistindo a figura do “patrão” para delegar a execução de tarefas. O conforto, para a maioria dos assentados, está associado, em primeiro lugar, à moradia (especialmente quando se tem a possibilidade de construir novos cômodos e adquirir objetos de uso doméstico) e, em segundo, à produção para subsistência: “graças a deus melhorou bastante. Até então a gente tem um pedacinho de chão para poder plantar, né, tirar o sustento e vender o que sobra, né. Fazer o que achar certo...e é isso aí” (Assentado AX-4).

Embora constata-se a melhora da qualidade de vida no local estudado, ainda assim verificam-se dificuldades no tocante à reprodução social dos assentados espaço do assentamento. Em grande medida, as dificuldades estão associadas à falta de apoio do governo em respeito a financiamentos e concessão de créditos, principalmente no que toca à produção: “eu acho que poderia estar melhor, sabe? Principalmente na questão do financiamento da produção aqui viu. Eu mesmo não estou com nenhum programa do governo para produzir, sabe? Só mesmo

plantando pra alimentar a família e vendendo uns franguinhos, uns porcos, umas vacas....e é isso” (Assentado AX-14). O assentado ainda demonstra a insatisfação com a classe política e a corrupção praticada por seus agentes: “é tanta roubalheira nessa política que a gente fica descrente, viu. Se não tivesse esse tanto de roubalheira, tinha mais dinheiro pra nós assentados. Esse governo aí mesmo não está nem aí pra nós”. A proposição “esse governo aí mesmo”, proferida pelo assentado AX-4, alude à governança de Michel Temer que tem efetuado cortes drásticos dos recursos destinados para a reforma agrária como um todo, especialmente para a política de implantação de assentamentos rurais e desenvolvimento da agricultura familiar⁶³.

Bergamasco (1996) acentua que os assentamentos rurais contribuíram (e contribuem) sobremaneira para elevar a qualidade de vida de milhares de trabalhadores do campo e da cidade. Apesar disso, a autora sublinha que a reforma agrária está distante de ser verdadeiramente enfrentada e menos ainda posta em prática tão somente com a política de assentamentos. Conforme observa, faz-se necessária muita determinação política para realizar uma reforma agrária de forma mais corajosa e genuína, cujas condições possam promover a distribuição de terra e renda justas, ao protagonizar o processo de participação popular e dos movimentos sociais nessa discussão.

Em certa medida, a qualidade de vida, nesses conjuntos organizados, tem propiciado a milhares de trabalhadores a possibilidade de sobreviver de forma digna e excelsa. Apesar das dificuldades e entraves, os assentamentos rurais vêm se transformando em espaços sociais em que as sociabilidades são um componente essencial de reprodução e convivência entre seus sujeitos. As relações e os vínculos estabelecidos de reciprocidade, auxílio mútuo e de cooperação espontânea, têm contribuído para revelar outras dimensões possíveis de manutenção e reprodução da vida das famílias assentadas. Sendo assim, a discussão a respeito da formação das redes de sociabilidades como dimensão que rompe, em muitos momentos, com a objetividade e racionalidade do cotidiano, se torna importante para o que objetivamos neste trabalho.

As narrativas dos contribuintes da pesquisa demonstram que as representações acerca do significado de cooperação e associativismo estão interligadas à noção de união e de coletivo. Essas representações vinculam-se as suas experiências vivenciadas no período do acampamento, pois, naquele momento, a unidade do grupo se formou em razão de estarem

⁶³ Quando estive no INCRA, em dezembro de 2016, para efetuar uma pesquisa nos arquivos do órgão, um funcionário me confidenciou informalmente que o orçamento para o ano de 2018 havia sido cortado pela metade. Ou seja, isso representa, segundo o próprio funcionário, um retrocesso sem precedentes no prosseguimento da política de reforma agrária via assentamentos.

dividindo um mesmo espaço e lutando para conseguir a terra. A partir da criação e oficialização do assentamento, momento esse em que entram em cena a cooperativa e a associação como processos organizativos, a união e a força coletiva se diluem.

Contudo, os assentados conseguem manter vivos os sentidos e as práticas sociais, antes construídas, de cooperação e associativismo, especialmente de forma espontânea, mútua, recíproca e correspondente. Assim, a cooperação e o associativismo não transcorrem apenas pelos espaços institucionalizados e burocráticos da associação e da cooperativa, mas, também, pelo âmbito do cotidiano fragmentado, das circunstâncias e das necessidades, do acaso e do imprevisto. Não sem razão, defendemos que as formas de cooperação espontânea e de auxílios mútuos permaneçam como meios de reprodução social no assentamento São Bento, bem como em outros espaços sociais. Compreender essas questões, enquanto ponto de verificação da construção das redes de sociabilidades e como elas se operam no cotidiano do assentamento São Bento, será o objetivo da próxima discussão.

3.2.2 As relações interpessoais e a espontaneidade entre os assentados: espaço de invenção das sociabilidades

Salienta-se que na fase da luta pela terra, compreendida ainda na existência dos acampamentos, ocorre o processo de “ressocialização” dos seus integrantes. Os acampados precisam lidar com certos estranhamentos por força do convívio social e dos enfrentamentos peculiares a determinada organização coletiva de luta social (o acampamento). Em grande medida, trata-se de estranhamento às formas de socialização das decisões, opiniões, moradia, alimentação etc., mas que tem sua principal forma de estranheza na convivência social, na relação estabelecida naquele núcleo organizativo, ou seja, no acampamento, propriamente dito, com o “outro” e com o desconhecido. Martins (2008) observa que os trabalhadores acampados procedem, em sua maioria, de famílias muito conservadoras, com uma visão de mundo familística e religiosa, principalmente católica, com características arreadas para relação estabelecida com outras pessoas não conhecidas. Nesse sentido, para o autor, há uma abertura de horizontes de convivência social no processo de luta pela terra nos acampamentos, pois essa experiência organizativa precisa ser um mecanismo coeso e harmonicamente estruturado, caso não seja, não se mantém enquanto núcleo de resistência e reivindicações políticas.

Em conformidade aos pressupostos de Martins (2008), na fase que compreende os assentamentos, ocorre com maior fluidez a abertura para o que é de fora, o recente e o novo. Porém, há também, no sentido contrário, um movimento de resgate das formas tradicionais de

“familismo antigo” e de “vizinhanças rurais”, nas quais predominam, de certa forma, o isolamento do convívio social com sujeitos desconhecidos e o reforço do núcleo familiar fechado. Nas palavras de Martins (2008, p. 39),

na ressocialização modernizadora dos acampamentos, na verdade, as concepções tradicionais a respeito de parentesco e outros relacionamentos se revigoram, ganham um dinamismo inexistente antes dessa experiência. Em decorrência, nos assentamentos, a sociedade é literalmente reinventada, abrindo-se para concepções ordenadoras da vida social provenientes do familismo antigo.

As experiências adquiridas, no acampamento, convertem-se em formas de aprendizado de cooperação extrafamiliares e de vizinhança, induzem relações sociais mais baseadas numa moderna divisão do trabalho do que propriamente em relações antiquadas de mutualidade. Apesar dessa constatação feita por Martins (2008), ainda persistem, mesmo que não cotidianamente, formas de sociabilidades e mutualidades nos assentamentos que, em grande parte, existiam com eloquência na fase do acampamento.

Ferrante (1994) assinala que a terra entra, inicialmente, como objeto de luta pelos trabalhadores que a demandam, de maneira ilegal. Isso quer dizer que organizar-se para ocupar uma área é uma atitude vista como ilegal, inclusive por parte de inúmeros trabalhadores inseridos nesse contexto. No entanto, o assentamento envolve uma leitura para certos demandantes de terra de legalidade quando o Estado desapropria áreas e implementa políticas públicas de acesso a essas extensões, mesmo que tal processo seja lento e complexo.

Em um primeiro momento, a condição de demandante de terra cria o espaço que Ferrante (1994, p. 135) denomina de “iguais”. Significa que no limiar da luta pela terra, no processo de sua formação, o “espaço de iguais” é fortalecido porque o objetivo é uno, qual seja, obter o acesso à terra, mesmo que as trajetórias de vida de seus requerentes sejam diversas. Nesse sentido, “a luta estrutura-se pelo querer a terra. Definidos pela contradição de um vivido e de um viver diferenciados, todos os demandantes se põem, em um determinado momento, como iguais, condição que pode ser ultrapassada no viver dos assentamentos”. No momento da formação do Acampamento Córrego Seco, o “espaço de iguais” foi determinante para os trabalhadores acampados organizarem-se do ponto de vista das estratégias de luta e reivindicações, junto ao Estado, no caso da desapropriação da área requerida. Sobre a união na época do acampamento, os assentados de São Bento afirmam que

a questão é a seguinte: quando você está em busca de uma coisa, você se apega a qualquer modo pra facilitar pra você, certo? Depois que você conseguiu, já não faz mais sentido a união. Na época mesmo do acampamento...nossa...era todo mundo unido, né, porque tinha um ideal, um interesse, que era conseguir a parcela. Aí depois que conseguiu a parcela, já se acomoda, né. Ultimamente, pra marcar uma reza, é uma

dificuldade tremenda. Ainda tem muita gente que se une, mas não é como antes (ASSENTADO AX-3).

Na mesma direção, os assentados AX-4 e AX-5 compartilham, respectivamente, da opinião do assentado AX-3, de que a união no período do acampamento era maior:

Eu acho que na época da luta era mais união. Eu acho que agora é muito individualismo, porque agora está cada um no seu canto. E na época da luta cada um estava lutando por um objetivo só, e hoje, que cada um tem o seu, não dá conta de ter uma união, cada um quer ir mais além do que o outro, quer ser melhor do que o outro, então nunca que dá certo. Aqui nunca deu certo, no meu ponto de vista; tem vinte anos que eu moro aqui, a partir do momento em que cada um entrou na sua parcela, aí o individualismo pegou. Muitas das vezes há uns que querem passar por cima do outro para chegar lá em cima, e assim vai.

A união no acampado foi boa demais. Porque na verdade havia as normas, né, umas normas mais severas. Não quer dizer que no assentado não tinha. Mas no assentado, depois que assentou mesmo, acabou tudo. Não acabou totalmente, mas acabou...como se diz...60 % da união do assentado acabaram. Eu, na verdade, desde o início tentando ajudar na coordenação, tentando ajudar no pouco que a gente entendia. Hoje eu vejo que precisava de ter mais. Até então quando nós entramos, e que conseguimos a terra, toda semana tinha um mutirão. Era aquela satisfação, todo mundo brincando, rindo; o serviço rendia, sabe? Não tinha nada que não passava. Entrava numa lavoura e terminava ela dentro de um dia ou dois dias, né. E aí veio vindo, né.

A partir das declarações, fica revelada que no período inicial da luta pela terra, que compreende basicamente a formação do acampamento e sua estruturação, a união dos trabalhadores é maior que na fase em que se consolida o assentamento. A obviedade dessa constatação implica em um movimento natural de todo processo que envolve uma perspectiva de luta e reivindicação por um objetivo expresso, quer seja por direitos sociais, políticos e civis, ou mesmo por um ideal. Assim, no caso da luta pela terra e, mais especificamente, no tema dos assentamentos rurais, os sujeitos e os agentes envolvidos dedicam-se, inicialmente, com toda sua disposição e força para alcançarem, mesmo que parcialmente, os objetivos que lhes são peculiares.

Por conseguinte, quando os objetivos são alcançados, mesmo que não atinja sua totalidade, a tendência, via de regra, é a diminuição das forças empreendidas em comparação ao período inicial da luta. Conforme fica explícito na fala do assentado AX-15: “[...] a união é complicada. Na hora do vamos ver, na hora em que todo mundo quer a terra, a união é total. Agora quando consegue a terra, essa união acaba”. A comparação da união no acampamento e no assentamento também é evidenciada pelos assentados AX-10 e AX-6, respectivamente: “bem, a união nossa aqui não é muito boa não. Na época do acampamento era bem mais forte a união”; “na época do Acampamento era maior. Hoje não tem união. Hoje é cada um para si”.

Igualmente ao já apresentado, a criação de um “espaço de iguais”, de união e organização dos trabalhadores sem-terra são afinadas ao interesse comum de poder obter o direito legítimo de acesso à terra, pois se trata de característica natural de todo processo inicial que comporta uma reivindicação por qualquer tipo de direitos e deveres. No tocante ao acampamento, espaço em que os trabalhadores se organizam coletivamente para lutar pela terra, a experiência e as escolhas das metodologias de luta são decididas em grupo, com a participação de todos os envolvidos, mediante assembleias, conselhos, reuniões e encontros. Apesar das divergências na fase que compreende o acampamento, processo que também é natural, a liberdade de escolhas e opções são, em comparação com o assentamento, mais amplas. No acampamento não se tem a interferência direta do Estado no sentido de influenciar o *modus operandi* da organização produtiva, de trabalho, das alianças políticas, dos mediadores e das formas de luta política. Para os acampados, a terra é objeto de desejo e perspectiva de vida em um futuro incerto. Em contraposição, no assentamento, a terra é posta numa relação de “estranheza” com os assentados. Isso porque,

ao ser cadastrada, a família de trabalhadores rurais passa a sujeitar-se a uma série de regras fixadas para ela e não por ela. A escolha das culturas, a construção da moradia e da agrovila, a forma de explorar a terra são colocadas pelos “outros”. O fato de se terem postos como iguais no momento da luta não significa necessariamente sua disposição de estruturar-se coletivamente para a organização social da produção, mesmo porque a perspectiva de construção de uma coletividade rural de produtores em cooperação não é necessariamente produto da vontade dos trabalhadores, mas resposta a uma decisão ao modelo cooperativo forjado nas instâncias do poder (FERRANTE, 1994, p. 137-138).

Nessa ótica, o assentamento passa a ser um “modelo” de política pública forjado “nas instâncias do poder” para atender às pressões de trabalhadores sem-terra. Que dizer que na fase do acampamento, a organização desses trabalhadores demandantes de terra visa ao “modelo” assentamento, cuja cooperação é artificialmente estruturada para, após o êxito, ser gradualmente diluída em seu espaço. É o que se pode perceber nos depoimentos dos assentados de São Bento, quando afirmam que “[...] hoje é cada um com a sua parcela, com o seu trabalho; eu não posso ir ali ficar azucrinando o vizinho o dia inteiro porque ele tem coisa pra fazer, assim como eu também, né” (ASSENTADO AX-8). Assim, “[...] antes nós éramos bem mais unidos, viu. Só que agora cada um está no seu canto, cuidando das suas coisas, então tem esse individualismo” (ASSENTADO AX-11). Aduz-se que

O povo (os assentados) hoje se pensasse e imaginasse...o quê que foi feito antes de sair a terra, como que eles agiam, como eles agiam...se eles agissem a metade do que nós agíamos na época de que quando estava acampado, o assentamento hoje poderia ter muito mais coisa. Agir assim, no sentido de união, sabe? Então vamos...vamos

partir, vamos buscar isso, vamos correr atrás? Vamos. Igual eu estou falando, na época que nós estávamos acampados era que nem marimbondo...então se fizesse isso...eu acho que, né... porque eles falam que não tem recurso, mas tem, recurso tem [...] (ASSENTADO AX-2).

O depoimento do assentado AX-2, sobre a falta de união no assentamento São Bento, chama a atenção para o fato imprescindível quanto à reprodução social de um espaço rural desse formato: a questão dos recursos. A reclamação do assentado AX-2 é em virtude de um ramal de água que seria aberto para todas as famílias do assentamento, necessitando do consentimento e da assinatura de todos os assentados. Todavia, a divergência entre os assentados impediu o procedimento que seria requerido junto ao INCRA, com o apoio e a mediação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Heitorai e a Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar do Estado de Goiás (FETAEG). As discussões sobre o ramal de água giravam em torno das opiniões de que uns assentados seriam mais beneficiados pelo sistema, caso implantado, devido à posição geográfica e topográfica de suas parcelas; outros asseveravam o contrário. Por fim, o prazo para iniciar o pedido do ramal de água, junto ao INCRA, expirou, culminando na perda do recurso financeiro para essa construção.

O exemplo do recurso perdido, retratado pelo assentado AX-2, demonstra, em grande parte, a dificuldade de manter a união e a cooperação antes fortalecida no acampamento. Após a consolidação do assentamento, o favorecido

“[...] adentra numa rede de dificuldades, anseios e expectativas que podem ser frustrados no seu dia-a-dia, pelas próprias dificuldades de viver nos assentamentos, um complexo processo de socialização, no qual convive com a omissão do Estado e com a ausência, significativamente observada, de diretrizes políticas da parte dos mediadores para se viver na terra” (FERRANTE, 1994, p. 138).

De certo modo, a complexidade cotidiana, intrínseca ao espaço do assentamento, ocorre pelas exigências e diretrizes impostas pelo Estado⁶⁴, em que o “espaço de iguais”, consolidado no momento do acampamento, começa a desestruturar-se. Naturalmente, o desenvolvimento das políticas direcionadas aos assentados pelo Estado, como créditos e financiamentos para instalação e estruturação da comunidade, implica na individualização das relações sociais de produção e de trabalho. Cada um deve produzir na sua parcela, comercializar seus produtos individualmente, pagar, mensalmente, sua parcela e os investimentos aplicados.

⁶⁴ Em volume exponencial, o Estado despeja, sobre os assentados, assim que o assentamento é criado, uma série de compromissos a serem cumpridos. Logo após a criação do assentamento (que ocorre mediante publicação de portaria emitida que conste todos os dados do assentamento criado), o Estado, por meio da autarquia responsável, o INCRA, inicia o processo de implantação que envolve a divisão dos lotes, a instalação das famílias beneficiadas e a concessão dos primeiros créditos e financiamentos. A última fase é a da estruturação, durante a qual são disponibilizados créditos para a construção de casas e benfeitorias, aberturas de estradas, energia elétrica, créditos para produção e assistência técnica.

Doravante, o arrefecimento do convívio social nos assentamentos, mediante a individualização dos trabalhadores durante a produção e trabalho (cada família assentada passa a cuidar de sua parcela), é resultado, como já demonstrado, natural do processo de formação de uma coletividade desse perfil. Entretanto, isso não significa o total abandono das sociabilidades entre os trabalhadores assentados, apesar de cada família arcar com suas responsabilidades (de trabalhar e produzir) nas respectivas parcelas, múltiplas redes de sociabilidades permanecem como formas específicas de reciprocidade e mutualidades, principalmente no tocante ao trabalho e à produção.

No processo organizativo de um assentamento rural, as relações sociais e de trabalho desenvolvem-se mediante diferentes meios e estratégias, pois a reprodução social dos assentados não se efetiva somente pelo aporte técnico-burocrático caracterizado pelo assistencialismo proveniente do Estado. De maneira indeterminada, os mecanismos de reprodução social são construídos mediante relações informais de trabalho e convivência, de cooperação e associativismo, muito particularmente baseadas na espontaneidade, reciprocidade e mutualidades adquiridas pelo processo de experiência de luta e convívio social. Scopinho (2012) observa, acerca das relações de trabalho e de convivência, o desenvolvimento de um conjunto de normas formais e informais que regulam as relações de produção nos espaços de reprodução social. Contudo, salienta que esse conjunto de normas se define por condições não apenas objetivas, ou seja, do ponto de vista econômico e burocrático, mas também por valores e costumes tradicionais, das experiências de vida, de trabalho, da trajetória política e social dos sujeitos.

Nesse campo de observação, as estratégias de reprodução social se efetivam em sentidos diversos, ao abarcar tanto os elementos objetivos quanto os subjetivos. Isso significa considerar que as relações de trabalho e convivência são formuladas por um amplo conjunto de estratégias que se adequam às circunstâncias da vida cotidiana dos sujeitos sociais. Conforme o exposto, tem-se que

a gestão do trabalho é, então, instrumento privilegiado de construção/difusão dos valores que mantem/modificam as interações entre os sujeitos e consolidam uma determinada cultura do trabalho, que tanto educa os trabalhadores para a reprodução como para as transformações das relações humanas e sociais vigentes. **As organizações de trabalho não se definem apenas por seus aspectos técnicos e econômicos, mas também pelos seus aspectos psicossociais e culturais. Constituem estruturas onde interagem sujeitos em processos de negociação que se realizam cotidianamente e que são mediados por valores e regidos por lógicas e razões próprias** (SCOPINHO, 2012, p. 32, grifo nosso).

As inúmeras possibilidades de construção das relações sociais e de produção, em um assentamento rural, perpassam o entendimento das múltiplas redes de sociabilidades criadas ao longo das experiências de vida acumuladas. Em outros termos, significa dizer que quando as condições materiais, provenientes das políticas públicas,⁶⁵ destinadas aos assentamentos não são suficientes para a reprodução social dos assentados, é preciso estabelecer relações no campo da reciprocidade, da mutualidade e cooperação espontânea. Essa dimensão subjetiva das relações sociais e de trabalho envolve redes de sociabilidades criadas quando não se obtém o amparo necessário para que o trabalhador beneficiado consiga manter-se reproduzindo. Trata-se de repartir a produção quando há dificuldade de trabalho, estabelecer meios de troca de favores quando necessário, criar vínculos de vizinhança e parentesco como dispositivo de auxílio mútuo.

Segundo Zimmermann (1994, p. 205), “o assentamento rural é estudado enquanto um espaço de relações sociais onde as características heterogêneas individuais, homogêneas no processo de luta pela terra, ressurgem em bases novas”. Essas “bases novas” são as redes de sociabilidades que emergem no cotidiano da coletividade rural como forma diferenciada de organização social e produtiva, culminando em alternativas de reprodução social distinta da dimensão econômica. Bergamasco (1994, p. 234, grifo nosso) corrobora ao assinalar que a heterogeneidade caracterizante dos processos de reprodução social, diretamente associada a uma realidade como a de um assentamento rural, deve ser analisada em múltiplas dimensões da vida cotidiana, inclusive no que toca às “[...] estratégias coletivas que perpassam estratégias em nível do próprio grupo familiar que resultam em tentativas vivenciadas de construção de espaços de sociabilidades”.

No trabalho de campo realizado no período de abril a agosto de 2017, na porção de terra estudada, na qual realizou-se visitas e entrevistas com quinze assentados, é possível perceber, nas entrelinhas das falas e depoimentos, a questão das sociabilidades criadas a partir da realidade vivenciada e partilhada pelo grupo. De certo modo, a individualização, decorrente do processo de sorteio dos lotes e conseqüente formação do assentamento, não eliminou por completo as relações sociais baseadas no auxílio mútuo e na cooperação subjetiva essenciais para a reprodução social e luta política. Quando perguntados sobre a união do grupo no

⁶⁵ Em grande parte, as dificuldades são da ordem de acesso a créditos e financiamentos, a meios técnicos de aumentar a produção e entraves no processo de comercialização. Diante desses desafios cotidianos é que “[...] a ação organizadora com base em valores mutualistas que se transforma em um importante recurso para superar as dificuldades decorrentes da insuficiência de políticas públicas, especialmente agrária e agrícola, que possibilitem ao trabalhador rural produzir e reproduzir-se no campo”, transformam-se em “[...] condições para desenvolver a sociabilidade nos assentamentos como essencial para possibilitar a permanência das famílias e evitar novos êxodos rurais” (SCOPINHO, 2012, p. 56-57).

assentamento em comparação com o acampamento, as respostas foram unânimes em ratificar que, no primeiro, o aspecto da união era mais nítido do que no segundo. Contudo, nas mesmas respostas sobre a dificuldade de manter a união do período de acampamento, acrescentavam que quando um companheiro necessitasse e/ou solicitasse, estariam de prontidão para ajudar e auxiliar no que fosse preciso.

Em depoimento, o assentado AX-15 afirma que “[...] dentro do assentamento nós ainda somos muito unidos, ainda fazemos uma ajuda com o companheiro que precisa de uma”. O assentado AX-7 relata que: “olha, o meu esposo planta arroz todo ano. No dia da colheita do arroz a gente faz mutirão. Por exemplo, se nós sairmos aqui e for viajar hoje, se nós chegarmos e falar pra um vizinho olhar aqui pra nós, é na hora. E já aconteceu e acontece”. O assentado AX-14 descreve que “[...] só raramente que nós ajudamos o outro; quando precisa mesmo, em último caso mesmo. Por exemplo quando um companheiro adoece ou viaja, aí nós ajudamos, quando pode também”. Mesmo ao reproduzir o discurso da individualidade, de forma espontânea, os assentados AX-1 e AX-11 consideram, respectivamente, que o apoio mútuo, quando solicitado ou quando eventualmente necessário, é importante para assegurar a manutenção da reprodução social, ao destacarem que

[...] cada um tem suas obrigações na sua casa, né. Mas a união, se precisa fazer um mutirão, aí une tudo e vamos embora. Se tem um ali que está meio fraco, então vamos dar uma ajuda para ele lá que ele não está podendo (ASSENTADO AX-1).

aqui a união só é de vez em quando, viu. Quando às vezes um vizinho precisa de um mutirão na lavoura ou então quando vai fazer alguma reunião ou encontro da igreja. Mas antes nós éramos bem mais unidos, viu. Só que agora cada um está no seu canto, cuidando das suas coisas, então tem esse individualismo (ASSENTADO AX-11).

Por meio dos depoimentos dos assentados, afere-se a uma dimensão essencialmente balizada pela reciprocidade, mutualidade e cooperação subjetiva em momentos específicos da organização social e produtiva no interior do assentamento, isto é, mesmo que de forma espontânea, sem saber que praticam e criam redes de sociabilidades, os assentados afirmam que esse sentido subjetivo, de apoio mútuo, especialmente no que se refere ao processo de trabalho e produção, é um componente indispensável à manutenção e permanência no assentamento. Na perspectiva do assentado AX-8, a reciprocidade acaba por ser um dispositivo de fundamental importância para o assentamento, pois é componente de manutenção da boa convivência e relação entre o grupo:

[...] se acontecer alguma coisa, na verdade, a gente tem é que ajudar um ao outro, e a gente ajuda como pode, sabe...o respeito é o mesmo; então é isso aí. Nós somos como

uma família aqui dentro. Às vezes um companheiro precisa de uma ajuda num serviço, de uma carona pra cidade, às vezes está passando necessidade, nós ajudamos; de vez em quando nós fazemos uns mutirões e troca de dia. Isso é importante até mesmo pra nossa convivência aqui dentro, viu, porque na verdade todo mundo aqui veio da mesma situação, pobre e sem-terra, né, então a gente tem que se ajudar quando pode.

Como bem observou Scopinho (2014, p. 183), as redes de sociabilidades criadas no espaço agrário coletivo são induzidas por razões “[...] onde as necessidades são muitas e os recursos escassos, em que a manutenção das boas relações é importante para garantir a sobrevivência imediata”. Percebe-se, no Assentamento São Bento, que as redes de sociabilidades consolidam uma forma de convivência social assente no apoio mútuo conforme as necessidades surgem no cotidiano. Em grande parte, essas necessidades são provenientes de momentos específicos no processo de trabalho e produção, como é o caso do mutirão e da troca de⁶⁶ dias, e na urgência de alguma eventualidade, como é o caso de viagens e problemas de saúde. Na fala do assentado AX-6, a dimensão da mutualidade pode ser evidenciada no aspecto da eventual falta de disposição, de condições físicas e de saúde para realizar o trabalho na parcela:

[...] Mas se caso a gente adoecer e precisar de ajuda, todo mundo ajuda. Mas se caso, por exemplo, de o parceiro adoecer, quebrar um braço, uma perna e um dia precisar de ajuda pra limpar a parcela dele, nós juntamos tudo e vamos e todo mundo ajuda, nós já fizemos isso várias vezes. Hoje a união nossa, que eu quero falar, é no sentido assim, que a gente não frequenta a casa do outro todo dia. Porque antigamente era assim, dia de domingo reunia todo mundo, estava todo mundo reunido, então tinha união, né. Agora hoje não, cada um na sua propriedade, mas precisou nós estamos prontinhos para ajudar.

O componente da mutualidade e da sensibilidade com a dificuldade do “outro” também está associado ao sentido da reciprocidade, o que é determinante para a elaboração das redes de sociabilidades. Significa que o apoio, numa eventual falta de condições de saúde para realizar as atividades básicas na parcela, se torna favorável para o retorno do favor prestado quando se fizer necessário. Trata-se, de certo modo, de retribuir o favor prestado em meio à momentânea dificuldade apresentada. Conforme depoimento dos assentados AX-4 e AX-5, a condição de

⁶⁶ Octavio Ianni (2004, p. 107-108) descreve que “estruturado econômica, social e culturalmente, o *mutirão* é muitas vezes o responsável mais importante pela manutenção da coesão grupal, para a adaptação do grupo ao meio natural, o desenvolvimento do trabalho em condições de atividades lúdicas, etc. [...] *A troca de dias de serviço* pode ser considerada uma dessas formas intermediárias, que se preserva, em condições especiais, de ajuda mútua”. Apesar de o autor acreditar que mecanismos tradicionais de cooperação como o mutirão e a troca de dias foram perdendo sentido com o processo de proletarização do trabalhador do campo, ainda é possível conceber esses modelos de cooperação no mundo do trabalho como “[...] caracteres mágicos, lúdicos, sociais [...]”. Isto é, o mutirão e a troca de dias não são apenas meios de cooperação do trabalho unicamente estruturados pelo sentido econômico, mas também por dimensões da convivência social, da mutualidade, da música, dos versos, do sentido da reunião do grupo, da fartura na mesa, etc.

“trocar favores” é essencial para a manutenção das boas relações e convivência no interior do assentamento:

[...] hoje, no assentamento, nós ainda ajudamos um companheiro que precisa, né. Eu acho importante demais, porque uma hora nós precisamos de ajudar um companheiro que está meio adoentado, ou que pede uma mão. E então a gente sempre vai àquela pessoa mais próxima e ele sempre colabora. E sempre que precisar a gente está pronto para servir, né. Eu acho muito importante também, porque uma hora a gente precisa; então é uma forma de você, quando necessitar, também ser ajudado (ASSENTADO AX-4).

[...] Acabei de fazer isso semana passada agora. Caboco foi para Trindade, né, gosto demais da conta da avó dele, do avô dele que é falecido, porque eu era muito próximo deles, porque eu brincava com eles, era muito próximo mesmo. E aí o menino chegou e perguntou se eu podia ir lá tirar o leite para ele, aí eu falei assim: Não, posso sim. Fiquei uma semana inteirinha cuidando do leite para ele. E se outra pessoa precisar de mim também, eu estou pronto para ajudar. Nem tanto que esse vizinho nosso aqui precisou de mim várias vezes para levar ele para Goiânia, porque ele está doente. Muitas das vezes, também, eu precisei dos companheiros, e eles vieram. Às vezes a gente precisa e eles vêm. Mas assim... não são todos não. Porque é assim, eu ajudo um companheiro, o dia que eu precisar ele me ajuda, entende? É uma troca (ASSENTADO AX-5).

Observa-se que o auxílio mútuo, prestado em uma eventualidade, se torna condição para que futuramente o favor concedido seja devidamente retribuído. Essa é a lógica e a dinâmica da “troca de favores” no mundo rural, trata-se de uma “ética” e uma “moral” especificamente assentadas sobre os sujeitos sociais do campo, acumulam favores como se fossem dívidas que, por uma questão de honra, devem ser “pagos” assim que possível. Em seu depoimento, o assentado AX-10 afirma que a troca de favores é um dispositivo que possibilita a eles continuarem sobrevivendo às dificuldades e percalços do dia a dia no campo:

De vez em quando nós ainda ajudamos o companheiro que precisa, sabe. As vezes está passando por dificuldade, aí a gente faz uma cesta e ajuda; ou então a gente até faz um dia de serviço pra ajudar nos afazeres, sabe. Então tem que ter essa troca, né, porque se não tiver essa troca com o companheiro, não tem como conseguir manter as coisas na roça...então tem que sempre manter essa troca de favor, né.

Essa relação de troca de favores se torna componente arraigado na cultura rural brasileira, o sujeito é constituído por uma rede de parentesco e agregações. Martins (2009, p. 19) assevera que se trata de uma “teia básica de relações sociais imediatas dos assentados; um elenco de relacionamentos que revigora uma sociabilidade primordialmente familística”. Segundo Quintero (2009, p. 181), “as ajudas do cotidiano entre vizinhos, amigos e familiares são corriqueiras, consistem nos favores, nas atenções para com os outros, ou seja, socorrem-se uns aos outros pontualmente, quando a ajuda é solicitada. Mas não é de todo descartado o auxílio programado entre familiares e compadres”. De modo geral, as formas de apoio mútuo,

de cooperação espontânea e de troca de favores, que acreditamos ser espaços em que se desenvolvem as redes de sociabilidades no Assentamento São Bento, somente resistem em razão dos vínculos e laços criados entre os assentados.

Em diversos sentidos, como procuramos demonstrar ao longo deste estudo, as redes de sociabilidades presentes no cotidiano dos assentados revelam que, em grande medida, o valor de troca e o econômico tornam-se elementos secundários, enquanto as relações sociais alicerçadas na mutualidade, reciprocidade e cooperação espontânea dominam a vida cotidiana por meio da subjetividade. Opõem-se o sentido do uso e do valor de troca. “O valor de uso corresponde à necessidade, à expectativa, à desejabilidade. O valor de troca corresponde à relação dessa coisa com as outras, com todos os objetos e com todas as coisas, no mundo da mercadoria” (LEFEBVRE, 2001, p. 135). No caso dos assentados de São Bento, o cotidiano se encontra fraturado, preenchido por rupturas e descontinuidades nas quais diluem-se relações objetivas e subjetivas. Nesse sentido, “o uso (o valor de uso) dos lugares, dos monumentos, das diferenças, escapa às exigências da troca, do valor de troca” (LEFEBVRE, 1991, p. 79).

Não se trata apenas de produzir e comercializar, mas de haver um sentido, uma essência e uma referência subjetiva, simbólica e cultural, “pois é no instante dessas rupturas do cotidiano, nos instantes da inviabilidade da reprodução, que se instaura o momento da invenção, da ousadia, do atrevimento, da transgressão. E aí a desordem é outra, como é outra a criação” (MARTINS, 2008, p. 57). O valor de uso, ou seja, o sentido da obra, que não está por inteiro associado à mercadoria (valor de troca), pode ser verificado quando se questiona ao assentado o que a terra significa para si:

Hoje, pra nós, a terra é a vida. Daqui nós tiramos tudo. Daqui que nós tiramos o sustento. Nós temos outro meio de vida, é daqui que nós vivemos. A nossa terra aqui produz pra alimentar a casa e pra fazer uma festinha. Então nós fazemos reunião em família, fazemos aniversário, os meninos convidam, faz encontro da igreja, vem pessoal de fora. Então a gente dedica muito, né, à família. Mas tudo sai de dentro dessa terra, mesmo que seja pouco. Então a gente que trabalha tem que ter festividade, tem que reunir os amigos, reunir a família, então eu acho muito importante. Você tendo a saúde em cima de uma terra dessa aqui, tudo que você plantar você colhe. A gente não fica rico, porque se você fica rico, você vai abandonar o que você mais gosta, então você mantém. Você trabalha pra comer e não pra ficar rico (ASSENTADA AX-7).

A terra é vida, né. A terra pra mim mudou a vida da minha família. Antes nós não tínhamos nada, agora nós temos ao menos uma casa, um carro, um trator. Fora que eu posso plantar e colher a hora que eu quiser, não tenho patrão, eu mesmo sou meu patrão (ASSENTADO AX-15).

Então, a terra é de onde eu tiro o sustento da minha família, né. A terra é onde eu trabalho e ganho meu dinheirinho, pouco, mas ganho. Então, graças a deus, eu tenho

meu pedacinho de terra para poder trabalhar e tirar o sustento (ASSENTADO AX-14).

Olha, a terra é vida, rapaz. Tudo que eu tenho, minha família, meu carrinho, minha plantação, veio através da terra. Então é por isso que eu sou grato pelo assentamento, que pôde me dar uma terrinha pra sobreviver e trabalhar. É aqui que eu criei meus filhos, faço reuniões com os amigos, festa, faz missa, né. (ASSENTADO AX-12).

Eu vejo que tem a vantagem dessa questão da produção, né. Além disso o conforto, a fartura que a gente tem. Mesmo que às vezes você não tem uma renda boa na roça, mas você cria seus filhos melhor, você dá mais responsabilidades para eles...você dá dignidade; não porque na cidade não dá; porque muitas das vezes não é todo mundo que tem condições de estudar os filhos. Até na roça, né, na questão da educação, a gente pensa numa coisa melhor...então eu vejo isso aí. Aqui na roça você vive mais sossegado, você tem uma alimentação melhor, então é aquela questão de você viver melhor (ASSENTADO AX-4).

A terra...representa...a vida. Eu acho que a terra representa a vida. Porque é dela que...como se diz...tudo acontece, né, tudo é quanto é forma que você pensar sai é da terra. A terra e a água são o bem mais precioso que todo mundo tem (ASSENTADO AX-3).

Em muitos momentos da entrevista, especialmente quando perguntávamos sobre qual o sentido e a representatividade da terra para os assentados, eles demonstravam emoção e sensibilidade. A terra, em conforme com o exposto por meio dos depoimentos, representa, em primeiro lugar, a possibilidade de sobreviver do próprio esforço e trabalho, produzir para subsistência e comercializar os excedentes para aumentar a qualidade de vida da família. Em segundo, a representação de ter um pedaço de terra está associado à dignidade, à construção de laços e vínculos intrafamiliares e extrafamiliares, de reunião, do encontro, da festa, do lazer, da educação dos filhos, da tradição, dos costumes, etc. Desse modo, são, pois, as dimensões objetivas e subjetivas que constituem o cotidiano dos assentados que, em momentos específicos, é capturado pelo binômio capital-estado e rompido momentaneamente quando afloram o valor e o sentido do uso. Martins (2008, p. 56) observa que “mesmo na rotina alienadora da fábrica e da produção há momentos de iluminação e criação, de invasão do cotidiano e do senso comum pela realidade e pelo conhecimento que revolucionam o cotidiano”.

Nesse sentido, “qualquer que seja a predominância do valor de troca e sua importância no modo de produção, ele não chega a fazer desaparecer o uso e o valor de uso, mesmo que se aproxime da abstração pura e do puro signo” (LEFEBVRE, 1946-1981⁶⁷, p. 17 citado por SEABRA, 1996, p. 78). Assim, o uso, como fruição, desejo, prazer, sonhos, risos, etc., revoluciona o cotidiano como resistência ao domínio da lógica e da razão, das relações objetivas determinadas pelo consumo, pela mercadoria e burocratização. Se o cotidiano é composto e

⁶⁷ Trecho retirado de *a Critique de la vie quotidienne*, Paris: L'Arche, tome I-III, 1946-1981.

definido por uma tríade (concebido, percebido, vivido), a instância primeira da prática dada, em que o uso pode insurgir, se dá por meio do vivido, no qual transparece a natureza (subjetividade), elemento que não se pode desvincular da essencialidade humana (SEABRA, 1996, p. 75).

É necessário restituir o uso e o valor de uso como primeira condição para uma verdadeira “revolução cultural” sobreposta ao cotidiano. Significa restabelecer a obra, a liberdade e o tempo de viver, juntamente com a capacidade de criação por meio da fruição e do desejo de apropriar-se.

A revolução cultural tem como primeira condição e procedimento, como exigência inicial e fundamental, a reabilitação plena e completa destas noções: obra, criação, liberdade, apropriação, estilo, valor (de uso), ser humano. [...] Reabilitar a obra sem com isso depreciar o produto, restituir o tempo como bem supremo (o tempo de viver), isso faz parte dos objetivos da revolução cultural. Não se trata de apagar da cultura a filosofia, mas, ao contrário, de dar-lhe um sentido diferente e novo restituindo-lhe (a ela, assim como ao tempo e à obra) *valor de uso*” (LEFEBVRE, 1991, p. 210-213, grifo do autor).

A experiência do trabalho de campo, junto aos assentados de São Bento, possibilitou compreender como o sentido do uso e do valor de uso em muitos períodos sobrepõem-se ao valor de troca. Desde o momento em que as entrevistas eram marcadas ou mesmo improvisadas, os assentados tiravam do seu tempo de trabalho e afazeres poucos minutos para narrar suas histórias e experiências, pois demonstravam acolhimento e receptividade. As visitas eram quase sempre regadas a uma conversa informal sobre os mais variados temas, a mencionar o clima, a política, o futebol, etc. Impressionavam o orgulho e a satisfação dos assentados em mostrar e descrever a casa, a família, o veículo, a lavoura, o gado e o trabalho desenvolvido na parcela. Era como se quisessem dizer (e o diziam nos gestos e nas expressões) que tudo aquilo que conquistaram foi por meio de muito trabalho e esforço, e isso deveria ser evidenciado. Além disso, quase que por uma questão de honra, não deixavam o pesquisador iniciar a entrevista sem tomar um cafezinho coado na hora e acompanhado de deliciosos bolos. Em certos casos, faziam questão de preparar e servir o almoço com quase todos os ingredientes adquiridos ali mesmo, na lavoura ou no quintal do lote ou parcela (hortaliças, frango, porco, ovos, frutas, etc.). Em outros momentos, não me deixavam ir embora sem levar um pouco do que orgulhosamente plantavam ou criavam nas lavouras e nos quintais, como bananas, maracujás, jilós, laranjas, limões, frangos, doces e queijos.

Em certas circunstâncias, os assentados demonstravam maior confiança em narrar suas histórias e experiências por meio de conversas informais, sem a utilização do gravador. Parte

das informações e dados adquiridos, juntos a eles, aqui apresentados, foram possíveis graças aos momentos de informalidade da pesquisa. Para Scopinho (2012, p. 40), “sob a perspectiva metodológica, a informação que aparece nos momentos informais da pesquisa é tão legítima quanto a procedente dos instrumentos formais”. Nessa premissa, a pesquisa não segue um percurso fixo e retilíneo, mas converte-se em processo interativo sujeito a irregularidades intrínsecas às relações humanas.

Todos esses elementos descritos, no decorrer do trabalho de campo, constituem conjuntos de códigos estabelecido no cotidiano, mas que está conexo à trajetória de vida e às experiências adquiridas pelos assentados. Desde o instante em que ocorrem a cooperação espontânea, o auxílio mútuo, a solidariedade e o compartilhamento de problemas e soluções entre os assentados, o significado e a representação do uso são retomados como possibilidade de ruptura do binômio capital-estado. É que, nesse mesmo instante, as sociabilidades emergem à revelia de qualquer lei ou política pública, intervenção estatal ou agente externo, enfim, de qualquer relação meramente objetiva.

Ao contrário do que se possa imaginar, os assentamentos rurais são espaços complexos de relações sociais, não raro, caracterizados por dinamismos peculiares em que articulações e disputas estão constantemente sendo vivenciadas no cotidiano e que necessitam ser evidenciadas, tanto é que as redes de sociabilidades, responsáveis por agrupar os assentados das mais variadas formas, podem ser criadas e desmanchadas com grande velocidade, estabelecendo relações horizontais e verticais que ora incluem, ora excluem, ora aproximam e facilitam a criação de vínculos, ora afastam e geram tensões.

O espaço vivido, como defende Henri Lefebvre, constitui-se como potencialidade que revela as contradições do modelo vigente e molda o cotidiano conforme as estratégias e ideologias dominantes. O vivido recupera a imediatividade, o repetitivo e a objetivação que determinam os construtos sociais. É no espaço da realidade concreta que o sentido do uso se estabelece em face à rigidez do valor de troca e restitui o possível-impossível. No espaço vivido pelos assentados de São Bento, a ressureição do uso ocorre em instantes e acasos que revelam resistências ao cotidiano enrijecido capturado pelo binômio capital-estado. Ao tecerem redes de sociabilidades no interior do assentamento, os assentados superpõem, mesmo que em um momento específico e indeterminado, as subjetividades e o uso face à lógica do consumo e da produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos organizativos do Assentamento São Bento em Heitorai-GO constituem-se por meio de concepções e práticas sociais não apenas em relação ao modo de organizar o trabalho e a produção, mas, também, a outras dimensões da vida cotidiana, tais como a manutenção das boas relações e convívio social. Em tais circunstâncias, essas dimensões da vida cotidiana têm contribuído para que os assentados possam continuar a exercer suas atividades em suas parcelas mesmo em condições ainda distantes das ideais. Compreender a subjetividade como componente que integra o espaço social do assentamento é indispensável, pois revela outras possibilidades de reprodução social além das estabelecidas pela via do binômio capital-estado.

O espaço de assentamentos rurais no Brasil se reveste de uma densa combinação de elementos sociais, políticos e econômicos, ao revelar as contradições que desses processos emergem no âmbito da questão agrária. Diante disso, procurou-se discutir os sentidos da produção do espaço agrário de Heitorai a partir da lógica de produção do território goiano e brasileiro. Assim, os assentamentos rurais contribuem para a reconfiguração do espaço agrário e social de Heitorai, principalmente por meio de fatores que envolvem a produção agrícola, o trabalho e as relações sociais constituídas.

Além disso, intentou-se demonstrar que as construções de redes de sociabilidades em determinados momentos do cotidiano, se revelam como formas de resistências ao binômio capital-estado. Essa possibilidade de resistência por meio das sociabilidades não se opera de modo explícito no cotidiano, sendo, portanto, velada pelas estruturas que dominam o dia a dia dos assentados. É no próprio movimento das ações cotidianas que se desvelam, nos interstícios, as resistências mencionadas, no que podem se constituir por meio de extemporaneidades, a exemplo da realização de mutirões, troca de dias, auxílio mútuo, cooperação e assistencialismo.

Doravante, a natureza dos processos organizativos do São Bento revela que as experiências vividas no cotidiano pelos assentados tecem redes de sociabilidades no âmbito das relações de trabalho e da convivência social. Tais processos e experiências refletem as trajetórias de vida dos assentados em períodos que antecedem a convivência grupal no acampamento, no próprio acampamento e, posteriormente, no ambiente do assentamento. Tais elementos de convivência e experiências adquiridas ainda se mostram como diretrizes das práticas sociais de cooperação, assistencialismo e reciprocidade no cotidiano.

Na acepção de Lefebvre (1991), o cotidiano é constituído por relações objetivas determinadas pelo valor de troca (mercadoria). Trata-se de um cotidiano dominado e capturado

pela reprodução ampliada do capital, do consumo, da burocracia. Não obstante, esse mesmo autor entende que há determinados momentos da vida cotidiana em que se operam determinadas rupturas do cotidiano por meio da insurreição do uso e do valor de uso (obra). Em outras palavras, o valor de uso, que no cotidiano da sociedade burocrática de consumo dirigido foi suplantado pelo valor de troca, emerge como sentido da obra, da subjetividade, da fruição, do desejo, do sonho.

Com base no trabalho de campo desenvolvido no Assentamento São Bento, constatou-se que mesmo viesados pelo cotidiano da produção, do trabalho, da comercialização, da negociação e burocratização, há momentos em que os assentados desenvolvem formas de sociabilidades assentadas na reciprocidade, em auxílios mútuos e na cooperação que se arrola de forma espontânea e autônoma. Em grande medida, essas sociabilidades operam-se na qualidade de superação das condições precárias de trabalho e reprodução social, em formas de mutirões e troca de dias, igualmente no assistencialismo pessoal e de vizinhança. Esses modelos de sociabilidades criam redes que se integram em relações de proximidade geográfica dos lotes ou mesmo por intermédio de afetividade, de vizinhança ou de parentesco.

A experiência adquirida, na época do acampamento, em que o espaço geográfico, social e político era compartilhado, foi um agravante para que as redes de sociabilidades se consolidassem no assentamento. Apesar de a união não ser a mesma presente no acampamento, os assentados ainda mantêm determinados vínculos e afetos que operam no cotidiano, simultaneamente às relações objetivas e econômicas. Tais relações contribuem para a convivência do grupo e auxiliam na reprodução social quando as condições materiais não são suficientes.

Diante do exposto, foi importante para a pesquisa a realização de visitas às moradias dos assentados entre os meses de abril e julho de 2017, onde se pôde realizar entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários, além de podermos observar o cotidiano desses sujeitos. Assim, pôde-se conhecer as origens, trajetórias e expectativas de vida, experiências de trabalho e representações dos assentados sobre cooperação e sociabilidades. Também houve a possibilidade de apreender as emoções e memórias que constroem cotidianamente as relações sociais e os vínculos entre os assentados e outros sujeitos e agentes envolvidos. A importância dada ao assentamento no momento das falas e narrativas dos assentados, mesmo com as dificuldades e os percalços assinalados, revelam que essa política pública é essencial para o desenvolvimento social e possibilidade de acesso à terra e qualidade de vida a trabalhadores rurais sem terra.

Todavia, cabe assinalar a necessidade de maior autonomia dos assentados no que se refere aos processos de organização do trabalho, produção e comercialização. Ainda assim, é preciso direcionar maior poder de decisão política e econômica aos assentados com o objetivo de fortalecer a permanência e a reprodução social desses sujeitos no espaço do assentamento, o que exigiria um esforço no sentido de desburocratizar as relações sociais e de trabalho. Cumpre também realçar a pertinência de estudos e pesquisas que possam contribuir com o tema dos assentamentos rurais a partir das dimensões da subjetividade e dos modos de vida. Em grande medida, deve-se procurar compreender não apenas o aspecto técnico, econômico e burocrático, mas, também, e, sobretudo, os processos sociais que envolvem as esferas da cooperação e das sociabilidades.

As possibilidades que se abrem a partir dos objetivos expostos no trabalho podem ser identificados por meio da necessidade de abordagens no âmbito das Ciências Sociais que tematizem as relações sociais, tanto objetivas, quanto subjetivas, nos espaços de assentamentos rurais no Brasil. Tais possibilidades de inserção dos elementos das relações sociais na proposta temática dos assentamentos pode contribuir no sentido de considerar as formas de organização dos sujeitos assentados para além das forças hegemônicas do capital e do Estado.

Nesse sentido, esperamos que a dissertação possa contribuir para a reflexão sobre as possibilidades de análises das sociabilidades em assentamentos rurais, em diferentes ângulos e abordagens possíveis. Ademais, almejamos colaborar para apreensão das subjetividades e dos mecanismos de cooperação em assentamentos de diferentes regiões e realidades brasileiras, revelando a importância dos elementos sociais, culturais e simbólicos na construção desses espaços sociais.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Nova forma de luta pela terra: acampar.** *Reforma Agrária (Campinas)*, v. 15, n. 2, maio/jul., 1985.
- ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial (1500-1800).** 7ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000 (Grandes nomes do pensamento brasileiro).
- ALVAREZ, Sônia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs). **Cultura e política nos movimentos sociais Latino-Americanos: novas leituras.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- BENATTI, José Heder. Apropriação Privada dos Recursos Naturais no Brasil: Séculos XVII ao XIX (Estudo da formação da propriedade privada). In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas dirigidas de formação do campesinato.** v. 2. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.
- BERGAMASCO, Sônia Maria; NORDER, Luís Cabello. **O que são assentamentos rurais.** São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos).
- BERGAMASCO, Sônia Maria. Assentamentos rurais: reorganização do espaço produtivo e processos de socialização. In: MEDEIROS, Leonilde Sérvo; ESTERCI, Neide et al (Orgs). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Aprendendo o amor: sobre um afeto que se aprende a viver.** Campinas, SP: Papirus, 2005.
- BRAGA, Adriana; GASTALDO, Édison. O legado de Chicago e os estudos de recepção, usos e consumos midiáticos. **Famecos**, Porto Alegre, n.º. 39, p. 78-84, jun./ago. 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/Jean%20Carlos/Downloads/5845-19443-1-PB.pdf>.
- BRASIL. Decreto - Lei n.º. 3.059, de 14 de fevereiro de 1941. Dispõe sobre a criação de Colônias Agrícolas Nacionais. Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3059-14-fevereiro-1941-413001-publicacaooriginal-1-pe.html>>.
- BRENNEISEN, Eliane C. **Luta pela terra no Oeste paraense. Do movimento ao assentamento: limites e contradições de um próprio coletivo de produção.** 1994. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), PUC-SP, São Paulo, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **Sociologia.** Organizador [da coletânea] Renato Ortiz; tradução de Paula Monteiro e Alcía Auzmendi]. São Paulo: Ática, 1983.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- _____. A mundialidade do espaço. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética.** São Paulo: Hucitec, 1996.

CASTILHO, Denis. **Modernização territorial e redes técnicas em Goiás**. Goiânia: Editora UFG, 2016.

_____. **A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e a formação de Ceres-GO – Brasil**. *Élisée*, Rev. Geo. UEG - Goiânia, v.1, n.1, p.117-139, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://laboter.iesa.ufg.br/up/214/o/A_CANG.pdf>

_____. **Tempo do espaço, tempo da vida: uma leitura socioespacial de Heitorai**. Goiânia: Editora e Gráfica Ellos, 2007.

CASTILHO, Dênis; CHEVEIRO, Eguimar Felício. Por uma análise territorial do Cerrado. In: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Dênis. **Cerrados: perspectivas e olhares**. Goiânia: Vieira, 2010.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. 3ª ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAVEIRO, Eguimar Felício; BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. Cartografia de um pensamento de Cerrado. In: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Dênis. **Cerrados: perspectivas e olhares**. Goiânia: Vieira, 2010.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. Cooperação agrícola. In: CALDART, Roseli Salette. et al (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal. **Entre corpo e a teoria: a questão étnico-racial na obra e trajetória socioespacial de Milton Santos**. Goiânia: s.n., 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais (IESA), Universidade Federal de Goiás, Goiânia (GO), 2010.

COELHO, Ricardo Damasceno. **A importância dos assentamentos para o desenvolvimento do município de Heitorai-GO**. 74 f. Monografia (Graduação em Geografia), Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Itapuranga, 2007.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Histórico**, 2010. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>>. Acesso em 20/12/2017.

_____. **Relatório sobre a estrutura, organização e ação da CPT**, 1985. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/0Byo7P47EvrO9X11QdVhPNW5Fakk>>. Acesso em: 21/12/2017.

_____. **A CPT: trajetórias, desafios e perspectivas**, 1992. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/0Byo7P47EvrO9SDUwVVVvM2xxbjg>>.

_____. **Práticas agroecológicas: saberes e fazeres da agricultura camponesa**. Comissão Pastoral da Terra. Goiânia: Editora Cigráfica, 2016

DALLAGNOL, Wilson. **Teologia da libertação e a prática da CPT**. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – Acervo CPT nacional. Porto Alegre, 1990. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/0Byo7P47EvrO9cXAzUHlIV28zRGs>>.

DAVIDOFF, Carlos Henrique. **Bandeirantismo: verso e reverso**. 6ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERRANTE, Vera Lúcia Botta. Diretrizes políticas dos mediadores: reflexões de pesquisas. In: MEDEIROS, Leonilde Sérvolo; ESTERCI, Neide et al (Orgs). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

FERREIRA, Brancolina. Estratégias de intervenção do Estado em áreas de assentamento: as políticas de assentamento do Governo Federal. In: MEDEIROS, Leonilde Sérvolo; ESTERCI, Neide et al (Orgs). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32º ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GUANZIROLI, Carlos. Reforma agrária: viabilidade econômica no contexto de uma política agrícola em transformação. In: MEDEIROS, Leonilde Sérvolo; ESTERCI, Neide et al (Orgs). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

GOIÂNIA. (Goiás). Lei nº. 6.653, de 08 out. 1963 (Cria o município de Heitorai e da outras providências). **Assembleia Legislativa do Estado de Goiás**. Goiânia, 1963.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. **Movimentos sociais e educação**. 6ª ed. revista. (Coleção Questões de Nossa Época). São Paulo: Cortez, 2005.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980)**. São Paulo, Hucitec, 1997.

GONÇALVES, Rita de Cássia; LISBOA, Teresa Kleba. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. **Kátalysis**, Santa Catarina, vol. 10, p. 83-92, fev./mai. 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802007000300009>>.

GOTTIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

GUÉRIOS, Paulo Renato. O estudo de trajetórias de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escala. **Campos**, Curitiba, n°. 12, p. 9-29, jun./ago. 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/Jean%20Carlos/Downloads/28562-104373-1-PB%20(2).pdf>.

GUIMARÃES, Maria Tereza Canesin. **Formas de organização camponesa em Goiás (1954-1964)**. 2ª. ed. Goiânia: Editora UFG, 2014.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

IANNI, Octávio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: brasiliense, 2004.

IGREJA EVANGÉLICA LUTERANA DO BRASIL. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.ielb.org.br/a-ielb/>>. Acesso em 20/12/2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**, 2010-2015. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/go/heitorai/panorama>>. Acesso em: 17/08/2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006_2/default.shtm>. Acesso em 17/08/2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **BIOMAS**. 2004. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/cartas-e-mapas/informacoes-ambientais/15842-biomas.html?&t=destaques>>. Acesso em 03 de janeiro de 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Dados da reforma agrária no Brasil (até 1995-2000)**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/acompanhe-a%20C3%A7%C3%B5es-do-mds-e-incra>>. Acesso em 24/08/2017.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **O INCRA e o Assentamento**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/livros_revistas_e_cartilhas/O%20INCRA%20e%20o%20Assentamento.pdf>. Acesso em: 23/08/2017.

IRINEU DE FRANÇA, Diego Pessoa; SOUSA & SILVA, Pablo Melquesedeque. **A política de reforma agrária nos governos FHC e LULA e eus rebatimentos na região do brejo**. Uberlândia, MG. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária - Territórios em disputa: os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro (ISSN: 1883-487x), p. 1-17, 2012. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1266_1.pdf>.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política: o direito à cidade II**. Tradução de Margarida Maria de Andrade, Pedro Henrique Denski e Sérgio Martins. 2. Ed. ver. e ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

_____. **La Presencia y la Ausencia: contribución a la teoría de las representaciones**. Trad. Oscar Barahona y Uxo Doyhamboure. México: FCE, 2006.

_____. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução: Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **A cidade do capital**. 2ª ed. Tradução de Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEITE, Sérgio et al. **Impactos dos assentamentos rurais: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura - IICA, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD; São Paulo: Unesp, 2004.

LEITE, Sérgio Pereira; SAUER, Sérgio. Expansão do agrobusiness, mercado de terras e estrangeirização da propriedade rural no Brasil: notas críticas sobre a dinâmica recente. In: MARTINS, Rodrigo Constante (Org.). **Ruralidades, trabalho e meio ambiente: diálogos sobre sociabilidades rurais contemporâneas**. São Carlos: Edufscar, 2014.

LOERA, Nashieli Rangel. **Tempo de acampamento**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

LONGO, Carlos A. **ITR progressivo, uso da terra e finança municipal**. Revista Brasileira de Economia., Rio de Janeiro, 36 (2): 197-208, abr./jun. 1982. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/viewFile/283/6513>>.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 2º ed. Petrópolis: Vozes 1983.

_____. **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. 2ª. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 2ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **A militarização da questão agrária no Brasil**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. **Movimento Camponês e Reforma Agrária**. In: Revista de Cultura e Política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 31-39.

MEDEIROS, Leonilde Sérvoló; ESTERCI, Neide et al (Orgs). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

MEDEIROS, Leonilde Sérvoló; LEITE, Sérgio. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. 2ª. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. **Movimentos sociais como acontecimentos: linguagem e espaço público**. Lua Nova, São Paulo, 72: 199-205, 2007.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Direito à Terra no Brasil (1795-1824)**. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2012.

MOURA, Jorge Lima de. **Veredão: contos regionais e folclóricos**. Gurupi: Multgraf Araújo, 1999.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/inicio>>. Acesso em 20/12/2017.

NASCIMENTO dos SANTOS, L. et al. (Orgs.). **Uma pequena viagem pela história de Heitoraí**. Heitoraí: Escola Estadual Olavo Costa Campos, 2006.

NOVICKI, Victor de Araújo. Governo Brizola, movimentos de ocupação de terras e assentamentos rurais no Rio de Janeiro. In: MEDEIROS, Leonilde Sérvoló; ESTERCI, Neide et al (Orgs). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

ORTIZ, Renato. A procura de uma sociologia da prática (introdução). In: BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. Organizador [da coletânea] Renato Ortiz; tradução de Paula Monteiro e Alícia Auzmendi]. São Paulo: Ática, 1983.

OSEKI, Jorge Hajime. O único e o homogêneo na produção do espaço. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

PALMEIRA, Moacir. Burocracia, política e reforma agrária. In: MEDEIROS, Leonilde Sérvoló; ESTERCI, Neide et al (Orgs). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

PAULILO, Maria Ignez. Os assentamentos de reforma agrária como objeto de estudo. In: ROMEIRO, Adhemar et al (Orgs). **Reforma agrária, produção, emprego e renda: o relatório da FAO em Debate**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

PELÁ, Márcia; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Cerrado goiano: encruzilhada de tempos e territórios em disputas. In: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Dênis. **Cerrados: perspectivas e olhares**. Goiânia: Vieira, 2010.

PESSOA, Jadir de Moraes. **A Revanche Camponesa: cotidiano e história em assentamentos de Goiás**. São Paulo: UNICAMP, 1997.

_____. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás no aprendizado da itinerância. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas dirigidas de formação do campesinato**. v. 2. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

_____. **História Econômica do Brasil**. 20ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

QUINTERO, Maria da Conceição. Rio Paraíso, o paraíso conquistado. In: **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. 2ª. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

RODRIGUES, C. M. L. **Movimentos Sociais (no Brasil): conceitos e práticas**. In: SINAIS – Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.09, v.1, junho. 2011. pp.144-166.

ROMEIRO, Adhemar et al (Orgs.). **Reforma Agrária, produção, emprego e renda: o relatório da FAO em debate**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

SANTANA, Diego Cardoso de; RESENDE, Lucas Lemos. **A Formação e estrutura agrária do município de Heitorai no contexto da organização, ocupação e apropriação territorial em Goiás**. (Monografia). Itapuranga, 2012. 83 p. f. 1 901.c.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001. Cap. III (A constituição do meio técnico-científico-informacional e a renovação da materialidade no território) e IV (A constituição do meio técnico-científico-informacional, a informação e o conhecimento).

SARTRE, Jean-Paul. **Questão de método**. 2ª. ed. Tradução de Bento Prado Júnior. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

SCOPINHO, Rosemeire A. **Processos organizativos de assentamentos rurais: trabalho, condições de vida e subjetividades**. São Paulo: Annablume, 2012.

_____. Representações sociais sobre associativismo e agroecologia em assentamentos rurais de reforma agrária. In: MARTINS, Rodrigo Constante (Org.). **Ruralidades, trabalho e meio ambiente: diálogos sobre sociabilidades rurais contemporâneas**. São Carlos: Edufscar, 2014.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. A insurreição do uso. In: MARTINS, José de Souza (Org.) **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO DE GOIÁS. **Estatística e Geoprocessamento**, 2010. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br>>. Acesso em: 17/08/2017.

SHIKI, Shigeo. Sistema Agroalimentar nos cerrados brasileiros: caminho para o caos. In: SHIKI, Shigeo, SILVA, José Graziano da; ORTEGA, Antônio César. **Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro**. Uberlândia: UFU, 1997, p. 135-165.

SIGAUD, Lygia. **As condições de possibilidade das ocupações de terra**. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v.17, n.1, p.255-80, jun., 2005.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Valtuir Moreira da. **História Agrária de Goiás**. Goiânia: Alternativa, 2003.

_____. **Itapuranga e a (re)invenção da história**. Goiânia: Vieira, 2008.

SILVA, Mary Anne Vieira. Cotidiano e lugar: interpretações conceituais numa leitura geográfica para uma prática de ensino. **II Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino** (ISSN: 2236-1596), Anápolis, 04-06 nov. 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**. 8ª ed. Coordenação de Wanderley Loconte. São Paulo: Atual, 1997.

TORRENS, João Carlos. O processo de construção das linhas políticas do movimento dos trabalhadores rurais sem terra. In: MEDEIROS, Leonilde Sérvo; ESTERCI, Neide et al (Orgs). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

VAINER, Carlos; ARAÚJO, Frederico Guilherme. **Grandes Projetos Hidrelétricos e Desenvolvimento Regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

XAVIER, Glauber Lopes. **As incompreensões de um novo sentido da terra: bases de um tratado de sociologia rural segundo Henri Lefebvre**. Raízes. Campina Grande, jun-dez. 2010. v. 30, n. 2.

_____. Ciência e método: o pensamento marxista de Henri Lefebvre. **Revista eletrônica de Ciências Sociais UFJF**. n. 16 (ISSN: 1984-2140), Rio de Janeiro, ano 7, jun./set. 2014.

ZIMMERMANN, Neusa de Castro. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, Leonilde Sérvo; ESTERCI, Neide et al (Orgs). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

DOCUMENTOS

Ata do Acampamento Córrego Seco (1997-1998). Caderno nº 1. Assentamento São Bento, Heitorai, 2017.

Projeto de Criação do Assentamento São Bento do Taquaral. Divisão de Assentamentos, Superintendência Regional do Incra. Goiânia, Sala T-2, Armário N° 5, 67 pg, 2017.

Estatuto da Associação do Projeto de Assentamento São Bento do Taquaral. Assentamento São Bento, Heitorai, 10 pg, 2017.

FONTES ORAIS

AX-1, Entrevista I. [mar. 2017]. Entrevistador: Jean Carlos Ribeiro de Lima. Heitorai, 2017. 1 arquivo. mp3 (30 min.).

AX-2, Entrevista II. [abr. 2017]. Entrevistador: Jean Carlos Ribeiro de Lima. Heitorai, 2017. 1 arquivo. mp3 (60 min.).

AX-3, Entrevista III. [jun. 2017]. Entrevistador: Jean Carlos Ribeiro de Lima. Heitorai, 2017. 1 arquivo. mp3 (42:56 min.).

AX-4, Entrevista IV. [jul. 2017]. Entrevistador: Jean Carlos Ribeiro de Lima. Heitorai, 2017. 1 arquivo. mp3 (33 min.).

AX-5, Entrevista V. [jul. 2017]. Entrevistador: Jean Carlos Ribeiro de Lima. Heitorai, 2017. 1 arquivo. mp3 (24 min.).

AX-6, Entrevista VI. [jul. 2017]. Entrevistador: Jean Carlos Ribeiro de Lima. Heitorai, 2017. 1 arquivo. mp3 (30:22 min.).

AX-7, Entrevista VIII. [jul. 2017]. Entrevistador: Jean Carlos Ribeiro de Lima. Heitorai, 2017. 1 arquivo. mp3 (60 min.).

AX-8, Entrevista VIII. [jul. 2017]. Entrevistador: Jean Carlos Ribeiro de Lima. Heitorai, 2017. 1 arquivo. mp3 (58:25 min.).

AX-10, Entrevista X. [jul. 2017]. Entrevistador: Jean Carlos Ribeiro de Lima. Heitorai, 2017. 1 arquivo. mp3 (36:29 min.).

AX-11, Entrevista XI. [jul. 2017]. Entrevistador: Jean Carlos Ribeiro de Lima. Heitorai, 2017. 1 arquivo. mp3 (33:15 min.).

AX-14, Entrevista XV. [jul. 2017]. Entrevistador: Jean Carlos Ribeiro de Lima. Heitorai, 2017. 1 arquivo. mp3 (37:25 min.).

AX-15, Entrevista XV. [jul. 2017]. Entrevistador: Jean Carlos Ribeiro de Lima. Heitorai, 2017. 1 arquivo. mp3 (43:19 min.).

ANEXOS

ANEXO 01 – ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DO PROJETO ASSENTAMENTO SÃO
BENTO DO TAQUARAL

ASPASB

**ASSOCIAÇÃO DO PROJETO DE
ASSENTAMENTO SÃO BENTO DO
TAQUARAL**

ESTATUTOS SOCIAIS

HEITORAI - GOIÁS

- VIII. - Promover campanhas, congressos, plenárias, encontros e cursos para os associados;
- IX. - Congregar e representar os associados defendendo seus direitos e interesses comuns;
- X. - Empreender demais iniciativas que visem atender aos interesses individuais e coletivos dos associados.

CAPÍTULO III

DOS ASSOCIADOS

Art. 4º - Poderão associar-se à ASPASB todos os assentados do Projeto São Bento do Taquaral do município de HEITORAI - GOIÁS, que concordarem com o presente estatuto.

§ 1º - Não há limite quanto ao número máximo de associados, não podendo, contudo ser inferior a 10 (dez) pessoas físicas.

§ 2º - O cônjuge do associado é igualmente considerado associado, desde o ato de filiação deste. No entanto o casal pagará apenas o valor equivalente a uma mensalidade e ambos terão direito a voto nas assembleias e reuniões da Associação.

§ 3º - Como taxa de jôia de admissão e no caso de aquisição de bens com recursos próprios dos associados, aos novos associados fica estabelecido o valor correspondente a todos os gastos integralizados até então, para cada associado atualizado.

§ 4º - Os filhos e filhas dos parceiros, com idade mínima de 16 (dezesesseis) anos, poderão pleitear a sua filiação, que se aprovada, deverão contribuir com 50% (cinquenta por cento) da anuidade estabelecida para os associados adultos.

§ 5º - O valor e a forma de cobrança (anual ou mensal) da contribuição dos associados será estabelecida pela Assembleia Geral especialmente convocada para esta finalidade.

Art. 5º - São direitos dos Associados :

- I. - Votar e ser votado;
- II. - Tomar parte nas Assembleias Gerais, discutindo e votando os assuntos que nela estejam sendo tratadas;
- III. - Apresentar por escrito ou verbalmente à Diretoria Executiva ou à Assembleia, medidas de interesse da associação e dos associados;
- IV. - Demitir-se da associação, quando lhe convier, desde que esteja quite com as obrigações financeiras assumidas anteriormente;
- V. - Propor a admissão de novos associados;
- VI. - Realizar com a associação as operações que constituem seus objetivos;
- VII. - Solicitar até 10 (dez) dias antes das Assembleias, por escrito, informações sobre as atividades da Associação, podendo consultar livros e documentos;
- VIII. - Desfrutar de todos os benefícios proporcionados pela associação.

Art. 6º - São deveres dos Associados :

- I. - Manter atualizado o pagamento da sua contribuição junto à associação;
- II. - Cumprir e fazer cumprir este estatuto, o regimento interno, as decisões das Assembleias Gerais, as resoluções da Diretoria Executiva e demais normas devidamente aprovadas;
- III. - Contribuir para o desenvolvimento das atividades da associação, para o alcance dos objetivos dos associados;
- IV. - Exercer com zelo e dedicação os cargos e serviços para os quais for eleito ou designado;
- V. - Colaborar em todas as iniciativas da associação;
- VI. - Zelar pelo bom nome da associação, promovendo o engrandecimento social, cultural e moral da associação;
- VII. - Prestar à associação os esclarecimentos necessários;

§ Único - As Assembléias Gerais Extraordinárias somente deliberarão sobre os assuntos relacionados na ordem do dia.

Art. 13º - Compete à Assembléia Geral :

- I. - Eleger os membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal e destituí-los a qualquer tempo;
- II. - Avaliar a execução do Plano Anual de Ação e as tarefas executadas;
- III. - Reformar o presente estatuto;
- IV. - Examinar, aprovar ou rejeitar em parte ou no todo os balanços, previsões orçamentárias, projetos e os relatórios da Diretoria Executiva em exercício;
- V. - Constituir equipes de trabalho e assessorias;
- VI. - Autorizar a aquisição e a venda de eventuais bens imóveis da Associação;
- VII. - Aplicar e rever a aplicação de penalidades a seus associados, por descumprimentos das obrigações.

§ Único - A destituição referida no inciso I deste artigo dependerá de denúncia encaminhada por, pelo menos 1/3 (um terço) dos associados, com a devida fundamentação, ante a qual a Assembléia Geral deliberará por maioria qualificada dos associados presentes.

SEÇÃO II

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 14º - A Diretoria Executiva, órgão de execução das decisões da Assembléia Geral, é constituída de presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro.

Art. 15º - Compete a Diretoria Executiva :

- I. - Programar as operações e serviços;
- II. - Aprovar e/ou reprovar a admissão de associados, de acordo com o presente estatuto;
- III. - Fixar as despesas em orçamento anual, indicando as fontes de recursos;
- IV. - Elaborar e apresentar à Assembléia Geral, o Relatório Anual de Atividades e o Balanço financeiro anual;
- V. - Entrosar-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum.

Art. 16º - Compete ao Presidente :

- I. - Supervisionar as atividades da associação;
- II. - Assinar toda documentação financeira e contábil da associação, juntamente com o Tesoureiro;
- III. - Assinar documentos, contratos, correspondências, editais e demais publicações da associação, juntamente com o Secretário;
- IV. - Convocar e presidir as reuniões da Diretoria e as Assembléias Gerais;
- V. - Apresentar relatórios da gestão, balanços, demonstrativos das sobras ou perdas e o plano anual de atividade;
- VI. - Representar ativa e passivamente a associação em juízo ou fora dele.

Art. 17º - Compete ao Vice-Presidente :

- I. - Substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos;
- II. - Assumir o mandato em caso de vacância, até o seu término;
- III. - Prestar de modo geral, sua colaboração ao Presidente;

Executiva;
 IV. - Executar atribuições especiais que lhe forem designadas pela Diretoria
 associação;
 V. - Executar outras atribuições necessárias para alcançar os objetivos da

Art. 18º - Compete ao Secretário :

I. - Lavrar as atas das reuniões da Diretoria e das Assembléias Gerais;
 II. - Responsabilizar-se pelo serviço de redação e expedição de toda correspondência da associação;
 III. - Manter em ordem e atualizado os arquivos e fichários da associação;
 IV. - Executar tarefas especiais designadas pela Diretoria Executiva;
 V. - Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

Art. 19º - Compete ao Tesoureiro :

I. - Manter em ordem e atualizado o livro-caixa e a contabilidade da associação;
 II. - Apresentar os relatórios financeiros e contábeis em todas Assembléias Gerais
 Ordinárias;
 III. - Conjuntamente com o Presidente, abrir e movimentar conta bancária da
 associação;
 IV. - Receber as anuidades e manter atualizado a ficha financeira dos associados;
 V. - Executar as demais atribuições inerentes ao cargo.

SEÇÃO III

DO CONSELHO FISCAL

Art. 20º - O Conselho Fiscal, órgão fiscalizador e orientador das atividades financeiras da associação, é composto de 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes.

Art. 21º - Ao Conselho Fiscal, eleito em Assembléia Geral, juntamente com a Diretoria, com igual mandato, compete :

I. - Fiscalizar econômica e financeiramente a associação;
 II. - Emitir parecer conclusivo sobre a prestação de contas da associação;
 III. - Visar os balancetes e documentos da associação;
 IV. - Zelar pelo fiel cumprimento das disposições estatutárias;
 V. - Executar outras tarefas pertinentes às atribuições deste Conselho.

CAPÍTULO V

DAS ELEIÇÕES

Art. 22º - As eleições para os membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal e respectivos suplentes, serão realizados de forma direta e secreta, em Assembléia Geral, considerando-se eleita a chapa que obtiver maioria simples dos votos dos associados presentes.

Art. 23º - As eleições serão convocadas por Edital, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência e coincidirão com o término do mandato da Diretoria anterior, que será de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido por mais gestões.

Art. 24º - O processo eleitoral será coordenado por uma comissão composta de 03 (três) associados, escolhidos no início da Assembléia entre os associados que não estejam

VIII. - Realizar com a associação todas as operações que constituam seus objetivos econômicos e sociais.

§ 1º - O associado que deixar de cumprir as obrigações estabelecidas neste estatuto e demais regimentos internos, perderá o direito aos créditos e benefícios conseguidos pela associação, por decisão da Assembléia Geral, até que cumpra com suas obrigações.

§ 2º - Os direitos e os deveres dos associados falecidos contraídos com a associação e os oriundos de sua responsabilidade como associado perante a terceiros, passam automaticamente aos herdeiros.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 7º - A estrutura administrativa básica da associação é a seguinte :

- I. - Assembléia Geral;
- II. - Diretoria Executiva;
- III. - Conselho Fiscal.

SEÇÃO I

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 8º - A Assembléia Geral é a instância máxima da Associação, sendo formada totalidade de seus associados em pleno gozo de seus direitos e delibera em primeira convocação com a presença da maioria qualificada (2/3) de seus associados quites, ou, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, com a presença da maioria simples (50% + 1) dos associados presentes. Não havendo quórum mínimo será convocada nova Assembléia Geral.

Art. 9º - As Assembléias Gerais serão convocadas através de Editais de Convocação afixados nas dependências da associação e por cartas circulares enviadas aos associados com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, devendo constar, do ato de convocação, os assuntos da ordem do dia.

Art. 10º - As Assembléias Gerais poderão ser ordinárias e extraordinárias.

Art. 11º - A Assembléia Ordinária reunir-se-á uma vez por ano para :

- I. - Apreciação do Balanço Anual da Diretoria Executiva;
- II. - Aprovação do Plano Anual de Ação;
- III. - Eleição e Posse da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal;

§ Único - A Assembléia Geral Ordinária será sempre convocada pelo presidente da Associação e se realizará no mês de março de cada ano.

Art. 12º - A Assembléia Geral Extraordinária reunir-se-á sempre que necessário, quando :

- I. - Convocada pela Diretoria Executiva para tratar de assuntos não pertinentes às Assembléias Gerais Ordinárias;
- II. - Convocadas pelo Conselho Fiscal;
- III. - Convocada pela maioria qualificada (2/3) dos associados em pleno gozo de

Art. 25º - Iniciada a Assembléia, a comissão eleitoral estabelece o prazo para a apresentação de chapas a concorrerem à eleição.

§ 1º - Havendo mais de uma chapa, elas serão numeradas de acordo com a ordem de apresentação.

§ 2º - Poderá haver composição de chapa única, a partir das chapas apresentadas.

Art. 26º - Os associados, em pleno gozo de seus direitos, escolherão por voto direto e secreto, a nova Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, para o que serão confeccionadas cédulas, que serão rubricadas pela Comissão Eleitoral.

Art. 27º - Concluída a votação, os votos serão imediatamente apurados pela Comissão Eleitoral, que após a homologação do resultado, empossará a nova Diretoria Executiva e Conselho Fiscal eleitos.

Art. 28º - Os eventuais recursos e os casos omissos serão resolvidos pela Assembléia Geral no decorrer do processo eleitoral.

§ Único - Após a homologação dos resultados pela Comissão Eleitoral não caberá recurso algum.

CAPÍTULO VI

DAS PENALIDADES

Art. 29º - Por infração à este Estatuto ao Regimento Interno e às decisões da Assembléias Gerais, os associados estarão sujeitos às seguintes penalidades :

- I - Advertência Verbal;
- II - Advertência Escrita;
- III - Suspensão;
- IV - Eliminação :

§ 1º - A advertência verbal dar-se-á por falta simples;

§ 2º - A advertência escrita dar-se-á por reincidência de falta simples ou falta grave;

§ 3º - A suspensão em até 30 (trinta) dias dar-se-á por reincidência de falta grave;

§ 4º - A eliminação definitiva do quadro social da associação ocorrerá pelos

seguintes motivos :

a) Prática de atividade considerada prejudicial à associação, ou que sejam conflitantes com seus objetivos;

b) Atitude atentatória contra a idoneidade moral da associação;

c) Deixar de pagar as mensalidades ou outras obrigações, estabelecidas pela associação;

d) Faltar a 03 (três) Assembléias Gerais consecutivas, sem justificativa, ou a 50% (cinquenta por cento) das Assembléias Gerais realizadas durante o ano.

§ 5º - A penalidade de eliminação é aplicada pela Diretoria Executiva, após notificação prévia do infrator e concessão de prazo razoável para corrigir a falta.

§ 6º - Cópia da decisão de eliminação será encaminhada ao associado eliminado, no prazo de 15 (quinze) dias, tendo também este prazo para recorrer da decisão da Assembléia Geral, com efeito suspensivo até a sua realização.

DO PATRIMÔNIO E DOS FUNDOS

Art. 30º - O patrimônio e os fundos da Associação são ilimitados e serão constituídos por todos os bens e direitos que a associação possui ou vier a possuir, a saber :

I - Dos bens móveis e imóveis que a associação adquirir ou receber através de doação;

II - Das contribuições dos associados;

III - Das subvenções, auxílios, donativos, legados, etc;

IV - Dos resultados das atividades sociais não compreendidas nas alíneas anteriores;

V - De outras rendas patrimoniais de qualquer natureza.

Art. 31º - Os saldos apurados no fim de cada exercício serão aplicados na formação patrimonial e em outras atividades de interesse da associação.

Art. 32º - A contribuição dos associados (fundadores e efetivos), tem a finalidade de cobrir as despesas apuradas no exercício, juntamente com outras receitas.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 33º - Este Estatuto poderá ser reformado no todo ou em parte, pela Assembléia Geral para este fim convocada, com a presença, em primeira convocação, de no mínimo, 2/3 (dois terços) dos associados em pleno gozo de seus direitos, ou com 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) em segunda convocação.

§ 1º - As modificações só serão aprovadas por 2/3 (dois terços) dos presentes na Assembléia.

§ 2º - A convocação da Assembléia para esta finalidade só terá validade quando feita, no mínimo, por 2 (dois) membros da Diretoria ou por 2/3 (dois terços) dos associados no gozo de seus direitos.

Art. 34º - A associação terá os seguintes livros obrigatórios :

I. - Livro de Atas de reuniões da Diretoria;

II. - Livro de Atas das Assembléias Gerais;

III. - Livro de registro de presença dos associados;

IV. - Livro de Cadastro de associados;

V. - Livros Contábeis exigidos por lei.

Art. 35º - A Associação só será extinta pela Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim, com parecer emitido por 2/3 (dois terços) dos sócios em gozo dos seus direitos e deliberará somente na presença de 2/3 (dois terços) dos associados em gozo de seus direitos, devendo haver em caso de votação, mais da metade dos votos favoráveis.

Art. 36º - Extinta a Associação, a Assembléia Geral, em seguida, formará comissão de liquidação destinada a apurar o bens e pagar dívidas, respeitando-se os bens pertencentes a terceiros.

§ 1º - As sobras líquidas, em dinheiro, serão rateadas, em partes iguais, entre os associados em dia com suas obrigações.

§ 2º - As máquinas e outros bens móveis e imóveis, serão destinados a outra

Art. 37º - Este Estatuto, assinado pela Diretoria Executiva, foi aprovado pela Assembleia Geral de fundação da Associação.

Art. 38º - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria e ratificados pela Assembleia Geral.

Art. 39º - Este Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação.

Art. 40º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Daniel Bruno Pereira
DANIEL BRUNO PEREIRA
 Presidente

Oswaldo Sebastiao da Silva
OSVALDO SEBASTIAO DA SILVA
 Vice-Presidente

Francisco Pereira da Silva
FRANCISCO PEREIRA DA SILVA
 Tesoureiro

Antonia de Souza G. Ferreira
ANTONIA DE S. OLIVEIRA FERREIRA
 Secretário

01988/91.DOC

REGISTRO

Feito em data de 19 de Agosto de 1.998, pro-
 tocolado sob nº 146 fls.013 do LºA-1 e na mesma data
 Registrado sob nº 014 fls.026 do LºA", do Cartório-
 do Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

Heitorai, 19 de Agosto de 1.998

Ayrton da Luz Castilho
 Ayrton da Luz Castilho -orc.

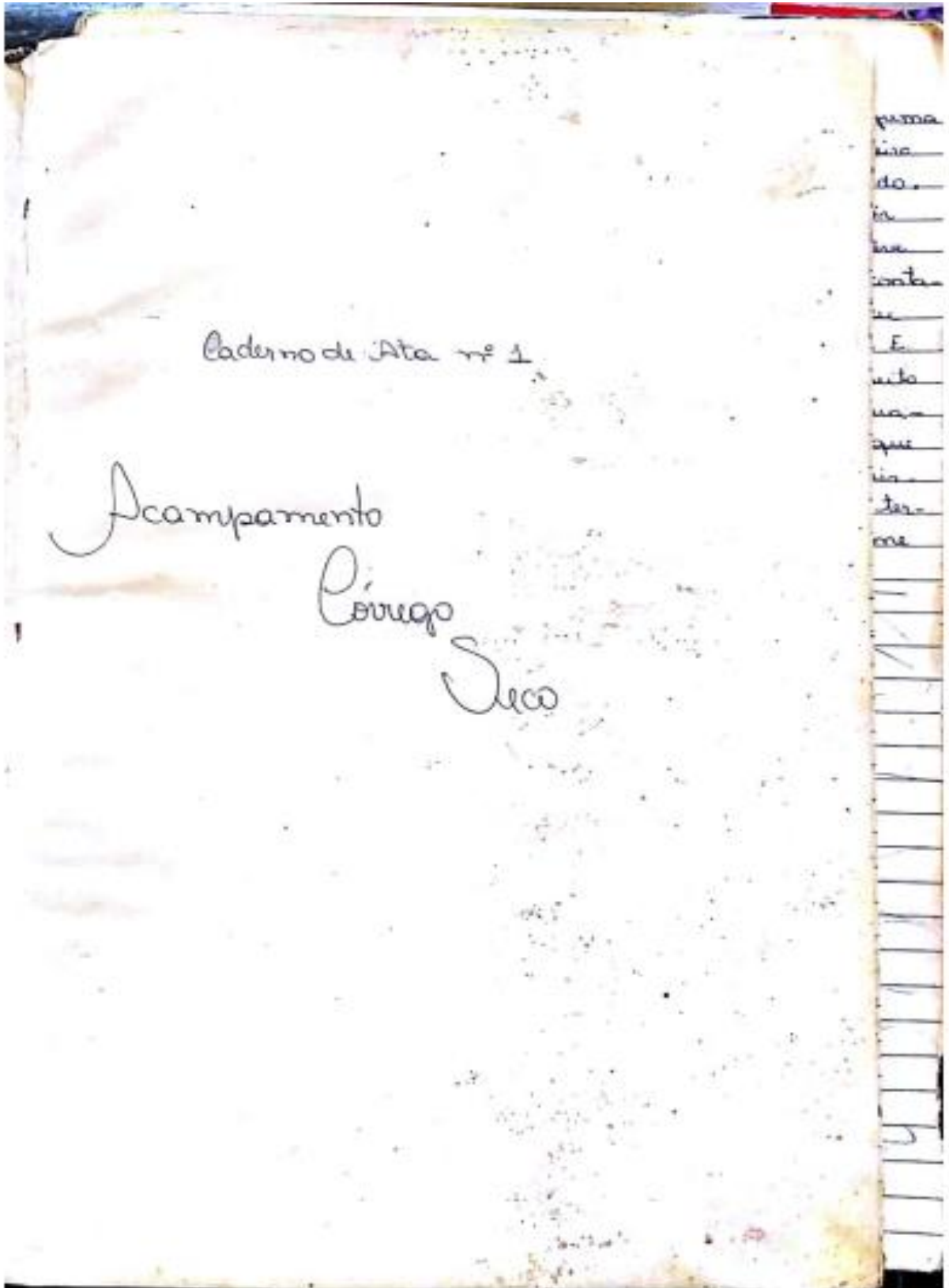
00028554/0001-18

CARTÓRIO DO REG. DE PESSOAS JUR. E
 DOC. PROTESTO PESSOAS JUR. E
 ESTAB. DE PESSOAS JUR.

Av. 24 de Maio s/nº - Jd. Santa Luz
 Curitiba - Tm. Coimbra da Heitorai

[Termo Heitorai-GO - CEP 76870-000]

ANEXO 02 – CADERNO DE ATA Nº 1 DO ACAMPAMENTO CÓRREGO SECO (1997-1998, p. 2-4).



Ao 23 de (ninte e três) dias do mes de fevereiro, convocase toda
 comunidade do acampamento Páriso São, com a primeira
 intenção de resolvermos assuntos de natureza de todos e de
 muita importancia para toda a grupo. Daí se iniciou
 com a celebração dirigida por dona Conceição e Helena.
 Dando inicio a parte formal, toma a palavra o compa-
 rthuro Barba que seia o coordenador da reunião de hoje, in-
 tucando a oportunidade para que o comparthuro Paulo
 relatasse sobre o trabalho que foi feito pelo conselho durante
 esta semana. Começa dizendo que seia repassado novamente
 li aos compa que estavam ausentes na assembleia passada. Diz
 que tem buatos que a reunião foi atroz de sacra, e não
 atroz de terra, diz poisim que as pessoas que faltaram
 estavam mal informados, pois vários obytos do novo
 interesse foram esquecidos, e diz que comi numeros atroz dos
 obytos da grupo. O compa Barba diz que para elevar as utili-
 as dos compa, **Diz que** os coordenadores nem sempre ficaram a pos dos
 acontecimentos, pois vários problemas não resolvidos, assuntos que
 ainda não foram concluidos não são dito pela equipe da re-
 reunião. Entucpa a palavra ao compa Antonio, dizendo que
 foi eleito pela assembleia, mas há insatisfações por parte do
 grupo, diz não colocar o cargo a disposição pois que
 ajudar, mas se o grupo não estiver optando do seu traba-
 llo tem todo direito de destitui-lo do cargo. Diz que ain-
 da não querese de grupo mantimentos, poisim não tem poi-
 un lição. Também passada a palavra ao compa Agula, que comece
 dizendo que a escola tem sido o problema maior do acampa-
 mento, pois os mantimentos são pouco e às vezes são da parte
 todos. É acito por todos que os problemas, são difíceis de re-
 volver, e que é preciso a compreensão de todos. Diz também
 que as roupas que chegarem são distribuidas de baraca em
 baraca, e seio divididas igualmente por todos. Também
 o que diz a respeito a quem está com a família no acam-
 pamento, e quando chego do serviço tem disposição de ter

3

tirar as provisões para sua família, diz aquele compa-
 rnhio que saiu para trabalhar e não achou trabalho
 e bem voltou para o acampamento, caso contrário não
 poderia voltar e utilizar a cantina. Em relação a
 ajuda de Santa Rosa, estão enfrentando dificuldades
 e a polícia apurou que os comp. saíram para tra-
 ballar, exigindo o acordo atual novamente o comp.
 E este companheiro está preocupado de aqui e' aqui
 so que nós apuramos. Em uma manifestação pacífica,
 Pode-se então a todos a participação. Diz que -trou-
 xei ao acampamento uma doação de uns sacos de arroz, e
 e' preocupado de tem alguma coisa a doação de cinco co-
 sas aos companheiros da Santa Rosa. Todos dizem que a
 doação deu um furo. O companheiro Rapadura faz também
 uso da palavra, dizendo sobre o assunto das bananas
 roxas, diz que não acredita que custe os frutos aban-
 çamos a vitória. Pode a consciência com os comp. que tem
 deixado suas bananas roxas, para não cause a impressão
 de abandono aos operários visitantes. O comp. Musquito e diz
 que o comp. foi lá com seu apuramento a assembleia. O comp.
 Márcio diz que este comp. na reunião tanto de outro comp.
 e havia recebido uma inspiração, fez pipô com pipô bebendo
 dentro do acampamento, ao chamar o titular por ele represen-
 tado, o dispensou trazendo seu filho e o comp. José Siqueira, foi
 dispensado, e o mesmo queria que tivesse seu cadast. junto
 com os. Porém então ele fez pipô bebendo novamente, e en-
 fessou sua inspiração, e pediu desculpa ao conselho, pediu
 desculpa na assembleia, o conselho não podendo negar-lhe está
 direito, trouxe-o diante da assembleia. É preocupado por
 um comp. se não seria bom, mudar o comp. embora sem
 direito a voto. O comp. Márcio diz que os comp. que bebem são
 seres humanos, e precisam de um furo a trabalho de consan-
 tação, como um ser humano. O comp. Rival diz que fez furo
 a trabalho de consanção (que furo) no começo de fevereiro e este

Esse foi o último de representantes ilegítimos que existiu
 no Grupo. Diz que o comp. José Oscar desde de domingo
 não está mais representando ninguém, e na dia quinta
 foi denunciado, e os coordenadores foram até a barraca
 do comp. e foi constatado que estava bebendo. E hoje nova-
 mente foi preso bebendo, confessando seu delito. O comp.
 José Oscar diz que estava no bico para si e para o
 jogador dele, (diz que ele ficou no caso depois da partida).
 Diz também que bebeu todas as vezes que foram ditos,
 mas que ele também quer a terra, e por isso pede que
 deem uma nova chance a ele. Vários comp. falam a
 favor do comp. dizendo que merece uma chance. O comp.
 Camp. diz que no estatuto diz que todo comp. cometendo o
 mesmo delito seria expulso do grupo. O comp. Baímundo
 diz que não deve aceitar este comp. e que se a coordina-
 ção não agir até a assembleia por consideração. Mas que o
 comp. não deve ser aceito no grupo. Diz que não estamos
 aqui para brincar, as leis devem ser respeitadas. É cobra-
 do em votação a questão do companheiro José Oscar. É pergun-
 ta da assembleia que os comp. que querem que o comp. não fe-
 manesse no grupo levante a mão, são obtidos sessenta e
 sete votos, aqueles comp. que querem que o comp. fique con-
 ta no grupo levante a mão, são obtidos. Novamente é votada
 e levantada e são obtidos quarenta e cinco votos para que
 o rapaz não fique, e foram obtidos sessenta e sete votos para
 que o comp. continue conosco e seja readmitido no grupo.
 É decidido então que o comp. José Oscar não é mantido
 no grupo. É passado para a próxima pauta, dos três
 companheiros que haviam pedido a sua expulsão no grupo,
 Primeiro o comp. Valdevino Rosa que pediu a assembleia,
 e pediu que fosse aceito novamente no grupo a assembleia
 apressou, porém como nunca mais retornou ao acampa-
 mento, e a comissão se reuniu e achou por bem desligá-lo
 do grupo, que também foi a questão do comp. Francisco

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – MODELO DE ENTREVISTA

Nome do entrevistado: AX-1

Idade: 74 anos

Profissão: Lavrador

Lugar de origem: Inhumas – GO

Pesquisador: Fale um pouco da sua trajetória de vida antes de ser um assentado. Como se tornou um assentado? Quais foram as dificuldades enfrentadas para você conseguir a terra?

Entrevistado: Antes de vim para cá, eu estava morando numa fazenda do deputado José Essado. Minha esposa muito doente, aí nós saímos para cidade né. Aí nós vinhamos para Inhumas. E lá fui trabalhar de pedreiro, mais sempre eu gosto muito é da roça né; o cheiro do campo, do gado; desde menino eu trabalhava na roça; gosto muito, mais sempre morando na cidade lá em Inhumas e trabalhando em Goiânia. Na roça eu fazia de tudo. Aí trabalhando lá para um sobrinho meu, ele estava num acampamento na “barra”, lá perto de Goiás Velho perto do Rio Vermelho. Chegou lá, o tio? O senhor não quer entrar nessa luta de sem-terra? O que é que é sem-terra? Não, é uns barracos lá...mais eu falei: ---E o serviço aqui? ---Não, o senhor larga uai. No fim da semana eu vou embora e vou conversar com a mulher, se ela interessa, nós vamos. E vim embora. Aí eu conversei com ela, e ela disse: ---Não, nós vamos. Aí eu fui, dispensei o serviço para ele, ele falou: ---Olha, tem duas vagas, e uma é do senhor.

Pesquisador: E antes do senhor ir para Cidade de Goiás, o senhor já sabia o que era o movimento sem-terra?

Entrevistado: Eu tinha pouco conhecimento. A gente chegou lá até meio tímido né, meio acanhado. Aí, nós enchemos um opala velho que eu tinha de bagulho e larguei o resto pra trás na casa; aí eu aluguei a casa e baixei pra Goiás. Quando é fé, nós tá lá, debaixo de um barraquinho lá. De vez em quando eu ia em Inhumas e voltava. Aí não deu nada. A terra lá não deu. Aí nós unimos; o pessoal de Goiás, que estava lá, o povo...um pouco de Itapuranga, e várias região. E vinhamos pra. Eu não conhecia essa estrada. Eu vim de madrugada, numa chuva. Chegamos em Heitorá ali fomos embabacados com policiamento, mas nós entramos assim mesmo, aqui na terra dos Costa Campos.

Pesquisador: E a polícia agiu com violência?

Entrevistado: Não. Só tentaram impedir de nós entrar. E era caminhão cheio daquela bagulheira, lona, plástico, pedaço de pau. E era muito caminhão, carro pequeno...nós éramos 337 famílias. Nós acampamos no corredor. Ali nós ficamos uns dois anos. De um lado e do outro era só barraca, rapaz. E a gente era...muito humilhado. Então a luta pra nós foi dura, humilhante; mais graças a deus nós venceu. Aí nós descobrimos essa terra aqui que estava improdutiva; tinha só boi, era boi demais aqui. Aí um pouco veio, e um pouco ficou no corredor, por que eles não tinham coragem de entrar aqui, porque diziam que o homem era muito mal. Aí ele assinou a desistência. Eu estava em Inhumas, ligaram pra mim era de tardezinha. Cheguei no corredor era umas onze horas da noite; sozinho no meu opala velho. Aí eu falei: --- O gente, o que é que tá acontecendo? Aí me disseram: --- Olha, é pra nós entra...eles falam invadir terra...não...é uma palavra feia...bonito é falar ocupar. Então vamos ocupar a terra lá...aí eu falei: --- Então vamos uai. E aí, quando o dia amanheceu, nós estava aí, com as barracas. E com isso foi com sessenta dias, o negociador muito esperto, sabedor demais, sessenta dias a terra foi desapropriada e saiu...o decreto. E aí...foi uma batalha vencida. E aí nós viemos do corredor, tudo...com as barracas...cada um...fez um barraquinho melhor. E aí lá vai mais anos, e mais um ano. Até que o Incra mandou a papelada...pra nós...primeiro veio o perímetro...mediu...dividiu as parcelas...deu...vinte e cinco parcelas...e ainda ficou cinco de fora. Um bocado já estava lá no corredor, um bocado foi lá para a Serra da Mesa, outros foram para outro lado.

Pesquisador: Então dessas 337 famílias que se aglomeraram no “corredor”, boa parte se espalhou?

Entrevistado: Sim. Uns não teve coragem de vim, outros foram embora; então nós ficamos poucos. Ficamos...né...trinta e cinco famílias...trinta com mais doze...umas...quarenta e duas famílias só. Aí...eu não aceitei...vinte e cinco lotes. Porque eu fui o coordenador do grupo. Aí eu fui lá em Goiânia e marquei uma reunião com o doutor Marcelo lá no INCRA, e falei: --- Olha, eu não aceito só vinte e cinco; aí ele disse: --- Eu vou ver isso pra você. Aí mandou o perímetro de novo e mandou demarcar...e aumentou mais cinco lotes. Aí nós angariámos mais cinco, que tinha ficado de fora. E aí...quando foi em 1999, já trouxe os papéis pra gente assina, e cada um no seu lote numerado e tudo.

Pesquisador: No período em que vocês estiveram no “corredor”, como foi a relação com os moradores da cidade de Heitorai?

Entrevistado: Então...nós éramos malvistas né. Muitos, não todos, mais muitos, diziam: --- Olha os sem-terra ali...então nós éramos malvistas né. Hoje não...graças a deus ali...reconheceu que a produção que sai desses assentamentos...que Heitorai cresceu, não é verdade? Supermercado aumentou, os açougues tudo aumentou...tudo cresceu ali rapaz.

Pesquisador: O primeiro assentamento de Heitorai foi o São Bento?

Entrevistado: Foi. Porque são cinco assentamentos no município. Então...pra te falar a verdade...as vezes clamam muita gente...mais milhares de caixas de bananas, milhares de grãos que já saíram daqui de dentro...desses assentamentos. Milhares de quilos de mandioca...sai caminhão de mandioca...então...valeu a pena. Graças a deus, estou aí, construí a casa construí curral...e tô trabalhando, satisfeito...cada um nas suas parcelas né. Então foi muito bom.

Pesquisador: Como o senhor enxerga o movimento dos sem-terra hoje?

Entrevistado: Eu...o que eu acho...eu apoio eles...se eles quiserem unir com o pessoal que tá já assentado igual nós, pra fazer um manifesto maior...ir no Incra, em qualquer lugar, era bom. Na nossa época, que tem o que, uns dezessete, dezoito anos, por aí, não era tão difícil. Estava naquela...hoje tá difícil. Eu acho que atava lá a papelada né...os negociadores vão e negociam...e eles lá faz promessa lá do Incra. Os governantes estão muito quietos...não estão querendo agir para o pessoal.

Pesquisador: Você considera que ocorreram mudanças: do acampamento para o assentamento?

Entrevistado: No acampamento eu aprendi muita coisa. Eu aprendi a respeitar muita gente...né...porquê...no acampamento, que nós somos da CPT...antes nós nunca teve baderna, porque não podia brigar...caboco não bebia, tinha que respeitar o pequeno, o velho; por isso que nós era desse jeito e é até hoje. Eu aprendi...né...já sabia...que toda vida meu pai me ensinou...eu aprendi e deixo para meus filhos...é respeitar todos, saber tratar, civilização né. Então lá, era bem difícil, né. Você levar aquela vida...de barraco...barraco quase emendado um num outro.

Eu tinha um carro...eu ia em Goiânia...eu levava o meu genro lá duas vezes por semana pra ele fazer hemodiálise, sabe? Pegava o carro e levava ele. Quando eu vinha embora, eu enchia o carro lá de verdura do CEASA...polícia até parou eu uma vez na estrada porque pensou que eu estava contrabandeando alguma coisa. O carro vinha até “empinado”; eu trazia saco de batata, repolho; tudo que eu achava lá eu trazia para o acampamento...e... falava pro pessoal que tinha reunião amanhã cedo...eu comprava até as sacolinhas e dividia tudo pro povo. Eu que trazia...se eu trabalhasse fora uma semana, eu trazia cinco, dez quilos de mantimentos pra cantina pra ajuda...né. A cantina era coletiva e todo mundo ajudava né...porque tinha que dividir. Tinha dia da gente comer macarrão puro, comer fubá puro. Comia fubá porque não tinha o que comer.

Pesquisador: No período do acampamento, vocês sofreram algum tipo de violência policial ou de algum fazendeiro da região?

Entrevistado: Não, graças a deus não. Nós sempre fomos muito humildes nesse ponto também né. Nunca teve não.

Pesquisador: Na época do acampamento, havia algum tipo de lavoura comunitária? Como vocês se organizavam do ponto de vista do trabalho?

Entrevistado: Não. Era combinado. O coordenador fazia a reunião. E dispensava tantos companheiros, tantos dias pra ela trabalha fora, e na outra semana era outro. E cada um trabalhava por dia...cada um tinha um serviço né. As vezes se achasse uma quebre de milho, era uma quebra de milho, as vezes era roçar pasto ia roçar. Trabalhava era por dia. Às vezes eu trabalhava de pedreiro e pegava meu carro e ia lá trabalha os meus dez dias, e voltava já pra manter a minha despesa e ainda trazia para a cantina também, porque tinha que ajudar.

Pesquisador: Como se deu a relação com o INCRA no processo de formação do assentamento? E os critérios de divisão das parcelas, como foi estabelecido?

Entrevistado: Nessa época eles foram educados, não tem o que clamar não, viu. Um pessoal muito bom, nós fomos muito bem atendidos, inclusive quando vieram para nós assinar o contrato lá de Goiânia. E as parcelas foi por sorteio né. Sabia-se que tinha uma parcela que era boa de água; igual essa minha, ela é boa de água, e outras já não era boa. Como foi no sorteio, não tinha o que clamar né. Inclusive, foi duas capanginha uma de numeração e outra de nome,

no dia do sorteio. Aí eles chamaram um molequinho assim, hoje está um homão. Aí foi tirando os nomes né. Aí nós íamos lá tirar os números. O número que eu tirei...era aquele. E foi saindo tudo e o meu foi ficando. E fui ficando...e a mulher já estava incomodada. E ela com medo do número trinta...que é do Eduardo lá debaixo. Aí tirou meu nome lá,...aí ela falou assim pra mim: Tira o nove pra nós Oneri...tira o nove. Aí eu tirei a mão da capanga e saiu o número nove, que era esse canto aqui. Aí falaram que eu estava com o número pregado no dedo. Aí eu fale pra olha dentro da capanga que tem um nove aí dentro ainda uai.

Pesquisador: O senhor acha que o processo de desapropriação da terra e a divisão das parcelas foi rápido?

Entrevistado: Foi rápido. A partir que saiu a terra não demorou muito não, foi rápido; aí já dividiu as parcelas e passamos para dentro.

Pesquisador: Houve algum apoio de alguma entidade ou instituição, como sindicato, igreja, movimentos sociais, partidos políticos, etc? Se houve, teve alguma que se destacou?

Entrevistado: Só dá CPT né...da Igreja.

Pesquisador: A reforma agrária é resolvida com a consolidação do assentamento? (Reforma agrária X Assentamento)

Entrevistado: É sim né. Mas nós tínhamos que ter mais divisão né. Nós temos ainda muita terra nas mãos de poucos. Terra grande que poderia ser dividida...para produzir mais.

Pesquisador: Nesse assentamento já foram vendidos lotes e parcelas? O que você pensa em relação a isto?

Entrevistado: Já. Eu acho que não tinha que vender né...a não ser se o companheiro não der conta mais né. Às vezes um problema sério que ele não dá conta de trabalhar...aí pode vender né. Mais se ele está forte ainda...aguenta trabalhar e produzir aí na roça, ele deve continuar. Então pra que foi ocupar terra então né?

Pesquisador: Como você vê a realidade nos assentamentos? Você acredita que há um melhoramento na qualidade de vida, na produção, no lazer e etc?

Entrevistado: Não, melhorou demais né. A gente não pode nem comparar a gente no assentamento; hoje tem tudo, tem energia; a estrutura é outra.

Pesquisador: E em relação a união, permanece a mesma do acampamento?

Entrevistado: Não. Não é a mesma. Tem muitos aí que já casou, que era criança naquela época. A gente respeita todo mundo. Só porquê...o contato é menos, né. Porque cada um tem suas obrigações na sua casa né. Mais a união, se precisa fazer um mutirão, aí une tudo e vamos embora. Se tem um ali que está meio fraco, então vamos dá uma ajuda para ele lá que ele não está podendo.

Pesquisador: Para você o que a terra representa? Qual o sentido de lutar e reivindicar a terra?

Entrevistado: Rapaz...a terra representa pra mim...nem sei o que falar. Representa pra mim como se fosse um ouro. Eu acho que lutar pela terra é importante por conta dos direitos né.

APÊNDICE 02 – MODELO DE QUESTIONÁRIO

<u>QUESTIONÁRIO DA PESQUISA</u>	
<p>Nome: _____</p> <p>Idade: _____</p> <p>Profissão: _____</p> <p>Lugar de origem: _____</p>	
<p>OBS: Favor marcar com um X somente em uma única resposta que melhor se apresente para você.</p> <p><u>Identificação (assentado)</u></p> <p>1. Sexo:</p> <p>() Masculino</p> <p>() Feminino</p> <p>() Não se aplica</p> <p>2. Estado civil:</p> <p>() Solteiro</p> <p>() Casado</p> <p>() Viúvo</p> <p>() Divorciado</p> <p>() Em segunda união</p> <p>3. Escolarização:</p> <p>() Analfabeto</p> <p>() Primário</p> <p>() Primário incompleto</p> <p>() 2º Grau</p> <p>() 2º Grau incompleto</p> <p>() Superior</p> <p>() Superior incompleto</p> <p>() Pós-graduação</p> <p>4. Lugar onde nasceu:</p> <p>() Região do assentamento</p>	<p>() Município do assentamento</p> <p>() Outro município /</p> <p>Qual: _____</p> <p>() Outro Estado /</p> <p>Qual: _____</p> <p>5. Profissão anterior ao assentamento:</p> <p>() Agricultor</p> <p>() Comerciante</p> <p>() Operário</p> <p>(...) Boia-Fria</p> <p>() Motorista de caminhão</p> <p>() Funcionário público</p> <p>() Outra</p> <p>6. Possui filhos:</p> <p>() Sim / Quantos: _____</p> <p>() Não</p> <p>7. Quanto à religião, você é:</p> <p>(...) Católico</p> <p>(...) Protestante</p> <p>(...) Espirita</p> <p>(...) Adventista</p> <p>(...) Testemunha de Jeová</p> <p>() Outra</p> <p>() Não se aplica</p> <p>8. A frequência com pratica essa religião é:</p>

Cotidiana

Semanal

Mensal

indefinida

Não se aplica

9. Você começou a praticar essa religião:

Antes do assentamento

Depois do assentamento

Não se aplica

10. É filiado:

No sindicato

Na associação

Em algum partido político /

Qual: _____

Outra /

Qual: _____

Não se aplica

Relativo ao assentamento e a produção

1. A respeito da instalação no assentamento, está se deu:

Por sorteio

Por compra e venda

Outra / Qual: _____

2. Qual é o tipo de lavoura mais cultivada?

Arroz

Feijão

Milho

Mandioca

Banana

Outra / Qual: _____

3. Possui gado de leite ou de corte?

Sim / Quantidade (cabeças): _____

Não

4. Comercializa com a agroindústria?

Sim / Quais

produtos: _____

Não

Já comercializei / Quais

produtos: _____

5. Comercializa com algum município?

Sim /

Qual: _____

Não

Já comercializei /

Qual: _____

6. renda obtida da produção no assentamento e satisfatória?

Sim

Não

Razoavelmente

7. As benfeitorias correspondem à renda obtida no assentamento?

Sim

Não

Razovelmente

8. Utiliza adumo químico?

Sim

Não

Se sim, com que frequência:

Regularmente

Algumas vezes

Nunca

Não se aplica

9. Utiliza adumo orgânico?

Sim

Não

Se sim, com que frequência:

- () Regularmente
 () Algumas vezes
 () Nunca
 () Não se aplica

10. Utiliza agrotóxicos?

- () Sim
 () Não

Se sim, com que frequência:

- () Regularmente
 () Algumas vezes
 () Nunca
 () Não se aplica

11. Utiliza tração animal?

- () Sim / Qual: _____
 () Não
 () Algumas vezes

12. Utiliza tração motorizada?

- () Sim / Qual: _____
 () Não

Se sim, com que frequência:

- () Regularmente
 () Algumas vezes
 () Nunca
 () Não se aplica

13. Utiliza serviços de um veterinário?

- () Sim
 () Não

Se sim, com que frequência:

- () Regularmente
 () Algumas vezes
 () Nunca
 () Não se aplica

14. Utiliza serviços de um técnico ou agrônomo?

- () Sim
 () Não

Se sim, com que frequência:

- () Regularmente
 () Algumas vezes
 () Nunca
 () Não se aplica

15. Utiliza mão-de-obra familiar?

- () Sim
 () Não

Se sim, com que frequência:

- () Regularmente
 () Algumas vezes
 () Nunca
 () Não se aplica

16. Utiliza mão-de-obra assalariada externa?

- () Sim
 () Não

Se sim, com que frequência:

- () Regularmente
 () Algumas vezes
 () Nunca
 () Não se aplica

17. Trabalha de assalariado em algum lugar?

- () Sim / De quê: _____
 () Não
 () Já trabalhei / De quê: _____

18. Participa dos mutirões ou troca de dias do assentamento?

- () Sim

Não

Se sim, com que frequência:

Regularmente

Algumas vezes

Nunca

Não se aplica

19. Participa das reuniões das associações do assentamento?

Sim

Não

Se sim, com que frequência:

Regularmente

Algumas vezes

Nunca

Não se aplica

20. Participa das reuniões da cooperativa do assentamento?

Sim

Não

Se sim, com que frequência:

Regularmente

Algumas vezes

Nunca

Não se aplica